

SEMINÁRIO BILLINGS 2002

**“Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias
para a conservação, recuperação e uso sustentável
da Bacia Hidrográfica da Billings”**



INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
www.socioambiental.org

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais.

Com sede em São Paulo e sedes em Brasília (DF) e São Gabriel da Cachoeira (AM), além de bases locais para a implantação de projetos demonstrativos, o ISA tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o ISA consulte www.socioambiental.org

Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Enrique Svirsky (vice-presidente), Beto Ricardo, Laymert dos Santos, Márcio Santilli, Nilto Tatto, Sérgio Mauro [Sema] Santos Filho

Secretário geral: Nilto Tatto

Coordenadores: Alicia Rolla, André Villas-Bôas, Angela Galvão, Beto Ricardo, Carlos Macedo, Fany Ricardo, Márcio Santilli, Maria Inês Zanchetta, Marina Kahn, Marussia Whately e Rodolfo Marincek

Apoio institucional:



São Paulo

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: 0 xx 11 3660-7949 / fax: 0 xx 11 3660-7941
isa@socioambiental.org

Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: 0 xx 61 349-5114 / fax: 0 xx 61 274-7608
isadf@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro - Caixa Postal 21
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel: 0 xx 97 471-2182/1156/2193 / fax: 0 xx 97 471-1156
isarionegro@uol.com.br

SEMINÁRIO BILLINGS 2002

Comissão coordenadora:

Fabio Vital - Instituto Acqua • João Paulo R. Capobianco - Instituto Socioambiental (*coordenação geral*) • Lina Aché - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo • Lucia Sena - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo • Marcos Bandini - Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires • Marussia Whately - Instituto Socioambiental (*coordenação geral*) • Nelson Pedroso - AGDS/Sub-Comitê Billings • Renato Tagnin - SMMA - Prefeitura Municipal de São Paulo • Valentina Denizo - Senac • Violeta Kubrusly - Sehab - Prefeitura Municipal de São Paulo

Coordenadores dos Grupos Temáticos:

Carlos Henrique Aranha - [Qualidade da Água](#) • Fábio Vital - [Recuperação Urbana](#) • Horácio Wagner Mateus - [Saneamento](#) • Marcos P. Bandini - [Alternativas Econômicas](#) • Maria Cecília Wey de Brito - [Áreas Protegidas](#) • Maria da Graça Beraldo Santiago - [Resíduos Sólidos](#) • Maria Lúcia Ramos Bellenzani - [Agricultura](#) • Mônica Peres Menezes - [Mineração](#) • Newton José Barros Gonçalves - [Pressão Antrópica](#) • Patrícia Lorenz - [Produção Hídrica](#) • Pedro Roberto Jacobi - [Pólos Indutores](#) • Waverli Maia Matarazzo Neuberger - [Diversidade Biológica](#)

Coordenadores dos Grupos Regionais:

Alicia Bianchini Borduque - [Cocaia/Corpo Central/Grota Funda/Alvarenga](#) • Loide Cruz Vidal Parlato - [Taquacetuba/Bororé](#) • Marcos P. Bandini - [Rio Grande/Rio Pequeno](#) • Maria Carmen Gomes - [Pedra Branca/Capivari/Rio das Pedras](#)

Coordenadores dos Grupos de Recomendações Gerais:

Alicia Bianchini Borduque - [Resíduos Sólidos/Mineração](#) • Ana Maria Marins - [Educação Ambiental](#) • Edson K. Nochi - [Gestão, Manejo, Recuperação e Operação Reservatório Billings](#) • Márcia M. Nascimento - [Recuperação Urbana](#) • Maria Carmen Ayres Gomes - [Políticas Públicas, Lei Específica, PDPA](#)

• Maria Cristina Heilig - [Implantação, Criação de UCs](#) • Maria Lúcia R. Bellenzani - [Alternativas Econômicas](#) • Newton José Barros Gonçalves - [Fiscalização e Monitoramento](#) • Waverli M. M. Neuberger - [Pesquisa Científica](#)

Equipe do Instituto Socioambiental:

Coordenação geral: João Paulo R. Capobianco, Marussia Whately
Equipe de apoio: Arminda Jardim, Denise Lopes, Glauco Bernini, Josy A. Santos, Mário José Masi, Renata Pupo, Ricardo de Oliveira, Solange de Oliveira. **Administração:** Guilherme Tadaci Ake, Jefson Marcelino, Marcelo A. Souza, Márcia Veloso, Mauro A. de Oliveira, Moisés Pangoni. **Comunicação:** Maria Inês Zanchetta (coordenação), Cristiane Fontes, Ricardo Barreto. **Desenvolvimento Institucional:** Carlos Macedo (coordenação), Fábio A. Camargo, Nuria Chaim. **Documentação:** Ângela Galvão (coordenação), Leila Monteiro, Luiz dos Santos, Pilar M. da Cunha. **Geoprocessamento:** Alicia Rolla (coordenação), Cícero C. Augusto, Edna dos Santos, Rosemeire Sacó, Fernando Paternost. **Informática:** Rodolfo Marincek (coordenação), Ana Carina G. Andrade, Antenor Moraes, Daniel Ohata, Fabio Francelino

Apoio ao Seminário:

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - Emae
Financiadora de Estudos e Projetos - Finep
Fundação Florestal
Fundação Memorial da América Latina
Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro
Sabesp
União Europeia (apoio ao Laboratório de Geoprocessamento/ISA)

MANANCIAIS DE SÃO PAULO

SEMINÁRIO BILLINGS 2002

“Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings”

organização: Marussia Whately

apoio: Arminda Jardim, Renata Pupo

bibliografia: Ângela Galvão

fotos: João Paulo R. Capobianco (pág. 6), Monica Monteiro Schroeder

projeto gráfico/editoração: Vera Feitosa

mapas e encarte: Laboratório de Geoprocessamento do ISA

editoração do CD-ROM: Juliano César Amaral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário Billings 2002 (1. : 2002 : São Paulo)

Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings / [Marussia Whately, organizadora]. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2003.

ISBN 85-85994-20-7

Bibliografia

1. Água - Armazenagem - São Paulo, Região metropolitana 2. Billings (Represa) - Aspectos ambientais 3. Billings (Represa) - Bacia hidrográfica I. Whately, Marussia. II. Título.

03-4008

CDD-627.860981611

Índices para catálogo sistemático:

1. Billings : Reservatório de água : Bacia hidrográfica : Conservação, recuperação e uso sustentável : São Paulo : Região metropolitana 627.860981611

SUMÁRIO

Siglas

| | |
|--|-----|
| ■ Introdução | 05 |
| ■ Metodologia | 07 |
| ■ Análise geral dos resultados | 09 |
| ■ Grupos regionais | |
| Cocaia / Corpo Central / Grota Funda / Alvarenga | 25 |
| Pedra Branca / Capivari / Rio das Pedras | 28 |
| Rio Grande / Rio Pequeno | 32 |
| Taquacetuba / Bororé | 39 |
| ■ Grupos temáticos | |
| Agricultura | 47 |
| Alternativas econômicas | 51 |
| Áreas protegidas | 54 |
| Diversidade biológica | 57 |
| Mineração | 59 |
| Pólos de expansão e eixos indutores | 62 |
| Pressão antrópica | 65 |
| Produção hídrica | 70 |
| Qualidade da água | 74 |
| Recuperação urbana | 79 |
| Resíduos sólidos | 91 |
| Saneamento | 94 |
| ■ Grupos de recomendações | |
| GT 1 - Estratégias e ações para implantação e ampliação de Unidades de Conservação | 99 |
| GT 2 - Gestão, recuperação, manejo e operação do Reservatório Billings | 100 |
| GT 3 - Estratégia e ações para integração das políticas públicas estaduais e regionais incidentes e interfaces com a lei específica e Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Billings (PDPA) | 102 |
| GT 4 - Estratégia e ações para recuperação e manutenção de áreas degradadas por mineração e resíduos sólidos | 105 |
| GT 5 - Estratégia e ações para desenvolvimento de alternativas econômicas e incentivo à produção agrícola compatível com produção de água | 106 |
| GT 6 - Ações para recuperação urbana e implantação e melhoria do saneamento e estratégia para contenção de novas ocupações irregulares | 107 |
| GT 7 - Ações de fiscalização e estratégia de monitoramento permanente | 110 |
| GT 8 - Ações de Educação Ambiental | 112 |
| GT 9 - Ações para pesquisa científica | 113 |
| ■ Bibliografia | 114 |
| ■ Lista de participantes do seminário “Billings 2002” | 116 |

Siglas

| | | | |
|------------------------------|--|----------------------------------|---|
| Achave | Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande | IPT | Instituto de Pesquisas do Estado de São Paulo |
| AE | Grupo Temático Alternativas Econômicas | ISA | Instituto Socioambiental |
| AG | Grupo Temático Agricultura | Jica | Japan International Cooperation Agency |
| AGDS | Associação Global de Desenvolvimento Sustentado | LPM | Lei de Proteção aos Mananciais |
| Amib | Associação de Moradores da Ilha do Bororé | MDV | Movimento em Defesa da Vida do ABC |
| Anepac | Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a Construção Civil | MN | Grupo Temático Mineração |
| AP | Grupo Temático Áreas Protegidas | Nepo (Unicamp) | Núcleo de Estudos de População (vinculado à Unicamp) |
| APA | Área de Proteção Ambiental | NTC (PUC) | Núcleo de Trabalhos Comunitários (vinculado à PUC) |
| APM | Área de Proteção de Mananciais | OAB | Ordem dos Advogados do Brasil |
| APP | Área de Preservação Permanente | PA | Grupo Temático Pressão Antrópica |
| APRM (Lei Específica) | Área de Proteção e Recuperação de Mananciais | PDPA | Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental |
| Assemvil | Associação Ecológica de Moradores da Vila Lopes | PE | Pólos Indutores e Eixos de Expansão da Ocupação |
| Atomb | Área Tombada | Pesm | Parque Estadual da Serra do Mar |
| Cati (SAA) | Coordenadoria de Assistência Técnica Integral | PH | Grupo Temático Produção Hídrica |
| CDHU | Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo | Pitu | Plano Integrado de Transportes Urbano |
| Cepam | Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal | PNSB | Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE |
| Ceppe/UnG | Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade de Guarulhos | PM Mauá | Prefeitura Municipal de Mauá |
| CET | Cia. de Engenharia de Tráfego | PMSp | Prefeitura Municipal de São Paulo |
| Cetesb | Cia. de Tecnologia de Saneamento Ambiental | Prad | Programa de Recuperação de Áreas Degradadas |
| CMSp | Câmara Municipal de São Paulo | Procam | Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo |
| Cobrape | Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos | Procap | Projeto Casas Populares |
| Condphaat | Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo | PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| CPA | Cocaia/ Pedreira/ Grota Funda/ Alvarenga | QA | Grupo Temático Qualidade da Água |
| CPLA | Coordenadoria de Planejamento Ambiental Aplicado | Rebio | Reserva Biológica |
| CPR | Capivari/ Pedra Branca/ Rio das Pedras | RGP | Grupo Regional Rio Grande/Rio Pequeno |
| CPRN | Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais | RS | Grupo Temático Resíduos Sólidos |
| CPTM | Companhia Paulista de Trens Metropolitanos | RU | Grupo Temático Recuperação Urbana |
| Dae | Departamento de Águas e Energia Elétrica | SAA | Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado |
| Daia | Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental | SAB | Sociedade Amigos de Bairro |
| DB | Grupo Temático Diversidade Biológica | Sabesp | Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo |
| Depave | Departamento de Parques e Áreas Verdes | Saned | Cia. de Saneamento de Diadema |
| DEPRN | Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais | SCBH Billings/Tamanduateí | Subcomitê de Bacia Hidrográfica Billings/Tamanduateí |
| DGE | Departamento de Gestão Ambiental | Sehab | Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo |
| Digeo (IPT) | Divisão de Geologia do IPT | Semasa | Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André |
| DNPM | Departamento Nacional de Produção Mineral | Senac | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| Dusm | Departamento de Uso do Solo Metropolitano | Sesc | Serviço Nacional do Comércio |
| EIA/Rima | Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente | Sindi Areia | Sindicato da Indústria de Extração de Areia do Estado de São Paulo |
| Emae | Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A | SIGRM | Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo |
| Emplasa | Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S A | SMA | Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo |
| ETA | Estação de Tratamento de Águas | SMMA | Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo |
| FAU-USP | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | SN | Grupo Temático Saneamento |
| Fehidro | Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo | SRHSO | Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, Saneamento e Obras de São Paulo |
| FFLCH-DG (USP) | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Depto. de Geografia (USP) | SPCS | Subprefeitura da Capela do Socorro |
| Finep | Financiadora de Estudos e Projetos | TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| Fintec | Faculdade Interlagos de Educação e Cultura | TI | Terra Indígena |
| Funai | Fundação Nacional do Índio | TQB | Grupo Regional Taquacetuba/ Bororé |
| Fundunesp | Fundação da Unesp | UC | Unidade de Conservação |
| Gepam | Gerenciamento Participativo de Áreas de Mananciais (Projeto) | Unesp | Universidade Metodista de São Paulo |
| Ibama | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente | Unesp | Universidade Estadual Paulista |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | Uniara | Centro Universitário de Araraquara |
| Ibram | Instituto Brasileiro de Mineração | Unicamp | Universidade de Campinas |
| ICPH | Índice de Comprometimento da Produção Hídrica | USP | Universidade de São Paulo |
| IIE | Instituto Internacional de Ecologia | UTH Piratininga | Usina Termoelétrica Piratininga |
| Incra | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária | WWF | World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza) |
| in-PACTO | Instituto de Proteção Ambiental Cotia/Tietê Oeste | | |

INTRODUÇÃO

O Seminário Billings 2002, realizado entre os dias 19 e 21 de novembro de 2002, em Ribeirão Pires, teve como principal objetivo estabelecer um processo de discussão e proposição de ações de recuperação e preservação da Bacia Hidrográfica da Billings, visando sua utilização para abastecimento público. Para tal, contou com a participação da comunidade científica e acadêmica, das organizações governamentais e não governamentais, da comunidade empresarial e de movimentos sociais relacionados diretamente com os propósitos do trabalho.

Com duração de três dias de imersão total, o Seminário reuniu 193 especialistas em temas diversos, que trabalharam em grupos para definir as áreas de intervenção e ações prioritárias. No primeiro dia, os participantes se reuniram em grupos temáticos, no dia seguinte em grupos por sub-regiões da Bacia Hidrográfica da Billings, e no terceiro e último dia, em grupos de recomendações gerais para a bacia. Para a consolidação dos resultados deste último dia de trabalho, os participantes foram convocados para uma nova reunião, que ocorreu no dia 16 dezembro de 2002, no Instituto Goethe, em São Paulo.

Esta iniciativa foi resultado de uma parceria entre o Instituto Socioambiental, Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, Sub-Comitê de Bacia Hidrográfica da Billings, Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, Secretarias Municipais de Habitação e de Meio Ambiente do Município de São Paulo, Instituto Acqua, Associação Global de Desenvolvimento Sustentado - AGDS e Senac, e contou com o apoio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Fehidro, Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, Fundação Florestal, Sabesp, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras de São Paulo, Secretaria de Energia de São Paulo e Emae.

Destes trabalhos resultaram 12 mapas temáticos, com identificação de 168 áreas prioritárias, 4 mapas regionais e 1 mapa com os resultados consolidados para a Bacia, com 66 áreas, que foram apontadas pelos participantes como de importância para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings como manancial de abastecimento público. Cada uma destas áreas possui uma ficha com um conjunto de informações e recomendações de ação.

Dentre essas informações é possível verificar que a principal ameaça apontada pelos participantes é a expansão desordenada da ocupação urbana, constante em 33 das 66 áreas definidas como prioritárias na Bacia, seguida dos impactos previstos da construção do Rodoanel dentro dos limites da área de proteção aos mananciais, presente em 16 áreas prioritárias. Os participantes também apontaram problemas localizados, que incluem processos erosivos, pesca e caça ilegal e impactos nos pontos de captação de água.

Além dos mapas, os especialistas produziram um conjunto de recomendações gerais para a Bacia, que compreendem a implantação e ampliação das áreas protegidas sob a forma de Unidades de Conservação (UCs); um novo modelo de gestão, recuperação, manejo e operação do Reservatório Billings; estratégia de integração de políticas públicas para a gestão da Bacia Hidrográfica da Billings; desenvolvimento de alternativas econômicas compatíveis com a produção de água; fiscalização e monitoramento permanente do território; entre outras.

Os resultados do Seminário Billings 2002, apresentados nesta publicação, apontam ameaças e alternativas para se garantir condições ambientais adequadas para que esta importante bacia hidrográfica possa, cada vez mais, ser utilizada para abastecer a população da Região Metropolitana de São Paulo.

Os instrumentos para a adoção de políticas públicas eficientes para a reversão do quadro degradação deste manancial, que incluem a Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Billings, conforme preconizado na nova lei de proteção de mananciais, e a Lei de Cobrança pelo Uso da Água, no entanto, ainda dependem de aprovação legislativa e de regulamentação.

O desafio de consolidar um novo modelo de gestão, que priorize água de boa qualidade, reconheça a importância do seu uso para abastecimento público e que entenda que este é um recurso vital e finito continua existindo. A grande contribuição do Seminário Billings 2002 foi demonstrar que a reversão desse quadro, além de possível, é uma vontade compartilhada por diversos segmentos da sociedade.



1



2



3



4

Fotos 1 e 2 - Grupos temáticos durante o primeiro dia do Seminário.

3, 4 e 6 - Na manhã do segundo dia do Seminário, participantes observam os mapas produzidos pelos grupos temáticos.

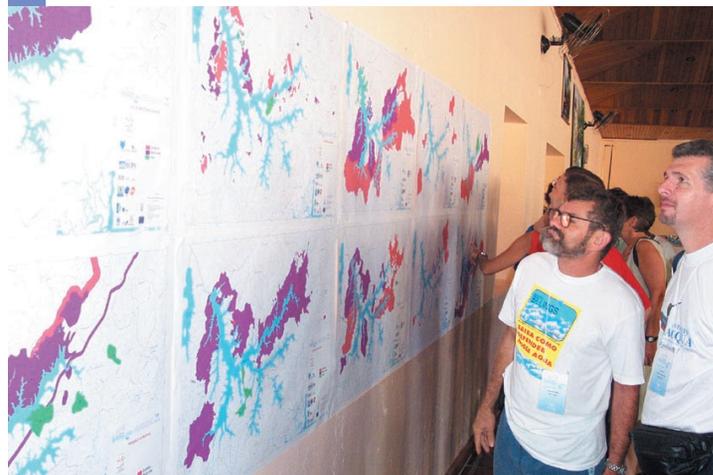
5 - Trabalho de grupo regional durante o segundo dia.

7 - Cerimônia de encerramento no Memorial da América Latina, em São Paulo, no dia 25/11/2003.

5



6



7



METODOLOGIA

A metodologia adotada para o Seminário Billings 2002 buscou estabelecer um processo contínuo de discussão e proposição de ações de recuperação e preservação da Bacia Hidrográfica da Billings, visando sua utilização para abastecimento público, de forma acumulativa, com a participação da comunidade científica e acadêmica, das organizações governamentais e não-governamentais, da comunidade empresarial e de movimentos sociais que possuem relação direta com os propósitos do trabalho.

Para tal, foram realizadas as seguintes etapas de trabalho:

Etapa I - Preparação e organização das informações disponíveis para a utilização no seminário

Organização e impressão do conjunto de mapas produzidos no âmbito do Diagnóstico Socioambiental da Billings (projeto realizado pelo ISA).

Estes mapas, em escala 1:50.000, foram impressos em papel sulfite e em vegetal, de forma a possibilitar a sobreposição dos temas, contendo as seguintes informações:

- Base cartográfica;
- Hidrografia;
- Cobertura florestal em 1999;
- Unidades de Conservação e outras áreas sob proteção legal existentes na região;
- Títulos e requerimentos minerários em 2000 e ocorrências de irregularidades relativas à mineração no período de 1978 a 1998;
- Áreas de disposição irregular de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- Pontos de monitoramento da qualidade da água; uso do solo em 1999;
- Expansão urbana 1989 a 1999;
- Evolução da cobertura florestal nativa (Mata Atlântica) no período de 1989 a 1999;
- Eixos de expansão da urbanização;
- Traçado proposto para o Rodoanel.

Etapa II - Seminário Billings 2002

O Seminário foi realizado na cidade de Ribeirão Pires, na Grande São Paulo, no período de 19 a 22 de novembro de 2002. Dentre os participantes estavam: representantes de organizações governamentais (federais, estaduais e municipais), organizações não governamentais, movimentos sociais, instituições de pesquisas públicas e privadas, representantes do setor empresarial, pesquisadores e imprensa.

Durante os três dias de imersão, os 193 especialistas foram divididos em grupos de trabalhos, da seguinte forma:

1º dia – 19/11/02 - Reunião de grupos temáticos, com elaboração de relatório de ações prioritárias e mapa de áreas prioritárias por tema;

2º dia – 20/11/02 - Reuniões de grupos integradores, com elaboração de relatório de ações prioritárias e mapa de áreas prioritárias por sub-região da Bacia Hidrográfica da Billings;

3º dia – 21/11/02 - Reunião de grupos de ações prioritárias - consolidação dos resultados regionais com relação aos tipos de ações mais importantes.

■ Reuniões de Grupos Temáticos (1º dia)

Os participantes foram reunidos em 12 grupos temáticos:

- Diversidade biológica;
- Áreas protegidas (UCs, Terras Indígenas e Áreas Tombadas);
- Produção hídrica;
- Qualidade da água;
- Pressão antrópica;
- Recuperação urbana;
- Mineração;
- Resíduos sólidos;
- Saneamento;
- Agricultura;
- Alternativas econômicas;
- Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação.

Cada grupo foi responsável pela definição de áreas prioritárias para o seu tema específico, considerando, no entanto, o elemento norteador e unificador proposto, que era a utilização da Billings para o abastecimento público. O grupo escolheu um Coordenador, que ficou responsável pela definição da forma de trabalho antes do início das discussões.

A definição das áreas prioritárias por temas obedeceu às seguintes categorias de prioridade:

- áreas de extrema importância (A);
- áreas de muita importância (B);
- áreas de alta importância (C).

Ao final dos trabalhos do primeiro dia, resultaram 12 mapas temáticos e um conjunto de áreas classificadas segundo as categorias acima citadas. As informações sobre cada uma das áreas foram registradas em uma ficha e introduzidas em um banco de dados durante o Seminário.

Os mapas produzidos pelos grupos temáticos foram digitalizados e impressos durante a noite, de forma a estarem disponíveis para o trabalho dos grupos regionais na manhã do dia seguinte.

■ Reuniões de Grupos Regionais (2º dia)

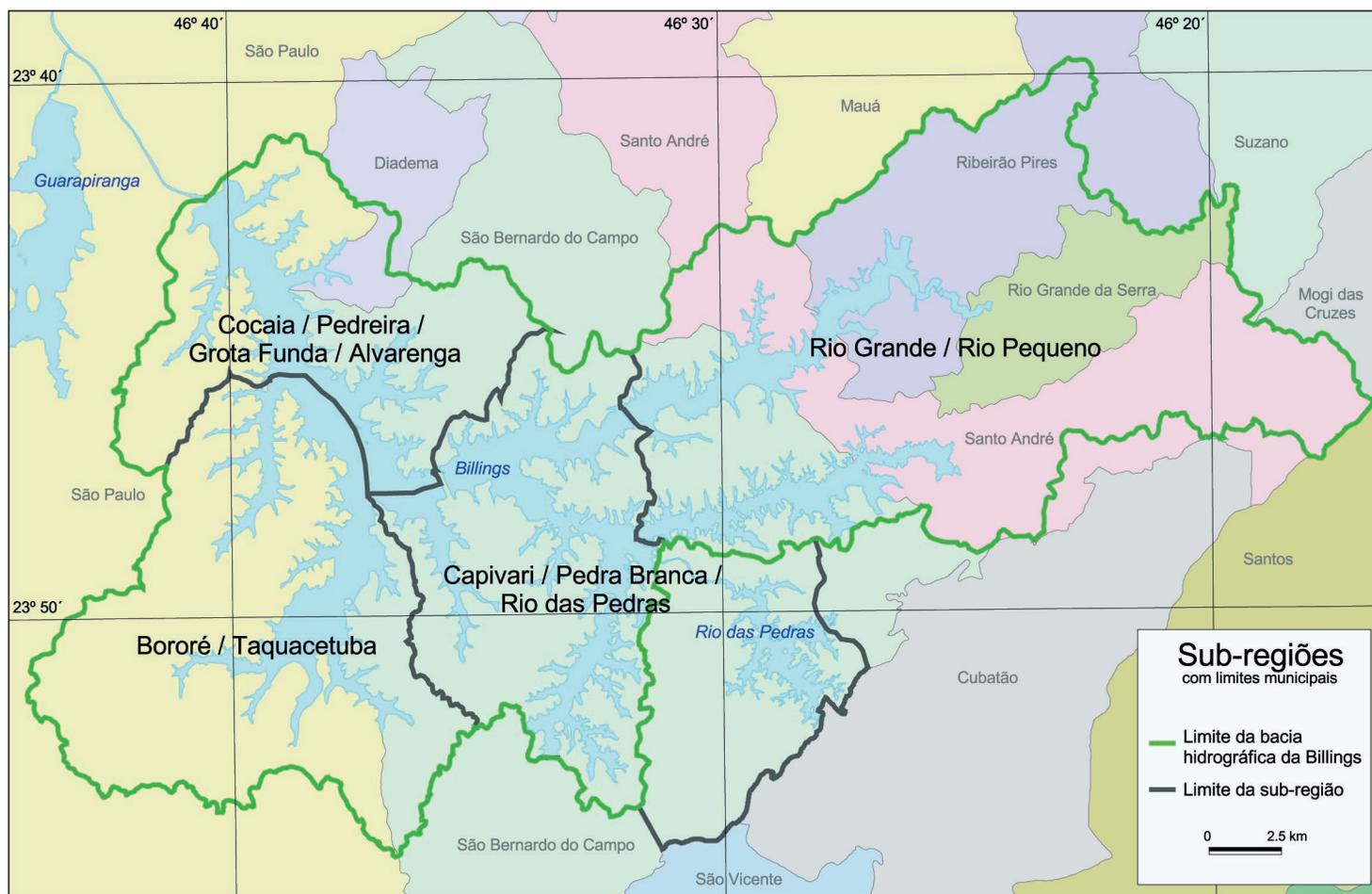
No segundo dia, os participantes se reuniram em quatro grupos regionais. Estes grupos ficaram responsáveis pela integração e consolidação dos resultados produzidos pelos Grupos Temáticos.

O objetivo de cada grupo foi produzir o mapa síntese de áreas prioritárias para cada sub-região e propor as respectivas ações prioritárias. A partir dos mapas com as áreas definidas pelos grupos temáticos, e respectivas fichas de dados, os grupos integradores identificaram locais com no mínimo duas coincidências de áreas consideradas de importância pelos Grupos Temáticos. Todas as áreas com sobreposição foram automaticamente consideradas como prioritárias para a região.

Os grupos foram divididos nas seguintes sub-regiões da Bacia Hidrográfica da Billings:

- Cocaia/Corpo Central/Grota Funda/Alvarenga;
- Pedra Branca/Capivari/Rio das Pedras;
- Rio Grande/Rio Pequeno;
- Taquacetuba/Bororé

Deste trabalho resultaram quatro mapas regionais e um conjunto de áreas definidas como prioritárias, com sua respectiva ficha de informações introduzidas em um banco de dados durante



o Seminário. Os mapas elaborados pelos grupos integradores foram digitalizados e impressos durante a noite, de forma a estarem disponíveis para a continuidade dos trabalhos na manhã do dia seguinte.

- Avaliação dos resultados regionais e reuniões de grupos de Ações Prioritárias (3º dia)

No terceiro e último dia de trabalho, os especialistas avaliaram e ajustaram as informações produzidas nos grupos regionais e se reuniram em nove grupos de recomendações e ações prioritárias:

- Estratégia e ações para implantação e ampliação de Unidades de Conservação;
- Gestão, recuperação, manejo e operação do Reservatório Billings;
- Estratégia e ações para integração das políticas públicas estaduais e regionais incidentes e interfaces com a Lei Específica e Plano de desenvolvimento e proteção ambiental da Billings;
- Estratégia e ações para a recuperação e manutenção de áreas degradadas por mineração e resíduos sólidos;
- Estratégia e ações para desenvolvimento de alternativas econômicas e incentivo à produção agrícola compatível com produção de água;
- Ações para recuperação urbana e implantação e melhoria do saneamento e estratégia para contenção de novas ocupações irregulares;
- Ações de fiscalização e estratégia de monitoramento permanente;
- Ações de Educação Ambiental;
- Ações para Pesquisa Científica.

Estes grupos foram responsáveis pela consolidação dos resultados regionais e proposição de estratégias para sua implementação, considerando, pelo menos, os seguintes aspectos: uso da água para abastecimento público; legal; institucional; tributários (incluindo incentivos); crédito/financiamento; oportunidades econômicas; populações residentes.

Etapa III - Monitoramento da implementação das recomendações do Seminário Billings 2002

Os resultados preliminares do Seminário foram apresentados no Memorial da América Latina no dia 25 de novembro de 2002. Os participantes do Seminário se reuniram no dia 16 de dezembro de 2002, no Instituto Goethe, para consolidar as recomendações e definiram a composição da Comissão de acompanhamento.

Esta comissão é composta pelas nove instituições da Comissão Coordenadora e um representante de cada um dos nove grupos de recomendações. Dentre as responsabilidades desta comissão está o acompanhamento e elaboração de relatórios a serem amplamente divulgados sobre o grau de implementação das recomendações do Seminário Billings 2002.

ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS

Ao final dos trabalhos do Seminário Billings 2002, foram identificadas 66 áreas prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings, visando o abastecimento público da RMSP. Deste total, 31 (47%) foram classificadas como de extrema importância, 24 (36,4%) como de muita importância e 11 (16,7%) como de alta importância.

Das áreas definidas como prioritárias, a sub-região Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga é a que apresenta, proporcionalmente, a maior incidência (80%) de áreas classificadas na categoria de extrema importância. A sub-região do Rio Grande/Rio Pequeno vem em seguida com 48%. A distribuição das áreas prioritárias nas quatro sub-regiões da Billings, constam da tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das áreas prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings, por sub-região, adotada no Seminário Billings 2002

| Região ⁽¹⁾ | Total de áreas | | Grau de importância para a intervenção | | | | | |
|-----------------------|----------------|------------------|--|------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | | | A ⁽²⁾ | | B ⁽²⁾ | | C ⁽²⁾ | |
| | n ^o | % ⁽³⁾ | n ^o | % ⁽⁴⁾ | n ^o | % | n ^o | % |
| CPA | 10 | 15,2 | 8 | 80,0 | 2 | 20,0 | - | - |
| CPR | 11 | 16,7 | 5 | 45,5 | 4 | 36,4 | 2 | 18,2 |
| RGP | 25 | 37,9 | 12 | 48,0 | 9 | 36,0 | 4 | 16,0 |
| TQB | 20 | 30,3 | 6 | 30,0 | 9 | 45,0 | 5 | 25,0 |
| Totais | 66 | 100,0 | 31 | 47,0 | 24 | 36,4 | 11 | 16,7 |

⁽¹⁾ CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga; CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras; RGP - Rio Grande/Rio Pequeno; TQB – Taquacetuba/Bororé.

⁽²⁾ A – áreas de extrema importância para intervenção; B – área de muita importância para intervenção; C – área de alta importância para intervenção.

⁽³⁾ Em relação ao total geral de áreas prioritárias.

⁽⁴⁾ Em relação ao total de áreas da sub-região.

Síntese das recomendações

A partir da avaliação detalhada das áreas prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings identificadas durante o Seminário Billings 2002, os participantes definiram recomendações de ações adequadas à situação específica de cada uma delas.

As opções de recomendações foram as seguintes:

- recuperação ambiental;
- recuperação urbana;
- criação de Unidades de Conservação (UCs);
- proteção, considerando outro instrumento que não fosse a criação de UCs;
- monitoramento e fiscalização permanente;
- uso sustentável dos recursos naturais.

No que se refere às recomendações principais, ou seja, a opção que obteve pontuação máxima em uma escala de 0 (não recomendada) a 3 (ação prioritária), é possível verificar que 37,9% das áreas identificadas têm como ação prioritária a recuperação urbana, resultado que traduz a preocupação dos participantes com a reversão do processo de degradação na Billings. Esta recomendação incide sobre 13.680,60 hectares, que correspondem a 23,5% da área total da Bacia.

A recomendação de uso sustentável dos recursos naturais, apontada como prioritária em 18,2% das áreas identificadas e que compreende 18,3% da área total da Bacia, demonstra a importância de se buscar alternativas que aliem o desenvolvimento desta região com a produção de água para abastecimento público.

As tabelas 2 e 3 apresentam, respectivamente, os resultados de forma consolidada por recomendação principal e por sub-região adotada no Seminário Billings 2002.

Tabela 2 – Principal ação recomendada para as áreas prioritárias para intervenção na Bacia Hidrográfica da Billings

| Principal ação recomendada (nível 3) | Total de áreas | | Área | |
|---|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | n ^o | % ⁽¹⁾ | hectares | % ⁽²⁾ |
| Criação de UCs | 8 | 12,1 | 8.744,97 | 15,0 |
| Monitoramento e fiscalização permanente | 11 | 16,7 | 8.250,70 | 14,2 |
| Novos estudos | - | - | - | - |
| Proteção (sem UC) | - | - | - | - |
| Recuperação ambiental | 10 | 15,2 | 6.124,18 | 10,5 |
| Recuperação urbana | 25 | 37,9 | 13.680,60 | 23,5 |
| Uso sustentável | 12 | 18,2 | 10.635,24 | 18,3 |
| Total | 66 | 100,00 | 47.435,69 | 81,4 |

⁽¹⁾ em relação ao total de áreas prioritárias para a intervenção.

⁽²⁾ em relação ao total da Bacia Hidrográfica da Billings (58.280,32 hectares).

Tabela 3 – Principal ação recomendada, por sub-região, adotada no Seminário Billings 2002

| Principal ação recomendada (nível 3) | Sub-regiões adotadas | | | | | | | |
|---|----------------------|------|----------------|------|----------------|------|----------------|------|
| | CPA | | CPR | | RGP | | TQB | |
| | n ^o | % | n ^o | % | n ^o | % | n ^o | % |
| Criação de UCs | - | - | 1 | 9,1 | 5 | 20,0 | 2 | 10,0 |
| Monitoramento e fiscalização permanente | - | - | 2 | 18,2 | 2 | 8,0 | 7 | 35,0 |
| Novos estudos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proteção (sem UC) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Recuperação ambiental | 5 | 50,0 | - | - | 5 | 20,0 | - | - |
| Recuperação urbana | 5 | 50,0 | 5 | 45,5 | 10 | 40,0 | 5 | 25,0 |
| Uso sustentável | - | - | 3 | 27,3 | 3 | 12,0 | 6 | 30,0 |
| Total | 10 | | 11 | | 25 | | 20 | |

⁽¹⁾ CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga; CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras; RGP - Rio Grande/Rio Pequeno; TQB – Taquacetuba/Bororé.

⁽²⁾ em relação ao total da Bacia Hidrográfica da Billings (58.280,32 hectares).



Ocupação urbana, região do Braço do Cocaia, São Paulo

Além da recomendação principal (pontuação igual a 3), os participantes do Seminário Billings indicaram outras ações necessárias para garantir a reversão dos processos de degradação existentes na Bacia, que são apresentadas na tabela 4.

| Tabela 4 - Recomendações de ação para as áreas prioritárias da Bacia Hidrográfica da Billings | | | | |
|---|--|----------------|------------------|------------------|
| Recomendação de ação | Grau de importância da recomendação ⁽¹⁾ | Total de áreas | Hectares | % ⁽²⁾ |
| Uso sustentável | 1 | 10 | 3.261,49 | 5,60 |
| | 2 | 25 | 18.891,67 | 32,42 |
| | 3 | 12 | 10.635,24 | 18,25 |
| | | 52 | 32.788,39 | 56,26 |
| Recuperação ambiental | 1 | 10 | 9.906,00 | 17,00 |
| | 2 | 40 | 22.933,84 | 39,35 |
| | 3 | 10 | 6.124,18 | 10,51 |
| | | 56 | 38.964,02 | 66,86 |
| Recuperação urbana | 1 | 17 | 16.799,65 | 28,83 |
| | 2 | 8 | 6.309,79 | 10,83 |
| | 3 | 25 | 13.680,60 | 23,47 |
| | | 53 | 36.790,04 | 63,13 |
| Proteção (sem UC) | 1 | 5 | 2.690,70 | 4,62 |
| | 2 | 17 | 16.919,52 | 29,03 |
| | 3 | | | - |
| | | 17 | 19.610,22 | 33,65 |
| Novos estudos | 1 | 7 | 4.126,23 | 7,08 |
| | 2 | 30 | 27.738,24 | 47,59 |
| | 3 | | | - |
| | | 34 | 31.864,47 | 54,67 |
| Monitoramento e fiscalização permanente | 1 | 3 | 3.257,02 | 5,59 |
| | 2 | 51 | 35.635,22 | 61,14 |
| | 3 | 11 | 8.250,70 | 14,16 |
| | | 65 | 47.142,94 | 80,89 |
| Criação de UCs | 1 | 2 | 1.232,02 | 2,11 |
| | 2 | 3 | 2.425,27 | 4,16 |
| | 3 | 8 | 8.744,97 | 15,01 |
| | | 20 | 12.402,26 | 21,28 |

⁽¹⁾ de 1 a 3 = ordem crescente de importância.

⁽²⁾ em relação ao total da Bacia Hidrográfica da Billings (58.280,32 hectares).



Ocupação urbana dispersa, Braço do Rio Grande, Santo André

Grau de instabilidade

Um aspecto que merece destaque é a avaliação do grau de instabilidade das áreas prioritárias para conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings. Este índice foi obtido através da pontuação dada pelos participantes para o grau de pressão antrópica (expansão da mancha urbana, desmatamento, entre outros) e de impacto dos eixos de desenvolvimento (sistema viário existente e propostos, acessos, entre outros) sobre cada uma das áreas.

Segundo as análises produzidas pelos especialistas reunidos no Seminário Billings 2002, 84,8% das áreas identificadas como prioritárias já estão sofrendo impactos, ou sofrerão em um futuro próximo, caso as atuais tendências de evolução da ocupação desordenada na região sejam mantidas.

Na tabela 5, que resume estas informações, é possível verificar que as áreas mais ameaçadas (grau de instabilidade máximo e alto) são justamente as identificadas como de extrema importância e de muito alta importância para a intervenção na região.

A análise por sub-regiões permite verificar que dentre as áreas identificadas como prioritárias no Seminário, as que encontram-se mais ameaçadas estão na região do Rio Grande/Rio Pequeno, com 64% sobre pressão alta e máxima, seguida da região Taquacetuba/Bororé, com 55%. Conforme a tabela 6.

| Tabela 5 - Grau de instabilidade das áreas prioritárias para a conservação, recuperação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings, em relação à pressão antrópica e eixos de desenvolvimento | | | | | | | | | |
|--|-----------|-----------------------|------------|---------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Grau ⁽¹⁾ | Total | máxima ⁽²⁾ | | alta ⁽³⁾ | | média ⁽⁴⁾ | | baixa ⁽⁵⁾ | |
| | | nº | % | nº | % | nº | % | nº | % |
| A | 31 | 4 | 12,9 | 14 | 45,2 | 7 | 22,6 | 6 | 19,4 |
| B | 24 | - | - | 13 | 54,2 | 8 | 33,3 | 3 | 12,5 |
| C | 11 | - | - | 6 | 54,5 | 4 | 36,4 | 1 | 9,1 |
| Totais | 66 | 4 | 6,1 | 33 | 50,0 | 19 | 28,8 | 10 | 15,2 |

⁽¹⁾ A – áreas de extrema importância para intervenção;

B – área de muita importância para intervenção;

C – área de alta importância para intervenção.

⁽²⁾ Pontuação igual a 7.

⁽³⁾ Pontuação entre 6 e 5.

⁽⁴⁾ Pontuação entre 4 e 3.

⁽⁵⁾ Pontuação entre 2 e 1.

| Tabela 6 - Grau de instabilidade por sub-região adotado no Seminário Billings 2002, em relação à pressão antrópica e eixos de desenvolvimento | | | | | | | | | |
|---|-------|-----------------------|------|---------------------|------|----------------------|------|----------------------|------|
| Sub região ⁽¹⁾ | Total | máxima ⁽²⁾ | | alta ⁽³⁾ | | média ⁽⁴⁾ | | baixa ⁽⁵⁾ | |
| | | nº | % | nº | % | nº | % | nº | % |
| CPA | 10 | 1 | 10,0 | 3 | 30,0 | 2 | 20,0 | 4 | 40,0 |
| CPR | 11 | - | - | 3 | 27,3 | 6 | 54,5 | 2 | 18,2 |
| RGP | 25 | 2 | 8,0 | 16 | 64,0 | 3 | 12,0 | 4 | 16,0 |
| TQB | 20 | 1 | 5,0 | 11 | 55,0 | 8 | 40,0 | - | - |

⁽¹⁾ CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga;

CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras;

RGP - Rio Grande/Rio Pequeno;

TQB – Taquacetuba/Bororé.

⁽²⁾ Pontuação igual a 7.

⁽³⁾ Pontuação entre 6 e 5.

⁽⁴⁾ Pontuação entre 4 e 3.

⁽⁵⁾ Pontuação entre 2 e 1.

Grau de prioridade para a intervenção

A análise integrada do grau de instabilidade e do grau de prioridade para a conservação, recuperação e uso sustentável definido pelos participantes para cada uma das áreas, tem como resultado o *Grau de prioridade para a intervenção*.

Este indicador tem como objetivo separar as 66 áreas prioritárias, identificadas durante o Seminário Billings 2002, segundo o prazo da necessidade de intervenção. Desta forma, é possível segregar as áreas de maior importância ambiental e social que estão sob alta pressão e que, portanto, requerem intervenções imediatas, daquelas que estão em situação relativamente mais estável, podendo ser atendidas no médio e longo prazo.

Neste sentido, a separação das áreas por prioridade de intervenção constitui-se em um importante instrumento de planejamento de ações na região, que é fundamental ao se considerar a grande quantidade de áreas identificadas como relevantes e a capacidade limitada de atender a todas as demandas.

As tabelas a seguir apresentam os resultados da aplicação deste indicador para as principais recomendações definidas no Seminário Billings 2002. Os valores indicados referem-se a: ações de curto prazo (pontuação de 9 a 10), ações de médio prazo (pontuação de 6 a 8), ações de longo prazo (pontuação de 5 a 3).

Cabe ressaltar que a aplicação deste indicador para as principais recomendações não invalida a definição de prioridades das mesmas feitas pelos grupos regionais, ao contrário, ele traz um novo subsídio para o planejamento do conjunto de ações necessárias para a recuperação, conservação e uso sustentável da Bacia Hidrográfica da Billings.

Chave de leitura para grau de prioridade de intervenção (tabelas 7 a 13)

⁽¹⁾ CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga;
CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras;
RGP - Rio Grande/Rio Pequeno;
TQB – Taquacetuba/Bororé

⁽²⁾ A – áreas de extrema importância para intervenção;
B – área de muita importância para intervenção;
C – área de alta importância para intervenção

⁽³⁾ Grau de instabilidade:
máximo = 7; alto = entre 6 e 5; médio = entre 4 e 3; baixo = entre 2 e 1

⁽⁴⁾ Grau de prioridade para intervenção:
curto prazo = de 9 a 10; médio prazo = de 6 a 8; longo prazo = de 5 a 3.

Tabela 7 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de criação de Unidades de Conservação (UCs)

| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| CPR006 | B | 2 | 4 |
| RGP001 | A | 2 | 5 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| RGP009 | A | 5 | 8 |
| RGP018 | A | 5 | 8 |
| RGP021 | A | 3 | 6 |
| RGP025 | B | 5 | 7 |
| TQB002 | A | 6 | 9 |
| TQB004 | B | 6 | 8 |
| TQB005 | A | 6 | 9 |
| TQB006 | C | 3 | 4 |
| TQB012 | A | 6 | 9 |

Tabela 8 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de monitoramento e fiscalização permanente

| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| CPA001 | A | 2 | 5 |
| CPA002 | A | 3 | 6 |
| CPA003 | B | 3 | 5 |
| CPA004 | A | 6 | 9 |
| CPA005 | A | 5 | 8 |
| CPA006 | B | 5 | 7 |
| CPA007 | A | 2 | 5 |
| CPA008 | A | 2 | 5 |
| CPA009 | A | 2 | 5 |
| CPR001 | A | 4 | 7 |
| CPR002 | A | 4 | 7 |
| CPR003 | A | 4 | 7 |
| CPR004 | B | 2 | 4 |
| CPR005 | A | 4 | 7 |
| CPR006 | B | 2 | 4 |
| CPR007 | B | 6 | 8 |
| CPR008 | A | 6 | 9 |
| CPR009 | C | 3 | 4 |
| CPR010 | B | 6 | 8 |
| CPR011 | C | 4 | 5 |
| RGP001 | A | 2 | 5 |
| RGP002 | B | 4 | 6 |
| RGP003 | B | 5 | 7 |
| RGP004 | A | 6 | 9 |
| RGP005 | B | 6 | 8 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP007 | C | 5 | 6 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| RGP009 | A | 5 | 8 |
| RGP010 | A | 5 | 8 |
| RGP011 | B | 6 | 8 |
| RGP012 | A | 6 | 9 |
| RGP013 | A | 6 | 9 |
| RGP014 | C | 5 | 6 |
| RGP015 | C | 6 | 7 |
| RGP016 | B | 5 | 7 |
| RGP017 | A | 7 | 10 |
| RGP018 | A | 5 | 8 |
| RGP019 | B | 6 | 8 |
| RGP020 | B | 3 | 5 |
| RGP021 | A | 3 | 6 |
| RGP022 | B | 2 | 4 |
| RGP023 | C | 2 | 3 |
| RGP024 | A | 2 | 5 |

cont. Tabela 8

| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| TQB001 | A | 7 | 10 |
| TQB002 | A | 6 | 9 |
| TQB003 | C | 5 | 6 |
| TQB004 | B | 6 | 8 |
| TQB005 | A | 6 | 9 |
| TQB006 | C | 3 | 4 |
| TQB007 | C | 5 | 6 |
| TQB008 | B | 4 | 6 |
| TQB009 | B | 5 | 7 |
| TQB010 | C | 4 | 5 |
| TQB011 | B | 3 | 5 |
| TQB012 | A | 6 | 9 |
| TQB013 | A | 3 | 6 |
| TQB014 | A | 6 | 9 |
| TQB015 | B | 6 | 8 |
| TQB016 | B | 5 | 7 |
| TQB017 | C | 5 | 6 |
| TQB018 | B | 4 | 6 |
| TQB019 | B | 4 | 6 |
| TQB020 | B | 3 | 5 |

| Tabela 9 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de necessidade de estudos* | | | |
|---|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
| CPA002 | A | 3 | 6 |
| CPA003 | B | 3 | 5 |
| CPA009 | A | 2 | 5 |
| CPR001 | A | 4 | 7 |
| CPR002 | A | 4 | 7 |
| CPR003 | A | 4 | 7 |
| CPR004 | B | 2 | 4 |
| CPR005 | A | 4 | 7 |
| CPR006 | B | 2 | 4 |
| CPR007 | B | 6 | 8 |
| CPR008 | A | 6 | 9 |
| CPR009 | C | 3 | 4 |
| CPR010 | B | 6 | 8 |
| RGP001 | A | 2 | 5 |
| RGP002 | B | 4 | 6 |
| RGP003 | B | 5 | 7 |
| RGP004 | A | 6 | 9 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP007 | C | 5 | 6 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| RGP009 | A | 5 | 8 |
| RGP014 | C | 5 | 6 |
| RGP017 | A | 7 | 10 |
| RGP018 | A | 5 | 8 |
| RGP020 | B | 3 | 5 |
| RGP021 | A | 3 | 6 |
| RGP022 | B | 2 | 4 |
| RGP023 | C | 2 | 3 |
| RGP024 | A | 2 | 5 |
| RGP025 | B | 5 | 7 |
| TQB004 | B | 6 | 8 |
| TQB010 | C | 4 | 5 |
| TQB011 | B | 3 | 5 |
| TQB012 | A | 6 | 9 |
| TQB014 | A | 6 | 9 |
| TQB019 | B | 4 | 6 |
| TQB020 | B | 3 | 5 |

* Para tipo de estudo proposto, ver ficha da respectiva área prioritária.

Chave de leitura para grau de prioridade de intervenção (tabelas 7 a 13)

⁽¹⁾ CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga;
CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras;
RGP - Rio Grande/Rio Pequeno;
TQB – Taquacetuba/Bororé

⁽²⁾ A – áreas de extrema importância para intervenção;
B – área de muita importância para intervenção;
C – área de alta importância para intervenção

⁽³⁾ Grau de instabilidade:
máximo = 7; alto = entre 6 e 5; médio = entre 4 e 3; baixo = entre 2 e 1

⁽⁴⁾ Grau de prioridade para intervenção:
curto prazo = de 9 a 10; médio prazo = de 6 a 8; longo prazo = de 5 a 3.

| Tabela 10 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de proteção (outro instrumento que não seja a criação de UCs)* | | | |
|--|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
| CPA001 | A | 2 | 5 |
| CPA002 | A | 3 | 6 |
| CPA003 | B | 3 | 5 |
| CPA004 | A | 6 | 9 |
| CPA005 | A | 5 | 8 |
| CPA006 | B | 5 | 7 |
| CPR001 | A | 4 | 7 |
| CPR002 | A | 4 | 7 |
| CPR003 | A | 4 | 7 |
| CPR004 | B | 2 | 4 |
| CPR005 | A | 4 | 7 |
| CPR007 | B | 6 | 8 |
| CPR008 | A | 6 | 9 |
| CPR010 | B | 6 | 8 |
| CPR011 | C | 4 | 5 |
| RGP003 | B | 5 | 7 |
| RGP004 | A | 6 | 9 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP007 | C | 5 | 6 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| TQB019 | B | 4 | 6 |
| TQB020 | B | 3 | 5 |

* Para tipo de instrumento proposto, ver ficha da respectiva área prioritária.

| Tabela 11 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de recuperação ambiental | | | |
|--|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
| CPA001 | A | 2 | 5 |
| CPA002 | A | 3 | 6 |
| CPA003 | B | 3 | 5 |
| CPA004 | A | 6 | 9 |
| CPA005 | A | 5 | 8 |
| CPA006 | B | 5 | 7 |
| CPA007 | A | 2 | 5 |
| CPA008 | A | 2 | 5 |
| CPA009 | A | 2 | 5 |
| CPA010 | A | 7 | 10 |
| CPR001 | A | 4 | 7 |
| CPR002 | A | 4 | 7 |
| CPR003 | A | 4 | 7 |
| CPR005 | A | 4 | 7 |
| CPR007 | B | 6 | 8 |
| CPR008 | A | 6 | 9 |
| CPR010 | B | 6 | 8 |
| CPR011 | C | 4 | 5 |

cont. Tabela 11

| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| RGP002 | B | 4 | 6 |
| RGP003 | B | 5 | 7 |
| RGP004 | A | 6 | 9 |
| RGP005 | B | 6 | 8 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP007 | C | 5 | 6 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| RGP009 | A | 5 | 8 |
| RGP010 | A | 5 | 8 |
| RGP011 | B | 6 | 8 |
| RGP012 | A | 6 | 9 |
| RGP013 | A | 6 | 9 |
| RGP014 | C | 5 | 6 |
| RGP015 | C | 6 | 7 |
| RGP016 | B | 5 | 7 |
| RGP017 | A | 7 | 10 |
| RGP018 | A | 5 | 8 |
| RGP019 | B | 6 | 8 |
| RGP020 | B | 3 | 5 |
| RGP022 | B | 2 | 4 |
| RGP023 | C | 2 | 3 |
| RGP024 | A | 2 | 5 |
| RGP025 | B | 5 | 7 |
| TQB001 | A | 7 | 10 |
| TQB002 | A | 6 | 9 |
| TQB003 | C | 5 | 6 |
| TQB004 | B | 6 | 8 |
| TQB005 | A | 6 | 9 |
| TQB007 | C | 5 | 6 |
| TQB008 | B | 4 | 6 |
| TQB009 | B | 5 | 7 |
| TQB010 | C | 4 | 5 |
| TQB011 | B | 3 | 5 |
| TQB012 | A | 6 | 9 |
| TQB013 | A | 3 | 6 |
| TQB014 | A | 6 | 9 |
| TQB015 | B | 6 | 8 |
| TQB016 | B | 5 | 7 |
| TQB017 | C | 5 | 6 |
| TQB018 | B | 4 | 6 |
| TQB019 | B | 4 | 6 |
| TQB020 | B | 3 | 5 |

Tabela 12 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de recuperação urbana

| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| CPA001 | A | 2 | 5 |
| CPA002 | A | 3 | 6 |
| CPA003 | B | 3 | 5 |
| CPA004 | A | 6 | 9 |
| CPA005 | A | 5 | 8 |
| CPA006 | B | 5 | 7 |
| CPA010 | A | 7 | 10 |
| CPR001 | A | 4 | 7 |
| CPR003 | A | 4 | 7 |
| CPR005 | A | 4 | 7 |
| CPR007 | B | 6 | 8 |
| CPR008 | A | 6 | 9 |
| CPR010 | B | 6 | 8 |
| CPR011 | C | 4 | 5 |
| RGP002 | B | 4 | 6 |
| RGP003 | B | 5 | 7 |
| RGP004 | A | 6 | 9 |
| RGP005 | B | 6 | 8 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP007 | C | 5 | 6 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| RGP009 | A | 5 | 8 |
| RGP010 | A | 5 | 8 |
| RGP011 | B | 6 | 8 |
| RGP012 | A | 6 | 9 |
| RGP013 | A | 6 | 9 |
| RGP015 | C | 6 | 7 |
| RGP016 | B | 5 | 7 |
| RGP017 | A | 7 | 10 |
| RGP018 | A | 5 | 8 |
| RGP019 | B | 6 | 8 |
| RGP020 | B | 3 | 5 |
| RGP022 | B | 2 | 4 |
| RGP023 | C | 2 | 3 |
| RGP024 | A | 2 | 5 |
| RGP025 | B | 5 | 7 |
| TQB001 | A | 7 | 10 |
| TQB003 | C | 5 | 6 |
| TQB004 | B | 6 | 8 |
| TQB005 | A | 6 | 9 |
| TQB006 | C | 3 | 4 |
| TQB008 | B | 4 | 6 |
| TQB011 | B | 3 | 5 |
| TQB012 | A | 6 | 9 |
| TQB013 | A | 3 | 6 |

cont. Tabela 12

| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| TQB014 | A | 6 | 9 |
| TQB015 | B | 6 | 8 |
| TQB016 | B | 5 | 7 |
| TQB017 | C | 5 | 6 |
| TQB018 | B | 4 | 6 |

Chave de leitura para grau de prioridade de intervenção (tabelas 7 a 13)

- ⁽¹⁾ CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga;
CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras;
RGP - Rio Grande/Rio Pequeno;
TQB – Taquacetuba/Bororé
- ⁽²⁾ A – áreas de extrema importância para intervenção;
B – área de muita importância para intervenção;
C – área de alta importância para intervenção
- ⁽³⁾ Grau de instabilidade:
máximo = 7; alto = entre 6 e 5; médio = entre 4 e 3; baixo = entre 2 e 1
- ⁽⁴⁾ Grau de prioridade para intervenção:
curto prazo = de 9 a 10; médio prazo = de 6 a 8; longo prazo = de 5 a 3.



Áreas agrícolas, Braço Taquacetuba, São Paulo

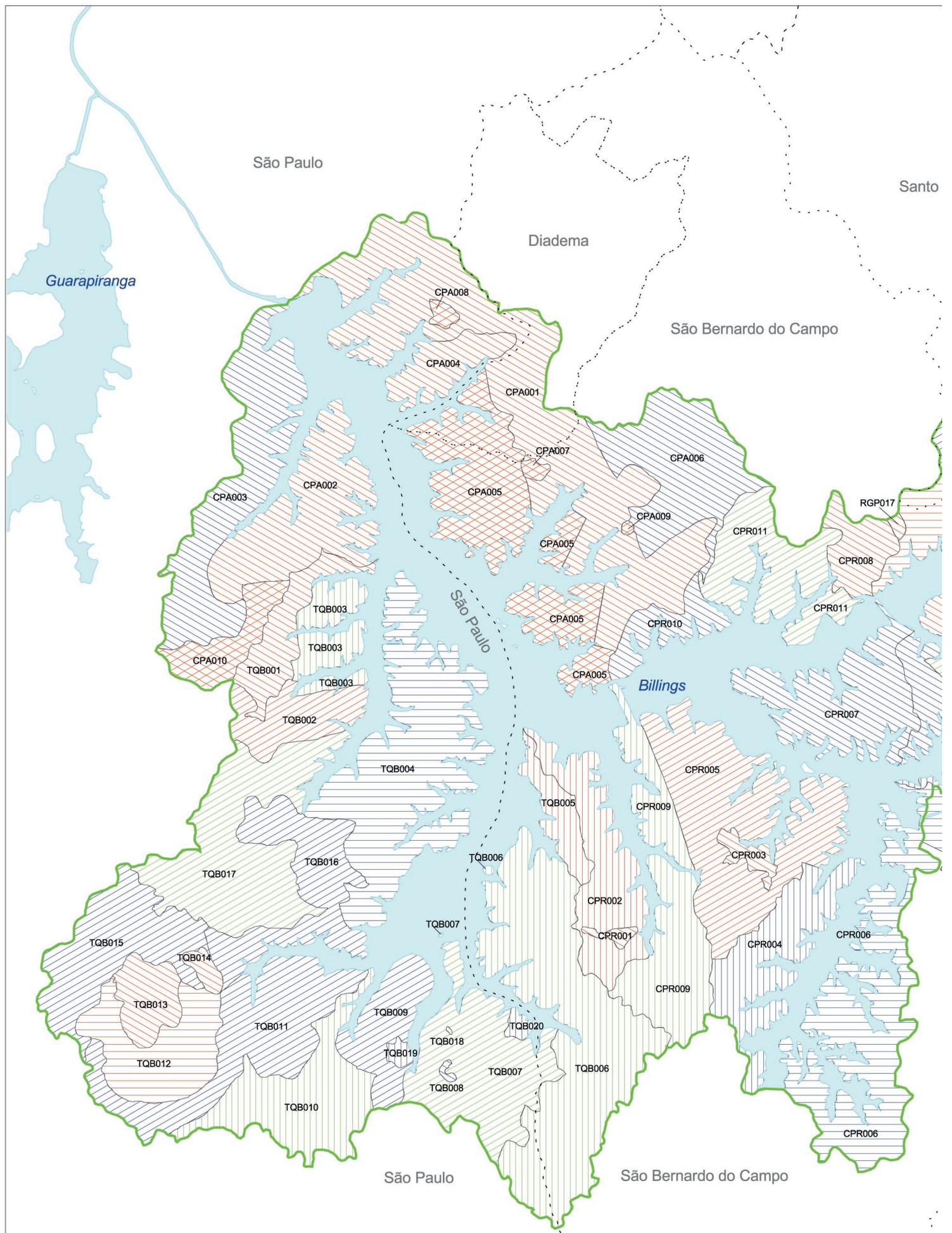
| Tabela 13 - Grau de prioridade de intervenção para a recomendação de uso sustentável dos recursos naturais | | | |
|--|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
| CPA004 | A | 6 | 9 |
| CPA005 | A | 5 | 8 |
| CPR001 | A | 4 | 7 |
| CPR002 | A | 4 | 7 |
| CPR003 | A | 4 | 7 |
| CPR004 | B | 2 | 4 |
| CPR005 | A | 4 | 7 |
| CPR007 | B | 6 | 8 |
| CPR009 | C | 3 | 4 |
| CPR011 | C | 4 | 5 |
| RGP001 | A | 2 | 5 |
| RGP002 | B | 4 | 6 |
| RGP004 | A | 6 | 9 |
| RGP005 | B | 6 | 8 |
| RGP006 | A | 7 | 10 |
| RGP008 | A | 6 | 9 |
| RGP009 | A | 5 | 8 |
| RGP010 | A | 5 | 8 |
| RGP011 | B | 6 | 8 |
| RGP012 | A | 6 | 9 |
| RGP013 | A | 6 | 9 |
| RGP014 | C | 5 | 6 |
| RGP015 | C | 6 | 7 |
| RGP016 | B | 5 | 7 |
| RGP017 | A | 7 | 10 |
| RGP018 | A | 5 | 8 |
| RGP019 | B | 6 | 8 |
| RGP020 | B | 3 | 5 |
| RGP021 | A | 3 | 6 |
| RGP022 | B | 2 | 4 |
| RGP024 | A | 2 | 5 |
| RGP025 | B | 5 | 7 |
| TQB002 | A | 6 | 9 |
| TQB003 | C | 5 | 6 |
| TQB004 | B | 6 | 8 |
| TQB005 | A | 6 | 9 |
| TQB006 | C | 3 | 4 |
| TQB007 | C | 5 | 6 |
| TQB009 | B | 5 | 7 |
| TQB010 | C | 4 | 5 |
| TQB011 | B | 3 | 5 |
| TQB012 | A | 6 | 9 |
| TQB014 | A | 6 | 9 |
| TQB016 | B | 5 | 7 |

cont. Tabela 13

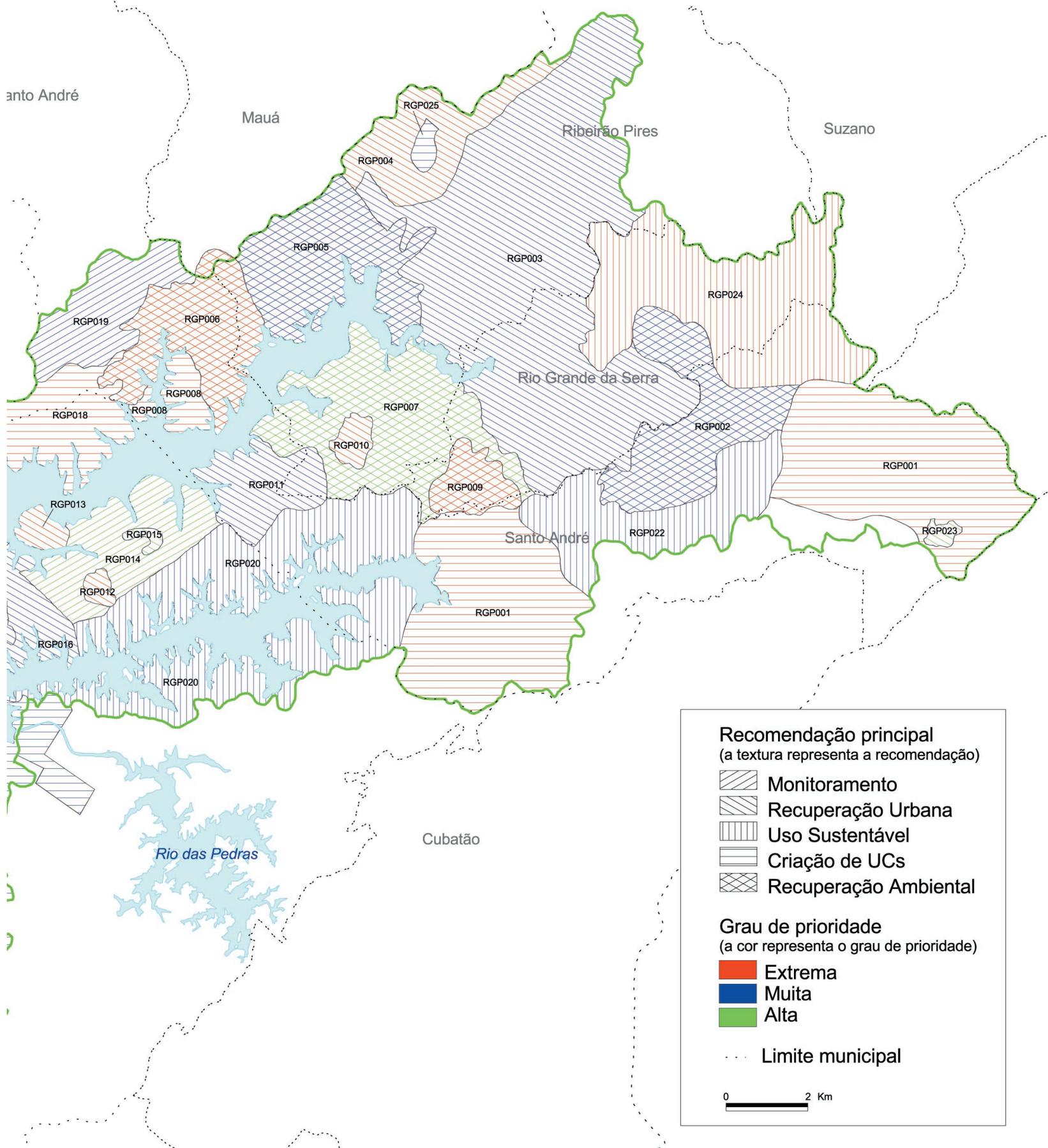
| Área ⁽¹⁾ | Grau de importância ⁽²⁾ | Grau de instabilidade ⁽³⁾ | Grau de prioridade para intervenção ⁽⁴⁾ |
|---------------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| TQB017 | C | 5 | 6 |
| TQB019 | B | 4 | 6 |
| TQB020 | B | 3 | 5 |

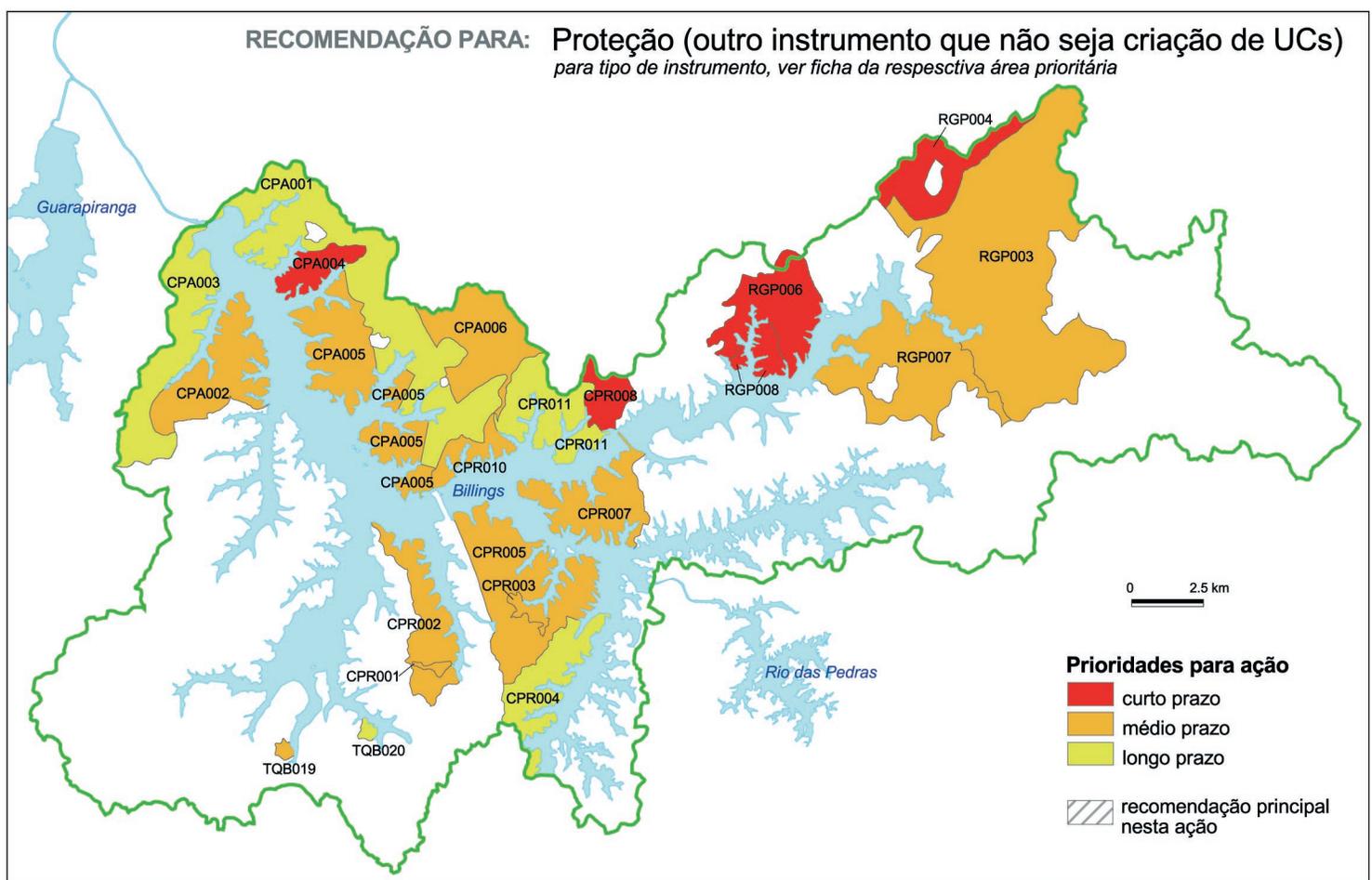
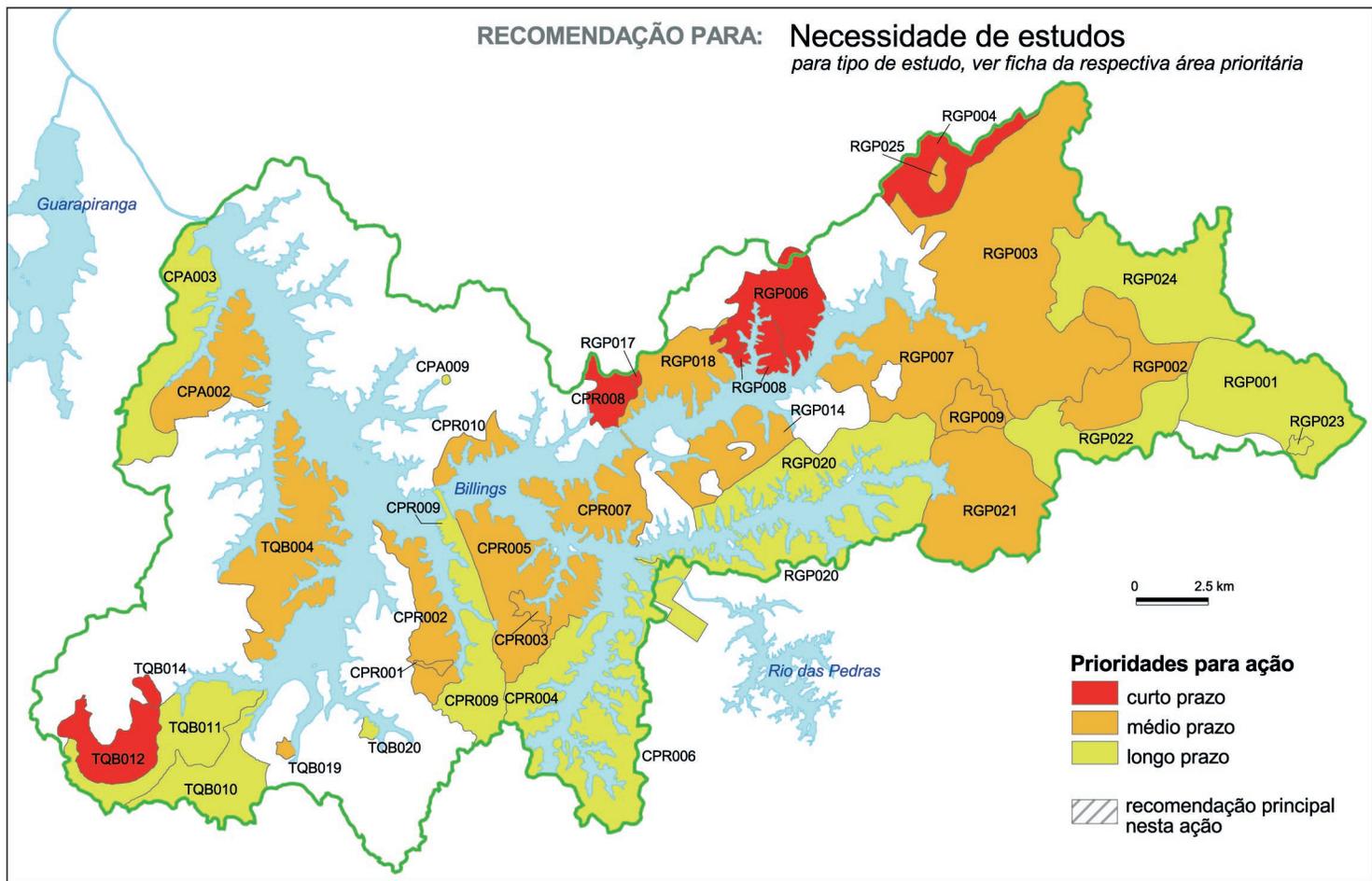


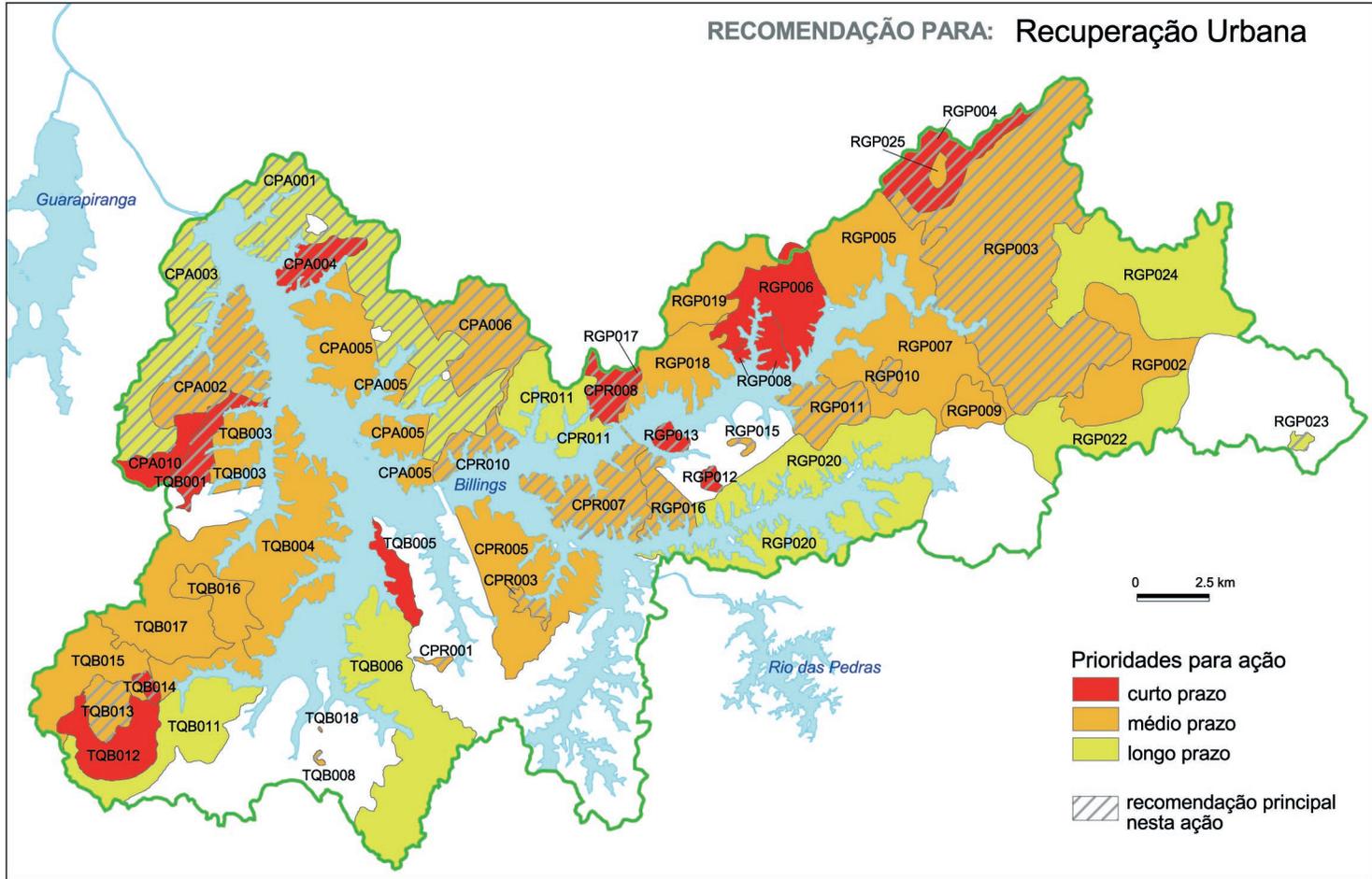
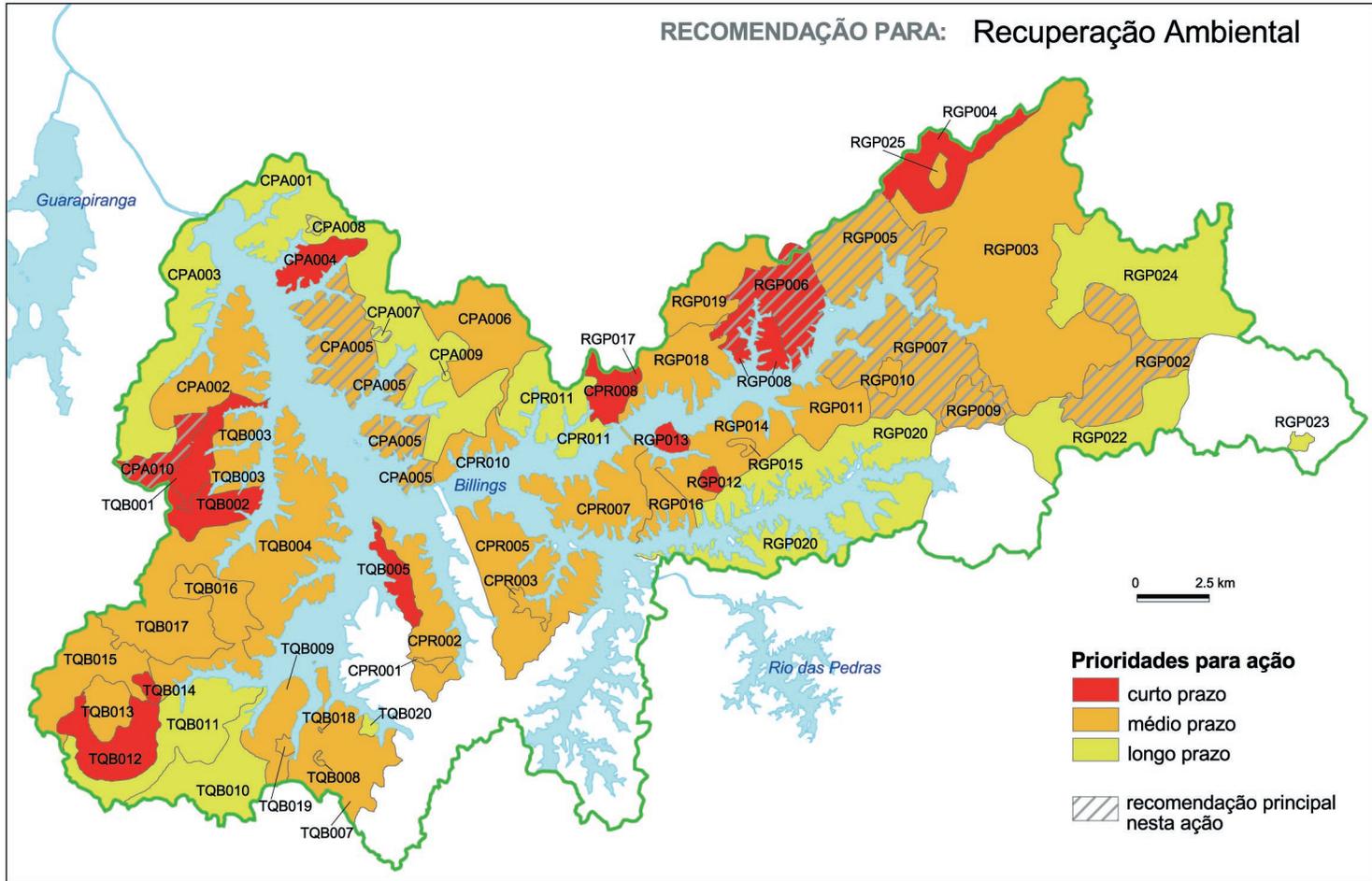
Braço do Rio Pequeno, Santo André



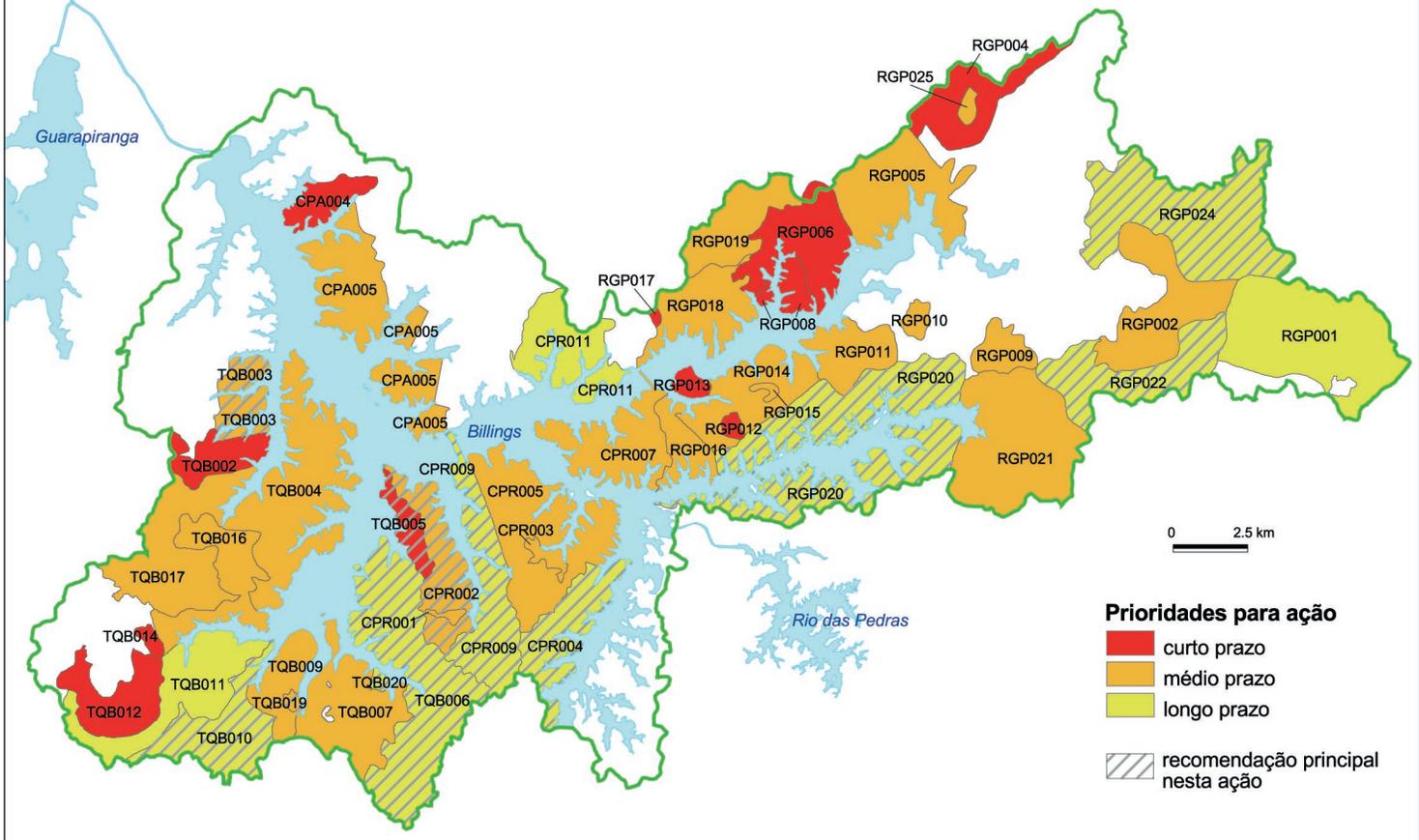
ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BILLINGS







RECOMENDAÇÃO PARA: Uso Sustentável dos Recursos



Áreas prioritárias por sub-regiões
da Bacia Hidrográfica da Billings

Chaves de graduação para Áreas Prioritárias

| | |
|------------------------------------|--|
| Grau de prioridade | Critério adotado pelos grupos para componentes do grau de instabilidade |
| A – área de extrema importância | 0 = sem informação |
| B – área de muito alta importância | 1 = baixo |
| C – área de muita importância | 2 = médio |
| Recomendação de ação | 3 = alto |
| Prioritária: igual a 3 | Sub-regiões da Bacia Hidrográfica da Billings |
| Média: igual a 2 | CPA – Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga |
| Baixa: igual a 1 | CPR – Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras |
| Nenhuma: igual a 0 | RGP – Rio Grande/Rio Pequeno |
| Grau de instabilidade | TQB – Taquacetuba/Bororé |
| Máxima: igual a 7 | |
| Alta: entre 6 e 5 | |
| Média: entre 4 e 3 | |
| Baixa: inferior ou igual a 2 | |

ÍNDICE REMISSIVO DAS FICHAS DOS GRUPOS REGIONAIS

| Tópicos | Palavras-chave | Fichas regionais | Nº de ocorrências |
|--|---|--|-------------------|
| Assoreamento | Assoreamento, movimento de terra | CPR 007, RGP 006 e RGP 009 | 03 |
| Caça e pesca ilegais | Caça ilegal, caça predatória, pesca ilegal, extrativismo, atividade pesqueira irregular | CPR 001, CPR 002, CPR 003, CPR 004, CPR 005 e CPR 006 | 06 |
| Desmatamento | Desmatamento, desmatamentos | CPR 002, CPR 004, CPR 005, TQB 010 e RGP 017 | 05 |
| Erosão | Processos erosivos, riscos de erosão, potencial de erosão, controle de erosão | CPR 001, CPR 002, CPR 003, CPR 006, RGP 003, RGP 009, RGP 010, RGP 011, RGP 012, RGP 015 e RGP 024 | 11 |
| Espécies ameaçadas | Presença de espécies ameaçadas de extinção, fauna, flora | CPR 002, CPR 004, CPR 009, RGP 002, RGP 009, RGP 020, RGP 021, RGP 022, RGP 024 e TQB 010 | 10 |
| Impactos do Rodoanel | Rodoanel, traçado do Rodoanel, impacto do Rodoanel | CPR 008, CPR 010, CPR 011, TQB 001, TQB 002, TQB 003, TQB 004, CPA 006, CPA 010, RGP 003, RGP 005, RGP 006, RGP 008, RGP 016, RGP 018 e RGP 019 | 16 |
| Impactos na captação de água | Área de captação, proximidade de área de captação de água, Captação Sabesp, Abastecimento público, área de captação, ETA Rio Grande | CPR 006, CPR 007, CPR 008 e RGP 017 | 04 |
| Incêndio | Riscos de incêndio | CPR 004 | 01 |
| Lançamento de esgoto | Cargas poluidoras, despejo de esgoto, esgoto sem tratamento, vazamento de esgoto | CPA 001, CPA 002, CPA 005, CPA 006, RGP 006, RGP 016, RGP 017, CPR 005, CPR 010, TQB 006, TQB 014 e TQB 015 | 12 |
| Mata ciliar | Recomposição de mata ciliar, recuperação de margens | CPR 001, CPR 002, CPR 003, CPR 006, CPR 010 e RGP 024 | 06 |
| Ocupação irregular em APM | Favelas, loteamento irregular, núcleos urbanos populosos, parcelamentos, área de primeira categoria, ocupação, ocupação irregular | CPA 001, CPA 002, CPA 003, CPA 004, CPA 006, CPA 008, CPA 010, RGP 006, RGP 008, RGP 010, RGP 011, RGP 012, RGP 015, RGP 017, RGP 018, RGP 019, RGP 025, TQB 013, CPR 001, CPR 002, CPR 003, CPR 005, CPR 008, CPR 009, CPR 011, TQB 001, TQB 005, TQB 006, TQB 011, TQB 012, TQB 013, TQB 014 e TQB 015 | 33 |
| Plano emergencial | Plano emergencial | CPR 001, CPR 003, CPR 005, CPR 007, CPR 008, CPR 010, CPR 011, TQB 001, TQB 008, TQB 013, TQB 014, TQB 015, TQB 018, CPA 001, RGP 003, RGP 006, RGP 010, RGP 011 e RGP 012 | 19 |
| Problemas com resíduos sólidos | Coleta de lixo embarcada, coleta de lixo convencional, queima de lixo, geração de resíduos, coleta de resíduos embarcada, focos de resíduos | CPR 001, CPR 002, CPR 003, CPR 004, CPR 005, CPR 007, CPR 008, CPR 009, CPR 010, CPR 011, CPA 001, RGP 002, RGP 017 e TQB 003 | 14 |
| Remanescentes significativos de Mata Atlântica | Cobertura, cobertura vegetal significativa, especial interesse de preservação, presença de mata, estágio avançado, fragmentos de mata, vegetação nativa, vegetação preservada | CPR 001, CPR 002, CPR 003, CPR 004, CPR 005, CPR 006, CPR 007, RGP 001, RGP 002, RGP 004, RGP 008, RGP 018, RGP 019, RGP 022, RGP 023, RGP 024 e RGP 025 | 17 |
| Transporte coletivo como indutor à ocupação | Indutor de ocupação | CPR 001, CPR 003, CPR 005 e CPR 009 | 04 |

Áreas prioritárias para a sub-região COCAIA/PEDREIRA/GROTA FUNDA/ALVARENGA (CPA)

CPA001 - Pedreira/Grota Funda

Município(s): São Paulo; Diadema e São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Margem direita da Billings. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Área de ocupação consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: C; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B, A; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A, B, C.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM X ocupação irregular e implantação de infra-estrutura. Conflito institucional: Estado X Prefeitura X organizações sociais. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Tietê II, Plano Emergencial.

Grau de instabilidade: 0 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Gestão e compromisso compartilhado com a sociedade nas ações de recuperação urbana); 2 - Recuperação ambiental

Justificativa para inclusão da área: Área de ocupação densa com alta produção de cargas poluidoras. Recuperação urbana incluindo: saneamento, coleta de lixo, drenagem, requalificação de favelas. Ações de preservação e recuperação ambiental na área envoltória da represa, como o projeto Costa Verde.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

CPA002 - Península Cocaia-Margem Direita

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Margem direita do Braço do Cocaia, com prolongamento ao Sul. *Vias de acesso:* Av. Teotônio Vilela, Belmira Marim, Pedro Escobar, Estrada do Morro Branco. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A, B; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B, A; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A.

Ação na área: Conflito de legislação: não especificado. Conflito institucional: não especificado. Movimento social organizado: não especificado. Projeto e programa em andamento ou proposto: não especificado.

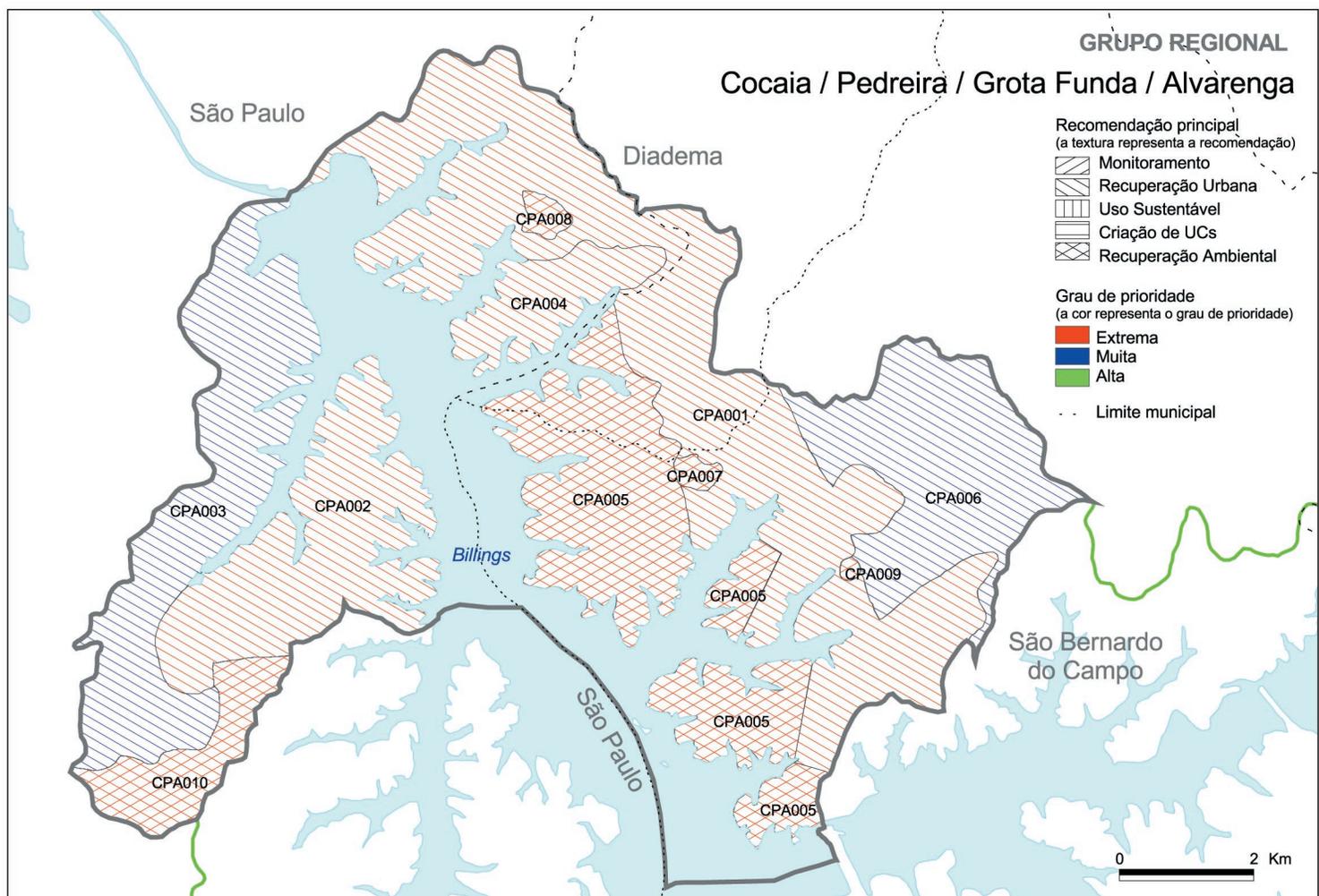
Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Ocupação urbana consolidada.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos (Não Especificado); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Gestão e compromisso compartilhado com a sociedade nas ações de recuperação urbana); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: A área compromete a qualidade da água do reservatório. Ações de recuperação urbana incluindo: afastamento dos esgotos; drenagem; parcelamento e caracterização de densidade de ocupação; melhoria e ampliação de acessos; ações de preservação e recuperação da área envoltória da represa.

Responsável pelo preenchimento: Júlia Strazdas



CPA003 - Península do Cocaia - Margem Esquerda

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Península do Cocaia, margem esquerda. *Vias de acesso:* Av. Teotônio Vilela. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: não especificado.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Ocupação urbana consolidada.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos - não especificado; 1 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: não especificado); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Necessidade de recuperação de áreas de ocupação urbana consolidada e densa, com ações de saneamento ambiental para melhorar a qualidade da água. Recuperação urbana. Recuperação ambiental.

Responsável pelo preenchimento: Violeta Kubrusly

CPA004 - Eldorado São Paulo

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Divisa Diadema. *Via de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Área urbana dispersa, Mata. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Qualidade da água: B; Pólos e eixos: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A.

Ação na área: não especificado.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Lei específica APRM); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área de ocupação dispersa inserida em região densamente ocupada. Necessidade de implantação de infraestrutura e ocupação dentro de padrões legais.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

CPA005 - Eldorado/Alvarenga

Município(s): Diadema; São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Margem direita (corpo central). *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A, B; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B,C.

Ação na área: não especificado.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Lei Específica e mecanismos de gestão compartilhada com a comunidade); 2 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Necessidade de recuperação urbana e ambiental das áreas degradadas com vistas a garantir a qualidade das

águas, comprometidas com cargas poluidoras lançadas sem tratamento sobre os corpos d'água; Destaque para uso sustentável dos recursos naturais e ações de proteção da área envoltória da represa, como o projeto Costa Verde.

Responsável pelo preenchimento: Violeta Kubrusly

CPA006 - Alvarenga

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Porção de sub-bacia do Alvarenga a leste da Rodovia dos Imigrantes. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga e Estrada Galvão Bueno. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana consolidada, Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B, A; Pressão antrópica: B; Recuperação urbana: C.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM X ocupação irregular. Conflito institucional: Estado X Prefeitura. Projeto e programa em andamento ou proposto: Programa Emergencial (esgotos).

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Mecanismos de gestão compartilhada da recuperação urbana); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Região de expansão urbana do Município de São Bernardo do Campo sob pressão de ocupação urbana e industrial em função do pólo exercido pela Rodovia dos Imigrantes e impacto futuro do Rodoanel.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

CPA007 - Lixão Alvarenga

Município(s): São Bernardo do Campo, Diadema. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Lixão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: A; Pólos e eixos: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: fundiário e uso do solo. Movimento social organizado: Cooperativa de Catadores. Projeto e programa em andamento ou proposto: Programa de recuperação em andamento.

Grau de instabilidade: 0 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente.

Justificativa para inclusão da área: Área degradada com alto potencial de poluição de águas superficiais e subterrâneas.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

CPA008 - Mineração Sete Praias

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Junto ao Condomínio Sete Praias, na divisa com Diadema. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Mineração, área urbanizada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Qualidade da água: B; Mineração: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Recuperação urbana: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM.

Grau de instabilidade: 0 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente.

Justificativa para inclusão da área: Área degradada proveniente de mineração, com ocupação irregular.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

CPA009 - Lixão Cama Patente

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Bairro Jardim das Oliveiras, Margem do Ribeirão das Lavras. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga e Estrada da Cama Patente. *Uso do solo predominante:* Aterro sanitário; lixo. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: A; Pólos e eixos: B; Recuperação urbana: C.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto de recuperação.

Grau de instabilidade: 0 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos - não especificado;

Justificativa para inclusão da área: Área degradada com alto potencial de poluição de águas superficiais e subterrâneas.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

CPA010 - Mineração Cocaia

Município: São Paulo. *Localização e referências:* ao Sul da Península do Cocaia. *Vias de acesso:* Teotônio Vilela, Belmira Marin, Estrada da Varginha. *Uso do solo predominante:* Urbano e nas margens entremeado de mineração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Aterro sanitário clandestino Reflor.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Qualidade da água: B; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A, B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A, B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: Prefeitura X Estado X Governo Federal. Movimento social organizado: Movimento de Associação de Bairro – ONG. Projeto e programa em andamento ou proposto: Cetesb - Compensação ambiental na área social. Outros: desativação da área por ser estratégica para administração pública.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Mineração. *Justificativa para grau de instabilidade:* Proximidade de ocupação urbana; Mineração ativa e desativada; Rodoanel.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Área degradada de grande extensão, próxima da passagem do Rodoanel, que poderá ser muito útil para recuperação urbana regional.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

Áreas prioritárias para a sub-região CAPIVARI/PEDRA BRANCA/RIO DAS PEDRAS (CPR)

CPR001 - Núcleo Santa Cruz

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Estrada do Taquacetuba/Estrada da Água Limpa partindo-se do Bairro do Riacho Grande (SBC) após a primeira balsa. *Vias de acesso:* Estrada do Taquacetuba/Estrada da Água Limpa. *Uso do solo predominante:* Núcleo urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Resíduos sólidos: C; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: legislação de proteção dos mananciais. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica. 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento. 2 - Outros: Resíduo sólidos de origem doméstica e turística.

Justificativa para grau de instabilidade: Ameaça de expansão da ocupação desordenada. Presença de focos de resíduos da bacia. Transporte coletivo como indutor de ocupação.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudos para recomposição da mata ciliar e controle de erosão. Avaliação do transporte coletivo como indutor de ocupação); 1 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Sistema de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana inserida em área de interesse de preservação e produção de água. Preocupação com a expansão urbana desordenada. Ameaça de poluição por usos inadequados na região, com ênfase para a pesca, extrativismo, caça ilegal e predatória.

Responsável pelo preenchimento: Wagner Matheus

CPR002 - Margem Esquerda do Braço Pedra Branca

Município: S. Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Margem esquerda do Braço da Pedra Branca. *Via de acesso:* Estrada do Taquacetuba. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária com ocupação urbana dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Agricultura: B; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Resíduos sólidos: C; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SABs.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Resíduos.

Justificativa para grau de instabilidade: Ameaça de expansão da ocupação urbana. Riscos: turismo desordenado, caça e pesca ilegais e predatórias. Presença da Estrada do Taquacetuba. Desmatamento. Focos de resíduos provenientes do turismo, caça e pesca e ocupação urbana.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Identificar o melhor instrumento de proteção; estudos de fauna e flora; viabilidade de coleta de lixo embarcada); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área de especial interesse de preservação. Presença de mata em estágio médio avançado de regeneração. Pressões antrópicas: caça, pesca, extrativismo predatório e ocupação urbana.

Principais lacunas de conhecimento: Identificar o melhor instrumento de proteção; estudos de fauna e flora; viabilidade de coleta de lixo embarcada; desenvolvimento de projetos para agricultura e pesca sustentáveis; re-

composição da mata ciliar, controle de erosão com ênfase nas margens do reservatório.

Responsável pelo preenchimento: Maria Carmen Andrade Gomes

CPR003 - Bairro do Tateto

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Sub Bacia 87 (dentro do Braço do Capivari) Estrada do Rio Acima, após a primeira balsa. *Via de acesso:* Estrada Ernesto Zabeu. *Uso do solo predominante:* Área de expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Resíduos sólidos: C; Pressão antrópica: A; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial. *Grau de instabilidade:* 2 - Grau de pressão antrópica. 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento. 2 - Outros: Resíduos.

Justificativa para grau de instabilidade: Ameaça da expansão da ocupação desordenada. Presença de focos de resíduos da Bacia. Transporte coletivo como indutor da ocupação.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudos para recomposição de mata ciliar e para controle de erosão. Avaliação do transporte coletivo como indutor de ocupação); 1 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana inserida em área de interesse para a preservação e para a produção de água. Preocupação com a expansão urbana desordenada; ameaça de poluição por uso do solo desordenado na região, com ênfase para a pesca, extrativismo, caça ilegais e predatórias.

Responsável pelo preenchimento: Ana Maria Marins

CPR004 - Margem Esquerda do Braço do Capivari

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Margem esquerda do Braço do Capivari. *Vias de acesso:* Estrada do Capivari e pela balsa João Basso - Riacho Grande. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: B; Produção hídrica: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Outros: presença de atividade pesqueira irregular.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 0 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 1 - Outros: Pesca irregular.

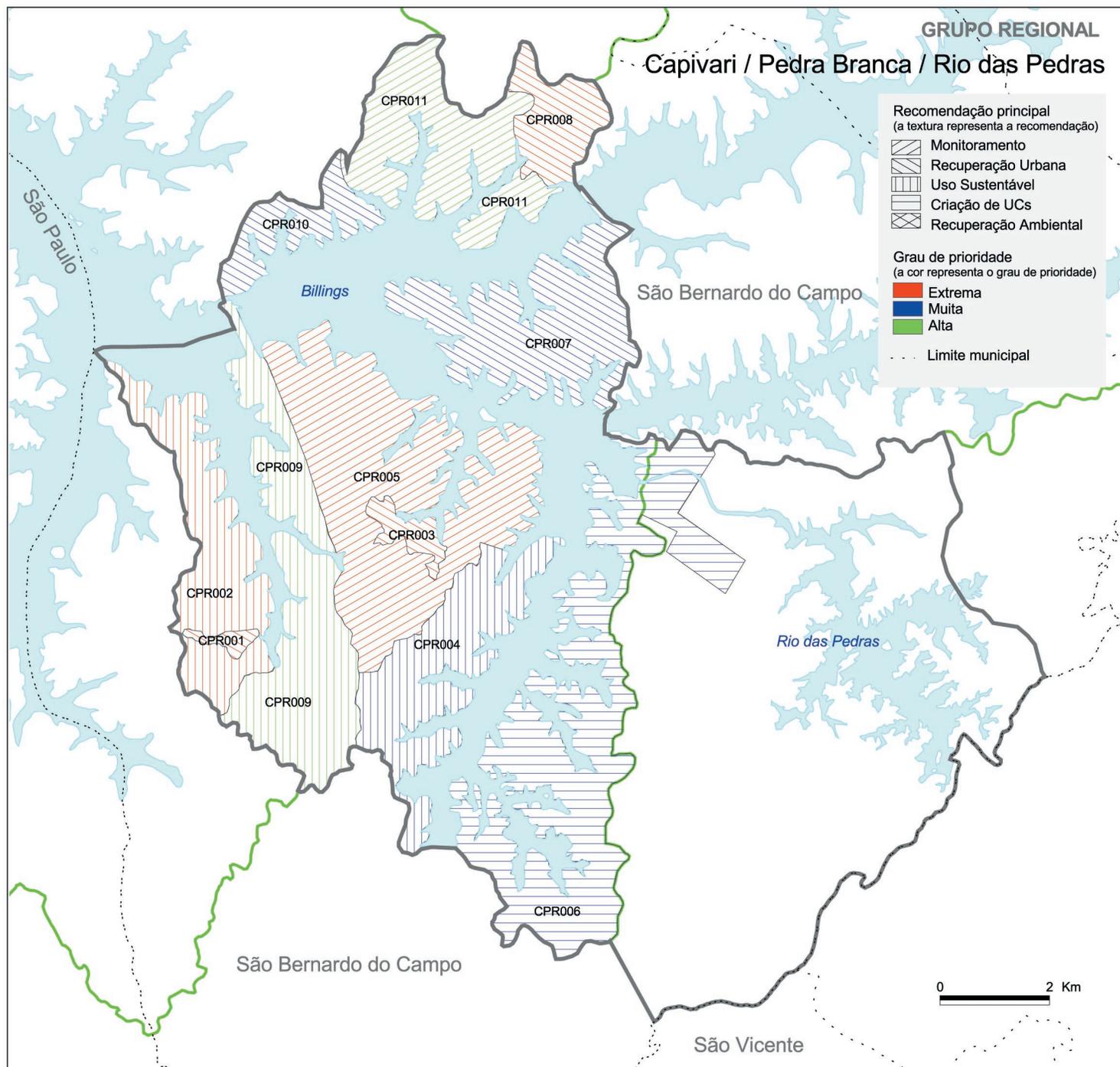
Justificativa para grau de instabilidade: Impactos de desmatamentos para construção de ranchos e riscos de incêndios florestais devido às fogueiras feitas pelos pescadores. Geração de resíduos.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 1 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Levantamento de fauna e flora); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Instrumento para disciplinamento da atividade pesqueira existente).

Justificativa para inclusão da área: Trata-se de uma área de Mata Atlântica em estágio avançado de regeneração; apresenta grande biodiversidade; presença de espécies silvestres ameaçadas de extinção; área importante para garantir produção hídrica.

Principais lacunas de conhecimento: Estudos para alternativas de desenvolvimento sustentável da área.

Responsável pelo preenchimento: Ana Maria Marins.



CPR005 - Península dos Tatetos (Sub-bacia 86 A até 91 e 93)

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Região do bairro Tateto - Estrada Ernesto Zabeu. *Vias de acesso:* Estrada do Rio Acima e Balsa João Basso. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Resíduos sólidos: C; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: Parque IV Centenário (Associação de Moradores). Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 1 - Outros: Resíduos sólidos e esgotos.

Justificativa para grau de instabilidade: Ameaça de expansão da ocupação urbana. Riscos: Turismo desordenado, caça e pesca ilegais e predatórias. Presença da Estrada do Taquacetuba. Desmatamento.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Necessidade de estudos (Avaliação do transporte coletivo como indutor de ocupação ou não); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Fragmentos de Mata Atlântica em estágio avançado de recuperação. Localização entre os braços Pedra Branca e Capivari, importantes para produção de água.

Principais lacunas de conhecimento: Como se dá o fluxo das pessoas que habitam a região.

Responsável pelo preenchimento: Ana Maria Marins

CPR006 - Faixa da Margem Direita do Capivari

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Margem direita do Capivari, Interligação Anchieta-Imigrantes (existem acessos, mas

estes estão fechados). Acesso por barco a partir do dique Passareúva. *Vias de acesso:* Estrada do Capivari. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração. Outros: pesca artesanal de vara e rede.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: A; Produção hídrica: A.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Avaliação dos riscos de erosão nas margens e da necessidade de recomposição das matas ciliares).

Justificativa para inclusão da área: Braço estratégico para utilização como manancial para abastecimento público, com vegetação de significativo interesse para a preservação. Ampliação do limite do Parque Estadual da Serra do Mar. A integração com o Parque Estadual da Serra do Mar facilitaria também ações de fiscalização e monitoramento da área do Parque. Incorporação na área do Parque da porção da Bacia do Rio das Pedras, que não pertence à área do Parque.

Principais lacunas de conhecimento: Avaliação dos fatores de interferência antrópica na bacia hidrográfica.

Responsável pelo preenchimento: Rita C. M. Gouveia

CPR007 - Riacho Grande

Município: São Bernardo do Campo. *Vias de acesso:* Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Mata e ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Outros: assoreamento.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: C.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial. *Grau de instabilidade:* 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Loteamentos contemplados no Plano Emergencial.

Justificativa para grau de instabilidade: Núcleo urbano consolidado com adensamento induzido pela abrangência do Plano Emergencial.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Viabilidade de coleta de resíduos embarcada); 1 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Importância de conter a expansão da ocupação urbana, tendo em vista a proximidade de área de captação de água para abastecimento público da região do ABC (ETA Rio Grande). Preservação dos remanescentes de mata presentes na área.

Principais lacunas de conhecimento: Estudos socioambientais das comunidades presentes na área para promoção de ações de desenvolvimento sustentável.

Responsável pelo preenchimento: Robson Moreno

CPR008 - Núcleo Areião/Jardim Juçara

Município: São Bernardo do Campo. *Vias de acesso:* Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana, Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: C; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: B; Recuperação urbana: A; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial. Outros: Rodoanel.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Resíduos, sistema viário precário, drenagem, violência.

Justificativa para grau de instabilidade: Adensamento urbano acelerado em direção à Bacia do Rio Grande. Impacto do Rodoanel na captação da Sabesp.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Coleta de lixo embarcada e convencional; Programas sociais e de educação ambiental na área; Estudos para reurbanização da área); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Proteção específica da área de captação. Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área com ocupação precária ameaçando o ponto de captação de água da ETA Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Robson Moreno

CPR009 - Margem Direita do Braço Pedra Branca

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Entre a Rodovia e o Braço Pedra Branca. *Vias de acesso:* Estrada Água Limpa. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Diversidade biológica: A; Resíduos sólidos: C.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 1 - Outros: Resíduos Sólidos.

Justificativa para grau de instabilidade: Estrada da Água Limpa - eixo indutor de ocupação ligando núcleos urbanos e acesso às balsas.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 1 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Projetos especiais para proteção de espécies silvestres ameaçadas de extinção, como por exemplo o mono carvoeiro; Impacto do transporte coletivo na ocupação da área).

Justificativa para inclusão da área: Ocorrência de fauna silvestre ameaçada de extinção e presença de vegetação significativa de Mata Atlântica em estágio médio para avançado de regeneração. Nascentes e cabeceiras do Braço da Pedra Branca.

Principais lacunas de conhecimento: Estudo de viabilidade de implantação da área como matriz de sementes.

Responsável pelo preenchimento: Maria Carmen Gomes

CPR010 - Royal Park

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Trevo Batistini da Rodovia dos Imigrantes. *Vias de acesso:* Imigrantes/Estrada Galvão Bueno. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Resíduos sólidos: A; Pólos e eixos: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial e traçado do Rodoanel.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 1 - Outros: lixo e esgoto.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade de áreas densamente ocupadas. Projeto do Rodoanel prevê um trevo de interligação com a Imigrantes na região.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudo de medidas compensatórias e mitigadoras da implantação do Rodoanel devido ao alto impacto que representará para a região. Recuperação das margens e da mata); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Por tratar-se de área com alto potencial de expansão populacional que poderá vir a causar impactos negativos nos corpos d'água e no reservatório.

Principais lacunas de conhecimento: Estudo social e ambiental envolvendo a população residente.

Responsável pelo preenchimento: Robson Moreno

CPR011 - Rosa Mística

Município: São Bernardo do Campo. *Vias de acesso:* Estrada Galvão Bueno, Estrada da Rosa Mística, Estrada Marco Polo. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Resíduos sólidos: A; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial; Outros: Rodoanel.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Rodoanel.

Justificativa para grau de instabilidade: Projeto do Rodoanel com alça de acesso na região. Área preservada ameaçada por usos urbanos desordenados na vizinhança.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 1 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Núcleo de Fiscalização Integrada); 2 - Recuperação ambiental; 2 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área preservada confinada entre áreas urbanas de ocupação densa e desordenada. A proteção dessa área também se justifica por representar uma das últimas áreas de amortecimento para os impactos da mancha de expansão urbana no corpo central da Billings.

Principais lacunas de conhecimento: Estudo de viabilidade de implantação de coleta de resíduos sólidos embarcada.

Responsável pelo preenchimento: Robson Moreno

Áreas prioritárias para a sub-região RIO GRANDE/RIO PEQUENO (RGP)

RGP001 - Parque do Rio Pequeno Rio Grande

Município: Santo André. *Localização e referências:* Vila de Paranapiacaba, nascentes do Rio Grande, Estrada de Paranapiacaba. *Vias de acesso:* SP 122, Estrada de Ferro Santos-Jundiá. *Uso do solo predominante:* Vegetação nativa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A, B; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: C.

Ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: recuperação da Vila de Paranapiacaba - Reserva Biológica.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Área contígua ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Biodiversidade); 2 - Uso sustentável dos recursos naturais;

Justificativa para inclusão da área: Importância pela produção hídrica, qualidade da água e vegetação nativa.

Principais lacunas de conhecimento: Estudo específico da biodiversidade e manejo sustentável. Levantamento de situação fundiária.

Responsável pelo preenchimento: Márcia Maria do Nascimento, Edmir C. Menghetti

RGP002 – Mineração

Município(s): Santo André e Rio Grande da Serra. *Localização e referências:* Área limítrofe entre Santo André e Rio Grande da Serra, Solvay, Campo Grande, Estação Campo Grande. *Vias de acesso:* SP-122 e Ferrovia. *Uso do solo predominante:* Fragmentado entre indústria, mineração, moradia e vegetação nativa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Agricultura: C; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: A; Mineração: A; Resíduos sólidos: A; Pressão antrópica: C; Produção hídrica: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Código Florestal, Solvay. Movimento social organizado: Cros. Projeto e programa em andamento ou proposto: Coletor tronco; Programa de Reflorestamento; Licenciamento Ambiental S.A. - Solvay; Monitoramento Qualidade Água - Solvay.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Esteira de minério e ampliação de produção da Solvay poderão gerar impactos.

Justificativa para grau de instabilidade: Área de relevância ambiental e fragilidade com conflitos de uso.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Levantamento de passivo ambiental, levantamento de qualidade da água, levantamento fauna e flora); 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área considerada de extrema importância para a produção e a qualidade de água, mas ocorrem conflitos de uso e problemas com os resíduos sólidos, com passivo ambiental a ser definido e recuperação ambiental de áreas de mineração abandonadas, como a pedreira.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento sistemático de fauna e flora e da qualidade da água. Falta de entrosamento entre instituições

públicas que dificultam o entendimento de intervenções que irão ocorrer. Avaliação de passivo ambiental existente.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

RGP003 - Sedes Municipais

Município(s): Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires. *Localização e referências:* Sedes municipais, entroncamento, Rodovia Índio Tibiriçá com Ferrovia Santos-Jundiá, Foz do Rio Grande da Serra junto ao Reservatório Billings (braço Rio Grande). *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá (Rodoviário), Santos-Jundiá (Ferroviário). *Uso do solo predominante:* Urbano. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: pátios ferroviários.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Agricultura: C; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: A, C; Mineração: A; Resíduos sólidos: A, B; Pressão antrópica: B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM (Estadual) X Leis Municipais. Conflito institucional: falta de regulamentação da Lei Específica de Proteção de Mananciais para a Bacia. Movimento social organizado: SABs, Patronato, etc. Projeto e programa em andamento ou proposto: Coletor tronco Rio Grande, Projeto do Fundo Estadual de Turismo, Plano Emergencial de Recuperação de Mananciais.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 0 - Outros: Rodoanel.

Justificativa para grau de instabilidade: O impacto do Rodoanel nesta área poderia ser vinculado à possível duplicação da Rodovia Índio Tibiriçá, visto que não há previsão de interligação do Rodoanel nesta área.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Adaptação dos planos diretores municipais); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Controle de corpos d'água e APPs em áreas urbanizadas); 1 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: A região, embora importante para a produção hídrica da Bacia, encontra-se com urbanização consolidada. No entanto, a grande contribuição que a área pode apresentar para a Bacia diz respeito à manutenção da qualidade de água do reservatório, em função dos usos urbanos a jusante.

Principais lacunas de conhecimento: Estudos de hidrogeologia. Erosão e sedimentologia. Cargas difusas nas áreas urbanizadas.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Cristina Heilig, Marcos Bandini.

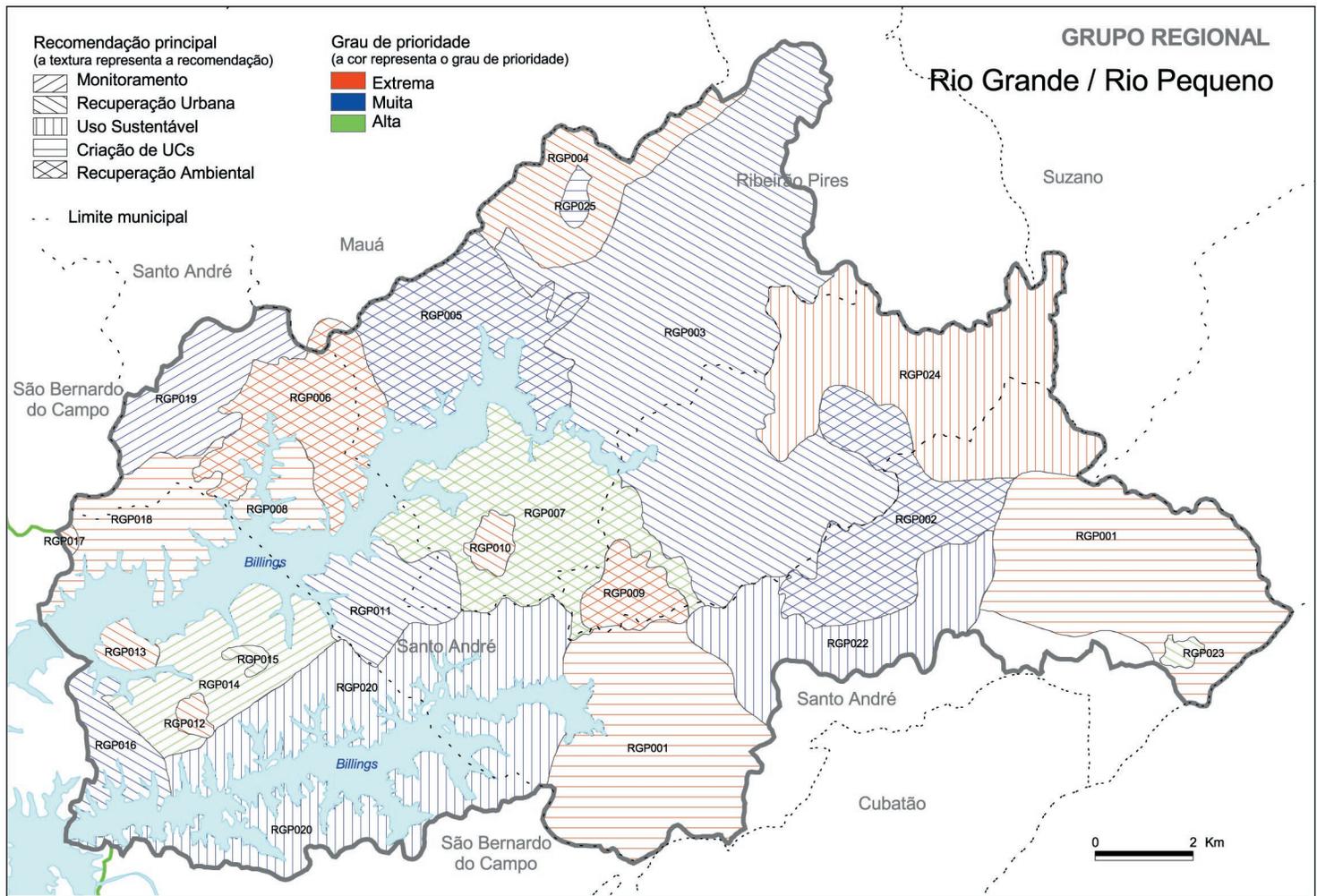
RGP004 - Parque Aliança

Município: Ribeirão Pires. *Localização e referências:* A noroeste do centro de Ribeirão Pires, limite com o município de Mauá. *Vias de acesso:* Avenida Coronel Oliveira Lima. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Qualidade da água: A; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: C; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: A; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Municipal, Estadual, Federal. Conflito institucional: regulamentação da legislação específica. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Estudo



de remoção de famílias das áreas de risco geológico (Morro do Careca). Implantação do Parque Serrano.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Indústrias, área geologicamente sensível e com ocupações irregulares.

Justificativa para grau de instabilidade: Pressão do município de Mauá sobre tal área por estar localizada no divisor da área de proteção aos mananciais.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos (Programas de incentivos à apresentação de áreas verdes e aumento da permeabilidade); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC) - Preservação da cobertura vegetal de áreas particulares; 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Importância para contenção da ocupação proveniente de Mauá. Parcerias entre os municípios e órgãos estaduais. Corpos d'água que contribuem diretamente para o reservatório.

Principais lacunas de conhecimento: Riscos geológicos e geotécnicos pelos ocupantes da área. Padrão de edificação adequado para áreas de risco. Áreas disponíveis para remoção das famílias em áreas de risco.

Responsável pelo preenchimento: Araci Franco Cruz

RGP005 - CBC/Matarazzo

Município(s): Ribeirão Pires. *Localização e referências:* Foz do Ribeirão Pires. *Vias de acesso:* Av. Humberto de Campos e Av. Santo André. *Uso do solo predominante:* Vegetação. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: Federal e Estadual. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de recuperação de área degradada.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade com o município de Mauá, área de influência do Rodoanel.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Produção hídrica, vegetação em estágio inicial e médio, função de barreira física para o vetor de ocupação proveniente do município de Mauá.

Responsável pelo preenchimento: Márcia M. Nascimento

RGP006 - Peralta Borda do Campo

Município(s): Santo André e Ribeirão Pires. *Localização e referências:* Papa João XXIII e Aterro Lara. *Vias de acesso:* Papa João XXIII. *Uso do solo predominante:* Loteamento e área degradada por mineração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: área de risco - escorregamentos.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Diversidade biológica: C; Qualidade da água: A, B; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pressão antrópica: A, B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: efluentes e ocupação da área. Conflito institucional: Rodoanel. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto saneamento Semasa/Plano Emergencial. Outros: tese acadêmica sobre mineração

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Processos de degradação natural.

Justificativa para grau de instabilidade: Ocupação irregular: Recreio da Borda do Campo, Parque Miami, Jardim Riviera. Pressão antrópica: com origem na expansão urbana de Mauá. Área de influência do Rodoanel: mineração abandonada.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 1 - Criação de UCs; 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudos e projetos específicos para a área de recuperação urbana e para a área de recuperação ambiental); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Área de lazer, Parque Temático, ecoturismo, etc); 2 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área com grandes problemas de assoreamento - processos ativos. Núcleos urbanos populosos com parcelamentos que foram subdivididos irregularmente, sem tratamento de esgotos. Impacto direto na qualidade das águas da represa. Exigirá ação intermunicipal Ribeirão Pires/Santo André e aporte de recursos dos vários níveis de governo para atendimento da população e para a implantação de alternativas econômicas sustentáveis.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 32 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Cláudia P. Souza

RGP007 - Interstícios Urbanos

Município(s): Santo André e Ribeirão Pires. *Localização e referências:* ao longo da Índio Tibiriça. *Vias de acesso:* SP-31, entre km 40 e 44. *Uso do solo predominante:* Vegetação estágio secundário/inicial e ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção de Mananciais X leis municipais. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Coletor tronco Rio Grande. Adaptação do uso de área industrial para uso de serviços ligados ao turismo de eventos. Outros: incompatibilidade entre capacidade de operação da rodovia e carga efetivamente operada pela rodovia.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: A maior instabilidade vem da pressão do entorno (Caçula e Parque Andreense).

Justificativa para grau de instabilidade: A área sofre pressão antrópica significativa devido à importante via de acesso, mas a maior pressão vem das áreas urbanizadas do entorno.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos (Revitalização de áreas para usos sustentáveis); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Cargas perigosas na SP-31); - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Trata-se de importante área para produção de água, parcialmente parcelada para fins urbanos mas ainda não consolidada. A forte pressão exercida pela Rodovia SP-31 para ocupação não compatível e a proximidade do corpo do reservatório justificam sua inclusão.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamentos de biodiversidade.

Responsável pelo preenchimento: Marcos P. Bandini

RGP008 - Adjacências do Pedroso

Município: Santo André. *Localização e referências:* Inclui áreas conservadas adjacentes ao Pedroso que formam um contínuo com este Parque, próximas ao Parque Miami - Jardim Riviera e Recreio da Borda do Campo. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso. *Uso do solo predominante:* Vegetação nativa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: C; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito institucional: Prefeituras X Estado, devido ao Rodoanel. Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Criação de Unidade de Conservação devido às pressões antrópicas com interferências futuras do Rodoanel. Grau de preservação vegetal médio para avançado, incluindo as áreas adjacentes.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos - levantamento fito-sociológico e completar levantamento faunístico; 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: não especificado); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Vegetação de estágio médio e avançado com boa parte inserida em área de primeira categoria. Proximidade do corpo d'água e da captação da Sabesp. Presença de Unidade de Conservação próxima que tem contido a expansão urbana.

Responsável pelo preenchimento: Waverli Neuberger

RGP009 - Parque América/Vila Verde

Município(s): Rio Grande da Serra e Santo André. *Localização e referências:* Divisas entre Santo André/Rio Grande da Serra, Estrada do Rio Pequeno. *Vias de acesso:* SP-122 e Guilherme Pinto Monteiro. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: nascentes.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: C; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Municipal/Estadual. Conflito Institucional: Ministério Público/Município/Sabesp. Movimento social organizado: Assemvil/Natureza sempre Natural; União e Luta Moradores do Parque América. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto desembargo.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Áreas de grande potencial hídrico com vários corpos d'água e nascentes. Problemas de esgotamento sanitário. Ocupação de forma inadequada. Área de proteção permanente, topografia elevada, área produtora de água (Rio Pequeno/Grande).

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação ambiental. **Outras ações recomendadas:** 2 - Criação de UCs; 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Levantamento da capacidade hídrica/fauna e flora); 2 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: A área é importante para a produção da água, sofre ameaça antrópica, problemas com as divisas municipais. Região com topografia elevada, muito movimento de terra causando asso-

reamento de corpos hídricos, erosão. Necessidade de proteção da fauna, flora e nascentes.

Principais lacunas de conhecimento: Falta de estudo da área, falta de legislação específica, plano diretor obsoleto, desconhecimento quanto as divisas municipais, áreas de risco geológico.

Responsável pelo preenchimento: Edilson Santana Silva, José Soares

RGP010 - Jardim Caçula

Município: Ribeirão Pires. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial de baixa renda. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Outros: processos erosivos.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Estadual, Municipal e Federal. Movimento social organizado: Associação dos Moradores. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Forte pressão para expansão da ocupação decorrente da acessibilidade pela Rodovia Índio Tibiriçá.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanentes; 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Necessidade de contenção da ocupação irregular. Saneamento ambiental. Requalificação urbana e ambiental.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Márcia M. Nascimento

RGP011 - Parque Andreense

Município: Santo André. *Localização e referências:* Rodovia Índio Tibiriçá km 37, próximo ao reservatório. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial de baixa renda. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: processos erosivos

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: B, A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: C,B; Produção hídrica: B, A; Recuperação urbana: A, B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Estadual, Municipal e Federal. Movimento social organizado: Associação dos Moradores. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Gepam e Plano Emergencial.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade com a Rodovia Índio Tibiriçá e Reservatório Billings - Braço do Rio Grande.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Contenção da ocupação irregular, em especial para proteção das áreas próximas ao Braço de captação de água do Rio Grande.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Márcia M. Nascimento

RGP012 - Jardim Capelinha

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Rodovia Caminho do Mar, próximo ao entrocamento com a SP-31. *Vias de acesso:* Rodovia Caminho do Mar. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial de baixa renda. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata

Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Outros: processos erosivos.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Áreas protegidas: B; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Lei Estadual de Proteção de Mananciais X Leis municipais. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade com a Via Anchieta e SP-31 pressiona para a ocupação urbana junto ao reservatório e ao ponto de captação da Sabesp.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Contenção da ocupação irregular, em especial das áreas próximas ao Braço de captação do Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Marcos Bandini

RGP013 - Parque Estoril

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Início da Estrada Velha do Mar junto à Rodovia Anchieta, Barragem Anchieta. *Vias de acesso:* Estrada Velha do Mar/Via Anchieta. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea; Outros: parque e clubes náuticos.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Recuperação urbana: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: municipais.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade com Via Anchieta gera pressão por ocupação.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Localiza-se muito próximo à captação de água (ETA do Rio Grande), área tradicional de grande importância cultural e visibilidade.

Responsável pelo preenchimento: Fábio Vital

RGP014 - Estância Alto da Serra

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Estrada Velha do Mar próximo ao início da Rodovia Índio Tibiriçá. *Vias de acesso:* Anchieta, Estrada Velha do Mar, Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Eventos country. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação dispersa; Solo exposto; Várzea; Outros: eventos de grande impacto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A, B; Áreas protegidas: B; Qualidade da água: C, A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: A, B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM X Código Florestal X uso comercial. Outros: comprometimento da Via Anchieta e Rodovia Índio Tibiriçá em dias de evento.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Necessidade de estudos - Estudo de impacto nas vias de acesso; 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área próxima à captação com indução de alto tráfego e impactos decorrentes nas áreas adjacentes.

Responsável pelo preenchimento: Fábio Vital

RGP015 - Cocaia

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Próximo Braço Rio Grande. *Vias de acesso:* Estrada da Cocaia, próximo à Estrada Velha do Mar. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial de baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: processos erosivos.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: B; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Movimento social organizado: Associação dos moradores.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade com o Braço Rio Grande. Área de importância para a produção e qualidade da água.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais

Justificativa para inclusão da área: Importância para a contenção de ocupação nas proximidades do reservatório.

Responsável pelo preenchimento: Márcia M. Nascimento

RGP016 - Riacho Grande

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Km 29 Via Anchieta. *Vias de acesso:* Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Residencial, comercial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Várzea; Outros: Estação de Tratamento de Esgoto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Áreas protegidas: B; Qualidade da água: B; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: C; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: C.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM X Federal. Movimento social organizado: SAB, Associação Comercial. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto viário, projetos municipais.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Área de entroncamento da Via Anchieta com o Caminho do Mar a ser dinamizada com a implantação do Rodoanel. Área vizinha ao ponto de captação.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área localizada junto à barragem (Via Anchieta) de fácil acesso, especialmente de turistas que utilizam a represa como lazer (condições precárias de balneabilidade). Estação de Tratamento de Esgoto funciona próximo à área de banhistas.

Principais lacunas de conhecimento: Estudo de contaminação do Lago no trecho utilizado por banhistas.

Responsável pelo preenchimento: Fábio Vital

RGP017 - Areião

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Via Anchieta/ETA do Rio Grande. *Vias de acesso:* Rodovia Anchieta. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana irregular. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: C; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito de legislação: ocupação irregular, primeira categoria com risco. Conflito institucional: atendimento à população X remoção. Movimento social organizado: SABs (Areião, Vila dos Estudantes, Sabesp). Projeto e programa em andamento ou proposto: Educação ambiental, Projeto Areião Sabesp; Projeto Galera Ativa. Outros: riscos à saúde

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Riscos.

Justificativa para grau de instabilidade: Ocupação de risco em função da invasão da faixa da adutora, linha de transmissão de energia, risco à vida por eventuais vazamentos de cloro, risco de deslizamento de solo. Limitação de área para expansão da ETA, invasões constantes da ETA, desmatamentos, descargas, queima de lixo, vazamento de esgoto.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos (Estrutura fundiária, soluções para uso adequado da área, soluções de reassentamento da população); 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Riscos decorrentes da ocupação inadequada e potencial de expansão dessa ocupação com risco para o reservatório e para o abastecimento público.

Principais lacunas de conhecimento: Estrutura fundiária. Estudos para alternativas de ocupação adequada da área.

Responsável pelo preenchimento: Maria Cláudia Souza

RGP018 - Montanhão

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Entre Areião e Parque do Pedroso Via Anchieta. *Vias de acesso:* Estrada do Montanhão e Estrada da Pedra Branca. *Uso do solo predominante:* Vegetação nativa (ocupação dispersa). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: C; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito institucional: Prefeituras X Estado – Rodoanel. Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel, Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: O Parque do Pedroso vem contendo a pressão antrópica e esta ação seria reforçada com a criação desta UC que também possibilitaria a diminuição de carga difusa gerada por ocupação irregular.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Levantamentos fito-sociológicos e faunísticos); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Vegetação de estágio médio e avançado com grande parte inserida em área de primeira categoria. Proximidade de corpo d'água (Braço Rio Grande) e de UC (Parque do Pedroso) que tem contido a expansão da mancha urbana. Pressão antrópica devido às estradas do Montanhão e Pedra Branca que deverá aumentar com a implantação do Rodoanel.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamentos fito-sociológicos e faunístico.

Responsável pelo preenchimento: Waverli M. M. Neuberger

RGP019 - Parque do Pedroso

Município: Santo André. *Localização e referências:* Limite da APM no município próximo ao Parque Miami Riviera e Recreio da Borda do Campo. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso, Estrada do Montanhão e Estrada do Marco Polo. *Uso do solo predominante:* Vegetação nativa, estágio médio e avançado de regeneração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: C; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito institucional: Prefeitura X Estado. Movimento social organizado: SABs Miami e Recreio da Borda do Campo. Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel, Recanto Arco Íris, escola de Educação Ambiental.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Grande pressão antrópica sobre ecossistema (UC) de importância para tamponamento de crescimento urbano.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Vegetação de estágio médio e avançado com parte inserida em área de primeira categoria. Captação de água pelo Semasa e proximidade do Braço Rio Grande. UC que tem contido a expansão urbana. Existência de Centro de Educação Ambiental há 8 anos.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento fito-sociológico e completar levantamento faunístico.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fontes 1, 2, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 47 e 50 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Waverli M. M. Neuberger

RGP020 - Índio Tibiriçá

Município(s): São Bernardo do Campo e Santo André. *Localização e referências:* Margens do Braço do Rio Pequeno (esquerda e direita). *Vias de acesso:* Estrada da Comporta e estradas de manutenção da linha de transmissão. *Uso do solo predominante:* Ocupação esparsa e mata nativa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A, B; Áreas protegidas: A, B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: A, C; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: A, B.

Ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção X Leis Municipais. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Hidroplan.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 1 - Outros: Comporta do Pequeno Perequê.

Justificativa para grau de instabilidade: O grau de instabilidade é baixo, pois a área encontra-se estável quanto a sua ocupação.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudos de flora e fauna); 1 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Região produtora de água com ocupação ainda esparsa que precisa ser mantida sob controle para garantir a qualidade da água do Braço do Rio Pequeno.

Principais lacunas de conhecimento: Flora e fauna. Situação hidrogeológica. Situação fundiária.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fontes 11 e 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Cristina Heilig

RGP021 - Cabeceira do Rio Pequeno

Município: Santo André. *Localização e referências:* Cabeceiras do Rio Pequeno, estradas de manutenção das linhas de transmissão. *Vias de acesso:* Estradas da Comporta e do Gasoduto. *Uso do solo predominante:* Vegetação. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Várzea; Outros: gasoduto e linhas de transmissão.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A, B; Áreas protegidas: A, B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: A; Resíduos sólidos: B; Pressão antrópica: C; Produção hídrica: A.

Ação na área: não especificado

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Grandes glebas passíveis de especulação imobiliária.

Justificativa para grau de instabilidade: A propriedade da terra encontra-se nas mãos de grandes empresas, estando sujeitas à especulação imobiliária.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 1 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (não especificado); 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área é cabeceira da Bacia do Rio Pequeno, com alto grau de conservação do ambiente natural. A escolha visa garantir qualidade e quantidade de produção de água, aliada à conservação da alta biodiversidade local.

Principais lacunas de conhecimento: Fauna e flora. Estudos de disponibilidade hídrica. Malha fundiária.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Cristina Heilig

RGP022 - Campo Grande

Município: Santo André. *Localização e referências:* Limite Bacia do Rio Mogi ao lado da Reserva Biológica de Paranapiacaba, ao sul da Rodovia SP-122. *Vias de acesso:* SP-122. *Uso do solo predominante:* Vegetação. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: C; Mineração: A; Produção hídrica: A.

Ação na área: Movimento social organizado: Instituto Acqua.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Flora, fauna e disponibilidade de água); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Cabeceira de drenagem, limite de Bacia Hidrográfica. Situação de vegetação preservada; produção hídrica; latifúndios.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento da situação fundiária. Estudo da potencialidade econômica compatíveis. Grau do passivo ambiental (Solvay). Estudo de áreas contaminadas.

Responsável pelo preenchimento: Romualdo Juliatto

RGP023 - Vila Paranapiacaba

Município: Santo André. *Localização e referências:* Parque Estadual da Serra do Mar. *Vias de acesso:* Estrada de Ferro Santos/Jundiaí, SP122, Rodovia Adib Chamas. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Outros: patrimônio histórico.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: B; Resíduos sólidos: B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: acessibilidade através da Estrada de Ferro. Movimento social organizado: SPR, Movimento Pró-Paranapiacaba. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto de revitalização da Vila de Paranapiacaba.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Área contígua ao Parque Estadual da Serra do Mar.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudos para reabilitação e conservação do patrimônio histórico); 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Pólo potencial de atração turística compatível com a preservação ambiental.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento fundiário da porção alta da Vila de Paranapiacaba. Estudos para reabilitação e conservação do patrimônio histórico.

Responsável pelo preenchimento: Maria Lúcia Nascimento, Patrícia Lorenz, Araci Franco Cruz

RGP024 - Cabeceira do Araçuaiva

Município(s): Rio Grande da Serra, Santo André. *Localização e referências:* Região Noroeste do Rio Grande da Serra e área de divisa com Santo André, região Norte da Ferrovia Santos/Jundiaí, divisa com Suzano e Mogi das Cruzes. *Vias de acesso:* Estrada da Maratona e do Araçuaiva. *Uso do solo predominante:* Ocupação esparsa mais vegetação nativa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: A; Produção hídrica: A.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM x Leis Municipais. Conflito institucional: áreas ocupadas de prioridade do Inbra. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: recomposição da flora nativa.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Potencial de erosão alto.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Levantamento fundiário, flora e fauna, disponibilidade de água); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Cabeceira de drenagem (limite de Bacia Hidrográfica), remanescentes expressivos de vegetação natural, alto potencial de erosão.

Principais lacunas de conhecimento: Estudos de potencialidade econômicas compatíveis. Estudos fundiários, levantamento fito-sociológico e de fauna. Estudo de disponibilidade dos recursos hídricos.

Responsável pelo preenchimento: Edmir Meneghetti

RGP025 - Parque Serrano

Município: Ribeirão Pires. *Localização e referências:* Bairro Aliança e Jardim Serrano. *Vias de acesso:* Rua Capitão José Galo, Rua Coronel Oliveira Lima. *Uso do solo predominante:* Preservação ambiental. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Solo exposto; Várzea; Outros: topo de morros.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Qualidade da água: A; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: C; Pressão antrópica: A, B; Saneamento: A.

Ação na área: Movimento social organizado: Sociedade de Moradores do Jardim Serrano. Projeto e programa em andamento ou proposto: Estrutural / Institucional. Outros: área vinculada à regularização fundiária do Jardim Serrano (área pública).

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 1 - Outros: Ocupação residencial clandestina à ser removida.

Justificativa para grau de instabilidade: Área pública em estruturação institucional para transformação em Parque Municipal. Local de topo de morros e significativos pontos de nascentes, parte com cobertura vegetal de Mata Atlântica em estágio inicial e secundário de regeneração. Área vinculada à regularização fundiária do loteamento contínuo Jardim Serrano, exigência dos órgãos estaduais.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs; **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos (Remoção de ocupação); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Importância para conter as ocupações clandestinas provenientes de Mauá. Área de exigência legal para regularização do parcelamento Jardim Serrano. Área potencialmente sensível para ocupação urbana - topos de morros, nascentes, corpos d'água e cobertura vegetal significativa. Parceria entre o município, órgãos estaduais e sociedade civil. Definição do tipo de Unidade de Conservação considerando suas características naturais e localização, devido ao fato de estar inserida em área de grande pressão antrópica e próximo a divisas de parcelamentos populares carentes de estruturas de lazer. Sugestão de implantação de Parque Público, visando preservar as áreas de interesse, ampliar os espaços destinados ao turismo regional, em especial ao ecoturismo regional, e ainda para estudos ambientais.

Responsável pelo preenchimento: Silmara M. Soares Delfino

Áreas prioritárias para a sub-região TAQUACETUBA/BORORÉ (TQB)

TQB001 – Varginha Urb.

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Margem do braço Taquacetuba. *Vias de acesso:* Estrada da Varginha. *Uso do solo predominante:* Área urbanizada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mineração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Qualidade da água: B, A; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B; Recuperação urbana: A, B.

Ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais (898/75 e 1.172/76) Lei nº 1.1216/02 (conhecida como “Lei Tripoli”). Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Comprometimento da qualidade da água.

Justificativa para grau de instabilidade: Porque a pressão antrópica é forte na região, advinda de adensamento populacional notável e sujeito ao agravamento do quadro frente à possibilidade do Rodoanel.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área de cabeceira com intensa ocupação desordenada e em processo de adensamento. Proximidade da represa. Presença de mineração lindeira à área urbana e também a uma área livre com vegetação (ver TQB003). Recomenda-se a requalificação e recuperação da área da mineração para instalação de equipamento de lazer/cultura.

Principais lacunas de conhecimento: Falta de conhecimento sobre movimento social organizado na região. Necessidade de levantamento fundiário.

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia Bellenzani

TQB002 - Varginha II

Município: São Paulo. *Vias de acesso:* Av. Paulo Reimberg. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica; urbana consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mineração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Qualidade da água: A; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: A, B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Traçado proposto do Rodoanel.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 1 - Criação de UCs (Parque Municipal na área de mineração); 2 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Em vista do traçado proposto do Rodoanel a vegetação existente deve ser protegida por Parque ou UC. A área sofre pressão antrópica.

Principais lacunas de conhecimento: Projeto detalhado da obra do Rodoanel (tipo de implantação). Necessidade de levantamento fundiário, em especial na área rural.

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline M. Fonseca

TQB003 - Cocaia-Braço Bororé

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Península de Cocaia-Braço Bororé. *Vias de acesso:* Avenida Belmira Marin/Estrada da Varginha. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana precária rarefeita; mineração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica

secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação dispersa; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Qualidade da água: A; Mineração: A; Pólos e eixos: B, A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Movimento social organizado: Associação de Moradores; Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Rodoanel.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade aos eixos viários e contígua a área densamente urbanizada.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana;

Justificativa para inclusão da área: Área próxima ao corpo d'água sofrendo pressão intensa da mancha urbana contígua. Área “tampão” entre a área urbanizada e o espelho d'água. Área com influência dos eixos viários que a delimitam. Problemas de esgotamento sanitário.

Principais lacunas de conhecimento: O que a população local pensa sobre os resíduos que ela produz. O que a população dispõe para o manejo sustentável de resíduos (infra-estrutura). Conhecimento quali-quantitativo dos resíduos gerados nas comunidades. Nível de educação e perfil sócio-econômico e cultural das comunidades como pressuposto para a concepção de um Programa de Educação Ambiental Popular voltado para o Manejo Sustentável dos Resíduos. Cadastramento de prestadores de serviço em Área de Proteção aos Mananciais para Resíduos. Necessidade de estudo da hidrodinâmica do reservatório para avaliar efeitos da reversão do Pinheiros e da efetiva contribuição dessa bacia com a qualidade da água no Taquacetuba. O estudo de sedimentos no Braço Bororé (com especial atenção à disposição irregular de material retirado pela Eletropaulo na Usina Elevatória de Pedreira). Desconhecimento do PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada. Falta de indicadores socioambientais. Necessidade de levantamento fundiário

Responsável pelo preenchimento: Maria José Marcondes (Mazé)

TQB004 - Península do Bororé

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Braço do Bororé. *Vias de acesso:* Avenida Belmira Marin/Balsa. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária; Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Agricultura: B; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: A, C; Pólos e eixos: A, B; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: B.

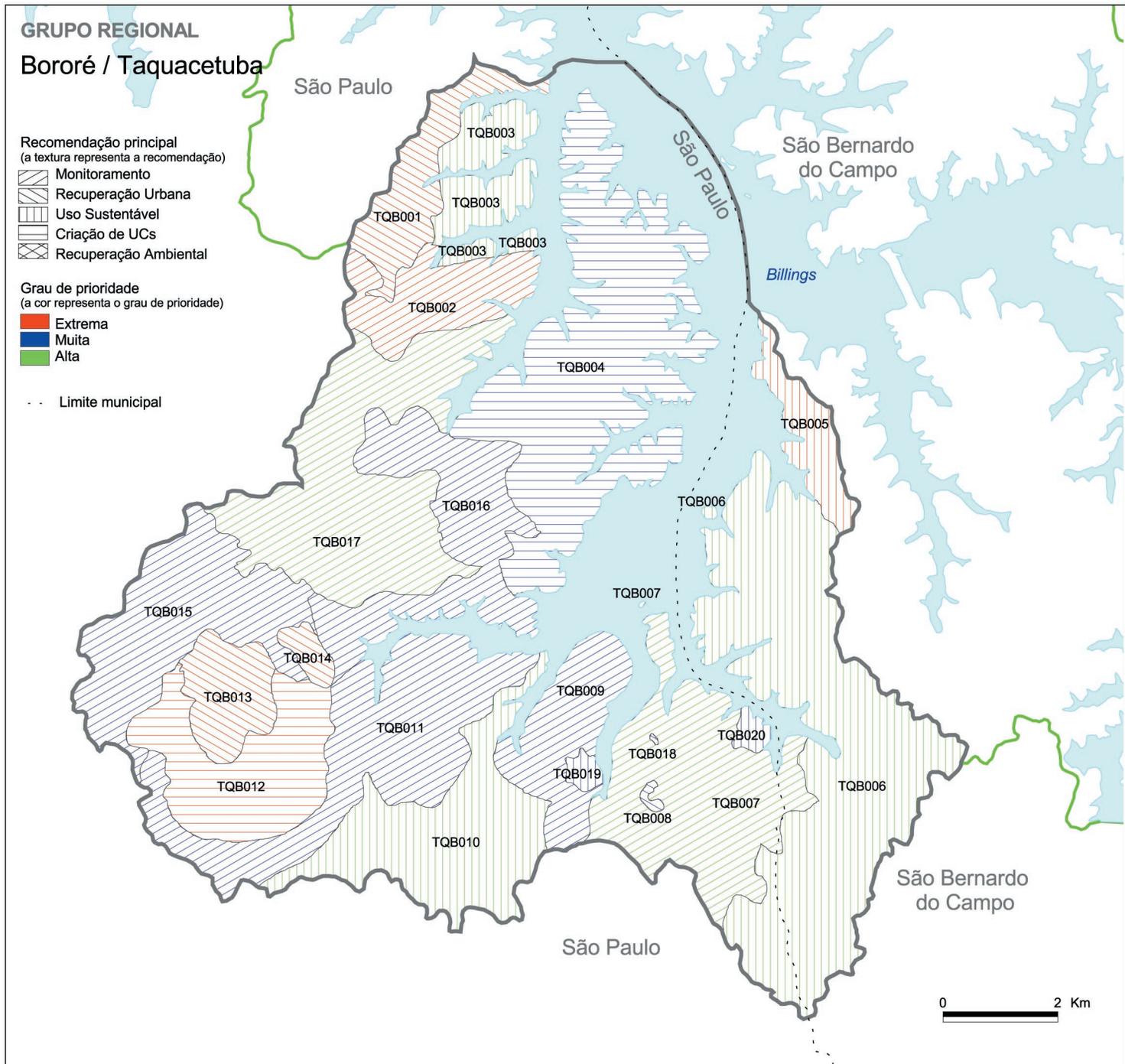
Ação na área: Conflito institucional: Rodoanel. Movimento social organizado: AMIB - Associação de Moradores da Ilha do Bororé. Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel e plano de gestão ambiental participativo. Outros: uso sustentável ou atividades rurais não impactantes.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Traçado previsto do Rodoanel.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudo de impacto do Rodoanel; estudos pedológicos); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Grande pressão pela expansão urbana e futuro aumento da pressão por causa do Rodoanel. Aptidão para criação de UC de uso sustentável.



Principais lacunas de conhecimento: Censo Agropecuário. Levantamento fundiário da área rural.

Responsável pelo preenchimento: Roberto Jacintho

TQB005 - Santa Cruz/Tateto Norte

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Norte da península entre os braços Pedra Branca e Taquacetuba, limite leste da sub-bacia Taquacetuba/Bororé. *Vias de acesso:* Balsa 2 (saindo de Cocaia até Taquacetuba) ou pelo Sul via estrada do Curucutu. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária em estágio médio ou avançado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: B; Agricultura: B; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Pólos e eixos: B; Pressão antrópica: A.

Ação na área: Conflito de legislação; Ocupação irregular em APM.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: O local é atravessado pelo eixo de expansão urbana que sai do Bororé e alcança o local pela balsa que atravessa o braço Taquacetuba e segue em direção à Imigrantes.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Criação de UCs; 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Recuperação ambiental; 2 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Eixo de expansão urbana de grau 2 e despejo nos cursos d'água de grau 2 segundo ficha área PA010 (Grupos temáticos). Observação em "Elementos de recomendação": Criação de UCs - APA (proposta do grupo temático).

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento fundiário.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: fonte nº 11 (ver Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Gustavo Beuttenmuller (Agni), Agnes Fernandes

TQB006 - Santa Cruz/Tatetos Sul

Município: São Bernardo do Campo. *Localização e referências:* Centro-sul da Península entre os Braços Taquacetuba e Pedra Branca, entre o limite do município de São Paulo e Rodovia dos Imigrantes. *Vias de acesso:* Bororé (Balsa 2) e Estrada do Curucutu. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária em estágio médio ou avançado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Agricultura: B; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Produção hídrica: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Ocupação irregular em APM.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Eixo de expansão da urbanização em direção à Rodovia dos Imigrantes. Presença de dois conjuntos de ocupação localizados ao Norte e ao Sul da referida área.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Criação de UCs; 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação dispersa com pressão antrópica. A referida UC é APA. Infra-estrutura urbana precária. Despejo de esgoto nos cursos d'água. Área considerável de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração.

Principais lacunas de conhecimento: Falta de representação da sociedade civil no local. Falta de dados sobre a área para subsidiar o trabalho.

Responsável pelo preenchimento: Ricardo Tameirão Pinto Jr.

TQB007 - APA/Krukutu

Município: São Paulo. *Localização e referências:* APA Municipal do Capivari/Monos. Entre a Barragem e o limite dos municípios São Paulo/São Bernardo do Campo, entre Sangradouro Preto/Monos e Ribeirão Curucutu. *Vias de acesso:* Estrada do Curucutu (final da Estrada da Barragem), Estrada Rio Acima via Imigrantes. *Uso do solo predominante:* Rural. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: A.

Ação na área: Conflito Institucional: Funai X APA X PMSP. Movimento social organizado: Associação Guarani Nh'em Porã; União dos Moradores da Barragem; Olhos da Mata; Conselho da APA Capivari. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA Municipal Capivari/Monos; Outros: estruturas da Emae/Barragem.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Funai - possibilidade de ampliação da Área Indígena.

Justificativa para grau de instabilidade: O grau 3 atribuído ao item Outros (Funai) corresponde à instabilidade social gerada pelo processo de ampliação das duas terras indígenas Guarani, em estudo pela Funai.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 1 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Grupo Pressão Antrópica considera esta área como de extrema importância. Importante produtora de água para o braço Taquacetuba. Dentro desta área existe um enclave de urbanização consolidada e precária. A aplicação inadequada do processo demarcatório de terras da Funai que não possibilita a participação dos atores envolvidos gera tais conflitos. Torna-se necessário promover uma decisão compartilhada, a qual poderia ser "capitaneada" pelo conselho gestor da APA.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento fundiário.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fontes 6 e 41 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia Bellenzani

TQB008 - APA/Cidade Luz

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Barragem (Sangradouro Preto-Mono). *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado (a controlar). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Agricultura: A; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: C.

Ação na área: Conflito de legislação: Zoneamento urbano/Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: Estado X Município. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Justificativa para grau de instabilidade: Área em processo de expansão urbana.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana em expansão próxima ao Braço Taquacetuba incluída no Plano Emergencial.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento fundiário.

Responsável pelo preenchimento: Roberto Jacintho

TQB009 - APA/Morro da Saudade

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Barragem. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Rural; agrícola. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: A.

Ação na área: Movimento social organizado: Conselho gestor da APA Capivari/Monos. Projeto e programa em andamento ou proposto: demarcação de Terras Indígenas.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 3 - Outros: Funai - possibilidade de aumentar a área indígena.

Justificativa para grau de instabilidade: O grau 3 atribuído ao item Outros (Funai) corresponde à instabilidade social gerada na região advinda do processo de ampliação das terras indígenas iniciado pela Funai.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 1 - Recuperação ambiental; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Grupo Pressão Antrópica considerou esta área de extrema importância. Importante produtora de água para o Braço Taquacetuba. Aplicação inadequada do processo demarcatório de terras da Funai, que não possibilita a participação dos envolvidos gera tais conflitos. Torna-se necessário promover uma decisão compartilhada a qual poderia ser "capitaneada" pelo conselho gestor da APA. Obs: Elementos de recomendação em Recuperação Ambiental - "Retirada de terra preta".

Principais lacunas de conhecimento: Mapa de solos (Pedologia).

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fontes 6 e 41 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline da Fonseca

TQB010 - Cabeceira do Taquacetuba

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Cabeceira do Taquacetuba atrás do Clube Campestre São Paulo. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia; Estrada do Paiolzinho. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica primária e secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: A.

Ação na área: Conflito Institucional: Sabesp/Prefeitura. Movimento social organizado: T.I. Guarani / Kurucutu. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA do Capivari/Monos; Projetos de educação ambiental.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Desmatamento.

Justificativa para grau de instabilidade: Criada recentemente, a APA Capivari/Monos teve grande divulgação pelos meios de comunicação, o que pode acarretar a degradação da área se não houver um programa de fiscalização.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Levantamento de flora e fauna aquática e terrestre; estudo de processos ecológicos na água); 1 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área importante por ser área de nascentes e captação. Área com UCs e TI criadas. Por ser uma área protegida deve-se criar um sistema especial de monitoramento e fiscalização.

Principais lacunas de conhecimento: Necessidade de estudos detalhados da fauna e flora (aquática e terrestre). Necessidade de estudos dos processos ecológicos. Levantamento fundiário.

Responsável pelo preenchimento: Miriam Falótico

TQB011 - Borda Sul da Cratera

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Próximo à Cratera. *Vias de acesso:* Estrada da Varginha. *Uso do solo predominante:* Campo antrópico. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: A.

Ação na área: Movimento social organizado: associação de bairro e organizações ambientalistas. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano de gestão da APA.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica.

Justificativa para grau de instabilidade: Área contígua à área da Cratera com ocupação urbana densa, irregular e precária.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Necessidade de estudos (Levantamento de alternativa de ocupações sustentáveis); 1 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais

Justificativa para inclusão da área: Área de transição entre gleba com urbanização intensa (área da Cratera) e Área de Proteção Ambiental. Área de extrema importância para implantação de programas de fiscalização e monitoramento. Área contígua à área tombada.

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento de alternativas de ocupação sustentáveis. Levantamento fundiário.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 49 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria José Marcondes

TQB012 - APA - Cratera

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Cratera de Colônia APA Capivari Monos. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem, Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Várzea. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A, B; Áreas protegidas: A; Diversidade biológica: A;

Qualidade da água: C, B; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Produção hídrica: A.

Ação na área: Movimento social organizado: Achave. Projeto e programa em andamento ou proposto: Parque Natural Municipal.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 2 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Mineração.

Justificativa para grau de instabilidade: Proximidade do loteamento Vargem Grande. Traçado proposto para o Gasoduto.

Principal ação recomendada: 3 - Criação de UCs. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Estudos geológicos, arqueológicos e pedológicos); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área tombada pelo Condephaat. Várzea importante para manutenção da qualidade de água do Taquacetuba. Potencial para geração de renda (agricultura).

Principais lacunas de conhecimento: Geologia, arqueologia e pedologia. Levantamento fundiário.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 9 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Maria Leticia de Souza Paraiso

TQB013 - APA Vargem Grande

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Bacia do Ribeirão Vermelho, Braço Taquacetuba APA Capivari/Monos. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem, Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: B; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: A, B; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: A, B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Zoneamento urbano X Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: Estado X Município. Movimento social organizado: Achave / Conselho da APA. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial APA.

Grau de instabilidade: 1 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Mineração.

Justificativa para grau de instabilidade: Loteamento consolidado.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Loteamento irregular sem saneamento em APA e próximo ao braço Taquacetuba. Tombado pelo Condephaat.

Principais lacunas de conhecimento: Mapa pedológico. Levantamento fundiário. Levantamento geológico.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 9 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Maria Leticia de Souza Paraiso

TQB014 - Colônia

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Bairro Colônia, seguindo pela Estrada da Colônia após condomínio Vargem Grande e ferrovia. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Urbano. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Extrema (A)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: B; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: B; Saneamento: A.

Ação na área: Conflito de legislação: Legislação de Proteção aos Mananciais (nº 1.172/76) x Legislação municipal (zoneamento). Movimento social organizado: Associação de Moradores da Colônia.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 0 - Outros: Não especificados.

Justificativa para grau de instabilidade: O núcleo local de meados do século XIX tem sofrido pressão de urbanização desordenada levando ao risco de descaracterizar o Patrimônio Histórico.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 1 - Necessidade de estudos (Resgate patrimônio histórico local); 2 - Recuperação ambiental; 1 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana consolidada tradicional com expansão nas bordas. Importância para a produção de água (Ribeirão Colônia, afluente do Taquacetuba). Saneamento básico precário (esgoto) não está no plano emergencial. Existe área de risco em seu interior. Existe também uma pequena favela em área de preservação permanente.

Principais lacunas de conhecimento: Estudos consistentes sobre o patrimônio histórico da região.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 46 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia Bellenzani

TQB015 - Ribeirão Colônia

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Contorna a Cratera de Colônia a Noroeste, Norte e Nordeste da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Colônia. *Vias de acesso:* Ferrovia CPTM, Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária em estágio médio ou avançado de recuperação. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Mineração: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: A, B; Recuperação urbana: B.

Ação na área: Conflito de legislação: ocupação urbana (expansão) em APM. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial. Outros: ao Norte existe a área RU008 (Grupos temáticos) com expansão urbana/área urbana consolidada.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 2 - Outros: Não especificado.

Justificativa para grau de instabilidade: Área cortada pelo eixo de expansão urbana "C" (conforme mapa de Eixos de Expansão Urbana na Bacia Hidrográfica da Billings, fonte: ISA/2002). Áreas de expansão urbana e ocupação dispersa recente (1999). A área em questão é adjacente a duas áreas urbanizadas (Jd. Silveiras e Vargem Grande-Colônia), somando 20.000 habitantes.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Recuperação ambiental; 2 - Recuperação urbana.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial e área de produção hídrica (grau A - extremo, vide PH005). Obs: Comentários sobre grau de estabilidade: "Área imediatamente adjacente a Norte da Cratera de Colônia (área tombada) e APA do Capivari/Monos. É uma Zona de Amortecimento importante devido ao eixo de expansão urbana C".

Principais lacunas de conhecimento: Levantamento fundiário. Levantamento pedológico.

Bibliografia, fonte de dados e especialistas indicados: ver fonte nº 22 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Gustavo Beuttenmuller (Agni) e Agnes Fernandes

TQB016 - Ligação Colônia/Bororé

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Braço do Taquacetuba. *Vias de acesso:* Avenida Paulo Guilher Reimberg. *Uso do solo predominante:* Mata; Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio mé-

dio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Resíduos sólidos: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM X Legislação Municipal (zoneamento).

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 0 - Outros: Não especificado.

Justificativa para grau de instabilidade: Área rural encravada entre duas áreas de urbanização precária em processo de adensamento, próxima a importantes vias de ligação.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área rural com agricultura expressiva, potencial para desenvolvimento da agricultura e agroturismo, próxima a áreas urbanas que exercem pressão. Importância para a produção de água.

Principais lacunas de conhecimento: Mapa pedológico. Levantamento fundiário.

Responsável pelo preenchimento: Loide Cruz Vidal Parlatto

TQB017 - Bororé/Varginha

Município: São Paulo. *Localização e referências:* pela Estrada da Colônia depois do Jd. Novo Parelheiros. *Vias de acesso:* Estrada Velha da Colônia. *Uso do solo predominante:* Área de ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Alta (C)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Qualidade da água: A; Resíduos sólidos: B; Pólos e eixos: A; Pressão antrópica: B; Produção hídrica: B.

Ação na área: Conflito de legislação: LPM X Município.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 3 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 0 - Outros: Não especificado.

Justificativa para grau de instabilidade: Área próxima às vias de acesso, com pressões urbanas.

Principal ação recomendada: 3 - Monitoramento e fiscalização permanente. **Outras ações recomendadas:** 2 - Recuperação ambiental; 1 - Recuperação urbana; 2 - Uso sustentável dos recursos naturais.

Justificativa para inclusão da área: Área rural espremida entre áreas urbanas sob pressão, não contando com programas específicos.

Principais lacunas de conhecimento: Mapa pedológico. Levantamento fundiário.

Responsável pelo preenchimento: Pedro Jacobi

TQB018 – APA/Vera Cruz

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Barragem (Sangradouro). *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Urbana consolidada (a controlar). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Agricultura: A; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Produção hídrica: A; Recuperação urbana: C.

Ação na área: Conflito de legislação: Zoneamento urbano X Lei de proteção aos mananciais. Conflito institucional: Estado X Município. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento; 0 - Outros: Não especificado.

Justificativa para grau de instabilidade: Área em processo de expansão urbana.

Principal ação recomendada: 3 - Recuperação urbana. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana, próxima ao Braço Taquacetuba, em expansão, incluída no plano emergencial.

Responsável pelo preenchimento: Elizabeth Mefranco

TQB019 - Terra Indígena Morro da Saudade

Município: São Paulo. *Localização e referências:* Barragem. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação dispersa.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Alternativas econômicas: A; Agricultura: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: B; Qualidade da água: C; Pressão antrópica: A; Produção hídrica: A; Saneamento: A.

Ação na área: Movimento social organizado: Associação Indígena. Projeto e programa em andamento ou proposto: ampliação da TI. TAC Furnas.

Grau de instabilidade: 3 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Antropológicos; saúde; utilização de recursos naturais); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Plano de manejo); 1 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Terra indígena já existente.

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline Fonseca

TQB020 - Terra Indígena Krucutu

Município: São Paulo. *Localização e referências:* dentro da APA do Capivari/ Monos - Bacia Billings. *Vias de acesso:* Estrada do Krucutu. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação dispersa.

GRAU DE PRIORIDADE PARA O GRUPO REGIONAL: Muita (B)

Grau de prioridade definido pelos Grupos Temáticos: Agricultura: A; Áreas protegidas: B; Diversidade biológica: A; Qualidade da água: C; Produção hídrica: A.

Ação na área: Movimento social organizado: Associação Nhe' E Porã. Projeto e programa em andamento ou proposto: ampliação da TI. TAC Furnas.

Grau de instabilidade: 2 - Grau de pressão antrópica; 1 - Impacto dos eixos de desenvolvimento.

Principal ação recomendada: 3 - Uso sustentável dos recursos naturais. **Outras ações recomendadas:** 2 - Monitoramento e fiscalização permanente; 2 - Necessidade de estudos (Antropológicos; saúde; utilização de recursos naturais); 2 - Proteção (outro instrumento que não seja criação de UC: Plano de manejo); 1 - Recuperação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Terra indígena já existente.

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline Fonseca

Áreas prioritárias por
Grupo Temático

Chaves de graduação para Áreas Prioritárias

| Grau de prioridade | Elementos de diagnóstico | Estado de degradação |
|------------------------------------|--------------------------|----------------------|
| A – área de extrema importância | 3 - Alto | 3 - Alto |
| B – área de muito alta importância | 2 - Médio | 2 - Médio |
| C – área de muita importância | 1 - Baixo | 1 - Baixo |
| | 0 - Sem informação | 0 - Sem informação |

ÍNDICE REMISSIVO DAS FICHAS DOS GRUPOS TEMÁTICOS

| Item | Palavras-chave | Fichas dos grupos temáticos | Nº de ocorrências |
|--|--|---|-------------------|
| Assoreamento | Assoreamento, movimento de terra | MN 001, MN 006, PH 003, PH 008, PH 013, QA 009, QA 015, RS 001, RU 015, RU 027 e RU 043 | 11 |
| Caça e pesca ilegais | Caça ilegal, caça predatória, pesca ilegal, extrativismo, atividade pesqueira irregular | AE 003, AP 005, DB 003, RU 030 e RU 031 | 5 |
| Desmatamento | Desmatamento, desmatamentos | | - |
| Erosão | Processos erosivos, riscos de erosão, potencial de erosão, controle de erosão, risco geológico, assoreamento | PH 001, PH 003, PH 008, PH 013, QA 009, QA 011, QA 015, RS 001, RU 015, RU 021, RU 027, MN 001 e MN 006 | 13 |
| Espécies ameaçadas | Presença de espécies ameaçadas de extinção, fauna, flora, espécies endêmicas | AE 003, AP 001, DB 001, DB 002, DB 003, DB 005, DB 006, MN 008, PA 019 e PH 005 | 10 |
| Impactos do Rodoanel | Rodoanel, traçado do Rodoanel, impacto do Rodoanel | AE 001, AP 004, PA 003, PA 020, PE 002, PE 003, PE 008, QA 010, QA 015, QA 018, QA 019 e RU 009 | 12 |
| Impactos na captação de água | Área de captação, proximidade de área de captação de água, captação Sabesp, abastecimento público, captação, ETA Rio Grande | AE 001, AE 004, AE 006, AP 003, MN 006, MN 007, PE 001, PE 003, PE 005, PE 006, PE 007, PH 004, PH 007, QA 005, QA 010, QA 013, QA 015, QA 018, QA 019, RU 015, RU 029, SN 009 e SN 010 | 23 |
| Incêndio | Riscos de incêndio | | - |
| Lançamento de esgoto | Carga poluidora, despejo de esgoto, esgoto, sem tratamento, vazamento de esgoto | MN 008, PH 006, PH 007, PH 008, PH 009, PH 010, QA 001, QA 002, QA 003, QA 004, QA 005, QA 006, QA 007, QA 008, QA 009, QA 011, QA 012, QA 014, RU 015, RU 016, RU 027, RU 028, RU 029, RU 031, RU 037, RU 038, RU 040, SN 001, SN 006, SN 007, SN 008 e SN 010 | 32 |
| Mata ciliar | Recomposição de mata ciliar, recuperação de margens | QA 008 | 1 |
| Ocupação irregular em APM | Favelas, loteamento irregular, núcleos urbanos populosos, parcelamentos, área de primeira categoria, ocupação irregular | PA 004, PA 017, PE 001, PE 006, RU 002, RU 004, RU 009, RU 010, RU 011, RU 012, RU 021, RU 023, RU 025, RU 028, RU 035, RU 037, RU 038, RU 039, RU 040, RU 042, SN 003, SN 008, RS 002, PH 001, QA 006, QA 011 e QA 019 | 27 |
| Plano emergencial | Plano emergencial | AE 003, AG 004, AG 006, AG 008, AG 009, AG 012, PA 001, PA 002, PA 003, PA 007, PA 008, PA 009, PE 005, PH 005, QA 005, QA 007, QA 008, QA 010, QA 011, QA 012, RU 002, RU 003, RU 004, RU 005, RU 006, RU 007, RU 008, RU 009, RU 010, RU 011, RU 012, RU 021, RU 022, RU 027, RU 028, RU 029, RU 030, RU 031, RU 033, RU 034, RU 036, RU 042, RU 045, SN 001, SN 003, SN 004, SN 007, SN 008 e SN 009 | 49 |
| Problemas com resíduos sólidos | Resíduos sólidos, coleta de lixo embarcada, coleta de lixo convencional, queima de lixo, geração de resíduos, coleta de resíduos embarcada, focos de resíduos | PA 011, PA 012, PA 014, PA 015, PA 016, PE 009, RS 001, RS 004, RS 005, RS 006, RS 007, RS 008 e PH 009 | 13 |
| Remanescentes significativos de Mata Atlântica | Cobertura, cobertura vegetal significativa, especial interesse de preservação, presença de mata, estágio avançado, fragmentos de mata, vegetação nativa, vegetação preservada, mata, conservação, preservação, remanescentes de mata | AE 001, AE 003, AE 004, AE 006, AP 003, AP 004, AP 005, AP 006, AP 007, AP 008, AP 009, AP 010, DB 002, DB 003, DB 004, DB 005, DB 006, MN 001, MN 003, MN 008, PA 001, PA 002, PA 003, PA 009, PA 010, PA 011, PA 012, PA 013, PE 005, PE 006, PH 003, PH 004, PH 005, PH 007, PH 008, PH 009, PH 010, PH 011, PH 012, PH 013, PH 018, PH 019, QA 003, QA 004, QA 008, QA 010, QA 011, QA 012, QA 013, QA 018, QA 019, RU 018, RU 025, RU 039, RU 043, RU 044, SN 006, SN 007, SN 008, SN 009 e RS 008 | 61 |
| Transporte coletivo como indutor à ocupação | Indutor à ocupação, transporte, indutores de ocupação, indução de ocupação | AE 002, PA 011, PA 018, PA 019, PA 020, PE 001, PE 002, PE 003, PE 004, PE 005, PE 008 e PE 009 | 12 |

Áreas prioritárias para AGRICULTURA

AG001 - Vargem Grande/Cratera

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Cratera da Colônia ao longo da estrada da Vargem Grande que faz a ligação da Estrada da Colônia com a Estrada Engenheiro Marsilac. *Vias de acesso:* Estrada de Palheiros, Estrada da Colônia, Estrada da Vargem Grande. *Uso do solo predominante:* Rural. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Agricultura alternativa (orgânicos); 3 - Agricultura familiar; 3 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 2 - Proximidade de ocupação urbana; 2 - Uso de água para irrigação; 2 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 0 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Conselho Gestor da APA. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA Municipal Capivari-Monos.

Justificativa para inclusão da área: Existência de atividade agrícola. Inserida na APA de Capivari. Pressão de ocupação. Suscetível de invasão. Área tombada. Aptidão para agricultura, devido a proximidade da planície aluvial. Potencial para agroturismo/turismo rural.

Lacunas de conhecimento: Análise de água para a agricultura. Mapas de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Gilson Gonçalves Guimarães.

AG002 - Colônia

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Entorno da Vila da Colônia/Santa Terezinha. *Vias de acesso:* Estrada Colônia à Barragem. *Uso do solo predominante:* Expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 0 - Agricultura alternativa (orgânicos); 1 - Agricultura familiar; 2 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana; 0 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Sociedade de Amigos de Bairro da Colônia.

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana da Colônia, avançando sobre áreas ocupadas tradicionalmente por agricultura familiar. Necessidade de requalificar a região. Geração de renda para a população. Possibilidade de trabalhos com horta comunitária como estratégia de sensibilizar/conscientizar/educação ambiental/capacitação.

Lacunas de conhecimento: Análise de água para a agricultura. Mapas de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lúcia R. Bellenzani

AG003 - Nova América/Parada 57

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Estrada da Barragem após o cruzamento com a via férrea. *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros/Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Agricultura alternativa (orgânicos); 0 - Agricultura familiar; 2 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana; 0 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: SABs Nova América e Conselho Gestor da APA. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA Municipal do Capivari.

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana. Necessidade de requalificar a região. Geração de renda para a população. Possibilidade de trabalhos com horta comunitária como instrumento/estratégia de sensibilização/conscientização/educação ambiental/capacitação. Inserida na APA.

Lacunas de conhecimento: Análise de água para a agricultura. Mapa de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Gilson G. Guimarães

AG004 - Barragem

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Final da Estrada da Barragem Sangradouro Preto/Monos Estrada do Massao/Estrada Vera Cruz. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Rural; Expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Remoção de terra preta, irregular.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Agricultura alternativa (orgânicos); 3 - Agricultura familiar; 2 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana; 0 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito institucional: Funai X PMSP X APA. Movimento social organizado: Conselho da APA; União de Moradores da Barragem. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA Capivari - Monos, Plano emergencial próximo.

Justificativa para inclusão da área: Existência de agricultura familiar. Terra Indígena Guarani Barragem. Expansão urbana sobre áreas agrícolas (tradicionalmente ocupadas por agricultura familiar). Geração de renda para a comunidade. Potencial para agroturismo.

Lacunus de conhecimento: Análise de água para a agricultura. Mapa de solos (pedologia).

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia R. Bellenzani

AG005 - Kurucutu/Guarani

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Estrada do Kurucutu, no final da Estrada da Barragem. *Vias de acesso:* Estrada do Kurucutu, acesso pela estrada da Barragem e por São Bernardo, Estrada do Rio Acima, Imigrantes km 37. *Uso do solo predominante:* Rural. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 0 - Agricultura alternativa (orgânicos); 3 - Agricultura familiar; 3 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 0 - Proximidade de ocupação urbana; 0 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito Institucional: Funai X Prefeitura X APA (expensão terra indígena). Movimento social organizado: Associação Guarani Nheem Porã. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA Capivari - Monos; Projetos com Funai/Índios Guarani.

Justificativa para inclusão da área: Existência de agricultura familiar. Terra Indígena Guarani Kurucutu. Existência de agricultura tradicional. Possibilidade de desenvolvimento projeto de agrossilvicultura com os Guaranis. *Lacunus de conhecimento:* Análise de água para a agricultura. Mapa de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia R. Bellenzani

AG006 - Varginha

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Ao longo da Av. Paulo Guilguer Reimberg. *Vias de acesso:* Av. Paulo Guilguer Reimberg (estrada Varginha). Estrada da Varginha à Colônia, Av. Kaio Okamoto. *Uso do solo predominante:* Rural com alguma expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Agricultura alternativa (orgânicos); 3 - Agricultura familiar; 1 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana; 0 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Associação de Produtores em Formação. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Presença de agricultura familiar tradicional. Existem produtores comerciais bem estruturados. Possibilidade de expansão de agroturismo, pesqueiros (pesque-pague). Pressão da expansão urbana. Proximidade de área urbana adensada, próximo a loteamento clandestino.

Lacunus de conhecimento: Análise de água para a agricultura. Mapa de solos (pedologia).

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia R. Bellenzani

AG007 - Bororé

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Estrada do Taquacetuba (2ª balsa). *Vias de acesso:* Pela Estrada do Taquacetuba ou pela av. Kaio Okamoto. *Uso do solo predominante:* Rural. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Agricultura familiar; 3 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 1 - Proximidade de ocupação urbana; 0 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Associação dos Moradores da Ilha do Bororé (AMIB) - Ecoativa. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Gestão Ambiental do Bororé (SMMA, Emae, Amib).

Justificativa para inclusão da área: Existência de agricultura familiar. Pressão de expansão urbana, especialmente após o asfaltamento da estrada do Taquacetuba. Potencial para agroturismo/turismo rural. Movimento social organizado e atuante. Possibilidade de fazer hortas comunitárias.

Lacunus de conhecimento: Análise de água para a agricultura. Mapas de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 9 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Maria Lucia R. Bellenzani

AG008 - Tatetos

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras. *Localização e referências:* Acesso a partir do loteamento Santa Cruz. *Vias de acesso:* Estrada Rio Acima. *Uso do solo predominante:* Rural; Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

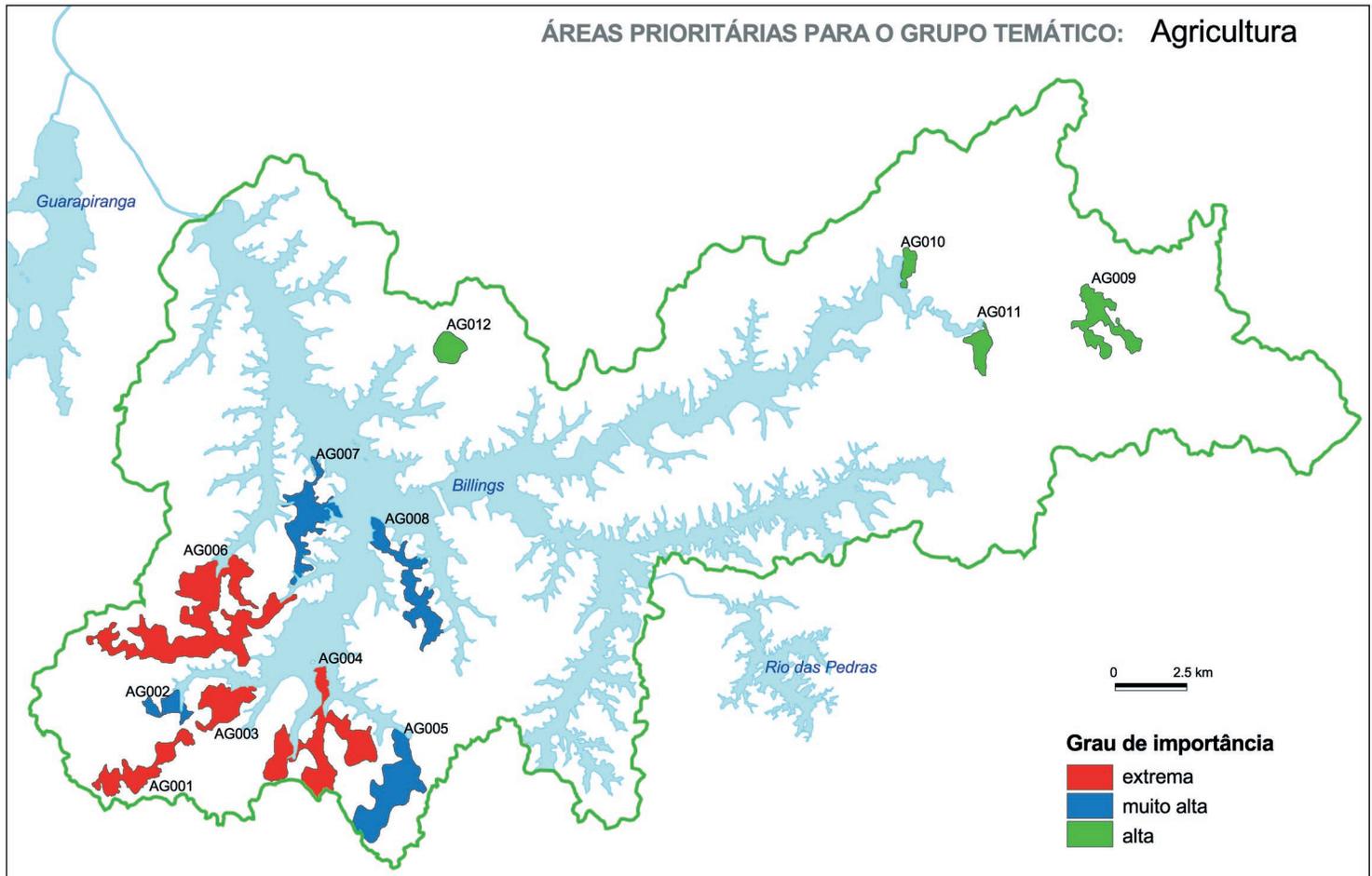
Elementos de diagnóstico: 1 - Agricultura alternativa (orgânicos); 3 - Agricultura familiar; 3 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 1 - Proximidade de ocupação urbana; 1 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: IPTU-Ecológico, Plano Emergencial Lei 9866/97.

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana. Possibilidade de realização de trabalhos com horta comunitária como estratégia de sensibilização/conscientização/educação ambiental/capacitação. Geração de renda para a população. Preservação da área de várzea do entorno da área. *Lacunus de conhecimento:* Análise de água para a agricultura. Mapas de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Agricultura



Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9, 21, 26, 27, 38 e 52 (Bibliografia Citada)
Responsável pelo preenchimento: Gilson Gonçalves Guimarães

AG009 - Rio Grande da Serra

Município: Rio Grande da Serra. Sub-região: RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. Localização e referências: SP 122 divisa com Ribeirão Pires (Vila Lopes). Vias de acesso: Rua Guilherme Pinto Monteiro. Uso do solo predominante: Expansão urbana. Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo: Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: PM Rio Grande da Serra, PM Santo André (divisas municipais); Ecros; Pastoral. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial - Lei 9866/97 (Vila Conde e Recanto das Flores).

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana. Possibilidade de realização de trabalhos com horta comunitária como estratégia de sensibilização/conscientização/educação ambiental/capacitação. Geração de renda para a população. Preservação da área de várzea do entorno da área.
Lacunras de conhecimento: Análise da água para agricultura. Mapas de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Responsável pelo preenchimento: Gilson G. Guimarães

AG010 - Foz do Ribeirão Pires/Ribeirão Pires

Município: Ribeirão Pires. Sub-região: RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. Localização e referências: Rua Major Cardim, altura do nº 2000, altura do Posto Figueira. Vias de acesso: Rodovia Índio Tibiriçá. Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo: Ocupação dispersa; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana. Possibilidade de realização de trabalhos com horta comunitária como estratégia de sensibilização/conscientização/educação ambiental/capacitação. Geração de renda para a população. Preservação da área de várzea do entorno da área.
Lacunras de conhecimento: Análise de água para agricultura. Mapa de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Responsável pelo preenchimento: Gilson G. Guimarães

AG011 - Foz do Rio Grande/Rio Grande da Serra

Município: Rio Grande da Serra. Sub-região: RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. Localização e referências: Rua das Tilápias. Vias de acesso: R. Juscelino Kubistcheck. Uso do solo predominante: Expansão urbana. Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo: Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Compatibilidade com produção de água; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Assemvil - Natureza Sempre Natural.

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana. Possibilidade de realização de trabalhos com horta comunitária como estratégia de sensibilização/conscientização/educação ambiental/capacitação. Geração de renda para a população. Preservação da área de várzea do entorno da área.

Responsável pelo preenchimento: Gilson G. Guimarães

AG012 - Batistini

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Estrada do Alvarenga próximo ao bairro Batistini. **Vias de acesso:** Est. Galvão Bueno - Entroncamento Imigrantes. **Uso do solo predominante:** Urbano. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Agricultura alternativa (orgânicos); 1 - Agricultura familiar; 3 - Compatibilidade com produção de água; 2 - Proximidade de cursos d'água; 2 - Proximidade de ocupação urbana; 2 - Uso de água para irrigação; 0 - Utilização de defensivos e agrotóxicos;

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: conflito LPM antiga X fora do período. Conflito Institucional: ações civis públicas/locais iniciadas. Movimento social organizado SABS. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial - Lei 9866/97 e Bairro Ecológico Parcial.

Justificativa para inclusão da área: Expansão urbana. Possibilidade de realização de trabalhos com horta comunitária como estratégia de sensibilização/conscientização/educação ambiental/capacitação. Geração de renda para a população. Preservação da área de várzea do entorno da área. **Lacunhas de conhecimento:** Análise de água para a agricultura. Mapas de solos (pedologia). Mapa de aptidão agrícola.

Responsável pelo preenchimento: Nelson Pedroso

Áreas prioritárias para ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

AE001 - Circuito das Águas Rio Grande

Município(s): São Bernardo; Ribeirão Pires; Rio Grande da Serra. *Localização e referências:* Área que circunda o Reservatório Rio Grande. *Vias de acesso:* SP 31; SP 148; SP 122; Anchieta. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica; Reflorestamento. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea; Outros: Atividade de lazer e turismo; captação para abastecimento.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Atividade compatível com produção de água; 1 - Geração de renda e emprego para população local; 3 - Indução à ocupação irregular.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: lei municipal Ribeirão Pires X lei proteção de mananciais. Conflito institucional: estado/município; captação/Rodoanel; município/município; conflito de divisas. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairros, empresários de turismo e ONGs. Projeto e programa em andamento ou proposto: duplicação da SP 31, Rodoanel, implantação do coletor Tronco Rio Grande.

Justificativa para inclusão da área: Área produtora de água. Área com vocação turística e lazer. Área vulnerável em relação à degradação ambiental.

Lacunas de conhecimento: Falta de indicadores socioambientais. Falta de pesquisa/informações sobre os recursos naturais.

Responsável pelo preenchimento: Jacques Demajorovic

AE002 - Eixo Ferroviário

Município(s): Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/ Rio Pequeno. *Localização e referências:* Via de penetração da Baixada Santista para o Planalto. *Vias de acesso:* Estrada de Ferro Santos/Jundiaí; SP 122; Av. Santo André; Av. Humberto de Campos. *Uso do solo predominante:* Residencial misto - urbano e campo antrópico. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: aterro industrial, pátios ferroviários.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Atividade compatível com produção de água; 1 - Geração de renda e emprego para população local; 2 - Indução à ocupação irregular.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto; 3 - Outros: Patrimônio ferroviário em mau estado de conservação; Aterro industrial não inerte.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual. Conflito institucional: transporte X demanda de moradores; intermunicipal X divisas. Movimento social organizado: associação de moradores, ONGs, industriais e empresários do turismo. Projeto e programa em andamento ou

proposto: coletor Tronco Rio Grande, Plano Patrimônio de Desenvolvimento Turístico de Paranapiacaba.

Justificativa para inclusão da área: Vocação turística. Eixo de ligação com infra-estrutura de transporte de carga implantada. Patrimônio cultural. Características naturais específicas.

Lacunas de conhecimento: Falta de indicadores socioambientais e de recursos naturais. Estudos e pesquisas.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Henrique A. de Oliveira

AE003 - Eixo Ferroviário II

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Contorno do Braço Taquacetuba e bacia do Ribeirão Vermelho; Colônia e Varginha. *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros. *Uso do solo predominante:* Diversos (vide item uso do solo). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: turístico, chácaras, Reserva Indígena.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Atividade compatível com produção de água; 2 - Geração de renda e emprego para população local; 3 - Indução à ocupação irregular

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto; 2 - Outros: Extrativismo - palmito, palmeiras, flora, bromélias.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM X municipal X particulares. Conflito institucional: Funai X SMMA, Furnas X SMMA, Ferroban, Gasoduto, Rodoanel X Prefeitura. Movimento social organizado: organizado para transporte, saneamento básico e saúde (ONGs, Entidades). Projeto e programa em andamento ou proposto: plano de ação Subprefeitura, plano de gestão APA Capivari-Monos, Parque da Cratera, Plano emergencial; Outros: moradia X preservação.

Justificativa para inclusão da área: Área que abrange a APA Capivari-Monos. Recursos naturais, patrimônio geológico. Patrimônio cultural (Cemitério da Colônia). Potencial turístico. Potencial para agricultura sustentável. Área em processo acelerado de degradação.

Lacunas de conhecimento: Falta de indicadores socioambientais. Falta de indicadores de recursos naturais

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 3, 4, 5, 10, 44 e 49 (Bibliografia Citada)

Responsáveis pelo preenchimento: Tadeu Dias Pais e Maria Letícia de Souza Paraíso

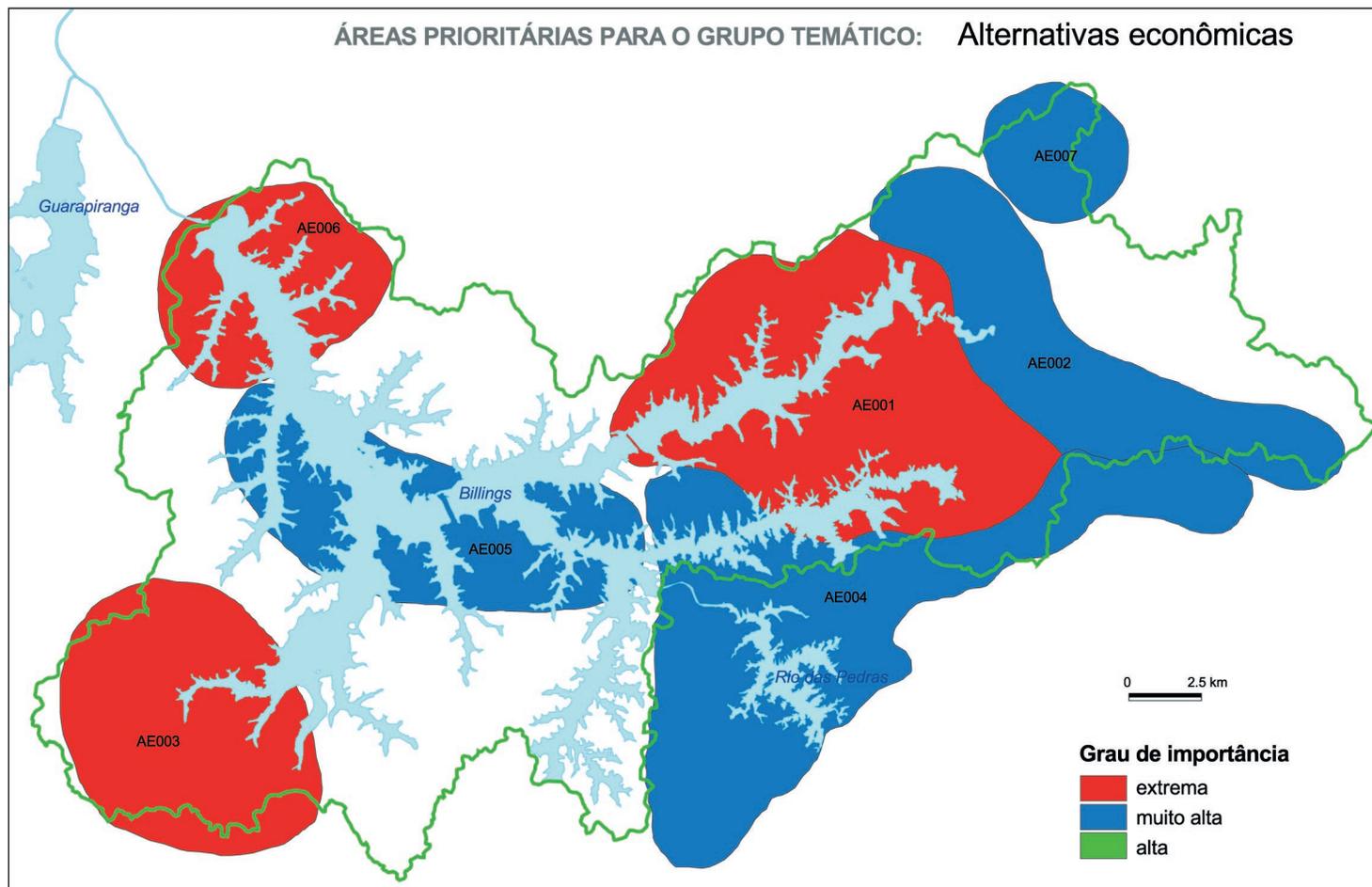
AE004 - Eixo Caminho do Mar

Município(s): Santo André, São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras. *Localização e referências:* Situado no Parque Estadual da Serra do Mar, na divisa Cubatão. *Vias de acesso:* SP 122 e SP 148. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Várzea; Outros: pesqueiros, clubes de campo, barragens.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Atividade compatível com produção de água; 2 - Geração de renda e emprego para população local; 2 - Indução à ocupação irregular.

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Alternativas econômicas



Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Conflito institucional: estado X estado (Instituto Florestal X Emae). Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto Caminho das Águas da Emae.

Justificativa para inclusão da área: Geração de energia elétrica. Abastecimento de água. Vocação turística. Preserva o do Patrimônio Histórico.

Lacunas de conhecimento: Falta de indicadores socioambientais. Falta de indicadores de recursos naturais.

Responsável pelo preenchimento: Célio Soares

AE005 - Eixo da Balsa

Município(s): São Bernardo do Campo e São Paulo. **Sub-região(s):** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno; TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localiza o e referências:** Trecho entre o bairro Bororé em Santo Amaro e João Basso em São Bernardo. **Vias de acesso:** Estrada do Rio Acima. **Uso do solo predominante:** Ocupa o mista. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regenera o; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regenera o; Ocupa o dispersa; Ocupa o urbana consolidada; Ocupa o urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividade compatível com produ o de  gua; 1 - Gera o de renda e emprego para popula o local; 3 - Indu o   ocupa o irregular.

Avalia o do estado de degrada o da  rea: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conserva o; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d' gua; 3 - Focos de contamina o (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupa o inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupa o urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para a o na  rea: Conflito de legisla o: LPM. Conflito institucional: entre municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo; estado X municípios. Movimento social organizado: SAB, ONGs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Caminho das águas da Emae.

Justificativa para inclusão da  rea: Transporte essencial, travessia por balsa. Turismo.

Lacunas de conhecimento: Falta de indicadores socioambientais.

Responsável pelo preenchimento: Célio Soares

AE006 - Circuito das  guas Corpo Central

Município(s): São Paulo, São Bernardo do Campo e Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localiza o e referências:** Corpo central da represa. **Vias de acesso:** Av. Senador Teotônio Vilela, Estrada Pedreira Alvarenga. **Uso do solo predominante:** Urbano e mata. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regenera o; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regenera o; Minera o; Ocupa o urbana consolidada; Ocupa o urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Atividade compatível com produ o de  gua; 2 - Gera o de renda e emprego para popula o local; 3 - Indu o   ocupa o irregular.

Avalia o do estado de degrada o da  rea: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conserva o; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d' gua; 3 - Focos de contamina o (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupa o inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupa o urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto

Diagnóstico para a o na  rea: Conflito de legisla o: municipal X estadual. Conflito institucional: gera o de energia X abastecimento público X recupera o ambiental. Movimento social organizado: associa o de mo-

radores, ONGs, industriais. Projeto e programa em andamento ou proposto: flotação, saneamento ambiental Billings.

Justificativa para inclusão da área: Alto nível de degradação ambiental. Saneamento e salubridade das áreas ocupadas (necessidade). Essencial ao funcionamento do sistema operacional Pinheiros/Tietê - controle de cheias. Geração de energia, abastecimento público (Baixada).

Lacunas de conhecimento: Informações e dados socioambientais atualizados.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Carlos Henrique A. Oliveira

AE007 - Pilar

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Divisa de Ribeirão Pires com Suzano. *Vias de acesso:* Estrada do Sapopemba. *Uso do solo predominante:* Residências. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividade compatível com produção de água; 2 - Geração de renda e emprego para população local; 3 - Indução à ocupação irregular.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: município X estado. Movimento social organizado: SABs e ONGs. Projeto e programa em andamento ou proposto: tronco coletor da Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Grande área de potencial mineração de água. Vocaçao turística religiosa.

Lacunas de conhecimento: Falta de indicadores socioambientais.

Responsável pelo preenchimento: Célio Soares

Áreas prioritárias para ÁREAS PROTEGIDAS

AP001 - Parque Municipal da Cratera Colonia (APA/Área tombada - Parque Municipal)

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Na meia encosta norte e parte da várzea da Cratera da Colônia. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Várzea. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Várzea; Outros: Mata Turfeira.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Adequação da categoria de proteção; 3 - Efetividade para conservação; 3 - Grau de conservação; 3 - Representatividade ambiental; 1 - Outros: Projeto em andamento (PMSP).

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Outros: rio eutrofizado

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Achave (Associação de Moradores)/Conselho Gestor APA Capivari-Monos. Projeto e programa em andamento ou proposto: Parque Municipal com área menor que a proposta; Outros: compensação ambiental de Furnas.

Justificativa para inclusão da área: Espécies endêmicos de vegetação. Astroblema - e registro geológico e paleontológico de relevante interesse. Barreira para expansão de ocupação urbana. Um dos contribuintes para braço Taquacetuba. Fauna significativa.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 49 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline M. Kirk da Fonseca

AP002 - Borda Sul da Cratera (APA Capivari-Monos)

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Faixa de terra a norte da estrada de ferro/Trecho Mairinque-Evangelista de Souza. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem a leste; Estrada de Marcilac a oeste. *Uso do solo predominante:* Agrícola. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Adequação da categoria de proteção; 3 - Efetividade para conservação; 2 - Grau de conservação; 2 - Representatividade ambiental.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Conselho Gestor APA Capivari-Monos. Projeto e programa em andamento ou proposto: Zoneamento da APA do Capivari-Monos.

Justificativa para inclusão da área: Área contígua às nascentes ao sul do braço Taquacetuba. Área tampão à expansão urbana.

Lacunas de conhecimento: Faltam dados da Bacia Litorânea (área fora da Billings).

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 9 e 49 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Gustavo Beuttenmuller

AP003 - Expansão P.E.S.M. (Núcleo Billings - Parque Estadual)

Município(s): São Bernardo do Campo, Santo André. *Sub-região(s):* CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras; RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Área entre limite P.E.S.M. e braços Capivari, Rio Pequeno e Estrada que sai da SP 122 margeando o braço Rio Pequeno (estrada do gasoduto) e na Bacia de captação do Rio Cabuçu de Cima. *Vias de acesso:* A leste: pelo prolongamento da SP 122; a sul : pela interligação Imigrantes/Anchieta; centro: pelo Caminho do Mar. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Adequação da categoria de proteção; 3 - Efetividade para conservação; 2 - Grau de conservação; 2 - Lacunas; 3 - Representatividade ambiental; 3 - Outros: Facilitação do manejo e fiscalização e fortalecimento suprarregional para esta área. Uso do solo de áreas externas à bacia.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 0 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto; 1 - Outros: estes elementos de situação não estão uniformemente presentes em todas as áreas previstas.

Diagnóstico para ação na área: Outros: algumas áreas sugeridas estão fora dos limites da bacia e portanto com precárias informações.

Justificativa para inclusão da área: Adequação ecológica e institucional desta porção do P.E.S.M. Garantir grande efetividade de proteção das porções ao sul dos braços Capivari e Rio Pequeno, integrando ao maciço do P.E.S.M. garantindo a plena integridade dos processos ecológicos.

Lacunas de conhecimento: Falta de informações nas áreas que estão fora dos limites da Bacia da Billings.

Responsável pelo preenchimento: Gustavo Beuttenmuller

AP004 - Parque do Pedroso (Parque Municipal)

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Vide Endereço. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Adequação da categoria de proteção; 2 - Efetividade para conservação; 0 - Grau de conservação; 2 - Grau de implantação; 1 - Representatividade ambiental.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação.

Diagnóstico para ação na área: Conflito Institucional: Rodoanel proposto cortando a área. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto viário cortando o Parque - Rodoanel.

Justificativa para inclusão da área: Embora a Unidade já exista, sua integridade só será garantida se houver: alteração do traçado atual do Rodoanel. Desvio do tráfego no interior do Parque. Ações para conter a expansão da ocupação urbana em direção do Parque.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 45 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Gustavo Beuttenmuller

AP005 - APA Bororé (APA Municipal)

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Ilha do Bororé. *Vias de acesso:* Balsa de Grajaú/Bororé; estrada da Varginha. *Uso do solo predominante:* Agricultura urbana dispersa; lazer. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Outros: pesca.

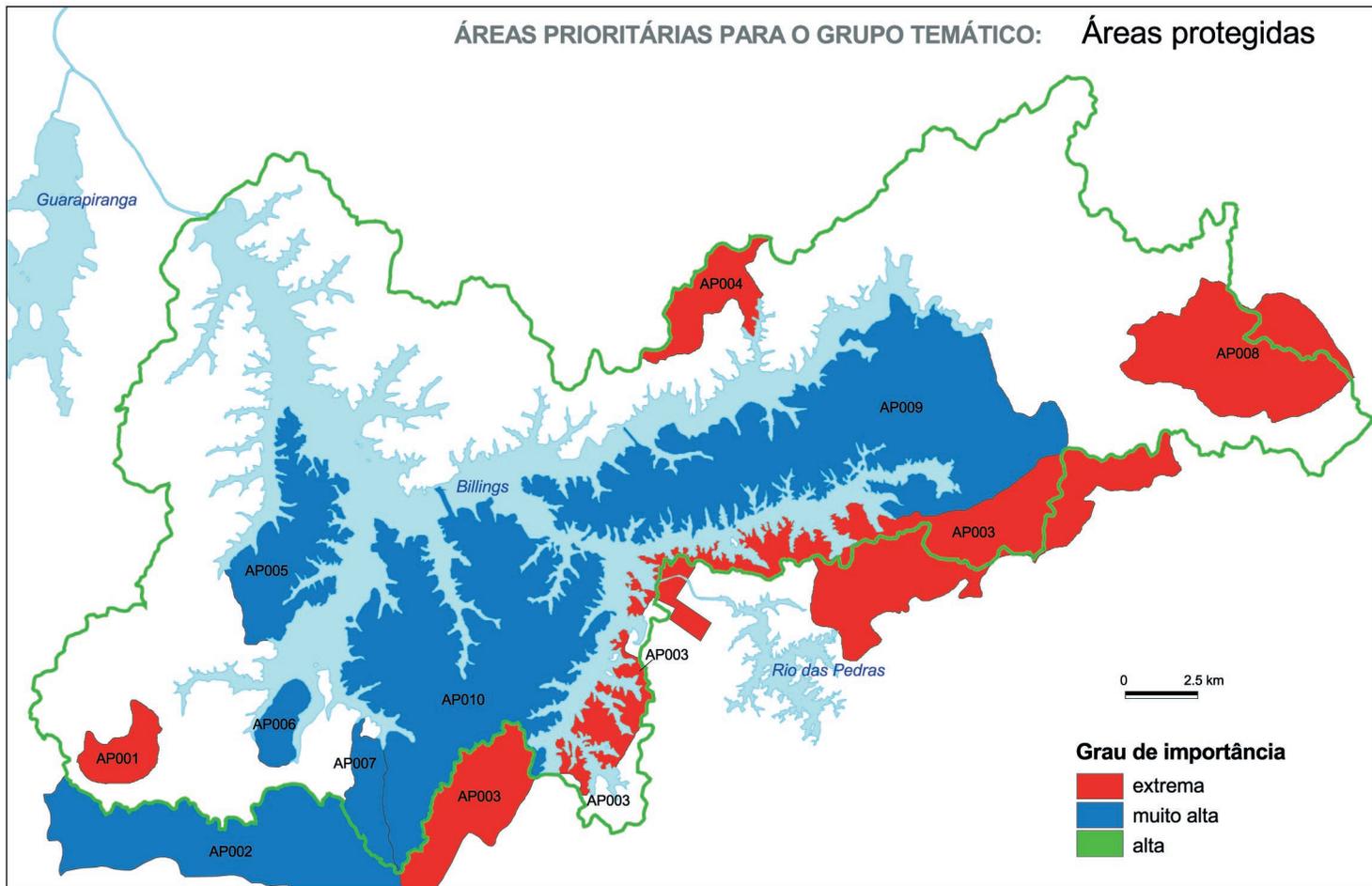
GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Efetividade para conservação; 2 - Grau de conservação; 2 - Representatividade ambiental.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Associação Moradores Ilha do Bororé (AMIB). Projeto e programa em andamento ou proposto: criação da APA Municipal.

Justificativa para inclusão da área: Área tampão da expansão urbana. Preservação de remanescentes de mata. Preservação da península entre



os braços do Bororé e Taquacetuba. Preservação da qualidade de vida da comunidade agrícola residente. Manutenção da cultura tradicional local. Características paisagísticas importantes. Atividade de lazer e ecoturismo.

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline M. Kirk da Fonseca

AP006 - Ampliação da Terra Indígena Krukutu (Terra Indígena)

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Porção Sul do Braço Taquacetuba, no interior da APA Capivari-Monos. *Vias de acesso:* Estrada do Krukutu. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 0 - Efetividade para conservação; 2 - Grau de conservação; 1 - Representatividade ambiental.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: 1 - Associação Indígena da Aldeia Krukutu (Nhe'Eporã); 2 - Assessoria (Centro de Trabalho Indigenista e outros). Projeto e programa em andamento ou proposto: 1- Estudos para ampliação da área; 2 - Estudos para implantação de medidas mitigadoras e compensatórias pela construção da linha de transmissão de energia elétrica Itabera-Tijuco Preto III; Outros 1 - Existência de conflitos resultantes do processo demarcatório das TI; 2 - Implantação das medidas mitigadoras e compensatórias acima referidas; 3 - Indicação à instância cabível da necessidade de manejo das TI no contexto da área de proteção de manancial da Billings.

Justificativa para inclusão da área: Dependendo da capacidade técnica e operacional de se trabalhar junto com os índios, suas terras podem ser importantes no desenho de mecanismos voltados à conservação, recuperação e uso sustentável do meio ambiente, o que é válido também para a Bacia Hidrográfica da Billings.

Lacunas de conhecimento: Zoneamento econômico-ecológico da área de ampliação proposta.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 6, 38, 30 e 51(Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Fernando Vianna

AP007 - Ampliação Terra Indígena da Saudade-Barragem (Terra Indígena)

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* APA Capivari-Monos. Porção sul do braço Taquacetuba. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 0 - Efetividade para conservação; 3 - Grau de conservação; 2 - Representatividade ambiental.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: 1 - Associação Indígena da Aldeia Krukutu (Nhe'Eporã); 2 - Assessoria (Centro de Trabalho Indigenista e outros). Projeto e programa em andamento ou proposto: 1- Estudos para ampliação da área; 2 - Estudos para implantação de medidas mitigadoras e compensatórias pela construção da linha de transmissão de energia elétrica Itabera-Tijuco Preto III; Outros: 1 - Existência de conflitos resultantes do processo demarcatório das TI; 2 - Implantação das medidas mitigadoras e compensatórias acima referidas; 3 - indicação à instância cabível da necessidade de manejo das Terras Indígenas no contexto da área de proteção de manancial da Billings.

Justificativa para inclusão da área: Dependendo da capacidade técnica e operacional de se trabalhar junto com os índios, suas terras podem ser importantes no desenho de mecanismos para a conservação, recuperação e uso sustentável do meio ambiente, o que é válido também para a Bacia. *Lacunas de conhecimento:* Zoneamento econômico-ecológico da área de ampliação proposta.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 6, 38, 30 e 51 (Bibliografia Citada)
Responsável pelo preenchimento: Inez Peralta

AP008 - Parque Estadual das Nascentes do Rio Grande

Município(s): Santo André, Mogi das Cruzes. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Nordeste da Estrada de Ferro, extremo leste da Bacia contígua à Vila de Paranapiacaba. *Vias de acesso:* SP-122. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Efetividade para conservação; 3 - Grau de conservação; 3 - Representatividade ambiental; 3 - Outros: não temos informação do contínuo fora da bacia.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado da ferrovia e da vila.

Justificativa para inclusão da área: Cabeceira preservada. Contiguidade com o Parque Estadual da Serra do Mar e tampona a Resbio de Paranapiacaba. Área expressivamente conservada e sem vetor/eixo de pressão.

Lacunas de conhecimento: Faltam as informações da porção indicada do Parque que está fora da área da bacia.

Responsável pelo preenchimento: Maria Cristina Heilig

AP009 - Península Central - Tibiriçá (Criação de Pró-Conselho de APA Estadual)

Município(s): São Bernardo, Santo André, Mauá e Rio Grande da Serra. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Península Central da Billings, entre os braços Rio Grande e Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá, Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Adequação da categoria de proteção; 2 - Efetividade para conservação; 2 - Grau de conservação; 2 - Representatividade ambiental

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 0 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Ausência de gestão compartilhada entre os quatro municípios e sociedade civil. Necessidade de busca de desenvolvimento sustentável e compatível com legislação de uso do solo. Necessidade de início de processo de discussão com a comunidade para formação de um "Pró-Conselho" para criação de uma APA no local discriminado.

Responsável pelo preenchimento: Gustavo Beutenmuller

AP010 - Pedra Branca (Criação de Pró-Conselho da APA Municipal)

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras. *Localização e referências:* Península Pedra Branca/Imigrantes até encontro com o Parque Estadual da Serra do Mar. *Vias de acesso:* Rodovia dos Imigrantes/Estrada Krukutu; interligação Imigrantes/Anchieta. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica (estágio médio de regeneração). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Adequação da categoria de proteção; 3 - Efetividade para conservação; 2 - Grau de conservação; 3 - Representatividade ambiental.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 0 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura).

Justificativa para inclusão da área: Ausência de um grupo de trabalho "Pró-ÁPA" para posterior criação de uma APA Municipal (São Bernardo do Campo), com total participação da comunidade local. Área com remanescentes de Mata Atlântica. Aptidão para lazer e ecoturismo.

Responsável pelo preenchimento: Jacqueline Fonseca

Áreas prioritárias para DIVERSIDADE BIOLÓGICA

DB001 - Várzea do Rio Pequeno e Rio Grande

Município(s): Rio Grande da Serra e Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Próximo às nascentes dos Rios Grande e Pequeno e da Reserva Biológica de Paranapiacaba. *Vias de acesso:* SP-122. *Uso do solo predominante:* Área de várzea conservada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Diversidade; 0 - Fenômenos biológicos excepcionais; 3 - Fragilidade intrínseca do sistema; 3 - Grau de conservação; 3 - Riqueza de espécies; 3 - Valor biológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas).

Diagnóstico para ação na área: Outros: Inventário da biodiversidade.

Justificativa para inclusão da área: Trata-se da última várzea de planície preservada da Região Metropolitana de São Paulo. Alta diversidade e riqueza biológica. Área de grande fragilidade. Refúgio e berçário de vida silvestre.

Lacunas de conhecimento: Não existem estudos ou inventários sobre a biota local, apenas observações esporádicas sobre a flora e fauna da área.

Responsável pelo preenchimento: Ana Maria Mateus Marins

DB002 - Maciço da Nascente do Rio Grande

Município(s): Santo André, Rio Grande da Serra. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Inclui toda a nascente do Rio Grande e o distrito de Paranapiacaba. *Vias de acesso:* SP-122, Estrada da Maratona, Estrada da Mineração e Estrada Taquarussu. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária em estágio médio ou avançado de regeneração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Diversidade; 3 - Fragilidade intrínseca do sistema; 2 - Grau de conservação; 3 - Riqueza de espécies; 3 - Valor biológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Processos erosivos

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Movimento Pró Paranapiacaba. Projeto e programa em andamento ou proposto: Programas da Sub-prefeitura de Paranapiacaba e roteiros de Ecoturismo promovidos pelo Instituto Acqua.

Justificativa para inclusão da área: Pelo estágio de conservação e pela diversidade biológica. Área atrativa para ecoturismo. Nascentes importantes que preservam a fauna autóctone dos rios. Relevo acidentado. Turismo desordenado. Extração ilegal de produtos florestais. Inúmeras cachoeiras usadas para práticas religiosas que contaminam aquíferos (oferendas de alimento, sacrifício de animais).

Lacunas de conhecimento: Faltam inventários de fauna e flora. Estudos sobre os impactos do turismo que já existe no local. Avaliação de capacidade de carga turística. Alternativas de aproveitamento sustentável de recursos vegetais.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 16, 18, 24, 39, 47 e 50 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Ana Maria Mateus Marins

DB003 - Nascente do Rio Pequeno

Município(s): Santo André, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Área encravada entre loteamentos anteriores à LPM, mas bem conservada, nascentes do Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Índio Tibiriçá e SP-122. *Uso do solo predominante:* Mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração. *Categorias de uso do solo identifica-*

das pelo grupo: Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Diversidade; 2 - Fragilidade intrínseca do sistema; 2 - Grau de conservação; 3 - Riqueza de espécies; 3 - Valor biológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: loteamentos após a LPM - Parque América. Movimento social organizado: SABs.

Justificativa para inclusão da área: Área de grande diversidade biológica com segmentos com excelente conservação, com presença de onça-parda, anta, cervídeos, cutia e várias espécies de aves. Sofre pressão antrópica e problemas com caça mais acentuados.

Lacunas de conhecimento: Faltam levantamentos sistemáticos e estudos para alternativas de aproveitamento sustentável de recursos vegetais.

Responsável pelo preenchimento: Waverli Neuberger

DB004 - Mono-Carvoeiro

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Área entre Capivari e Taquacetuba. *Vias de acesso:* Imigrantes. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária ou em processo avançado de regeneração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Diversidade; 2 - Fragilidade intrínseca do sistema; 2 - Grau de conservação; 3 - Riqueza de espécies; 3 - Valor biológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: oito projetos da Umesp.

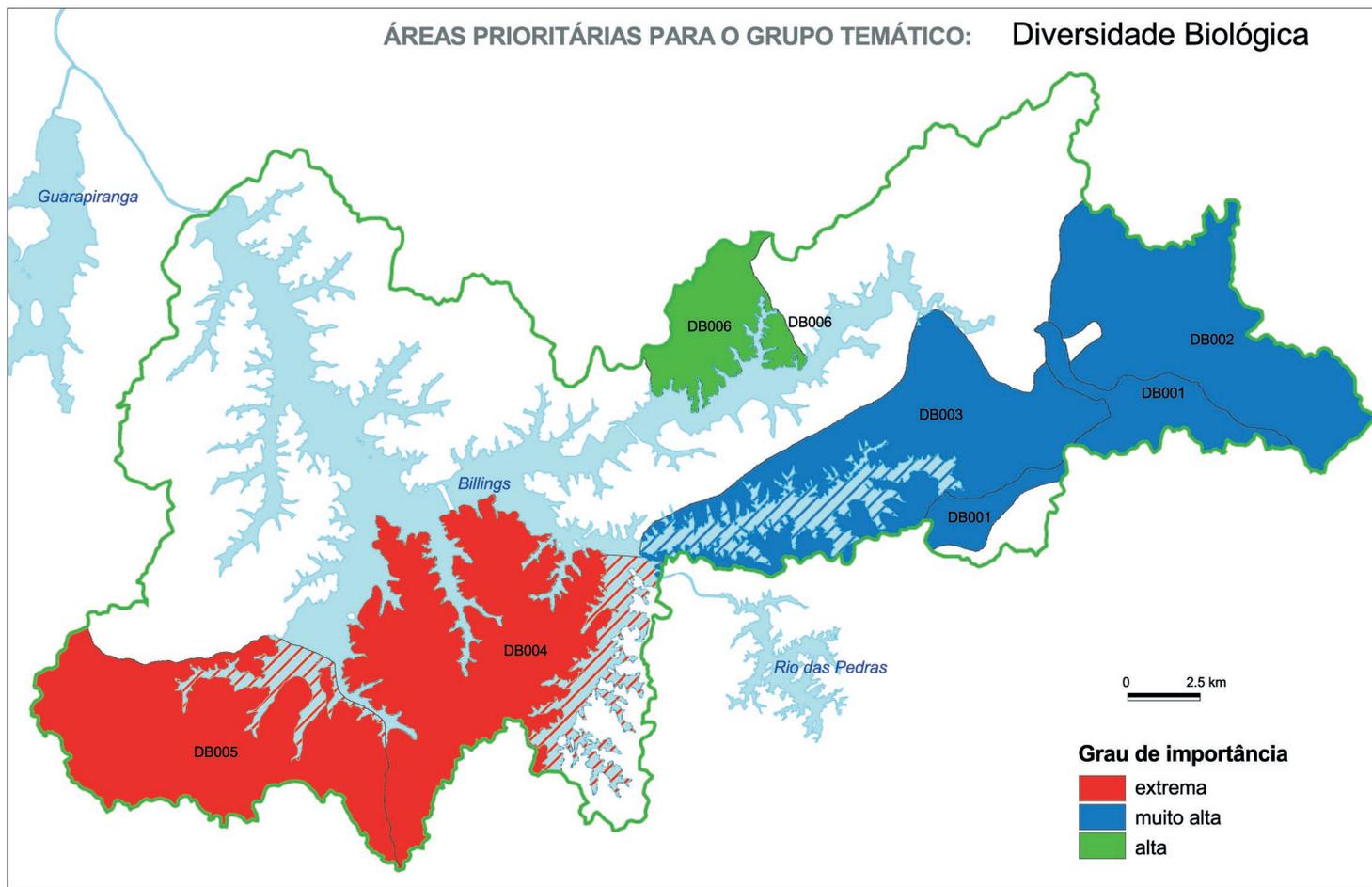
Justificativa para inclusão da área: Há uma população de monos-carvoeiros (*B. arachnoides*) na área logo ao sul em estágio de recomposição. Contribuição hídrica (segunda maior após Pedreira). Ocupação esparsa. Importância para a preservação das comunidades aquáticas (fitoplâncton, zooplâncton, bentos e peixes).

Lacunas de conhecimento: Fitossociologia da área. Intensificar inventários faunísticos.

Responsável pelo preenchimento: Paulo Auricchio

DB005 - Área da Cratera

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* extremo sul do município de São Paulo na divisa com Embu-Guaçu Área tombada da Cratera da Colônia e APA Municipal do Capivari-Monos (proposta da PMSP). *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.



GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Diversidade; 0 - Endemismo; 3 - Fragilidade intrínseca do sistema; 1 - Grau de conservação; 2 - Riqueza de espécies; 2 - Valor biológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: associação de moradores atuante. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Fundusnsp/Fehidro; Projeto monitoramento Cetesb em 2000/2001; Outros: existem conflitos que não temos como identificar.

Justificativa para inclusão da área: Contínua com a Bacia de Guarapiranga. Presença da Cratera. Manutenção de aporte de água de boa qualidade essencial para a proteção e conservação das comunidades aquáticas. Ocorrência de espécies vegetais endêmicas.

Lacunas de conhecimento: Levantamento de estudos já realizados e pulverizados em diversos órgãos que atuam na área.

Responsável pelo preenchimento: Ana Maria Matheus Marins

DB006 - Parque do Pedroso

Município(s): Santo André, São Bernardo do Campo. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Sobre a área do Parque Municipal do Pedroso, incluindo áreas limítrofes ainda conservadas. **Vias de acesso:** Estrada do Pedroso e Estrada do Sertãozinho. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica secundária em estágio médio ou avançado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Diversidade; 3 - Fragilidade intrínseca do sistema; 2 - Grau de conservação; 2 - Riqueza de espécies; 2 - Valor biológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação anterior à lei de proteção dos mananciais. Projeto e programa em andamento ou proposto: Escola de Educação Ambiental no Parque do Pedroso.

Justificativa para inclusão da área: Área de relativa diversidade biológica, mas de importância para colonização de áreas urbanas, ponta de lança para acesso ao Maciço da Cantareira e do Parque do Estado de Avifauna Migratória, Zona Tampão em relação a áreas próximas com maior diversidade biológica já indicada.

Lacunas de conhecimento: Levantamento fitossociológico da região

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 1, 2, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 25, 31, 33, 34, 37, 39, 40, 47 e 50 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Lélia Marino

Áreas prioritárias para MINERAÇÃO

MN001 - Peralta/Sertãozinho

Município(s): Ribeirão Pires, Mauá. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Próximo (adjacente) ao aterro. Área limítrofe Bacia Billings (APM) - Ilha dos Gatos - Baía dos Gatos. *Vias de acesso:* Estrada Papa João XXIII, João Ramalho (Santo André), Sertãozinho, Estrada João XXIII (final). *Uso do solo predominante:* Mineração desativada abandonada e aterro industrial classe II e doméstico; Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativada; 3 - Em atividade; 2 - Proximidade de ocupações urbanas; 0 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual; 0 - Situação irregular frente ao órgão federal; 3 - Outros: Aterro em atividade; Mineração desativada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto; 3 - Outros: Forte assoreamento da represa 316 mil metros cúbicos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: APM. Conflito institucional: dois municípios x DNPM x Estado. Projeto e programa em andamento ou proposto: Dissertação mestrado - Parque Zona Tampão.

Justificativa para inclusão da área: 1. Atividades contaminadoras - aterro industrial classe II e doméstico em área de mineração - próxima APM; 2. Alteração manancial - mudou a linha divisória da Bacia; 3. Assoreamento; 4. Situação pró-ativa da área.

Lacunas de conhecimento: Verificação em campo da alteração da linha do Divisor da Bacia. Assoreamento em outros pontos. Falta de conhecimento/atualização da degradação da área.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 32 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Alvaro Gutierrez Lopez

MN002 - Cocaia

Município: São Paulo. *Sub-região(s):* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga; TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Península do Cocaia. *Vias de acesso:* Av. Theotonio Vilela, Av. Belmira Marin, Estrada da Varginha. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana e nas margens da represa entremeados de mineração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Aterro sanitário clandestino; Reflorestamento perto da mineração Pavan.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Desativada; 2 - Em atividade; 3 - Proximidade de ocupações urbanas; 1 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual; 2 - Situação irregular frente ao órgão federal; 1 - Tipo de mineração incompatível; 3 - Outros: Áreas permeáveis, livres, estratégicas para interesse público. Proximidade da represa.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: APM. Conflito Institucional: Prefeitura x Estado x Governo Federal. Movimento social organizado: movimento associações de bairros, ONG. Projeto e programa em andamento ou proposto: Cetesb - compensação ambiental na área social: esporte, lazer e saneamento; Outros: Atenção com a desativação da área por ser estratégica para Administração Pública.

Justificativa para inclusão da área: Área de conflito manifesto entre mineração e ocupação urbana. Necessidade de propostas adequadas para a desativação das minerações.

Lacunas de conhecimento: Situação legal perante os órgãos estadual - federal (falta de articulação de todos os órgãos). Sistematização dos dados. Centralização e disponibilidade do conjunto de dados dos diferentes órgãos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 12 e 13 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Geraldo Gilson de Camargo

MN003 - Sete Praias

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Limite da divisa de São Paulo e Diadema, defronte ao condomínio Sete Praias. *Vias de acesso:* Estrada Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Mineração; Área urbanizada; Mata Atlântica (2). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Outros: rocha exposta - área utilizada para deposição de material de escavação.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativada; 2 - Em atividade; 3 - Proximidade de ocupações urbanas; 2 - Outros: Aterro em atividade.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Outros: Nível do lençol freático alterado pela mineração.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Associação dos Caçambeiros para disposição de entulho na cava. Outros: uso sequencial da área sem projeto de recuperação, passível de licenciamento.

Justificativa para inclusão da área: Área utilizada para disposição de inertes a título precário (atualmente). Alteração do nível do lençol freático pela mineração. Possibilidade da água para outros usos.

Lacunas de conhecimento: Levantamento da infiltração para receber inerte. Outros usos da água.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 19 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Alicia Bianchini Borduque

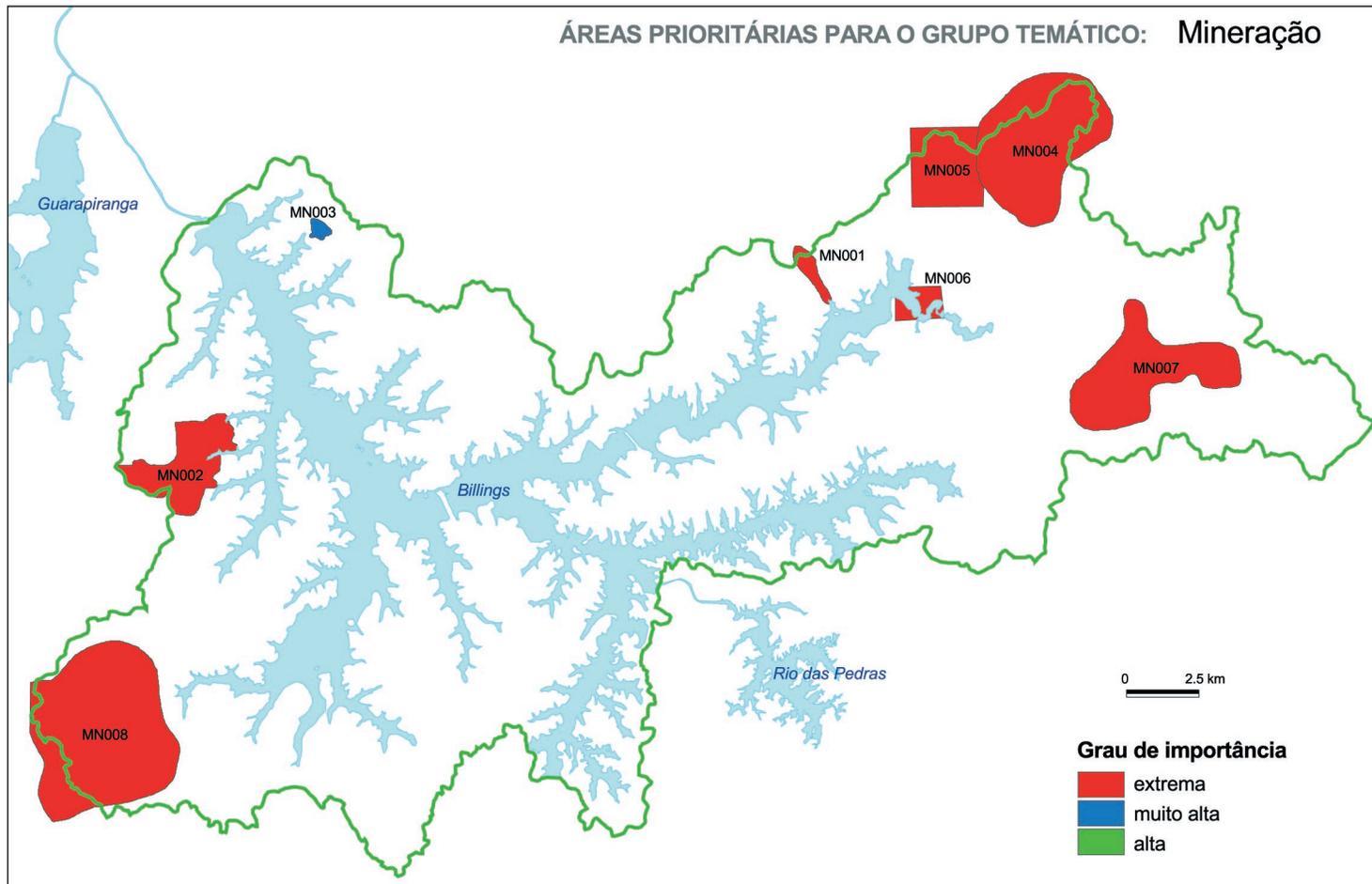
MN004 - Poxoró-Pilar

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Estrada do Sapopemba Água Pilar. *Vias de acesso:* Anchieta - Índio Tibiriça e Estrada de Sapopemba. *Uso do solo predominante:* Exploração e exportação de água mineral. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Área turística.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Em atividade; 2 - Proximidade de ocupações urbanas; 2 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual; 2 - Situação irregular frente ao órgão federal; 3 - Outros: Exploração de água potável fora da Bacia.

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Mineração



Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM; Conflito institucional: entre municipal, estadual e federal; Movimento social organizado: Sindicato dos Engenheiros; Associação de Bairros e Sindicatos Patronais; Projeto e programa em andamento ou proposto: IPT - Diagnóstico do Setor Mineral de Ribeirão Pires; Outros: exploração de água potável e venda irregular.

Justificativa para inclusão da área: Adensamento das atividades de exploração de água mineral; Exploração de água potável e venda sem regularização ou norma definida.

Lacunas de conhecimento: Impacto da atividade minerária - areia/brita; Super exploração - rebaixamento do lençol freático; Área de recarga do aquífero; Levantamento de poços DAEE.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver nota 28 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Leôncio Peres Menezes

MN005 - Anhanguera

Município(s): Ribeirão Pires, Mauá. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Ribeirão Pires, próximo à igreja do Pilar. **Vias de acesso:** Avenida Santa Clara, Avenida Francisco Monteiro, Avenida Santa Clara. **Uso do solo predominante:** Mineração e Pedreiras. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativada; 3 - Proximidade de ocupações urbanas; 3 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 0 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM; Conflito institucional: entre municipal, estadual e federal; Movimento social organizado: sindicato dos engenheiros, associações de bairros, patronais; Projeto e programa em andamento ou proposto: IPT - Diagnóstico do setor mineral de Ribeirão Pires; Outros: Exploração de água potável e venda irregular.

Justificativa para inclusão da área: Projeto de retomada da atividade de mineração; Áreas de instabilidade decorrente da atividade mineral (pedreira); Interferência em aquíferos subterrâneos.

Lacunas de conhecimento: Impactos da atividade minerária areia/brita; Área de recarga do lençol freático.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 28 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Monica Peres Menezes

MN006 - Mineração

Município: Ribeirão Pires. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Rua Major Cardim, 1766 Estância Noblesse. **Vias de acesso:** Rua José Mortari. **Uso do solo predominante:** Mineração de areia. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativada; 3 - Proximidade de ocupações urbanas; 3 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual; 3 - Situação irregular frente ao órgão federal.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Solo exposto

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: estadual x municipal x federal. Movimento social organizado: associação de moradores de bairro. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de extração.

Justificativa para inclusão da área: Assoreamento da Billings. Uso específico do lodo. Água de boa qualidade para abastecimento.

Lacunas de conhecimento: Levantamento de assoreamento da Billings. Uso específico e destinação do lodo

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 28 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Antonio Cesar Chiappina

MN007 - Solvay

Município: Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Rede ferroviária - Paranapiacaba - Parte Andreense. **Vias de acesso:** Estrada de ferro Santos-Jundiaí Km 37, SP 122. **Uso do solo predominante:** Deposição de resíduo - Solvay e antiga mineração. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Aterro sanitário ou lixão desativados / clandestinos.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativada; 3 - Em atividade; 3 - Proximidade de ocupações urbanas; 0 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual; 0 - Situação irregular frente ao órgão federal.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM. Conflito institucional: estadual X federal X municipal. Movimento social organizado: Associação Ecológica da Vila Lopes. Projeto e programa em andamento ou proposto: coletor tronco até a Solvay.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação e uso do solo. Mineração desativada. Área de disposição de resíduos da Solvay. Água para abastecimento. Área de recarga.

Lacunas de conhecimento: Estudo da área de rejeito da Solvay. Área de recarga do lençol freático. Plano diretor. Contaminação da água para abastecimento. Adequação à legislação atual. Conflito de divisas.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 28 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Mônica Peres Menezes

MN008 - Cratera da Colônia

Município: São Paulo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Cratera da Colônia Loteamento Vargem Grande. **Vias de acesso:** Estrada da Colônia. **Uso do solo predominante:** Preservacionista - mata/APA Capivari-Monos. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Proximidade de ocupações urbanas; 1 - Situação irregular frente ao licenciamento estadual; 1 - Situação irregular frente ao órgão federal.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: mineração x área tombada x área ocupada. Conflito institucional: município/estado. Movimento social organizado: Achave. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de criação do parque municipal em parte da área.

Justificativa para inclusão da área: Há títulos minerários sobre área. Objeto de criação de unidade de conservação, bem como em área tombada pelo Condephaat. Esgoto do loteamento correndo para Ribeirão Vermelho, que deságua no braço da represa onde é captada a água para a Represa Guarapiranga.

Lacunas de conhecimento: Aprofundamento do conhecimento da fauna e da flora. Fenômeno meteórico - área da Cratera (Astroblema).

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 28 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Oswaldo Landgraf Junior

Áreas prioritárias para PÓLOS DE EXPANSÃO E EIXOS INDUTORES

PE001 - Eixo Parelheiros/APA Capivari-Monos

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Braço do Taquacetuba - Cratera da Colônia Presídio. *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros, Marsilac. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial de baixa renda. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Outros: Presídio.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Corredor estrutural de acesso; 2 - Crescimento urbano; 2 – Desmatamento; 2 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 2 - Grau de indução para ocupação urbana; 1 - Via de ligação intermunicipal; 3 - Outros: APA Capivari-Monos.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM 1172/76 - Lei da APA 6766/79. Conflito Institucional: ocupação irregular. Área de interesse geológico - área tombada. Área inadequada à ocupação. Existência de obra pública - presídio. Captação de braço do Taquacetuba. Movimento social organizado: Unifag - União dos Favelados do Grajaú; Associação dos Moradores da Vargem Grande. Projeto e programa em andamento ou proposto: APA Capivari-Monos. Outros: reserva indígena, turismo, pesquisa geológica.

Justificativa para inclusão da área: Importância estratégica na produção hídrica e captação de água no braço do Taquacetuba. Interesse para pólo de atração turística para pesquisas geológicas.

Lacunas de conhecimento: Carta de declividades naturais, levantamento da infra-estrutura na bacia, informações gerais de uso e ocupação do solo extra-bacia Billings, Pitu - Plano Integrado de Transportes Urbanos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Márcia Maria do Nascimento

PE002 - Cocaia, Bororé, Taquacetuba

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Cantinho do Céu, Jardim Apuná Península Cocaia, Península Bororé. *Vias de acesso:* ao longo da Avenida Beomiro Amorim e Estrada do Bororé. *Uso do solo predominante:* Ocupação mista de baixo e médio padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Várzea; Outros: Conjunto Habitacional Bororé.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Corredor estrutural de acesso; 3 - Crescimento urbano; 2 – Desmatamento; 2 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 3 - Grau de indução para ocupação urbana; 3 - Via de ligação intermunicipal; 2 - Outros: Península do Bororé que será fragmentada pelo Rodoanel.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física

ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei 1172/76. Conflito Institucional: Lei 11216/2002. Movimento social organizado: diversas associações. Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel e Plano Diretor de São Paulo; Outros: Rodoanel (reestruturação regional, conflitos).

Justificativa para inclusão da área: Setor com maior crescimento na Bacia. Está encaminhando para braços menos ocupados.

Lacunas de conhecimento: Carta de declividades naturais, levantamento da infra-estrutura na bacia, informações gerais de uso e ocupação do solo extra-bacia Billings, Pitu - Plano Integrado de Transportes Urbanos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Thaís Monteiro Varga

PE003 - Eixo Varginha/Bororé

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Braço do Bororé. *Vias de acesso:* Estrada de Varginha. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa/Rarefeita. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Corredor estrutural de acesso; 3 - Crescimento urbano; 2 – Desmatamento; 1 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 3 - Grau de indução para ocupação urbana; 1 - Via de ligação intermunicipal; 3 - Outros: Limite de franja de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto; 2 - Outros: Mineração sem projeto de recuperação, com ocupação urbana de risco (Sabiá I, Sabiá II, etc).

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM, Lei 11216/02 Tripoli. Conflito institucional: Rodoanel. Projeto e programa em andamento ou proposto: Chácara do Conde, Rodoanel, Proposta de Plano Diretor.

Justificativa para inclusão da área: Franja de expansão de ocupação. Manutenção da produção hídrica para captação no braço do Taquacetuba.

Lacunas de conhecimento: Carta de declividades naturais, levantamento da infra-estrutura na bacia, informações gerais de uso e ocupação do solo extra-bacia Billings, Pitu - Plano Integrado de Transportes Urbanos.

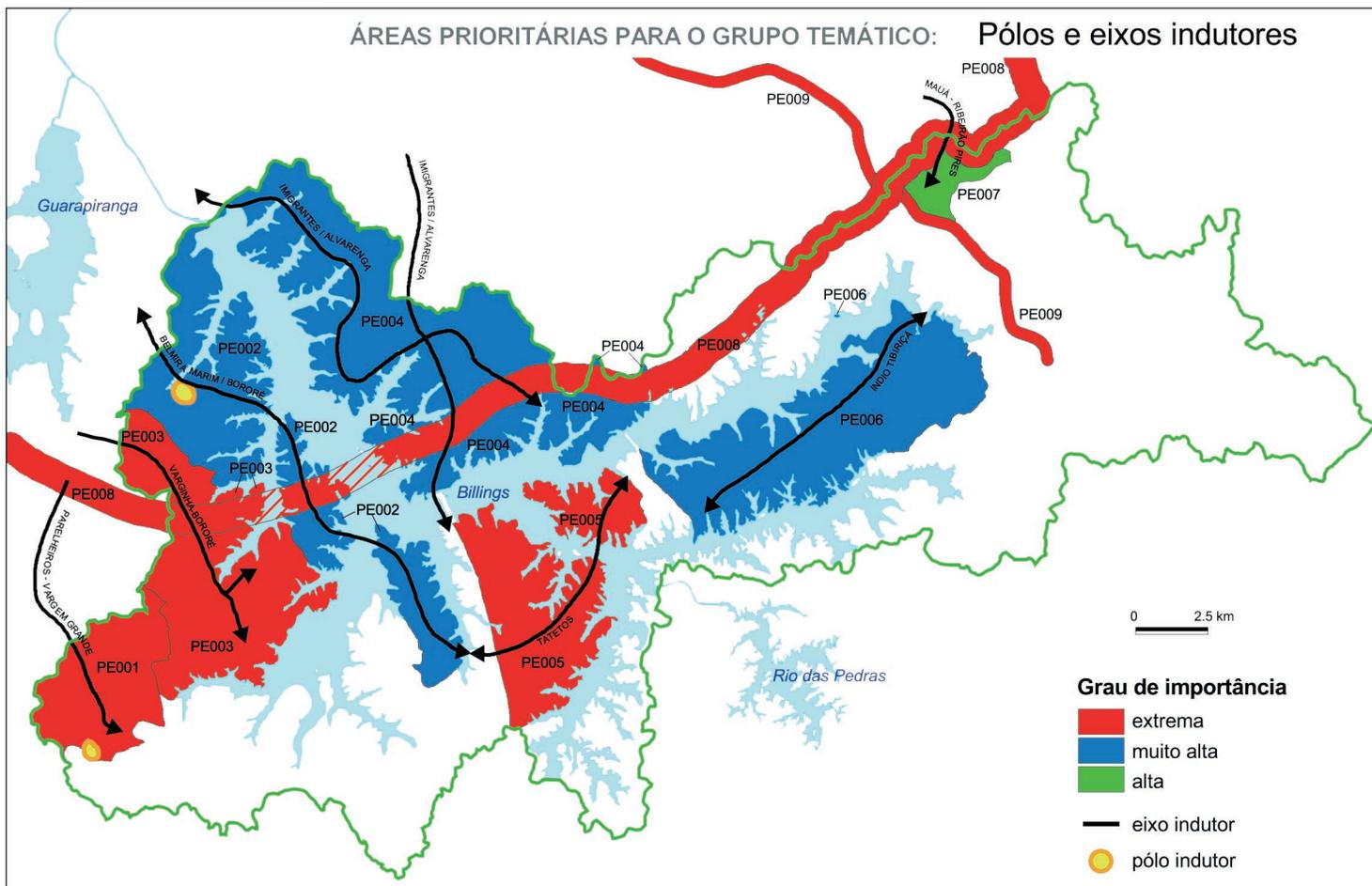
Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Márcia Maria do Nascimento

PE004 - Imigrantes/Alvarenga

Município(s): São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Braço do Alvarenga. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga, Rodovia dos Imigrantes. *Uso do solo predominante:* Comércio informal; residência de baixa renda. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)



Elementos de diagnóstico: 3 - Corredor estrutural de acesso; 3 - Crescimento urbano; 1- Desmatamento; 3 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 3 - Grau de indução para ocupação urbana; 3 - Via de ligação intermunicipal; 2 - Outros: Passagem da Imigrantes foi forte indução de ocupação da área e tudo o que demanda dessa ocupação.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto; 2 - Outros: O adensamento deve ser considerado como fator crítico neste eixo/ Ocupação urbana em áreas de mineração causando riscos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: questão das EIS/ Lei de Proteção ao Manancial/Lei Tripoli. Conflito institucional: questão da Recuperação do Lixão/Licenciamento das Atividades. Movimento social organizado: Billings Viva, MDU, Acqua, Sociedade Amigos do El Dorado, Programa Bairro Ecológico. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de recuperação do lixão.

Justificativa para inclusão da área: Necessidade de recuperação urbana e ambiental de área bastante prejudicial à represa.

Lacunas de conhecimento: Carta de declividades naturais, levantamento da infra-estrutura na bacia, informações gerais de uso e ocupação do solo extra-bacia Billings, Pitu - Plano Integrado de Transportes Urbanos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Elisabeth M. C. Franco

PE005 - Eixo Bairro do Tatetos

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** 3ª Balsa, Braço Pedra Branca, Núcleo Santa Cruz/Tatetos/Taquacetuba. **Vias de acesso:** Estrada Rio Acima, 3ª Balsa. **Uso do solo predominante:** Ocupação rarefeita com chácaras de

lazer. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Aterro sanitário ou lixão; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Corredor estrutural de acesso; 1 - Crescimento urbano; 3 - Desmatamento; 1 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 2 - Grau de indução para ocupação urbana; 1 - Via de ligação intermunicipal; 3 - Outros: Demanda por infra-estrutura e transporte.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de proteção aos mananciais. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial Núcleo Santa Cruz/Tatetos/Taquacetuba.

Justificativa para inclusão da área: Bom estado de preservação ambiental, com vegetação abundante. Possibilidade futura de captação de água para abastecimento.

Responsável pelo preenchimento: Elisabeth M. C. Franco

PE006 - Eixo Rodovia Anchieta-Índio Tibiricá

Município(s): São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Trevo de Riacho Grande, Anchieta, Índio Tibiricá, Estância Alto da Serra. **Vias de acesso:** Via Anchieta. **Uso do solo predominante:** Núcleos urbanos consolidados e ocupação residencial de baixa renda. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio

e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Corredor estrutural de acesso; 2 - Crescimento urbano; 1 – Desmatamento; 3 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 2 - Grau de indução para ocupação urbana; 3 - Via de ligação intermunicipal; 3 - Outros: Transporte de cargas perigosas próximo ao ponto de captação ETA Rio Grande.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM - Lei de Parcelamento do Solo. Movimento social organizado: associação dos moradores. Projeto e programa em andamento ou proposto: proposta de duplicação da Rod. SP-031 - Índio Tibirijá.

Justificativa para inclusão da área: Preservação ambiental do braço do Rio Pequeno à montante da captação de água para abastecimento.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Márcia M. Nascimento

PE007 - Eixo Mauá/Ribeirão Pires

Município(s): Mauá, Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Parque Aliança Ocupação Zé da Lage, Morro do Careca. *Vias de acesso:* Av. Cel Oliveira Lima. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial precária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Corredor estrutural de acesso; 3 - Crescimento urbano; 1- Desmatamento; 1 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 3 - Grau de indução para ocupação urbana; 2 - Via de ligação intermunicipal.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de recuperação urbana Jardim Serrano - CDHU/PM Ribeirão Pires.

Justificativa para inclusão da área: Contenção do avanço da ocupação precária proveniente de Mauá, para preservação da captação do braço Rio Grande.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Márcia M. Nascimento

PE008 - Rodoanel

Município(s): São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Faixa marginal de 500 m de cada lado. *Vias de acesso:* Delimitar só o Rodoanel. *Uso do solo predominante:* Sistema viário.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Corredor estrutural de acesso; 3 - Crescimento urbano; 3 – Desmatamento; 3 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 3 - Grau de indução para ocupação urbana; 3 - Via de ligação intermunicipal; 3 - Outros: Proximidade ao braço do Rio Grande.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais; Código Florestal. Conflito institucional: políticas públicas municipais.

Justificativa para inclusão da área: Indução de ocupação nos entrocamentos. Tráfego de veículos induzindo a acidentes com cargas perigosas. Proximidade ao braço do Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Márcia Maria do Nascimento

PE009 - Rede Ferroviária Santos-Jundiaí

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra. Divisa com Mauá, rede ferroviária. *Vias de acesso:* Rua Cap. José Galo, Rua Coronel Oliveira Lima. *Uso do solo predominante:* Misto. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Outros: Área contaminada. Disposição de resíduos sólidos e líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Corredor estrutural de acesso; 2 - Crescimento urbano; 2 - Grau de atratividade de atividades econômicas; 2 - Grau de indução para ocupação urbana; 3 - Via de ligação intermunicipal.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento. Conflito institucional: propostas discordantes de zoneamento entre Mauá e Ribeirão Pires. Projeto e programa em andamento ou proposto: parque em construção.

Justificativa para inclusão da área: Pressão de expansão da mancha urbana já verificada em Ribeirão Pires.

Lacunas de conhecimento: Carta de declividades naturais, levantamento da infra-estrutura na bacia, informações gerais de uso e ocupação do solo extra-bacia Billings, Pitu - Plano Integrado de Transportes Urbanos.

Responsável pelo preenchimento: Maria Cláudia Pereira de Souza

Áreas prioritárias para PRESSÃO ANTRÓPICA

PA001 - Pedreira-Alvarenga

Município(s): São Paulo, Diadema, São Bernardo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Entre a Usina Elevatória de Pedreira até a Rodovia dos Imigrantes. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Urbano - Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 3 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 1 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 3 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 0 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Pressão da expansão metropolitana sobre o espelho d'água principal; Compartimento com grandes problemas ambientais contíguos (Pedreira); Sofre os efeitos da reversão das águas do rio Pinheiros, através da Usina Elevatória de Pedreira.

Lacunas de conhecimento: Movimentos sociais; Caracterização da cobertura vegetal.

Responsável pelo preenchimento: Iara Sakitani

PA002 - Batistini

Município(s): São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Entre a Rodovia dos Imigrantes e a Anchieta, margem norte. *Vias de acesso:* Rodovia dos Imigrantes e Anchieta. *Uso do solo predominante:* Mata. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 0 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 3 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 1 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 3 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Área que sofre pressão da expansão metropolitana, próxima ao espelho d'água, entre as duas Rodovias (Anchieta e Imigrantes), pontos urbanos isolados, passíveis de expansão.

Lacunas de conhecimento: Divergência quanto ao tipo de uso do solo: (existem indústrias e reflorestamento na área?).

Responsável pelo preenchimento: Ricardo Sofiatti

PA003 - Pedroso-Matarazzo

Município(s): Santo André, São Bernardo, Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Trecho Rodovia Anchieta - Estrada de Ferro Santos-Jundiá, área de divisor de municípios, área de Impacto do Rodoanel. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso, Sertãozinho, Montanhão-Guapituba. *Uso do solo predominante:* Mata. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 2 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 2 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 1 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 0 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: sociedade amigos de bairro (várias). Projeto e programa em andamento ou proposto: área do Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Intensa pressão de ocupação pela expansão metropolitana. Área localizada em compartimento ambiental inadequado à ocupação urbana. Possibilidade de interferência do Rodoanel. *Responsável pelo preenchimento:* Newton J. B. Gonçalves

PA004 - Xangrilá-Cocaia

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Balsa para Bororé. *Vias de acesso:* Av. Belmira Marin. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixo; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 1 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 1 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 3 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito institucional: ocupação irregular. Movimento social organizado: movimentos moradia - associação amigos de bairro.

Justificativa para inclusão da área: Grande extensão de área urbana consolidada e pontos de áreas dispersas. Proximidade do espelho d'água. Região encontra-se no traçado do eixo de expansão de atividades antrópicas.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA005 - Bororé

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Península de Bororé. *Vias de acesso:* Estrada de Varginha, balsa. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa; Vegetação secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 2 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 2 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 2 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 3 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 1 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: ONG.

Justificativa para inclusão da área: Setor com uso do solo ainda não comprometido com a urbanização, porém com alta pressão de indução urbana pela presença de vetores de urbanização que recortam a área. Possibilidade de reversão das tendências de urbanização. Proximidade do corpo d'água.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA006 - Varginha

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Próxima à estrada do Barro Branco. *Vias de acesso:* Estrada Varginha. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial esparsa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 2 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 1 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: associações Amigos de Bairro.

Justificativa para inclusão da área: Proximidade com o corpo d'água. Presença de vetor de indução urbana pela estrada e ferrovia. Área com densidades urbanas rarefeitas. Inserida em área de proteção ambiental - APA Municipal.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA007 - Vargem Grande-Cratera

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Cratera da Colônia, norte. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Urbano - residencial alta densidade. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado

de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 3 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 3 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: associação de moradores. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Área de relevância histórico-cultural, sítio arqueológico. Núcleo urbano isolado, contíguo a áreas florestadas. Área inserida em área de proteção ambiental.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA008 - Colônia

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Estrada da Colônia com início da Estrada da Barragem. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia final. *Uso do solo predominante:* Urbano e vegetação secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 0 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 2 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 2 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 2 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Núcleo urbano isolado em pressão de expansão urbana nas áreas contíguas. Localiza-se no entorno da área de patrimônio histórico.

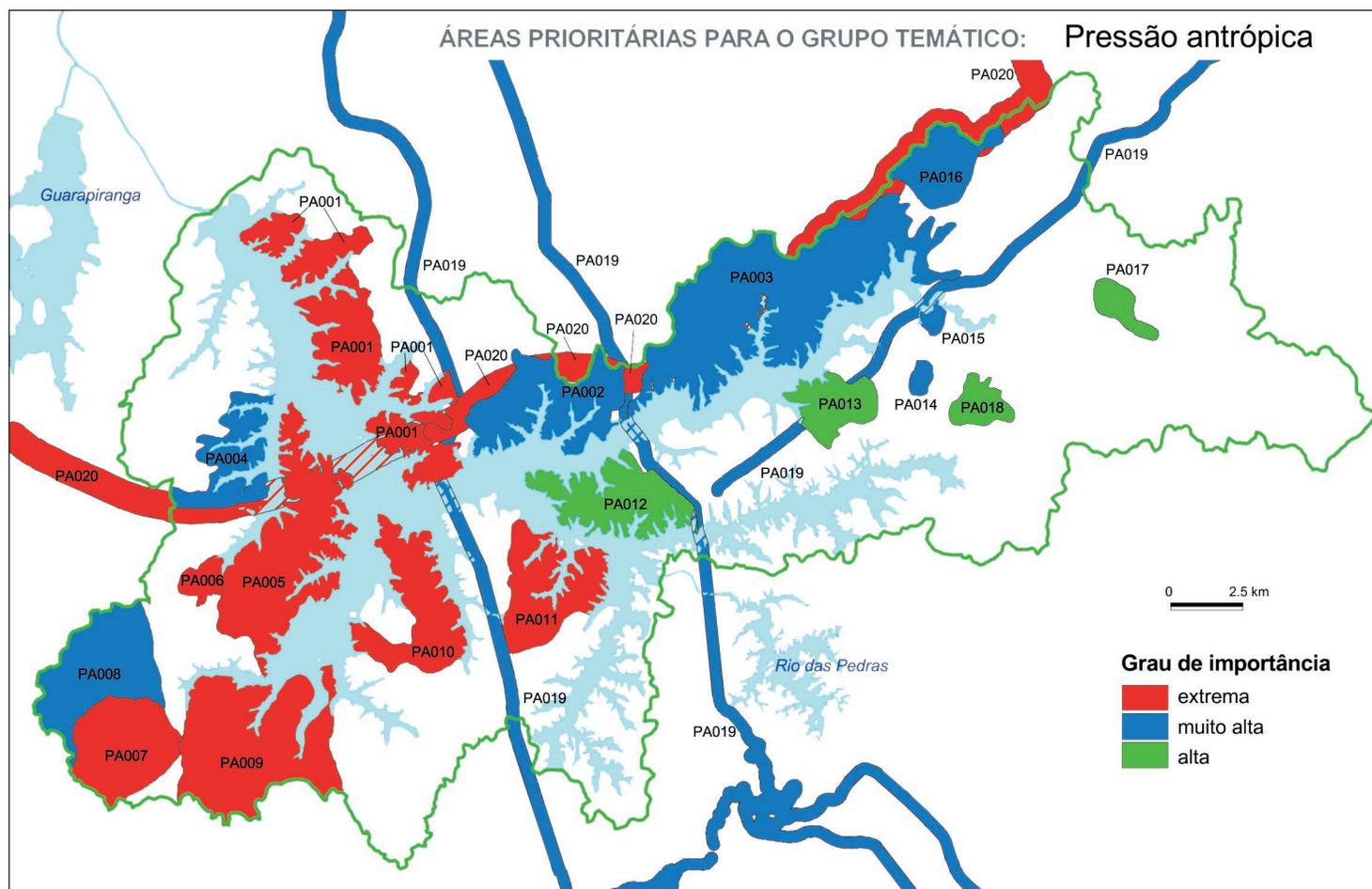
Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA009 - Barragem

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Próximo à barragem da Emae. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana dispersa e mata secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 2 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - Sem ocupação urbana.



Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Pressão de ocupação antrópica elevada. Inserido em Área de Proteção Ambiental. Proximidade do corpo d'água. Proximidade de terras indígenas.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA010 - Tatetos-Santa Cruz

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Sub-bacia Bororé, trecho da balsa Taquacetuba Divisor pela Imigrantes. **Vias de acesso:** Imigrantes. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Outros: Disposição de resíduos líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 0 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 2 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 2 - Sem ocupação urbana; Ocupação esparsa com péssima condição de acesso, ainda bastante preservada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/

perigosas); 0 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 0 - Processos erosivos.

Justificativa para inclusão da área: Área com crescimento precário e acentuado na última década, acesso precário, sem infra e super estruturas, e grande potencial vegetativo.

Lacunas de conhecimento: Falta de conhecimento de toda a área da bacia/sub-bacia. Falta de representantes do local.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA011 - Tatetos-João Basso

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Rodovia Anchieta, Riacho Grande e Balsa João Basso. **Vias de acesso:** Balsa João Basso até Rodovia Imigrantes. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Outros: Disposição resíduos sólidos e líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 0 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 3 - Sem ocupação urbana; 1 - Outros: Atividades potencialmente indutoras de ocupação: balsa/vias precárias.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 0 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Área com crescimento precário e acentuado na última década, acesso precário, sem infra e super estruturas, e grande potencial vegetativo.

Lacunras de conhecimento: Falta de conhecimento de toda a área da bacia/sub-bacia. Falta de representantes do local.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA012 - Riacho Grande

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Entre o Rio Grande e o Corpo Central. *Vias de acesso:* Anchieta. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica; Ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Disposição de resíduos sólidos e líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 3 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 2 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 2 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Área com crescimento acelerado, próximo à Rodovia Anchieta, com fácil acesso aos serviços públicos, porém com sérios problemas para ocupação (margem do reservatório, nascentes, etc).

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA013 - Parque Andreense

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Rio Grande e Rio Pequeno, ambos lados da Rodovia Índio Tibiriçá. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Disposição de resíduos líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 3 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 2 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito institucional: divisas entre municípios. Movimento social organizado: sociedade de amigos de bairro e ONGs. Projeto e programa em andamento ou proposto: obras em andamento de saneamento público local com serviço público; Outros: Local com tipologias de lotes diferenciados (lotes e chácaras).

Justificativa para inclusão da área: Área com ocupação acelerada em loteamentos pré-existentes.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA014 - Planteocal

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Estrada do Caçula, Estrada Velha do Mar próximo ao Jardim Caçula. *Vias de acesso:* Estrada do Caçula - Rod. Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Disposição de resíduos sólidos e líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 1 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 3 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Áreas sem ocupação, loteamento pré-existente, lotes de 300 m², sem infra-estrutura, pressão por ocupação irregular. Junto à margem do reservatório.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA015 - Jardim Paz

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Rodovia Índio Tibiriçá - Bairro Represa Braço Rio Grande. *Vias de acesso:* Estrada Velha do Mar. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Disposição de resíduos sólidos e líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Aumento de atividade antrópica (não urbana entre 1989 e 1999); 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 3 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: loteamento da década de 40 sem ocupação com lotes de 300m². Projeto e programa em andamento ou proposto: gestão para regularização da situação fundiária; Outros: lotes de vários terceiros, dificuldade de implantação de serviços.

Justificativa para inclusão da área: Áreas sem ocupação, loteamento pré-existente, lotes de 300 m², sem infra-estrutura, pressão por ocupação irregular. Junto à margem do reservatório. Grande potencial vegetativo.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA016 - Aliança-São Caetaninho

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Divisa com Mauá, Rede Ferroviária. *Vias de acesso:* R. Capitão José Galo, R. Coronel Oliveira Lima. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Indústria: existência de área contaminada (indústria de formicida JB Duarte). Disposição de resíduos sólidos e líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 3 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 1 - No traçado de eixos de expansão de atividades antrópicas; 2 - Sem ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento. Conflito institucional: propostas discordantes de zoneamento entre os municípios de Mauá e Ribeirão Pires. Projeto e programa em andamento ou proposto: parque em construção.

Justificativa para inclusão da área: Pressão da expansão da mancha urbana. Existência de área contaminada. Proposta de implantação de área protegida.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA017 - Pedreira-Rio Grande da Serra

Município(s): Rio Grande da Serra, Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Estrada da Pedreira. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Outros: Disposição de resíduos líquidos. Mineração abandonada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 1 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Ocupação urbana consolidada e sem crescimento; 1 - Sem ocupação urbana

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Associação de Moradores Pedra sobre Pedra.

Justificativa para inclusão da área: Núcleo isolado em expansão. Área de entorno preservada. Formação de núcleo de favela.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA018 - Parque América

Município(s): Rio Grande da Serra, Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* SP-122, Rua Jean Lietaud, Estrada do Rio Pequeno, divisa de municípios. *Vias de acesso:* Rua Jean Lietaud, Estrada do Rio Pequeno, Estrada Marechal Rondon. *Uso do solo predominante:* Residencial média densidade. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Outros: Disposição de resíduos líquidos.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana; 2 - Cobertura vegetal nativa significativa com desmatamento; 2 - Desmatamento acentuado (1989 a 1999); 1 - Expansão urbana acentuada (1989 a 1999); 2 - Sem ocupação urbana; 1 - Outros: Atividades potencialmente indutoras de ocupação urbana - transporte, imóvel barato.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: embargo judicial; Movimento social organizado: associações de moradores; Projeto e pro-

grama em andamento ou proposto: parceria entre prefeituras para desembargo da área.

Justificativa para inclusão da área: Terreno vendido, mas com embargo judicial que impede a ocupação. Portanto, existe uma pressão para ocupação da área.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA019 - Rodovias Anchieta, Imigrantes, Índio Tibiriçá

Município(s): São Bernardo do Campo, Santo André, Ribeirão Pires e Diadema. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Faixa marginal de 200 m de cada lado. *Vias de acesso:* Rodovia Anchieta, Imigrantes e Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Sistema viário.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Justificativa para inclusão da área: Indutores de ocupação. Tráfego de veículos induz à risco de: poluição sonora, cargas difusas, acidentes com cargas perigosas, atropelamento de animais. Barreira física à fauna e flora. Agressão física da intervenção.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

PA020 - Rodoanel

Município(s): Santo André, São Paulo, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Faixa marginal de 500 m de cada lado. *Vias de acesso:* Rodoanel. *Uso do solo predominante:* Sistema viário.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Justificativa para inclusão da área: Indução de ocupação nos entroncamentos. Tráfego de veículos induzindo a: poluição sonora, cargas difusas, acidentes com cargas perigosas, barreira física. Interferência no corpo d'água. Agressão física da intervenção.

Responsável pelo preenchimento: Newton J. B. Gonçalves

Áreas prioritárias para PRODUÇÃO HÍDRICA

PH001 - Bacia Alvarenga

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Margem do reservatório - Costa Verde, Lixão do Alvarenga, Imigrantes. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Área verde. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Outros: Área verde.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 0 - Contribuição para abastecimento público futuro; 1 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 3 - ICPH em 1999; 1 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 2 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999; 2 - Outros: Área verde.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estado X federal. Movimento social organizado: associações de bairro, movimento de moradia.

Justificativa para inclusão da área: Proximidade do corpo d'água, proteção às erosões, proteção das nascentes.

Lacunas de conhecimento: Volume de lançamento de efluente desconhecido. Índice de ocupação irregular. Uso informal para lazer.

Responsável pelo preenchimento: Eliana Kitahara

PH002 - Bororé

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Balsa Bororé; Amib - Associação dos Moradores da Ilha do Bororé. *Vias de acesso:* Balsa, Av. Belmira Marim. *Uso do solo predominante:* Ocupação residencial rarefeita. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Contribuição para abastecimento público futuro; 2 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 1 - ICPH em 1999; 1 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 1 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999; 2 - Outros: Área verde.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual X federal. Movimento social organizado: Amib. Projeto e programa em andamento ou proposto: Amib - educação ambiental (coleta seletiva) e busca da infra-estrutura; Outros: parceria Emae, Prefeitura de São Paulo e Amib.

Justificativa para inclusão da área: Proximidade do corpo d'água, área preservada, presença de nascentes, corpo d'água insulado.

Lacunas de conhecimento: Levantamento do nível de regularidade dos loteamentos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Eliana Kitahara

PH003 - Bororé B

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Cabeceira. *Vias de acesso:* Av. Belmira Marim. *Uso do solo predominante:* Mineração. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Contribuição para abastecimento público futuro; 1 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 1 - ICPH em 1999; 3 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 2 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: presença de mineração em áreas de preservação. Projeto e programa em andamento ou proposto: Prades - SMA/DNPM.

Justificativa para inclusão da área: Área de cabeceira. Grande potencial de assoreamento causado pela presença de mineração. Obs: esta ficha está vinculada à ficha PH002.

Lacunas de conhecimento: Desconhecimento dos Prades. Conflito de legislação.

Responsável pelo preenchimento: Eliana Kitahara

PH004 - Rio Pequeno

Município(s): São Bernardo, Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Estrada Velha do Mar. *Vias de acesso:* Estrada Velha do Mar e Estrada do Gasoduto. *Uso do solo predominante:* Chácaras. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 3 - Contribuição para abastecimento público futuro; 3 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 1 - ICPH em 1999; 3 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 1 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de reflorestamento PMSA, captação de água pela Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Grau de conservação elevado. Futura captação de água. Boa qualidade de água.

Lacunas de conhecimento: Capacidade hídrica produtiva.

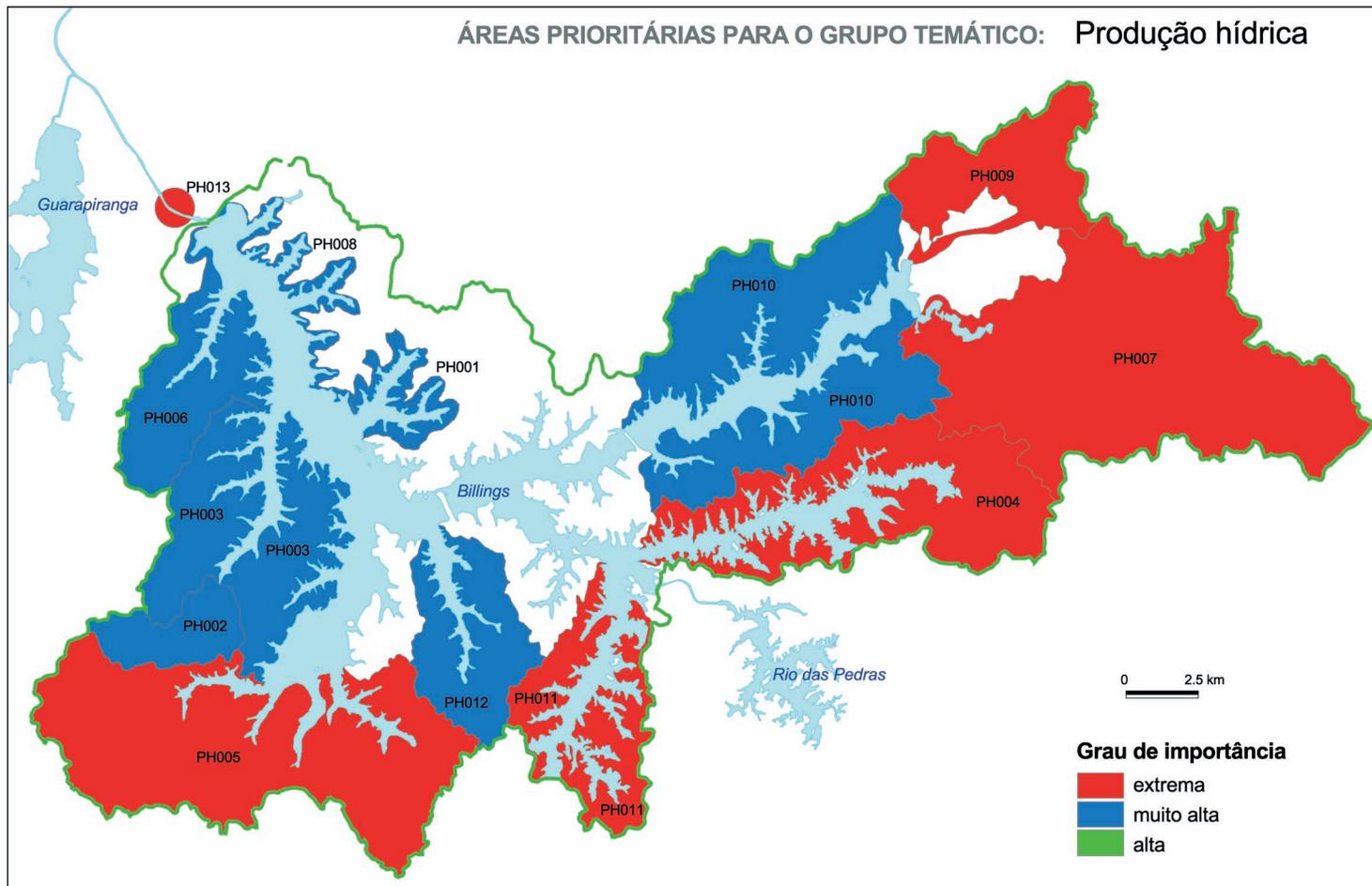
Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Patricia Lorenz Vicente

PH005 - Taquacetuba - Cabeceira

Município(s): São Paulo, São Bernardo do Campo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Cratera da Colônia, Barragem Billings (Apa Capivari Monos), Loteamento Vargem Grande/Cratera e Reserva Indígena Curutu. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia, Av. Parelheiros, Estrada do Cipó. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Várzea; Outros: Mata paludosa (área alagada - região da Cratera).

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Produção hídrica



GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Contribuição para abastecimento público atual; 3 - Contribuição para abastecimento público futuro; 2 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 1 - ICPH em 1999; 1 - Processos erosivos acentuados; 3 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 2 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: assoc. de bairro (Achave) e Conselho Gestor da APA. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto Educando para a Cidadania (Sabesp) - Plano Emergencial da Billings - Criação de Parque na Área da Cratera (PMSP); Outros: exploração de poços subterrâneos (Cratera).

Justificativa para inclusão da área: Reversão do Taquacetuba para Guarapiranga. Ribeirão Vermelho da Cratera da Colônia, Taquacetubinha, Colônia e Curutu são os principais formadores do braço Taquacetuba. Região de cabeceiras que mantém a vazão da reversão. Região de relevante produtividade.

Responsável pelo preenchimento: Eliana Kitahara

PH006 - Cocaia

Município: São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Av. Belmira Marim, Conjunto Habitacional na Cabeceira. **Vias de acesso:** Av. Belmira Marim. **Uso do solo predominante:** Densamente urbanizada. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 3 - ICPH em 1999; 2 - Processos erosivos acentuados; 1 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 2 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado.

Justificativa para inclusão da área: Lançamento de esgoto in natura no corpo d'água. Utilização indevida das margens.

Lacunas de conhecimento: Desconhecimento de legislações conflitantes. Desconhecimento de programas. Desconhecimento de conflitos institucionais.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Katia Aparecida Okuma Oyakawa

PH007 - Rio Grande/Montante

Município(s): Santo André, Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Montante do Rio Grande; Patrimônio histórico de Paranapiacaba. **Vias de acesso:** Índio Tibiriça, Estrada de Ferro, Rodovia SP122. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica secundária. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Contribuição para abastecimento público atual; 3 - Contribuição para abastecimento público futuro; 3 - Estado de

conservação das nascentes e entorno; 1 - ICPH em 1999; ; 1 - Processos erosivos acentuados; 3 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 2 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual, Movimento social organizado: Assemvil; Natureza Sempre Natural; Movimento Pró-Paranapiacaba; SPR; Mãe Natureza; Núcleo Regional de Educação Ambiental do ABC. Projeto e programa em andamento ou proposto: programa de reflorestamento da PMSA; proposta de criação de Unidade de Conservação municipal; captação de água no Ribeirão da Estiva - Sabesp; implantação de coletor tronco para exportação de esgotos - Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Cabeceiras do Rio Grande. Grande cobertura de mata nativa. Grandes áreas de várzea.

Lacunas de conhecimento: Título de propriedade das terras. Capacidade de produção hídrica (balanço hídrico). Loteamentos irregulares. Informações sobre licenciamento industrial e residencial. Não aplicação do plano diretor municipal em Rio Grande da Serra.

Responsável pelo preenchimento: Patrícia Lorenz

PH008 - Grota Funda

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Costa Verde. **Vias de acesso:** Estrada Pedreira Alvarenga. **Uso do solo predominante:** Ocupação urbana. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Área verde.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Contribuição para abastecimento público futuro; 1 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 3 - ICPH em 1999; ; 3 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 3 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual X federal. Conflito institucional: uso e ocupação do solo. Movimento social organizado: ambiental e de moradia. Projeto e programa em andamento ou proposto: Saned - Coleta e afastamento do esgoto; MDV - Proj. Ed. Ambiental; Proj. de Implantação do Porto Náutico e Escola de Vela (MDV-Emae-PMSP); Parque Ecológico (PMSP-Emae e Mov. Ambientalista).

Justificativa para inclusão da área: Proximidade do corpo d'água. Área de proteção contra erosão e assoreamento. Utilização da área para balneabilidade. Preservação e recuperação da Costa Verde.

Responsáveis pelo preenchimento: Virgílio Alcides de Farias e Eliana Kitahara

PH009 - Ribeirão Pires

Município: Ribeirão Pires. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Cabeceiras e margens (área de várzea) do Ribeirão Pires, vizinho a Rio Grande da Serra e Mauá - Estância Turística. **Vias de acesso:** SP122, Índio Tibiriça, Av. Capitão João. **Uso do solo predominante:** Urbano; Mata. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de

regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Contribuição para abastecimento público atual; 3 - Contribuição para abastecimento público futuro; 2 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 3 - ICPH em 1999; 2 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 1 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual. Movimento social organizado: associação de bairros; Associação de Engenheiros e Arquitetos; ONGs; patronais; Núcleo Regional de Ed. Ambiental do ABC. Projeto e programa em andamento ou proposto: programa de coleta seletiva de lixo - PNRF; projetos de educação ambiental; implantação do coletor tronco para exportação de esgoto e a ampliação da rede de esgoto; melhoria do sistema de drenagem urbana; estudos para diagnosticar o potencial mineral/água.

Justificativa para inclusão da área: Importante contribuinte do Rio Grande. Vegetação significativa. Importância da várzea do Ribeirão Pires.

Lacunas de conhecimento: Mineração.

Responsável pelo preenchimento: Patrícia Lorenz

PH010 - Bacia do Rio Grande - Jusante

Município(s): Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Margem direita e esquerda do Rio Grande - Parque do Pedroso; Parque Estoril. **Vias de acesso:** Índio Tibiriça, Papa João XXIII, João Ramalho, Estrada do Pedroso. **Uso do solo predominante:** Mata; Ocupação dispersa. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Contribuição para abastecimento público atual; 3 - Contribuição para abastecimento público futuro; 2 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 2 - ICPH em 1999; ; 3 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 2 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal e estadual. Movimento social organizado: ONGs; sindicatos; conselhos. Projeto e programa em andamento ou proposto: programa de reflorestamento - PMSA; Projeto Gerenciamento Participativo das áreas de mananciais de Santo André; tratamento de esgoto no Cocaia - SBC; projetos de educação municipal e Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Margem do Rio Grande. Conservação da vegetação.

Responsável pelo preenchimento: Patrícia Lorenz

PH011 - Capivari

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras. *Localização e referências:* Interligação (parte) Anchieta e Imigrantes. Proximidade da Serra do Mar. *Vias de acesso:* Estrada do Rio Acima. *Uso do solo predominante:* Mata Atlântica secundária. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Contribuição para abastecimento público futuro; 3 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 1 - ICPH em 1999; 1 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 1 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura).

Justificativa para inclusão da área: Alta capacidade de produção hídrica. Estado de preservação.

Responsável pelo preenchimento: Eliana Kitahara

PH012 - Pedra Branca

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras. *Localização e referências:* Próximo a Imigrantes - Balsa. *Vias de acesso:* Estrada do Rio Acima e Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Contribuição para abastecimento público futuro; 2 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 2 - ICPH em 1999; 1 - Processos erosivos acentuados; 2 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 1 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual X federal. Movimento social organizado: SAB Santa Cruz. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto Hidroplan - reversão Taquacetuba.

Justificativa para inclusão da área: Produção hídrica.

Responsável pelo preenchimento: Eliana Kitanara

PH013 - Pedreira

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Barragem Pedreira. *Vias de acesso:* Estrada Pedreira/Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Barragem Pedreira. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Contribuição para abastecimento público atual; 1 - Estado de conservação das nascentes e entorno; 3 - ICPH em 1999; 3 - Processos erosivos acentuados; 1 - Quantidade de nascentes e cursos d'água; 1 - Variação do ICPH entre 1989 e 1999

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal X estadual X federal. Conflito institucional: conflitos de uso pela água. Movimento social organizado: MDV; Pedra sobre Pedra; Núcleo Habitacional Pró-Moradia; SAB Mar Paulista. Projeto e programa em andamento ou proposto: tratamento da água do rio (fonte externa); Plano Diretor; Outros: sedimentos do fundo da represa por bombeamento.

Justificativa para inclusão da área: Proximidade do corpo d'água. Contenção de processos erosivos e assoreamento. Fomentar busca de solução do conflito sobre o uso múltiplo e a disponibilidade hídrica.

Responsáveis pelo preenchimento: Virgílio Alcides de Farias, Sebastião Deusdédite Dias Lopes

Áreas prioritárias para QUALIDADE DA ÁGUA

QA001 - Área Urbana de Ribeirão Pires

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* sub-bacias 43, 44, 45, 45A, 46, 47, 58. Ao norte, município de Mauá; ao sul, Rio Grande da Serra; a leste, Suzano. Porcentagem do município de Ribeirão Pires dentro da bacia: 67%. *Vias de acesso:* Rodovia Tibiriçá, Estrada de Sapopemba, Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Necessidade de monitoramento; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 2 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de mananciais. Conflito institucional: Sabesp, SMA, prefeitura. Movimento social organizado: Instituto Acqua; SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: coletor tronco (implantação), educação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana consolidada, com carência de coleta de esgoto e tratamento, dessa forma, gerando grande carga poluidora difusa.

Lacunas de conhecimento: Informação sobre taxa de sedimentação e qualidade do sedimento não disponibilizadas. Falta de informação sobre carga gerada por sub-bacias. Informações sobre tipologia do uso do solo.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 11 e 48 (Bibliografia Citada)

Responsáveis pelo preenchimento: Miriam Falotico, João Bosco Scian, Romualdo Juliatto, Paulo Fernando Rodrigues, Maria Carmen Gomes

QA002 - Área Urbana de Rio Grande da Serra

Município: Rio Grande da Serra. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* sub-bacias 51A, B, C, D, 52. Ao norte, Ribeirão Pires; ao sul e a oeste, Santo André. *Vias de acesso:* SP 122, Rodovia Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Necessidade de monitoramento; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 1 - Uso para abastecimento público futuro

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupa-

ção urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção de Mananciais. Conflito institucional: Lei de Proteção de Mananciais. Movimento social organizado: Instituto Acqua. Projeto e programa em andamento ou proposto: Coletor Tronco (projetos), educação ambiental, Projeto Ribeirão da Estiva, vários projetos de lideranças comunitárias.

Justificativa para inclusão da área: Área urbana consolidada, com carência de coleta de esgoto e tratamento, dessa forma, gerando grande carga poluidora difusa.

Lacunas de conhecimento: Informação sobre taxa de sedimentação e qualidade do sedimento não disponibilizada. Falta de informação sobre carga gerada por sub-bacias. Informações sobre tipologia do uso do solo.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 11 e 48 (Bibliografia Citada)

Responsáveis pelo preenchimento: Miriam Falotico, João Bosco Scian, Romualdo Juliatto, Paulo Fernando Rodrigues, Maria Carmen Gomes

QA003 - Bairros de Santo André

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Sub-bacias 35, 37, 38, 39, 59. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana em expansão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Necessidade de monitoramento; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 1 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção de Mananciais. Conflito institucional: Semasa, Sabesp. Movimento social organizado: Movimento Verde Te Quero Verde. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto Prosaneer, Cidade Botânica, Tudo em Volta.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação urbana com descarga de esgoto e pouco tratamento do mesmo.

Lacunas de conhecimento: Falhas na avaliação da carga poluidora. Falta de informações sobre problemas de poluição no sedimento. Necessidade de levantamento de indústrias clandestinas.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 11 e 48 (Bibliografia Citada)

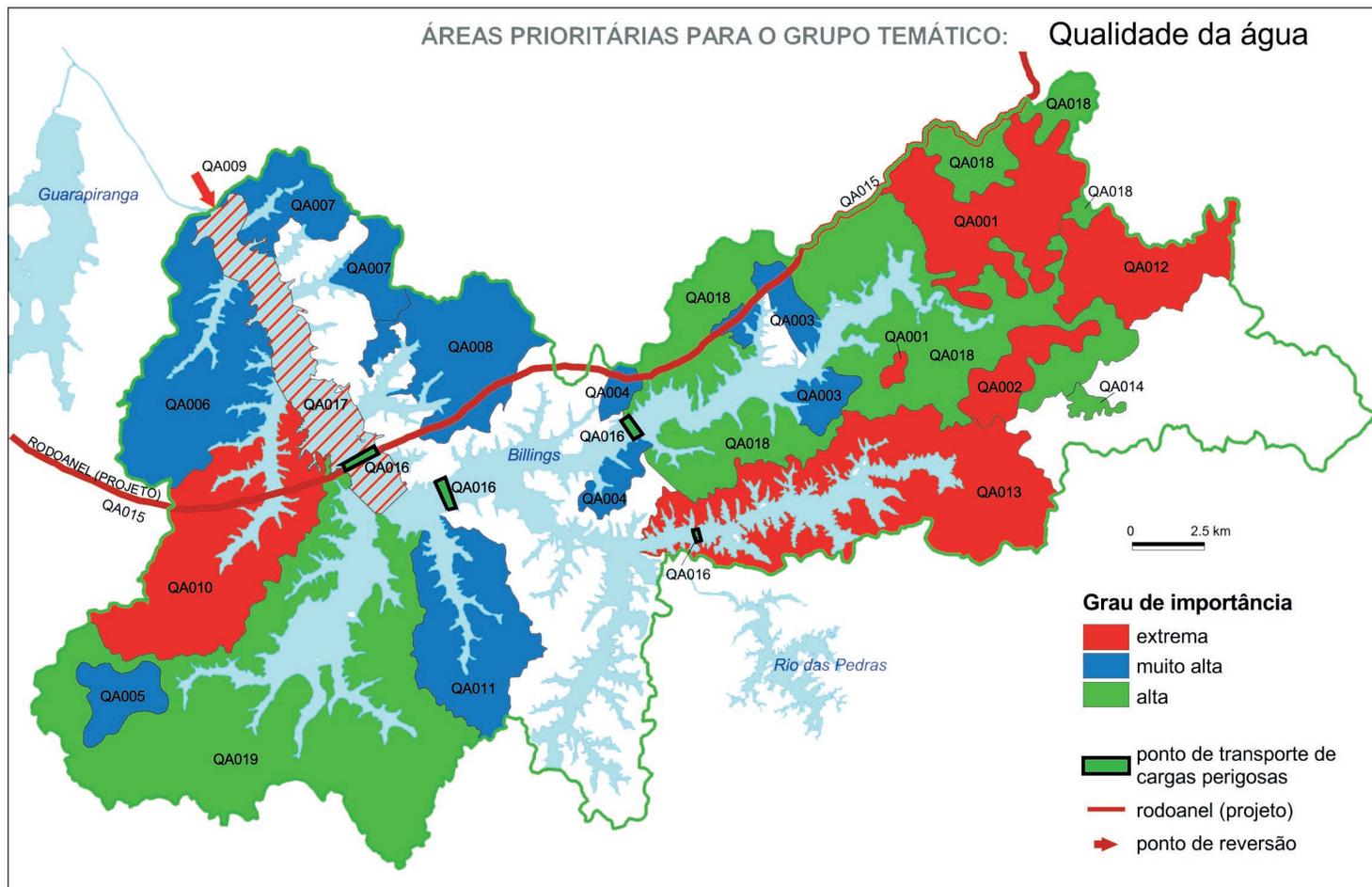
Responsável pelo preenchimento: Miriam Falotico

QA004 - Bairros de São Bernardo

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* sub-bacias 30 e 62. *Vias de acesso:* Anchieta e Imigrantes. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana consolidada (sub-bacia 62); Ocupação urbana não consolidada (sub-bacia 30). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Indústria; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Qualidade da água



Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Necessidade de monitoramento; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 3 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: Sabesp x Prefeitura. Movimento social organizado: Associação Global de Desenvolvimento Sustentável; SOS Billings; Núcleo Regional de Educação Ambiental do ABC. Projeto e programa em andamento ou proposto: Prosanear, Areião/Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação urbana com descarga de esgoto e pouco tratamento do mesmo.

Lacunas de conhecimento: Falta de conhecimento sobre a biota aquática. Falta de conhecimento sobre a carga poluidora. Falta de conhecimento sobre taxa de sedimentação e qualidade do sedimento. Falta de conhecimento sobre indústrias clandestinas.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 11 e 48 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Miriam Falotico

QA005 - Colônia

Município: São Paulo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Colônia (sub-bacias 117/118). **Vias de acesso:** Estrada de Parelheiros, Via Anchieta. **Uso do solo predominante:** Ocupação urbana não consolidada. **Categorias de uso do solo identifica-**

das pelo grupo: Agricultura; Indústria; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 2 - Necessidade de monitoramento; 2 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 3 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação de áreas de mananciais. Projeto e programa em andamento ou proposto: plano emergencial da Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Área contribui para o Braço Taquacetuba, de onde é retirada água para o abastecimento de São Paulo. Apresenta-se contaminado.

Lacunas de conhecimento: Série curta de dados, impossibilidade de determinar cargas.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Dino Vanucci

QA006 - Cocaia

Município: São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Margem esquerda, adjacente à barragem (sub-bacias 133,135 a 146). **Vias de acesso:** Av. Robert Kennedy, Teotônio Vilela, Belmira Marim. **Uso do solo predominante:** Ocupação urba-

na consolidada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 2 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 0 - Parâmetros biológicos em conformidade; 0 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 1 - Uso para abastecimento público atual; 1 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação irregular do solo.

Justificativa para inclusão da área: Área com ocupação urbana consolidada irregular contribuindo com aporte significativo de carga orgânica para a represa.

Lacunas de conhecimento: Eficiência do sistema de coleta e afastamento de esgotos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Dino Vanucci

QA007 - Pedreira

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Braço direito, adjacente à barragem (sub-bacias 1a 6, 9 e 10). *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 2 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 1 - Uso para abastecimento público atual; 1 - Uso para abastecimento público futuro; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto;

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação da área de manancial. Movimento social organizado: Maçã Verde, Mar Paulista, Sampa, Pedra sobre Pedra. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial da Sabesp.

Justificativa para inclusão da área: Área com ocupação urbana consolidada irregular contribuindo com aporte significativo de carga orgânica para represa.

Lacunas de conhecimento: Eficiência do sistema de coleta e afastamento de esgotos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Dino Vanucci

QA008 - Alvarenga

Município: Diadema. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Tributário margem direita entre o Braço Rio Grande e Pedreira (sub-bacias 14 a 17, 18 a 23). *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Indústria; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 1 - Uso para abastecimento público atual; 2 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação das áreas de mananciais. Projeto e programa em andamento ou proposto: plano emergencial da Sabesp. Outros: manejo de faixa de mata ciliar representativa para o reservatório.

Justificativa para inclusão da área: Área com ocupação urbana consolidada irregular contribuindo com aporte significativo de carga orgânica para a represa.

Lacunas de conhecimento: Eficiência do sistema de coleta e afastamento de esgotos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Dino Vanucci

QA009 - Reversão Pinheiros

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Barragem Pedreira, UTH Piratininga. *Vias de acesso:* Marginal Pinheiros. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 3 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 3 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 1 - Uso para abastecimento público atual; 3 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: bombeamento do Pinheiros. Conflito institucional: Sabesp x Emae. Projeto e programa em andamento ou proposto: flotação, projeto Pomar, desassoreamento do Pinheiros.

Justificativa para inclusão da área: É o local da barragem onde se dará a reversão das águas do Pinheiros. É hoje a principal fonte de contaminação da represa.

Lacunas de conhecimento: Eficiência da futura flotação. Estimativa de cargas.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 14 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Dino Vanucci

QA010 - Bororé

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Bacia de contribuição do Braço do Bororé (125 a 132 e 134); Área atravessada pelo traçado futuro do Rodoanel. *Vias de acesso:* Av. Tetônio Vilela e Estrada de Parelheiros. *Uso do solo predominante:* Ocupação dispersa e matas. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Despejo de esgoto sem tratamento; 2 - Impacto do bombeamento do Rio Tiê/Pinheiros; 3 - Necessidade de monitoramento; 2 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 2 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 1 - Uso para abastecimento público atual; 1 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 0 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto; 3 - Outros: Ocorrência de mineração irregular.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: conflito da ocupação, em desacordo com a lei de mananciais. Conflito institucional: entre Estado e Município, entre órgãos do Estado (Sabesp, Dersa, Emae, Cetesb). Movimento social organizado: Amib. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Tietê II, Plano Emergencial de Saneamento, Rodoanel, Flotação. Outros: Perfil socioeconômico

Justificativa para inclusão da área: Interromper o processo de expansão da mancha urbana e garantir a qualidade da água produzida na bacia, que alimenta a captação do Taquacetuba.

Lacunas de conhecimento: Hidrodinâmica do reservatório para avaliar efeitos da reversão do Pinheiros e da efetiva contribuição dessa bacia com a qualidade da água no Taquacetuba. O estudo de sedimentos no Braço do Bororé (disposição irregular de material retirado pela Eletropaulo na Usina Elevatória de Pedreira).

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

QA011 - Pedra Branca

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** CPR - Capivari/Pedra Branca Rio das Pedras. **Localização e referências:** Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pedra Branca (sub-bacias 92 a 98). **Vias de acesso:** Via Imigrantes e vias locais provenientes do Taquacetuba. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica secundária em estágio médio/avançado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Aterro sanitário ou lixão; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiê/Pinheiros; 1 - Necessidade de monitoramento; 2 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 3 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 1 - Uso para abastecimento público atual; 2 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 0 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Mananciais: ocupação irregular. Conflito Institucional: estado x prefeitura. Movimento social organizado: Núcleo Santa Cruz. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial Esgotos, Flotação no Pinheiros.

Justificativa para inclusão da área: Interromper o processo de expansão da mancha urbana e garantir a qualidade da água produzida, sendo esta, ainda, uma área com menor ocupação urbana.

Lacunas de conhecimento: Hidrodinâmica do reservatório. Processos erosivos na bacia.

Responsável pelo preenchimento: Marta Lamparelli

QA012 - Ribeirão da Estiva

Município: Ribeirão Pires. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Sub-bacia de contribuição do sistema produtor Ribeirão da Estiva - sub-bacia 48. **Vias de acesso:** SP 122. **Uso do solo**

predominante: Mata Atlântica secundária. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Aterro sanitário ou lixão; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Necessidade de monitoramento; 0 - Parâmetros biológicos em conformidade; 3 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura).

Diagnóstico para ação na área: Conflito institucional: sub-prefeitura x ONGs x moradores. Movimento social organizado: muitas entidades: Caneça Verde, Movimento Pró-Paranapiacaba, Anjos da Selva, SPR-Paranapiacaba. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano Emergencial Esgotos.

Justificativa para inclusão da área: Proteção de bacia de contribuição de manancial (Ribeirão da Estiva).

Lacunas de conhecimento: Monitoramento hidrobiológico.

Responsável pelo preenchimento: Ana Lúcia Silvia

QA013 - Rio Pequeno

Município(s): Santo André, São Bernardo do Campo. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Bacia de contribuição do Rio Pequeno (sub-bacias 66 a 79). **Vias de acesso:** Rod. Índio Tibiriçá, vias locais. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica e campo antrópico. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Impacto do bombeamento do Rio Tiê/Pinheiros; 2 - Necessidade de monitoramento; 3 - Parâmetros biológicos desconformes; 3 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas)

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Mananciais: localização de lixões. Conflito institucional: conflito entre propostas de uso da água e qualidade. Projeto e programa em andamento ou proposto: transposição para Sistema Rio Grande (abastecimento).

Justificativa para inclusão da área: Bacia a ser brevemente utilizada para reforço do Sistema Produtor Rio Grande.

Lacunas de conhecimento: Conhecimento limnológico do braço. Não há explicação para floração de algas (cianobactérias) registradas neste braço.

Responsável pelo preenchimento: Sourak Borralho

QA014 - Santo André - Solvay

Município: Santo André. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** sub-bacias 49 e 50. **Vias de acesso:** SP- 122 e Índio Tibiriçá. **Uso do solo predominante:** Industrial. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Indústria.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Despejo de esgoto sem tratamento; 3 - Necessidade de monitoramento; 1 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 2 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 2 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 3 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 -

Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Código Florestal. Projeto e programa em andamento ou proposto: Programa de Monitoramento (TAC).

Justificativa para inclusão da área: Área com alto potencial poluidor.
Lacunas de conhecimento: Caracterização detalhada das áreas contaminadas. Avaliação do passivo ambiental da área de influência.
Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fontes 11 e 48 (Bibliografia Citada)
Responsável pelo preenchimento: Maria Carmen Gomes

QA015 - Rodoanel

Município(s): Bacia Hidrográfica. **Localização e referências:** Traçado na Bacia.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Justificativa para inclusão da área: Impacto da construção na qualidade da água: assoreamento, ressobilização, ressuspensão e produção de sedimentos. Impacto na utilização da via: tráfego de cargas perigosas, expansão urbana, interferência na captação Riacho Grande e Taquacetuba.

Lacunas de conhecimento: Falta detalhamento do método construtivo (transposições dos braços do reservatório). Dados empíricos da qualidade da água.

Responsável pelo preenchimento: Maria Carmen Gomes

QA016 - Transporte de Produtos Perigosos

Município(s): todos. **Localização e referências:** Traçados das rodovias na Bacia.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Justificativa para inclusão da área: Impostos na qualidade da água decorrentes de acidentes com produtos perigosos.

Lacunas de conhecimento: Dispositivos de contenção.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

QA017 - Corpo Central do Reservatório (carga interna)

Município(s): São Paulo, Diadema, São Bernardo. **Localização e referências:** Corpo do reservatório entre Pedreira e Imigrantes. **Uso do solo predominante:** Reservatório.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Justificativa para inclusão da área: Impactos decorrentes da interação sedimentos x água. Preocupações quanto aos efeitos de qualquer ação sobre as camadas de sedimentos.

Lacunas de conhecimento: Conhecimento detalhado da interação entre sedimentos e a massa líquida.

Responsável pelo preenchimento: Maria Carmen Gomes

QA018 - Bacia do Rio Grande

Município(s): São Bernardo, Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Porção da bacia de contribuição ao braço do rio Grande, exceto as áreas QA01, QA02, QA03, QA04, QA12, QA14. **Vias de acesso:** Rodovia Anchieta, Rodovia Índio Tibiriçá. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica secundária em estágio médio. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Aterro sanitário ou lixo; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Despejo de esgoto sem tratamento; 1 - Necessidade de monitoramento; 2 - Parâmetros biológicos desconformes; 1 - Parâmetros biológicos em conformidade; 2 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 2 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Desmatamento acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: conflito da Lei de Mananciais e ocupação. Conflito institucional: implantação Rodoanel e duplicação da Rodovia Índio Tibiriçá com qualidade da água. Projeto e programa em andamento ou proposto: Rodoanel, duplicação da Rodovia Índio Tibiriçá.

Justificativa para inclusão da área: Área estratégica de preservação para sustentabilidade do abastecimento público e sistema Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

QA019 - Bacia do Taquacetuba

Município(s): São Paulo, São Bernardo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Área de contribuição do braço do Taquacetuba, exceto área QA05. **Vias de acesso:** Av. Teotônio Vilela, Estrada de Parelheiros e Estrada da Colônia (ME) via Imigrantes e vias locais. **Uso do solo predominante:** Mata Atlântica secundária em estágio médio. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Reflorestamento; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 1 - Despejo de esgoto sem tratamento; 2 - Impacto do bombeamento do Rio Tiête/Pinheiros; 2 - Necessidade de monitoramento; 1 - Parâmetros biológicos desconformes; 2 - Parâmetros biológicos em conformidade; 1 - Parâmetros físico-químicos desconformes; 2 - Parâmetros físico-químicos em conformidade; 3 - Uso para abastecimento público atual; 3 - Uso para abastecimento público futuro.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Mananciais e ocupação irregular. Conflito institucional: Conflitos entre operação do sistema com ocupação do solo (prefeituras e comunidades). Projeto e programa em andamento ou proposto: reversão Pinheiros; Rodoanel (impacto indireto).

Justificativa para inclusão da área: Área estratégica de preservação para sustentabilidade do abastecimento público do sistema de reversão Taquacetuba/Guarapiranga.

Responsável pelo preenchimento: Carlos Aranha

Áreas prioritárias para RECUPERAÇÃO URBANA

RU001 - Cratera da Colônia - Vargem Grande

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Bacia Hidrográfica do Ribeirão Vermelho, Braço Taquacetuba APA do Capivari-Monos. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem, Estrada da Vargem Grande e Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 0 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 0 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Zoneamento urbano e Lei de Proteção de Mananciais. Conflito institucional: todos os atores intervenientes. Movimento social organizado: SABs.

Justificativa para inclusão da área: Bacia Hidrográfica do Taquacetuba. Área tombada Condephaat. População IBGE - 5 mil famílias.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU002 - Favela do Jardim Santa Terezinha

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Próximo à Cratera de Colônia. *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento urbano x LPM. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU003 - Jardim Nova Silveira

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Divisor de águas (Billings-Guarapiranga) próximo à Cratera da Colônia. *Vias de acesso:* Estrada da Colônia. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999). 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento urbano x LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU004 - Favela Rua Antônio Bernal

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Próximo à Cratera Colônia. *Vias de acesso:* Estr. da Barragem. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Outros: Favela.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento urbano x LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU005 - Jardim Vera Cruz

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Barragem (Sangradouro Preto-Monos). *Vias de acesso:* Estrada da Barragem. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado (a controlar). *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infraestrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento urbano x LPM. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU006 - Cidade Luz - Gleba I e Nova Esperança

Município: São Paulo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Barragem (Sangradouro Preto-Monos). **Vias de acesso:** Est. da Barragem. **Uso do solo predominante:** Urbano consolidado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU007 - Jardim Natal/Bar do Pescador

Município: São Paulo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Próximo à região da Barragem (Sangradouro Preto-Monos), Estrada de Ferro. **Vias de acesso:** Estrada da Barragem. **Uso do solo predominante:** Urbano consolidado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infraestrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Consta do Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU008 - Jardim Santa Fé

Município: São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Entre Jardim Campinas e Jd. São Bernardo. **Vias de acesso:** Av. Paulo Guilguer Raimberg. **Uso do solo predominante:** Urbano consolidado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Outros: Comércio e serviços.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 0 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 0 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 0 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infraestrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 0 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 0 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 0 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM - zoneamento urbano. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial - Projeto Piloto.

Justificativa para inclusão da área: Plano Emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU009 - Entornos da Chácara do Conde

Município: São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Varginha e Barro Branco; área abrangendo os loteamentos e favelas. **Vias de acesso:** Av. Paulo Guilguer Reimberg. **Uso do solo predominante:** Urbano consolidado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Mineração; Ocupação urbana consolidada.

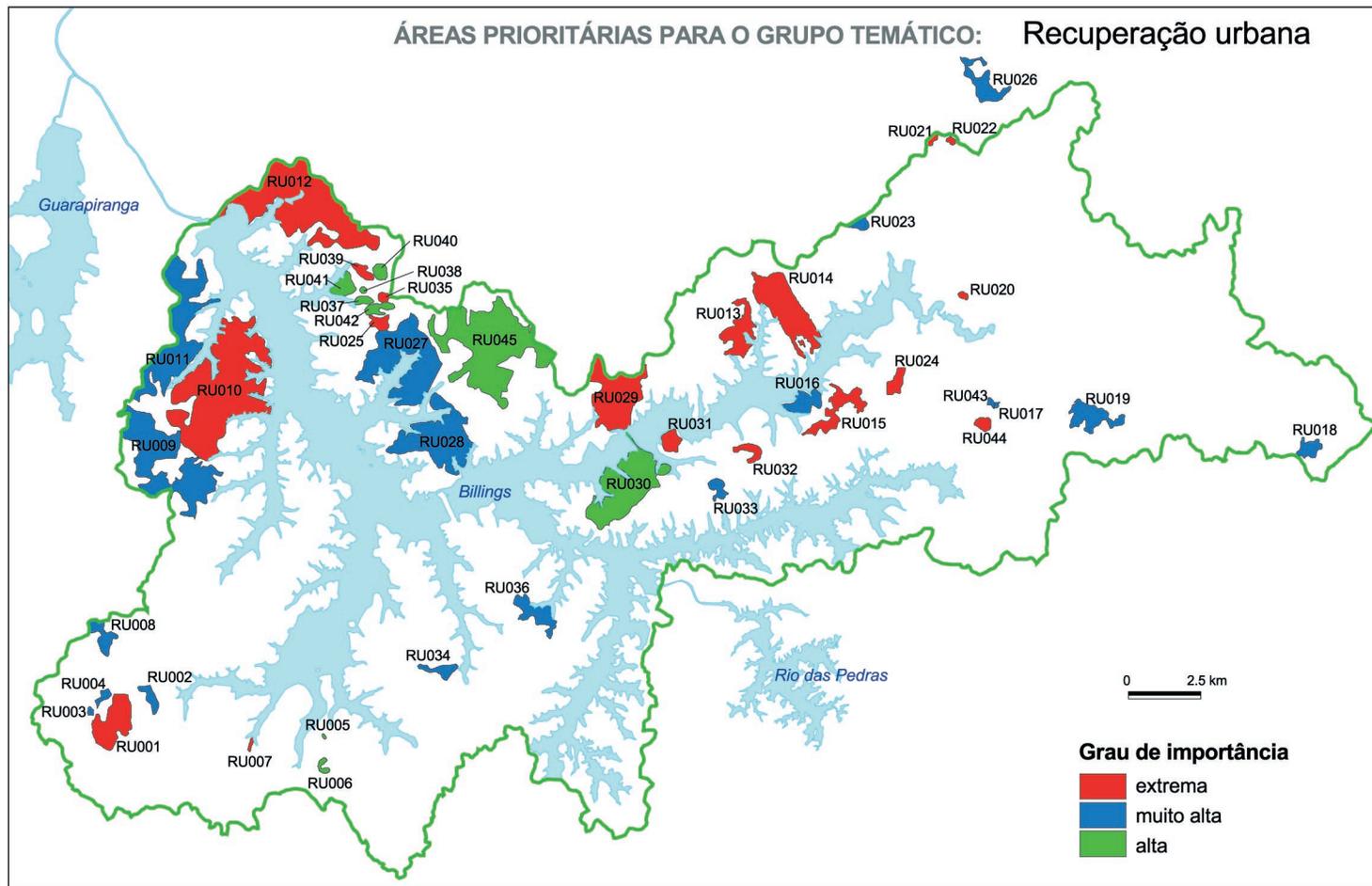
GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infraestrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada; Faz limite com a área do Rodoanel.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto; 3 - Outros: Conflito com mineração.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: zoneamento urbano x LPM. Conflito institucional: todos atores. Movimento social organizado:

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Recuperação urbana



SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU010 - Cocaia

Município: São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Entre Canal do Cocaia e Bororé Esta área abrange loteamentos e favelas. **Vias de acesso:** Teotônio Vilela, Av. Belmina Marim, Av. Pedro Escobar. **Uso do solo predominante:** Residencial, alta densidade. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação dispersa; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Entorno consolidado de baixa densidade.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 0 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito institucional: ações da Sabesp não abrangem total da área - 75% atendidos. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial - área parcial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU011 - Jardim Reimberg e Arredores

Município: São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Próximo ao Sesc-Interlagos e Autódromo; abrange loteamentos e favelas. **Vias de acesso:** Via Teotônio Vilela; Av. João Goulard e Av. Interlagos. **Uso do solo predominante:** Urbano consolidado. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada; Água.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM e zoneamento municipal. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU012 - Cidade Júlia e Arredores

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Divisa com Diadema; abrange loteamentos e favelas. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Urbano consolidado. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 0 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 2 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU013 - Pintassilgo/Parque Miami

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Bairro Riviera e São Bernardo Novo. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea; Outros: Parque Municipal do Pedroso com mais de 8 mil metros quadrados.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 2 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Núcleo em APM com TAC. Movimento social organizado: representantes por quadra do Núcleo Pintassilgo. Projeto e programa em andamento ou proposto: gerenciamento participativo em área de mananciais. Escalas Billings e municipal. Escala local: intervenção no Núcleo Habitacional Pintassilgo.

Justificativa para inclusão da área: Áreas de diferentes metodologias de assentamento, ocupando locais com restrições de ocupação. Com crescimento mais acentuado que as áreas centrais da cidade, podendo comprometer ainda mais a produção de água do reservatório. Realização do TAC no Núcleo Pintassilgo.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 42 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Robson da Silva Moreno

RU014 - Recreio da Borda do Campo

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação urbana não consolidada; Várzea; Outros: Área de topografia acentuada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: Associação de Moradores do RBC; Sociedade Ambientalista do RBC; Grupos de Mutirões. Projeto e programa em andamento ou proposto: gerenciamento participativo em áreas de mananciais - Gepam. Escala Municipal/Bacia Billings; Outros: pressão dos moradores para a instalação de infra-estrutura e ampliação dos equipamentos urbanos.

Justificativa para inclusão da área: Loteamento com crescimento bastante acentuado, muito acima da área urbana, ocupando local com declividades acentuadas, com muitos córregos e nascentes (vide a graduação). Devido aos fatores: loteamento não ser de alta densidade e territorialmente ser um dos maiores bairros de Santo André, caracterizando um enorme potencial de crescimento e enorme possibilidade de agravamento nos recursos hídricos locais.

Responsável pelo preenchimento: Robson da Silva Moreno

RU015 - Parque Andreense I

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Jardim Clube de Campo. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Residencial - Alto padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Outros: Ocupação de baixa densidade.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; Não dispõe de sistema de abastecimento de água nem coleta e tratamento de esgoto.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); Sistema viário precário provocando o assoreamento das nascentes.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPRM em parte das áreas. Conflito institucional: ocupação das áreas de primeira categoria.

Justificativa para inclusão da área: Área inserida em compartimento ambiental frágil (entre as bacias do Rio Grande e Rio Pequeno) junto ao braço utilizado para captação de água.

Responsável pelo preenchimento: Fabio Vital

RU016 - Parque Andreense II

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Parque Represa Billings - Gleba 2 e 3 - Sítio Taquaral. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Residencial - médio e baixo Padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de

regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 2 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 0 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 0 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infraestrutura instalada (água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada; Assentamento com pavimento asfáltico com drenagem superficial; rede de esgoto parcial para Gleba 3; sem rede de água.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 0 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: loteamento (Gleba 3) irregular perante a LPM. Movimento social organizado: Sociedade Amigos do Parque Andreense, Cooperativa de Costura Vale Verde. Projeto e programa em andamento ou proposto: Gepam.

Justificativa para inclusão da área: Local possível de ampliação urbana, onde já está sendo experimentado um sistema viário alternativo para a área de mananciais. Assim como será recuperado o córrego afluente do braço do Rio Grande. Contrastando com o loteamento vizinho, ocupações dispersas que em parte ocorrem em APP, como fundos de vale, comprometendo a qualidade da experiência retrocitada.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 42 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Robson da Silva Moreno

RU017 - Vila Lopes

Município: Rio Grande da Serra. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Divisa com Ribeirão Pires. *Vias de acesso:* Guilherme Pinto Monteiro. *Uso do solo predominante:* Residencial de baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Nascentes.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: lei municipal x lei estadual. Conflito institucional: divisas. Movimento social organizado: Assemvil.

Justificativa para inclusão da área: Área de topografia elevada com várias nascentes, córregos contribuintes no Rio Grande.

Lacunas de conhecimento: Falta legislação municipal específica e informação.

Responsável pelo preenchimento: Edilson Santana

RU018 - Vila de Paranapiacaba

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* SP-122. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Equipamentos urbanos existentes; 3 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Gepam. Intervenção local: Projeto Piloto 3.

Justificativa para inclusão da área: Vila Patrimônio Histórico em área com grande parte da cobertura vegetal nativa em bom estado de conservação.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 42 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Robson da Silva Moreno

RU019 - Solvay + Lixões

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* SP-122. *Uso do solo predominante:* Industrial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto).

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Área industrial com grande passivo ambiental. Entorno com vegetação em bom estado, exceto área da Estância Rio Grande com ocupação dispersa.

Lacunas de conhecimento: Proposta de zoneamento - lei específica - Santo André.

Responsável pelo preenchimento: Robson da Silva Moreno

RU020 - Área do Viana

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Vila Nova Suíça Santista. *Vias de acesso:* SP-31, Estrada Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 1 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989

a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 0 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação em APP; Outros: processo em andamento com a promotoria ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área encravada, com pouca infraestrutura e elevado impacto junto às nascentes. Possibilidade de regularização fundiária/TAC/Ação Judicial.

Responsável pelo preenchimento: Fábio Vital

RU021 - Morro do Careca

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Divisa com Mauá; expansão do Jardim Itapark. *Vias de acesso:* Rua Cel. Oliveira Lima - Divisa Mauá. *Uso do solo predominante:* Residencial baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 0 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada; Favela/Alto risco geológico.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: legislação da cidade de Mauá diferente da de Ribeirão Pires (LPM). Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Responsáveis pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU022 - Jardim Serrano

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Junto à divisa com Mauá, Vila Gomes e município de Mauá. *Vias de acesso:* Cel. Oliveira Lima, Estrada da Cooperativa. *Uso do solo predominante:* Residencial baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 1 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 2 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo

de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial e de regularização fundiária.

Justificativa para inclusão da área: Em processo de regularização fundiária com incorporação de extensa área para implantação de um parque como compensação ambiental.

Responsável pelo preenchimento: Roberto Jacintho, Violeta Kubrusly

RU023 - Esperança

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Favela localizada junto a um conjunto habitacional de interesse social; divisa com Mauá. *Vias de acesso:* Mauá, Parque dos Pinheiros. *Uso do solo predominante:* Residencial baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Outros: Favela.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 1 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 0 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 0 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada; Favela.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: LPM. Projeto e programa em andamento ou proposto: há diretriz para relocação.

Justificativa para inclusão da área: Área degradada de crescente ocupação irregular. Área com elevado comprometimento de nascentes e cabeceiras dos mananciais.

Lacunas de conhecimento: Processo de exclusão social não atualizado.

Responsável pelo preenchimento: Marcos Bandini

RU024 - Jardim Caçula

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Km 52. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriça, SP 31. *Uso do solo predominante:* Residencial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 3 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Área próxima à nascente, em terreno acidentado com tipologia de lotes 5*25.

Responsável pelo preenchimento: Fábio Vital

RU025 - Sítio Joaninha

Município: Diadema. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Faz limite com lixão do Alvarenga. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Residencial baixo padrão; Loteamento irregular com favelas. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Outros: Criação de porcos.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 2 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 2 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada; 3 - Outros: Criação de porcos em beira de córregos.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: densidade alta, ocupação, elaboração, diagnóstico, projeto em alta-recuperação urbanística e ambiental. Movimento social organizado: área de preservação de córrego e nascente, liderança ajuda na contenção da ocupação. Projeto e programa em andamento ou proposto: Prefeitura + Ministério Público + FAU/USP.

Justificativa para inclusão da área: Próximo de nascentes de 1ª categoria. Próximo ao lixão do Alvarenga. Tem pocilga.

Responsável pelo preenchimento: Giselle Tanaka

RU026 - Chácara Maria Francisca/Chácara Maria Aparecida/Jardim Edem

Município: Mauá. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Guaió, Benedita Franco da Veiga. *Vias de acesso:* Estrada do Carneiro. *Uso do solo predominante:* Residencial baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 2 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 0 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 2 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada; 3 - Outros: Não tem esgoto.

Avaliação do estado de degradação da área: 0 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 0 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 0 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: regularização fundiária - tamanho irregular dos lotes. Movimento social organizado: SABs. Projeto e programa em andamento ou proposto: ocupação de APP.

Justificativa para inclusão da área: A APM de Mauá é de extrema importância para conter a expansão da Zona Leste de São Paulo. A área já sofre intensa pressão de ocupação que, sem uma lei específica ou definição de APA, irá rapidamente se perder.

Responsável pelo preenchimento: Luciano Dias Lorenço

RU027 - Grande Alvarenga

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Jardim das Orquideas, Novo Horizonte, Parque dos Químicos e Parque Jandaia. *Vias de acesso:* Estrada do Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Residencial médio e baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da lei. Conflito Institucional: fundiário - ação pública ambiental. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial - TAC. Programa Bairro Ecológico (parcial).

Justificativa para inclusão da área: Grande densidade populacional em assentamentos irregulares. Produção concentrada de cargas de efluentes sólidos, líquidos, erosão e assoreamento.

Lacunas de conhecimento: Situação fundiária global. Níveis de degradação do solo, ar e água decorrentes da poluição difusa, esgoto a céu aberto e poeiras e particulados no viário. Doenças associadas às condições ambientais.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU028 - Batistini

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Jardim da Represa Pinheirinho, Canaã, Los Angeles. *Vias de acesso:* Estrada Galvão Bueno. *Uso do solo predominante:* Residencial médio e baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da Lei de Proteção. Conflito institucional: fundiário (favelas). Movimen-

to social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial. Programa Bairro Ecológico (parcial).

Justificativa para inclusão da área: Parcialmente pré-existente à Lei de Proteção, não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto. Ocupações em 1ª categoria.

Lacunas de conhecimento: Efeitos do tratamento de esgoto local.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU029 - Areião/Vila Balneário

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Km 27 Ponte da captação. *Vias de acesso:* Via Anchieta. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da Lei de Proteção dos Mananciais. Conflito institucional: fundiário, ação civil pública ambiental. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial e termo de ajustamento.

Justificativa para inclusão da área: Proximidade da Estação de Tratamento de Água Rio Grande. Produção de esgoto e sedimentos e situação geotécnica de alto risco. Dificuldades de recuperação ambiental urbanística.

Lacunas de conhecimento: Níveis de risco dos assentamentos decorrentes do grau de instabilidade geotécnica existente. Riscos de escorregamento eminente em áreas do assentamento.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU030 - Riacho Grande

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Residencial; Comércio; Turístico. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Comércio, institucional.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 3 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da Lei de Proteção. Conflito institucional: fundiário. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial, Programa Bairro Ecológico (Parcial).

Justificativa para inclusão da área: Relevante potencial turístico em desenvolvimento. Parcialmente pré-existente à lei de proteção. Alguns bairros com ocupações dispersas. Grande densidade populacional.

Lacunas de conhecimento: Qualidade da água para lazer e pesca.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU031 - Estoril

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Via Anchieta, Estrada Velha do Mar. *Uso do solo predominante:* Residencial; Turístico. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 3 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da lei. Conflito institucional: fundiário e Ação Civil Pública Ambiental. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Parcialmente pré-existente à Lei de Proteção, não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto. Abriga um Parque Municipal e Zoológico destacando-se como área de interesse ecoturístico.

Lacunas de conhecimento: Comprometimento da qualidade da água para banho e pesca.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU032 - Capelinha

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Vias de acesso:* Estrada Velha do Mar. *Uso do solo predominante:* Residencial baixo padrão. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário,

depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da Lei de Proteção. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Ação Civil Pública.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação com alto grau de irregularidade urbanística. Comunidade socialmente desagregada e em profundo processo de exclusão social (violência).

Lacunas de conhecimento: Perfil social da comunidade. Elementos sociais catalizadores e agregadores.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU033 - Cocaia

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Vias de acesso:** Estrada Velha do Mar. **Uso do solo predominante:** Residencial baixo padrão. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da Lei de Proteção. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: inserido no Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Imposição a vetores de ocupação. Muita proximidade de áreas mais preservadas. Loteamento relativamente pequeno.

Lacunas de conhecimento: Situação fundiária.

Responsável pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU034 - Santa Cruz/Tatetos e Taquacetuba

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Vias de acesso:** Estrada Rio Acima. **Uso do solo predominante:** Residencial baixo padrão. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

(água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanísticos da Lei de Proteção. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação urbana não consolidada impondo vetores de ocupação. Grande importância para a produção de água pela proximidade de áreas mais preservadas.

Lacunas de conhecimento: Situação fundiária global. Níveis de produção de sedimentos.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotondo, Sonia Lima

RU035 - Iguaçu/Geogerencial

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Jardim Maringá - Bairro Eldorado, Av. Nossa Senhora dos Navegantes. **Vias de acesso:** Av. Presidente Prudente. **Uso do solo predominante:** Loteamento irregular. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições a ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: leis de mananciais. Conflito institucional: regularização fundiária. Movimento social organizado: associação de moradores. Projeto e programa em andamento ou proposto: esgotamento sanitário. Outros: ação judicial / promotoria pública.

Justificativa para inclusão da área: Processo judicial de desocupação movido pelo Ministério Público. Próxima de nascentes.

Responsável pelo preenchimento: Antônio Fidélis

RU036 - Bairro dos Fincos

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Vias de acesso:** Estrada do Rio Acima. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 1 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: padrões urbanístico da lei de proteção. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: SAB. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Recuperação ainda dispersa impõe vetores de ocupação. Grande importância para a produção de água.

Lacunas de conhecimento: Situação fundiária global. Produção de sedimentos e grau de assoreamento.

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Rotundo, Sonia Lima

RU037 - Viela Fortaleza/Rua Cação (Núcleo Habitacional)

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Estrada Pedreira Alvarenga, Bairro Eldorado, Estrada Alvarenga. **Vias de acesso:** Rua João Antonio de Araujo. **Uso do solo predominante:** Loteamento irregular com favela. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Outros: Solo exposto (margem do córrego).

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 2 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 1 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 3 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 0 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: lei de proteção aos mananciais. Conflito institucional: regularização fundiária. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de rede de esgotos.

Justificativa para inclusão da área: Ocupação da área de recuperação e próximo à faixa de proteção de 50m da represa.

Responsável pelo preenchimento: Antônio Fidélis

RU038 - Núcleo Cambeva/Cangati

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Final da Rua Cambeva e Rua Cangati, Jardim Ivone / Bairro Eldorado Rua João Antonio de Araujo. **Vias de acesso:** Rua Cachalote. **Uso do solo predominante:** Loteamento irregular. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: leis de mananciais. Conflito institucional: regularização fundiária. Projeto e programa em andamento ou proposto: esgotamento sanitário.

Justificativa para inclusão da área: Localizado próximo de nascentes. Só tem rede de água, não tem esgoto. Próximo à represa.

Responsável pelo preenchimento: Antônio Fidélis

RU039 - Córrego Grota Funda - Divisa do Município de Diadema e São Paulo

Município(s): Diadema, São Paulo. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Bairro do Eldorado em Diadema na divisa com município de São Paulo (Mata virgem), Estrada da Pedreira Alvarenga/Diadema. **Vias de acesso:** Estrada da Água Santa em São Paulo e estrada do Rufino em Diadema. **Uso do solo predominante:** Loteamento irregular. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 2 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 2 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 2 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: leis de mananciais com ocupação da área. Conflito institucional: regularização fundiária. Movimento social organizado: associação de moradores. Projeto e programa em andamento ou proposto: esgotamento sanitário.

Justificativa para inclusão da área: Localiza-se próximo ao córrego Grota Funda com ocupação na faixa de primeira categoria.

Lacunas de conhecimento: Estudo de contaminação do solo no local.

Responsável pelo preenchimento: Antonio Fidélis

RU040 - Ocupação Urbana Consolidada de Diadema

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Vias de acesso:** Estrada do Rufino, Avenida Alda. **Uso do solo predominante:** Loteamentos irregulares e favelas consolidadas. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área com sérias restrições à ocupação; 1 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 1 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: rede de esgoto em obras.

Justificativa para inclusão da área: Loteamento em área de manancial. Conflitos de regularização.

Responsável pelo preenchimento: Giselle Tanaka

RU041 - Ocupação urbana não-consolidada - Diadema

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Uso do solo predominante:** Residencial baixo padrão. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação dispersa; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 0 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 0 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Justificativa para inclusão da área: Loteamentos em área de manancial. Conflitos de regularização.

Responsável pelo preenchimento: Giselle Tanaka

RU042 - Vila Paulínea

Município: Diadema. **Sub-região:** CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. **Localização e referências:** Estrada Pedreira Alvarenga - Bairro Eldorado. **Vias de acesso:** Estrada dos Pereiras. **Uso do solo predominante:** Loteamento irregular. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 1 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 2 - Área favorável à ocupação urbana; 1 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 1 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 2 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Próximo à represa, vários problemas localizados. Manchas de vegetação no entorno, necessidade de conter a expansão da mancha urbanizada.

Responsáveis pelo preenchimento: Antônio Fidélis, Giselle Tanaka

RU043 - Territorial Vila Verde

Município: Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Territorial - Loteamento ecológico Vila Verde. **Vias de acesso:** Rodovia Índio Tibiriça, Kaethe Richers, Guilherme Pinto Monteiro. **Uso do solo predominante:** Residencial popular. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Aterro sanitário ou lixo; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Áreas de PPM.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 3 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 0 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 2 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 2 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: estadual x municipal. Conflito institucional: divisas. Movimento social organizado: Associação Ecológica de Moradores da Vila Lopes. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de saneamento.

Justificativa para inclusão da área: Área em topografia elevada com várias nascentes, que colaboram com o rio Rio Grande, sendo assoreadas. Vegetação nativa representativa.

Lacunas de conhecimento: Conflitos na implantação. Falta de legislação municipal. Plano diretor.

Responsável pelo preenchimento: Edilson S. Silva

RU044 - Parque América

Município: Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Compartimento rio Pequeno, divisa com o município de Santo André. **Vias de acesso:** Índio Tibiriça, SP 122, Estrada Rio Pequeno. **Uso do solo predominante:** Residencial - chácaras. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea; Outros: Várias nascentes e córregos.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 3 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 0 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 2 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 2 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 0 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto; 1 - Outros: Movimentação de terra e remoção do solo para jardinagem.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: municipal x estadual. Conflito institucional: Prefeitura Municipal - Ministério Público. Movimento social organizado: União e Luta dos Moradores do Parque América tentando regularização. Projeto e programa em andamento ou proposto: regularização fundiária.

Justificativa para inclusão da área: Área de extrema sensibilidade e produtora de água. Área em conflito de divisa com o Parque Andreense. Tipicamente rural. Área de preservação ambiental.

Lacunas de conhecimento: Legislação municipal equivocada. Falta de conhecimento da importância da área para a Bacia do Rio Pequeno. Falta de informação à população quanto ao problema da ocupação (embargo). Falta de mapeamento e zoneamento das áreas possíveis de intervenção.

Responsável pelo preenchimento: Marcos Bandini

RU045 - Alvarenga

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Estrada dos Alvarenga, Alt. 4000-6000 Senhor do Bonfim; Ipê 1, 2, 3 e 4. *Vias de acesso:* Estrada dos Alvarenga, Capitão Casa, Cama Patente. *Uso do solo predominante:* Residencial misto. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Agricultura; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 3 - Acessos e sistema viário existente; 3 - Área com sérias restrições à ocupação; 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 1 - Área favorável à ocupação urbana; 2 - Área imprópria e com severas restrições à ocupação urbana (aptidão física); 1 - Compatibilidade com zoneamento municipal; 3 - Crescimento da ocupação consolidada (1989 a 1999); 3 - Crescimento da ocupação não consolidada (1989 a 1999); 1 - Equipamentos urbanos existentes; 1 - Infra-estrutura instalada (água e esgoto); 3 - Ocupação urbana consolidada; 3 - Ocupação urbana não consolidada.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Justificativa para inclusão da área: Contemplada no Plano emergencial. Alta densidade populacional. Área de risco. Importância na produção dos recursos hídricos. Incluída por solicitação do município (prefeitura e comunidade).

Responsáveis pelo preenchimento: Vera Lúcia Rotondo, Luis de Deus Tavares, Geraldo Magela de Souza

Áreas prioritárias para RESÍDUOS SÓLIDOS

RS001 - Lixão do Alvarenga

Município(s): São Bernardo do Campo, Diadema. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Sul do Município de Diadema a aproximadamente 500 m. do Braço do Alvarenga - Bairro Eldorado (Diadema) e Alvarenga (São Bernardo do Campo). *Vias de acesso:* Estrada Pedreira Alvarenga. *Uso do solo predominante:* Deposição de resíduos sólidos. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativado; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana; 3 - Outros: Deposição de resíduos perigosos, hospitalares, outros.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto; 3 - Outros: Despejo de efluentes líquidos percolado.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário e uso do solo. Movimento social organizado: Cooperativa de Catadores. Projeto e programa em andamento ou proposto: Programa de Remediação em andamento.

Justificativa para inclusão da área: Área de 40 hectares com histórico de 30 anos de deposição desordenada de resíduos, com geração de emissões sólidas, líquidas e gasosas que impactam diretamente a área.

Lacunas de conhecimento: Nível de contaminação (pluma de contaminação); Tipologia dos resíduos depositados; Riscos de erosão e assoreamento.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 28 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Marcelo Bispo

RS002 - Lixão Cama Patente

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Jardim das Oliveiras, Estrada da Cama Patente, margem do Ribeirão das Lavras. *Vias de acesso:* Estrada dos Alvarengas, Estrada da Cama Patente. *Uso do solo predominante:* Habitacional. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Aterro sanitário ou lixão; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Desativado; 3 - Disposição de resíduos perigosos, hospitalares; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto; 3 - Outros: Gás.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto de Recuperação.

Justificativa para inclusão da área: Antigo lixão ocupado irregularmente por parcelamento do solo e edificação.

Lacunas de conhecimento: Comportamento maciço de resíduos para suporte físico ao assentamento humano; Grau de estabilidade da degradação bioquímica dos resíduos depositados.

Responsável pelo preenchimento: Araci Franco Cruz

RS003 - Depósito da Solvay

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Pátio interno da empresa Solvay, sentido Rio Grande da Serra/Paranapiacaba. *Vias de acesso:* SP 122, Estrada de Ferro San-

tos-Jundiá Km 38,5. *Uso do solo predominante:* Depósito de Resíduo Industrial. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Outros: Depósito de Resíduo Industrial.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Desativado; 3 - Disposição de resíduos perigosos, hospitalares; 3 - Proximidade de cursos d'água; 3 - Proximidade de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto; 3 - Outros: Despejo de efluentes nos cursos d'água.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Movimento social organizado: Greenpeace. Projeto e programa em andamento ou proposto: Licenciamento Ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Resíduo industrial perigoso depositado em área de manancial promovendo contaminação da água na Bacia do Rio Grande (contaminação dos recursos hídricos).

Lacunas de conhecimento: Níveis de contaminação.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 19 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Marcelo Bispo

RS004 - Cocaia/Bororé

Município: São Paulo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Margem direita Billings, entorno do Braço Cocaia até Córrego Reimberg. *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros, Teotônio Vilela. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Indústria; Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 3 - Em atividade; 3 - Proximidade de cursos d'água.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro.

Justificativa para inclusão da área: Área com predomínio de ocupação com densidade populacional alta e conseqüente geração de resíduos. Não há programa específico de gestão de resíduos envolvendo a informação e participação da população para a redução da produção e o manejo sustentável dos recursos não evitáveis. Estabelecimento de uma política regional para o manejo sustentável e diferenciado dos resíduos sólidos em áreas de proteção aos mananciais.

Lacunas de conhecimento: O que a população local pensa sobre os resíduos que ela produz. O que a população dispõe para o manejo sustentável de resíduos (infra-estrutura). Conhecimento quali-quantitativo dos resíduos gerados nas comunidades. Conhecimento do perfil das unidades e dos geradores. Nível de educação e perfil socioeconômico e cultural das comunidades como pressuposto para a concepção de um programa de Educação Ambiental Popular voltado para o Manejo Sustentável dos Resíduos. Cadastramento dos prestadores de serviço em Área de Proteção de Mananciais para Resíduos.

Responsável pelo preenchimento: Sonia Lima

RS005 - Grota Funda

Município(s): São Paulo, Diadema, São Bernardo do Campo. *Sub-região:* CPA - Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga. *Localização e referências:* Braço esquerdo da Billings, entorno dos lixões Alvarenga e Cama Patente. *Vias de acesso:* Rodovia dos Imigrantes. *Uso do solo predominante:* Ocupação urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação urbana consolidada; Solo exposto; Várzea.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 0 - Disposição de resíduos perigosos, hospitalares; 3 - Em atividade; 3 - Proximidade de cursos d'água.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 2 - Processos erosivos; 3 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro.

Justificativa para inclusão da área: Área com predomínio de ocupação com densidade populacional alta e conseqüente geração de resíduos. Não há programa específico de gestão de resíduos envolvendo a informação e participação da população para a redução da produção e o manejo sustentável dos recursos não renováveis. Estabelecimento de uma política regional para o manejo sustentável e diferenciado dos resíduos sólidos em áreas de proteção aos mananciais.

Lacunas de conhecimento: O que a população local pensa sobre os resíduos que ela produz. O que a população dispõe para o manejo sustentável de resíduos (infra-estrutura). Conhecimento quali-quantitativo dos resíduos gerados nas comunidades. Conhecimento do perfil das unidades e dos geradores. Nível de educação e perfil socioeconômico e cultural das comunidades com o pressuposto para a concepção de um programa de Educação Ambiental Popular voltado para o Manejo Sustentável dos Resíduos. Cadastramento dos prestadores de serviço em Área de Proteção de Mananciais para Resíduos.

Responsável pelo preenchimento: Maria da Graça B. Santiago

RS006 - Rio Grande

Município(s): São Bernardo do Campo, Santo André, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Entorno do Braço do Rio Grande, Centro Ribeirão Pires, Centro Rio Grande da Serra, Riacho Grande. **Vias de acesso:** Rodovias Ribeirão Pires/Suzano, Ribeirão Pires/Mauá, Anchieta e Imigrantes - SP122 próximo a Rio Grande da Serra. **Uso do solo predominante:** Urbanização; Pesque-pagues. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Indústria; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Outros: Pesquisa minerária.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 0 - Disposição de resíduos perigosos, hospitalares; 3 - Em atividade; 3 - Proximidade de cursos d'água.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairros. Projeto e programa em andamento ou proposto: Gepam (Gerenciamento Participativo em Área de Proteção aos Mananciais), Prefeitura de Ribeirão Pires - Agenda 21, Coleta Seletiva. Programa "Sabesp-Educando para a Cidadania".

Justificativa para inclusão da área: Área com predomínio de ocupação com densidade populacional alta e conseqüente geração de resíduos. Não há programa específico de gestão de resíduos envolvendo a informação e participação da população para a redução da produção e o manejo sustentável dos recursos não renováveis. Estabelecimento de uma política regional para o manejo sustentável e diferenciado dos resíduos sólidos em áreas de proteção aos mananciais.

Lacunas de conhecimento: O que a população local pensa sobre os resíduos que ela produz. O que a população dispõe para o manejo sustentável de resíduos (infra-estrutura). Conhecimento quali-quantitativo dos resíduos gerados nas comunidades. Conhecimento do perfil das unidades e dos geradores. Nível de educação e perfil socioeconômico e cultural das comunidades com o pressuposto para a concepção de um programa de Educação Ambiental Popular voltado para o Manejo Sustentável dos Resíduos. Cadastramento dos prestadores de serviço em Área de Proteção de Mananciais para Resíduos.

Responsável pelo preenchimento: Araci Franco Cruz

RS007 - Taquacetuba

Município: São Paulo. **Sub-região:** TQB - Taquacetuba/Bororé. **Localização e referências:** Ribeirão Vermelho e Ribeirão da Varginha - Braço Taquacetuba. **Vias de acesso:** Senador Teotônio Vilela, Parelheiros. **Uso do solo predominante:** Ocupação urbana. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio inicial de regeneração; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Mineração; Ocupação urbana consolidada; Reflorestamento; Solo exposto; Várzea; Outros: Pesquisa minerária.

GRAU DE PRIORIDADE: Muita (B)

Elementos de diagnóstico: 3 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 0 - Disposição de resíduos perigosos, hospitalares; 2 - Em atividade; 3 - Proximidade de cursos d'água.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 0 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro. Projeto e programa em andamento ou proposto: Projeto Mudando Rumos - Cooperativismo, Viveirismo e Formação de Mudanças. Proposição Sabesp para educação ambiental.

Justificativa para inclusão da área: Área com predomínio de ocupação urbana com densidade populacional alta e conseqüente geração de resíduos. Não há programa específico de gestão de resíduos envolvendo a informação e participação da população para a redução da produção e o manejo sustentável dos recursos não renováveis. Estabelecimento de uma política regional para o manejo sustentável e diferenciado dos resíduos sólidos em áreas de proteção aos mananciais

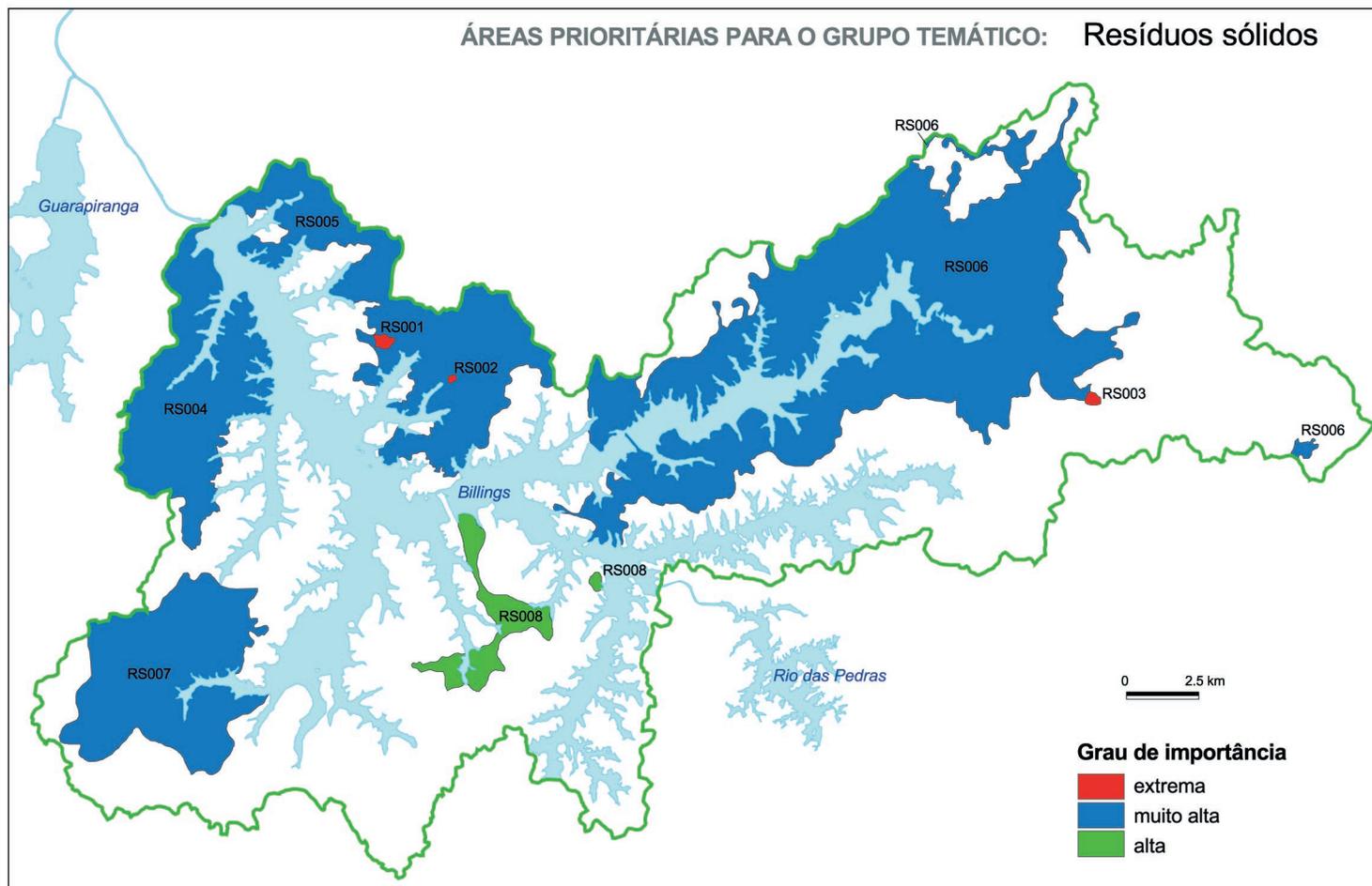
Lacunas de conhecimento: O que a população local pensa sobre os resíduos que ela produz. O que a população dispõe para o manejo sustentável de resíduos (infra-estrutura). Conhecimento quali-quantitativo dos resíduos gerados nas comunidades. Conhecimento do perfil das unidades e dos geradores.; Nível de educação e perfil socioeconômico e cultural das comunidades com o pressuposto para a concepção de um programa de Educação Ambiental Popular voltado para o Manejo Sustentável dos Resíduos. Cadastramento dos prestadores de serviço em Área de Proteção de Mananciais para Resíduos.

Bibliografia, fontes de dados não publicados e especialistas indicados pelo GT: ver fonte 11 (Bibliografia Citada)

Responsável pelo preenchimento: Araci Franco Cruz

RS008 - Capivari

Município: São Bernardo do Campo. **Sub-região:** CPR - Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras. **Localização e referências:** Braço do Capivari e Pedra Branca (entre ambos) Localização após loteamento Jardim Represa e o pedágio da Rodovia. **Vias de acesso:** Rodovia dos Imigrantes. **Uso do solo predominante:** Área rural; Mata Atlântica; Ocupação urbana esparsa. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Agricultura; Campo antrópico; Mata Atlântica secundária em estágio médio e avançado de regeneração; Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada; Ocupação urbana não consolidada; Reflorestamento; Várzea; Outros: Pesquisa minerária.



GRAU DE PRIORIDADE: Alta (C)

Elementos de diagnóstico: 2 - Área de primeira categoria (lei de mananciais); 0 - Disposição de resíduos perigosos, hospitalares; 2 - Em atividade; 3 - Proximidade de cursos d'água; 1 - Proximidade de ocupação urbana.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 0 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infraestrutura); 0 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Conflito institucional: fundiário. Movimento social organizado: Sociedade Amigos de Bairro. Projeto e programa em andamento ou proposto APA Capivari-Monos.

Justificativa para inclusão da área: Área de ocupação esparsa sendo necessário controle na mesma para não haver expansão. Não há programa específico de gestão de resíduos envolvendo a informação e participação da população para a redução da produção e o manejo sustentável dos recursos não renováveis. Estabelecimento de uma política regional para o manejo sustentável e diferenciado dos resíduos sólidos em áreas de proteção aos mananciais.

Lacunas de conhecimento: O que a população local pensa sobre os resíduos que ela produz. O que a população dispõe para o manejo sustentável de resíduos (infra-estrutura). Conhecimento quali-quantitativo dos resíduos gerados nas comunidades; Conhecimento do perfil das unidades e dos geradores. Nível de educação e perfil socioeconômico e cultural das comunidades com o pressuposto para a concepção de um programa de Educação Ambiental Popular voltado para o Manejo Sustentável dos Resíduos. Cadastramento dos prestadores de serviço em Área de Proteção de Mananciais para Resíduos.

Responsável pelo preenchimento: Araci Franco Cruz

Áreas prioritárias para SANEAMENTO

SN001 - Vargem Grande Paulista

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Nascente do Ribeirão Vermelho. *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros. *Uso do solo predominante:* Urbanizada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Coleta de resíduos sólidos; 0 - Existência de projeto de ampliação; 2 - Grau de eficiência da rede de água; 2 - Rede de água existente; 2 - Rede de água existente; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 0 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 0 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: APA Capivari-Monos. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Área importante ocupada por aproximadamente 10.000 pessoas, sem captação de esgotos, sendo todo ele lançado "in natura" no Ribeirão Vermelho.

Responsável pelo preenchimento: Suely Matsuguma

SN002 - Barragem

Município: São Paulo. *Sub-região:* TQB - Taquacetuba/Bororé. *Localização e referências:* Braço do Taquacetuba - Estrada da Colônia. *Vias de acesso:* Estrada de Parelheiros Barragem. *Uso do solo predominante:* Urbanizada. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Coleta de resíduos sólidos; 2 - Grau de eficiência da rede de água; 2 - Rede de água existente; 2 - Rede de água existente; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação desconforme Lei de Proteção aos Mananciais. Movimento social organizado: Vargem Grande e Região APA Capivari-Monos: Entidade da sociedade civil. Projeto e programa em andamento ou proposto: Xiada.

Justificativa para inclusão da área: Área de drenagem para o Braço do Taquacetuba.

Responsável pelo preenchimento: Rosângela Xavier de Campos

SN003 - Areião

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Via Anchieta próximo à ETA do Riacho Grande da Sabesp. *Vias de acesso:* Via Anchieta. *Uso do solo predominante:* Área de expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 1 - Coleta de resíduos sólidos; 2 - Grau de eficiência da rede de água; 2 - Rede de água existente; 2 - Rede de água existente.

Avaliação do estado de degradação da área: 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: ocupação irregular. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Parte da ocupação drena para o Braço do Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Horácio Wagner Mateus

SN004 - Estoril

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Saída da Rodovia Índio Tibiriçá, próximo ao Riacho Grande. Sub-Bacia 60/61. *Vias de acesso:* Via Anchieta e Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Área de expansão urbana/Parque Estoril. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Rede de água existente; 0 - Rede de esgoto existente, com afastamento e tratamento; 0 - Rede de esgoto existente, sem afastamento e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 1 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura).

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado. Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Área de drenagem do braço do Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Jorge Anderson de Mello

SN005 - Capelinha

Município: São Bernardo do Campo. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Estrada Velha do Mar, próximo à Estância Alto da Serra. *Vias de acesso:* Via Anchieta, Estrada Velha do Mar. *Uso do solo predominante:* Área de expansão urbana. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Coleta de resíduos sólidos; 2 - Grau de eficiência da rede de água; 2 - Rede de água existente.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado.

Justificativa para inclusão da área: Área de drenagem do braço do Rio Grande.

Responsável pelo preenchimento: Horácio Wagner Mateus

SN006 - Miami/Riviera (Sub-bacia 35)

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Periferia de Santo André, próximo ao Parque do Pedroso. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso (Santo André). *Uso do solo predominante:* Área urbanizada; Parte de Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Coleta de resíduos sólidos; 1 - Custo de implantação de projeto; 1 - Existência de projeto de ampliação; 2 - Grau de eficiência da rede de água; 2 - Grau de eficiência da rede de esgoto; 2 - Rede de água existente; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento; 2 - Outros: Rede de esgoto existente, com afastamento e sem tratamento.

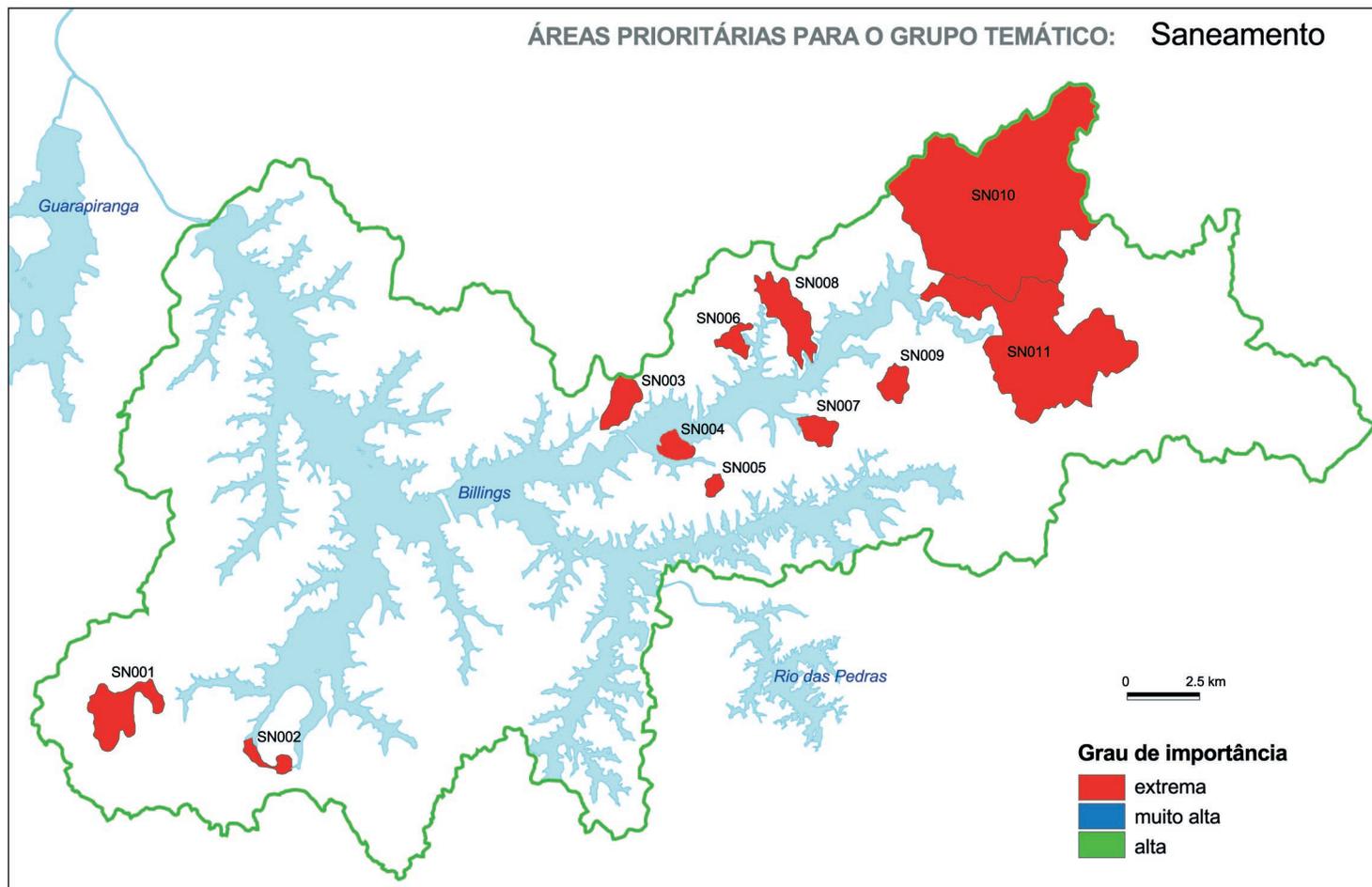
Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 2 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Movimento social organizado: representantes de associação de bairros. Projeto e programa em andamento ou proposto: redes de esgoto de fundos de lote. Outros: Fiscalização ambiental municipal.

Justificativa para inclusão da área: Área com cerca de 5.000 habitantes, com alta densidade demográfica, com necessidade de expansão e melhoria do sistema de coleta e afastamento de esgotos.

Responsável pelo preenchimento: Flávio Souto Casarini JR

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O GRUPO TEMÁTICO: Saneamento



SN007 - Parque Andreense (Sub-bacia 59)

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Santo André - Pq Anchieta, distante do centro urbano, próximo ao limite de município de Ribeirão Pires. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Área urbanizada; Parte de Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação dispersa; Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 0 - Coleta de resíduos sólidos; 2 - Custo de implantação de projeto; 2 - Existência de projeto de ampliação; 1 - Grau de eficiência da rede de esgoto; 1 - Rede de esgoto existente, sem afastamento e tratamento; 1 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 2 - Crescimento urbano acentuado; 2 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 3 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Plano emergencial. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de coleta e tratamento para área do Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Distante do centro urbano, não tem infra-estrutura de água e esgoto. Demonstra crescimento (expansão) de ocupação considerável, agravando volume de efluentes domésticos lançados "in natura" nos corpos d'água.

Responsável pelo preenchimento: Flávio S. Casarini JR

SN008 - Recreio da Borda (Sub-bacias 37/38/39)

Município: Santo André. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Periferia do município, próximo ao Parque do Pedroso. *Vias de acesso:* Estrada do Pedroso. *Uso do solo predominante:* Área urbanizada; Parte de Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada; Solo exposto.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Coleta de resíduos sólidos; 2 - Custo de implantação de projeto; 2 - Existência de projeto de ampliação; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 2 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 3 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 2 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 3 - Processos erosivos; 2 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: área do Plano emergencial. Movimento social organizado: representação de moradores (associação). Projeto e programa em andamento ou proposto: no Plano emergencial, projetos de água e coleta e bombeamento de esgotos.

Justificativa para inclusão da área: Loteamento regular, com desmembramentos e parcelamentos inadequados (ou irregulares) com cerca de 5.000 habitantes lançando esgoto "in natura". Área com expansão de ocupação. Não há sistema público de coleta e afastamento de esgotos.

Responsável pelo preenchimento: Flávio Souto Casarini JR

SN009 - Jardim Caçula

Município: Ribeirão Pires. *Sub-região:* RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. *Localização e referências:* Rod. Índio Tibiriçá, Braço do Rio Grande. *Vias de acesso:* Rodovia Índio Tibiriçá. *Uso do solo predominante:* Parte urbanizada; Parte Mata Atlântica. *Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:* Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 2 - Coleta de resíduos sólidos; 2 - Grau de eficiência da rede de água; 3 - Rede de água existente; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal nativa em mau estado de conservação; 1 - Crescimento urbano acentuado; 1 - Desmatamento acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 3 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano - IPT; 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Projeto e programa em andamento ou proposto: Plano emergencial.

Justificativa para inclusão da área: Localiza-se no Braço do Rio Grande (próximo a áreas de captação).

Responsável pelo preenchimento: Edson Vieira

SN010 - Ribeirão Pires (Sub-bacias 43 a 46)

Município: Ribeirão Pires. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Cabeceira do Braço do Rio Grande Grande, área de drenagem do Rio Ribeirão Pires. **Vias de acesso:** Via Anchieta, Estr. Velha do Mar, Rod. Índio Tibiriçá; Av. João Ramalho (Mauá), Av. Humberto Campos (Rib. Pires). **Uso do solo predominante:** Urbano. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Coleta de resíduos sólidos; 0 - Custo de implantação de projeto; 2 - Existência de projeto de ampliação; 3 - Grau de eficiência da rede de água; 1 - Grau de eficiência da rede de esgoto; 3 - Rede de água existente; 2 - Rede de esgoto existente, com afastamento e tratamento; 2 - Rede de esgoto existente, sem afastamento e tratamento; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Ocupação urbana precária (sem infra-estrutura); 1 - Processos erosivos; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: Lei de Proteção aos Mananciais. Projeto e programa em andamento ou proposto: projeto de afastamento de esgoto para a Bacia do Tamanduateí.

Justificativa para inclusão da área: Principal município contribuinte de esgoto doméstico do Braço do Rio Grande, utilizado para a captação para abastecimento público.

Responsável pelo preenchimento: Heitor Maruno

SN011 - Rio Grande da Serra (Sub-bacias 47, 51A, B, C, D)

Município: Rio Grande da Serra. **Sub-região:** RGP - Rio Grande/Rio Pequeno. **Localização e referências:** Cabeceira do Braço Rio Grande, área de drenagem do Rio Grande. **Vias de acesso:** Via Anchieta, Estrada Velha do Mar, Rod. Índio Tibiriçá, Estrada do Paranapiacaba. **Uso do solo predominante:** Urbano. **Categorias de uso do solo identificadas pelo grupo:** Ocupação urbana consolidada.

GRAU DE PRIORIDADE: Extrema (A)

Elementos de diagnóstico: 3 - Coleta de resíduos sólidos; 0 - Custo de implantação de projeto; 3 - Existência de projeto de ampliação; 3 - Grau de eficiência da rede de água; 2 - Grau de eficiência da rede de esgoto; 3 - Rede de água existente; 2 - Rede de esgoto existente, com afastamento e tratamento; 2 - Rede de esgoto existente, sem afastamento e tratamento; 0 - Tecnologia alternativa de coleta e tratamento.

Avaliação do estado de degradação da área: 1 - Cobertura vegetal não nativa; 1 - Crescimento urbano acentuado; 3 - Despejo de esgoto nos cursos d'água; 2 - Focos de contaminação (aterro sanitário, depósitos clandestinos de lixo, indústrias clandestinas, transporte de cargas tóxicas/perigosas); 2 - Ocupação inadequada conforme Aptidão Física ao assentamento urbano – IPT; 1 - Solo exposto.

Diagnóstico para ação na área: Conflito de legislação: lei mananciais. Movimento social organizado: Assemvil. Projeto e programa em andamento ou proposto: coletor tronco de exportação Solvay.

Justificativa para inclusão da área: O principal formador do Braço Rio Grande tem sua bacia na cidade de Rio Grande da Serra.

Responsável pelo preenchimento: Nilson Edson Castello

Grupos de recomendações

GT 1 - Estratégia e ações para implantação e ampliação de Unidades de Conservação

Introdução

A indicação de áreas para criação de Unidades de Conservação de proteção integral considerou:

- Integridade física das áreas (particularmente vegetação);
- Facilidade de fiscalização;
- Ausência de ocupação antrópica significativa;
- Conectividade com outras áreas legalmente já protegidas;
- Tamanho do fragmento florestal,
- UCs já existentes poderiam ter papel mais preponderante para a conservação se tivessem seus limites expandidos (caso do PESM, por exemplo).

A proposta de criação de UCs dentro da Bacia está contemplada de forma integrada, e visa a proteção da biodiversidade local e a proteção dos recursos hídricos. Como as UCs propostas formarão um mosaico na bacia, é importante ressaltar a necessidade de que todas as criações e ampliações sugeridas sejam efetivadas, ainda que as categorias propostas possam vir a ser melhor discutidas e/ou que a criação/expansão de UCs se dê em prazos diversos.

Considerações gerais

Considerando que a situação atual da Bacia da Billings não permite mais fragmentação da cobertura florestal existente, é necessário que o mosaico de Unidades de Conservação na bacia compreenda os seguintes aspectos:

- Possibilidade de conectividade entre as várias UCs propostas, visando a garantia da sobrevivência das espécies existentes (facilidade de fluxo gênico), manutenção de banco de sementes e maior facilidade para restauração das áreas degradadas do entorno e diminuição do efeito de borda;
- Adoção de estratégia que permita a implantação de cada unidade proposta na sua totalidade e não por “partes”, segmentando a área a ser protegida; esta estratégia poderá prevenir, a curto prazo, a salvaguarda das áreas mais instáveis e/ou vulneráveis, desde que a médio e longo prazo seja garantida a proteção da totalidade das áreas apontadas para criação e/ou ampliação de áreas protegidas;
- Gestão participativa das UCs, incluindo os segmentos voltados à proteção dos recursos hídricos para tratamento do binômio água e biodiversidade;
- Trabalho articulado entre os diversos níveis de governo para estruturação do mosaico de UCs;
- Integração da gestão do mosaico de unidades de conservação no Sub-Comitê de Bacia, podendo-se criar uma câmara técnica própria para a questão;
- Definição das áreas de entorno simultaneamente à criação das UCs, para fins de gestão;
- Considerar as áreas indicadas para criação e ampliação de Unidades de Conservação durante os estudos para fins de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto na Bacia, assegurando que estas áreas mantenham suas características atuais.

Crédito/financiamento/aspectos tributários

- Priorizar a aplicação de recursos provenientes da compensação ambiental incidente sobre a Bacia ou do Governo Esta-

dual (Fundo de Interesses Difusos, por exemplo) para a aquisição de terras para implantação de UCs;

- Utilização, pelos municípios inseridos na Bacia, dos recursos do ICMS Ecológico em estrito respeito às diretrizes da Lei de Proteção de Mananciais;
- Destinação de parcela dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água (projeto de lei) para implantação e gestão do mosaico de Unidades de Conservação da Bacia da Billings.

Estratégias

Considerando que não há possibilidade de criar/ampliar simultaneamente todas as UCs propostas no Seminário Billings 2002, propõe-se que sejam realizadas as seguintes atividades, a curto prazo:

- Levantamento da situação fundiária das áreas indicadas no Seminário Billings 2002 para criação de UCs e realização de estudos sobre possibilidade de aquisição ou permuta das terras necessárias em áreas devolutas vagas ou arrecadadas pelo Estado;
- Checagem em campo da situação atual de ocupação das áreas e/ou de seu grau de integridade;
- Deflagrar uma estratégia de incentivo/cobrança da averbação de reservas legais durante o processo de análise de solicitações de desmatamentos aos órgãos estaduais e municipais, quando couber.

Oportunidades econômicas

Quando da criação e implantação da UC na cabeceira da Bacia do Rio Grande e da ampliação do Parque Estadual da Serra do Mar propõe-se que seja considerada a oportunidade de implementação de turismo receptivo, aglutinando as seguintes situações favoráveis:

- Município de Ribeirão Pires já é uma estância turística;
- Área tombada de Paranapiacaba e seus atrativos;
- Interligação com o Caminho do Mar e pólo turístico.

GT 2 - Gestão, recuperação, manejo e operação do Reservatório Billings

Introdução

As ações prioritárias para a gestão, recuperação, manejo e operação do Reservatório Billings propostas pelo grupo estão estruturadas em duas fases, cujo principal objetivo é formular, reformular e dar continuidade às ações que visem prioritariamente o uso da água para abastecimento público.

A primeira fase, prevê a criação de um Grupo Gestor do Reservatório Billings, tripartite e com o objetivo de fazer a gestão apoiada no manejo, na recuperação ambiental e na operação do Reservatório. As metas propostas para este Grupo são:

- apresentar diretrizes para a execução das ações;
- propor a gestão do Reservatório de forma abrangente no que tange à construção de modelos de gestão;
- definir ações que permeiem os aspectos obrigatórios a serem considerados para o Reservatório que são:
 - (A) uso da água para abastecimento público
 - (B) legais;
 - (C) institucionais;
 - (D) tributários (incluindo incentivos);
 - (E) crédito/financiamento;
 - (F) oportunidades econômicas;
 - (G) populações residentes

Os resultados deste trabalho e alimentação do processo serão obtidos na segunda fase, através da utilização de instrumentos de simulação, avaliação e aferição das ações recomendadas e implantadas. O modelo de Gestão do Reservatório Billings pode ser visualizado nas figuras 1 e 2.

Ações prioritárias

1. Monitoramento ambiental da Bacia
 - Hidrometeorologia
 - Qualidade da água
 - Sedimentometria
 - Avaliação das águas intersticiais
 - Análise das cargas internas do Reservatório
 - Elaboração de um modelo hidrodinâmico do Reservatório
 - Estudo limnológico do Reservatório
 - Criação de modelo de gerenciamento hídrico da Região Metropolitana de São Paulo
2. Criação de um grupo de gestão colegiada do Sistema Billings, no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê para discussão dos usos múltiplos do Reservatório.
3. Saneamento: necessidade de priorização da implantação de sistemas de saneamento na Região Metropolitana de São Paulo.
4. Controle das erosões.
5. Criação de banco de dados integrado para publicação das informações
6. Melhoria do gerenciamento dos volumes bombeados do rio Pinheiros para a Billings, no controle das cheias.
7. Redução das cargas poluidoras afluentes ao Reservatório incluindo as cargas difusas.
8. Busca de tecnologias alternativas para tratamento da poluição.
9. Estudos para o desassoreamento da represa Billings (risco operacional).
10. Estabelecimento de plano de manejo por sub-bacias.

11. Planos de manejos de várzeas.
 12. Pesquisas (biomonitoramento, indicadores ambientais, etc.)
 13. Resgatar o trabalho desenvolvido pelo Projeto Billings.
 14. Promover programas de Educação Ambiental.
- Dentro de cada passo para a implementação do modelo de gestão proposto (figuras 1 e 2) estão listadas (conforme numeração apresentada) as ações prioritárias que foram definidas no Seminário Billings 2002.

Figura 1 – Instrumento de gestão proposto

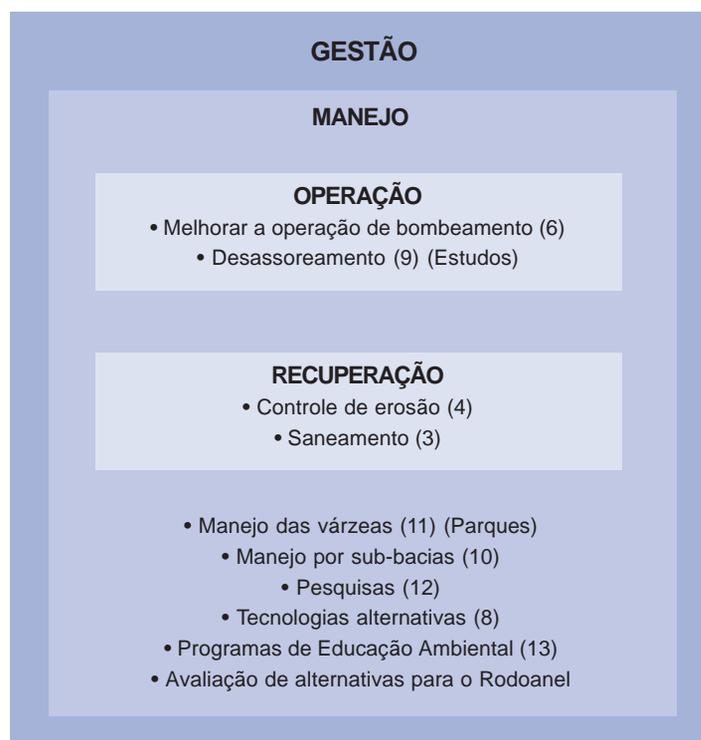
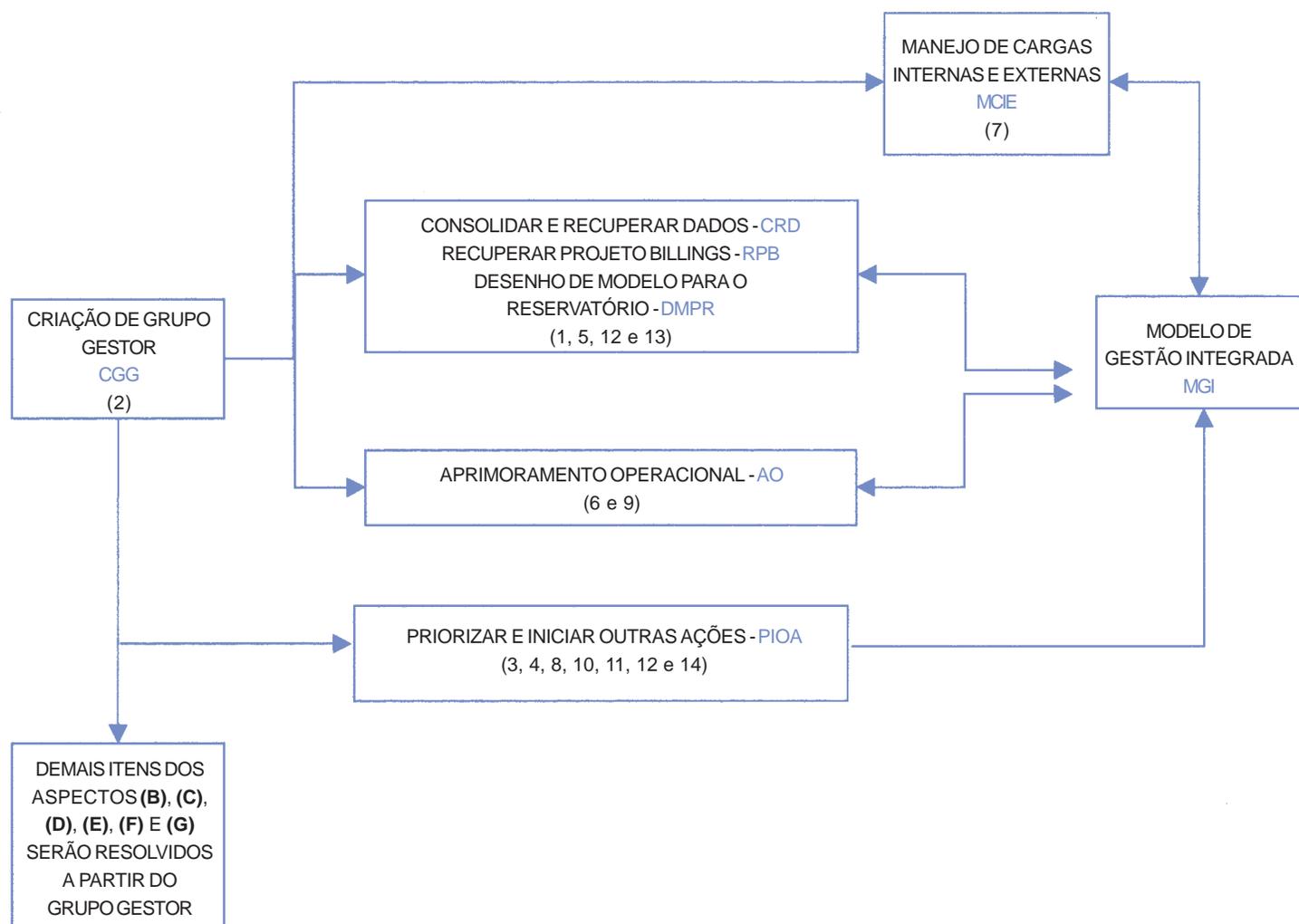


Figura 2 – Fluxograma para o Modelo de Gestão Integrada (MGI) do Reservatório Billings



Sobre o fluxograma

O Grupo Gestor (CGG) terá como objetivo principal o uso da água para abastecimento público **(A)** e vai gerir, inicialmente, ações prioritárias que subsidiarão a criação de um Modelo Macro de Gestão Integrada (MGI). Partindo desse princípio, o Grupo Gestor terá como base primária a criação de um grupo de gestão colegiada do Sistema Tietê/Billings, no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê para discussão dos usos múltiplos do reservatório. Como subsídio, serão necessárias ações de base que incrementarão o modelo como Aprimoramento Operacional (AO), Consolidação e Recuperação de Dados (CRD), Recuperação do Projeto Billings (RPB), Desenho de Modelo (DM),

Priorização das Ações e Início de Outras Ações (PIOA) e Manejo de Cargas (MC).

Todas estas ações criarão condições de implantação de um Modelo de Gestão Integrada que vai permear e melhorar o *feedback*. Como o Grupo Gestor vai direcionar ações para criação de um modelo macro, também terá função paralela que é a discussão e definição das ações abrangendo os aspectos obrigatórios das recomendações **(B), (C), (D), (E), (F) e (G)**.

Este modelo permitirá, também, a continuidade com uma segunda fase definida como uma gestão com base em instrumentos de simulação, avaliação e aferição das ações recomendadas e implantadas.

GT 3 - Estratégia e ações para integração das políticas públicas estaduais e regionais incidentes e interfaces com a lei específica e Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Billings (PDPA)

Premissas

As políticas públicas em áreas de proteção de mananciais na Região Metropolitana de São Paulo foram, nas três últimas décadas, orientadas pelos princípios, diretrizes e condicionantes estabelecidos nas Leis 898/75 e 1.172/76, cujo foco era restringir a ocupação urbana nessas regiões através de dispositivos como a fixação de parâmetros urbanísticos destinados a induzir uma ocupação de baixa densidade populacional (grandes lotes, baixos índices de ocupação, etc) e a impossibilidade da expansão das redes de infra-estrutura.

A realidade socioeconômica, no entanto, inviabilizou o modelo de ocupação proposto na legislação, fazendo com que se estabelecesse, nas áreas de maior pressão antrópica, um intenso processo de ocupação irregular, com uma dinâmica muito acima da capacidade de controle do Poder Público estadual e municipais. As áreas, irregulares em relação à Lei de Proteção aos Mananciais, foram privadas dos investimentos em expansão da infraestrutura, acumulando um déficit ainda maior que as demais áreas periféricas da metrópole, agravando ainda mais o quadro de degradação urbana e socioambiental.

Na Bacia Hidrográfica da Billings, como em outras áreas de mananciais, os problemas socioambientais e urbanos vinculam-se a processos de exclusão social e territorial geradores, por sua vez, de processos de degradação ambiental que estão comprometendo a produção e a qualidade hídrica desta Bacia.

Assim, o desafio principal das políticas públicas para esta região será o de reverter estes processos através da adoção de ações estratégicas que possam, por um lado, atuar de forma articulada em determinados setores do território considerando as pressões antrópicas e as atuais dinâmicas de apropriação destes setores, e por outro lado, garantir a preservação e o uso sustentável dos setores protegidos da Bacia.

Supor que estas políticas sejam complementares e externas às políticas de saneamento e recuperação da Bacia é condenar ao fracasso as intervenções realizadas (especialmente nas favelas), pois sem estas articulações desde sua concepção, as intervenções de recuperação ambiental ou não se mantêm, ou não são usufruídas pela população beneficiária, que acaba sendo “expulsa”, ou ainda, geram impactos indesejáveis como o crescimento e adensamento descontrolado do território, resultando no oposto do que se objetiva, ou seja mais degradação e mais poluição para o reservatório.

A promulgação da Lei 9.866/97, que institui uma nova Política de Proteção e Recuperação dos Mananciais para o Estado de São Paulo, e os resultados de programas específicos de recuperação ambiental (Programa Guarapiranga) criaram novas perspectivas de encaminhamento da gestão desses territórios através de um novo arcabouço institucional e demonstraram a possibilidade de ações integradas e formas de intervenção compatíveis com a função de produção hídrica.

É necessário, no entanto, avançar mais na linha da integração e romper com a visão tradicional, setorial e compartimentada ainda vigente na administração pública que resultam em políticas

que se estruturam a partir dos efeitos e não das causas dos problemas socioambientais e urbanos que comprometem a função ambiental da Bacia.

Tradicionalmente, as políticas, mesmo que concebidas regionalmente, voltadas à recuperação sanitária, urbana e ambiental, são estruturadas, implantadas e avaliadas de forma independente. Como exemplo desta postura, os indicadores da eficácia destas políticas voltam-se para mensurações técnicas e quantitativas, sem avaliar os impactos destas políticas na reversão dos processos de exclusão sócio-territorial e de degradação ambiental e urbana.

Assim, a superposição de políticas e a falta de integração e articulação dificultam a criação de sinergias capazes de reverter os processos de ocupação danosos à qualidade ambiental, urbana e de vida da comunidade.

A necessidade da integração das políticas públicas desenvolvidas na Bacia Billings, ou que exerçam influência sobre seu território, se evidencia de forma clara nas recomendações apresentadas em todos os grupos temáticos reunidos no Seminário Billings 2002. Uma integração que, tendo por objetivo a busca do desenvolvimento sustentado da Bacia e a preservação de sua função primordial de produção de água para abastecimento público, resulte em ações articuladas destinadas a:

- estancar o processo de degradação e de expansão urbana irregular;
- recuperar as áreas degradadas, estabelecendo padrões urbanos adequados; e
- proteger as áreas ainda preservadas, evitando sua ocupação ou garantindo a sustentabilidade através de usos compatíveis com a produção de água.

Para tanto, é necessário que se aprimorem os mecanismos de gestão. Os instrumentos básicos já foram criados pela Lei 9.866/97: (a) a gestão descentralizada e participativa, através dos comitês de bacia com composição paritária e tripartite envolvendo Estado, Município e Sociedade Civil; (b) os Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA e (c) as leis específicas para cada bacia de manancial. Agilizar a implementação desses instrumentos e dar-lhes eficiência nas ações práticas é o novo desafio.

A seguir apresenta-se um conjunto de recomendações gerais para implementação das políticas públicas que tenham interferência sobre a qualidade ambiental da Bacia Billings. Tais recomendações se complementam com as apresentadas pelos demais grupos que participaram do Seminário Billings 2002.

Recomendações para políticas públicas na Bacia Hidrográfica da Billings

1. Gestão socioambiental para recuperação da Bacia

1.1. Elaboração do PDPA e lei específica da APRM Billings

Entende-se como prioritário o desenvolvimento de ações, através do Subcomitê de Bacia Hidrográfica Billings-Tamanduateí, para elaboração da primeira versão do PDPA que, conforme a Lei 9.866/97, permitirá concluir a preparação do Projeto da Lei Específica de Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia Billings.

Ao longo dos trabalhos técnicos e dos debates que ocorreram no Seminário Billings 2002, foi possível verificar que há um grande acervo de informações disponíveis sobre as características e os problemas socioambientais da Bacia, bem como um consenso entre os vários segmentos envolvidos a respeito das intervenções necessárias e das ações que devem ser executadas de modo a reverter o processo de degradação e tomar o caminho da recuperação ambiental e da sustentabilidade do desenvolvimento das atividades humanas na Bacia. As proposições apresentadas como resultado do Seminário, inclusive com uma proposta de hierarquização dos aspectos mais relevantes em cada porção do território, demonstram claramente que não há necessidade de longos estudos para conclusão do PDPA e preparação de um projeto de lei específica.

Falta, no entanto, agilidade no Subcomitê para finalização da proposta. O apoio técnico permanente para seu andamento poderia ser fornecido pela Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, representada futuramente pelo Escritório Billings-Tamanduateí — órgão técnico do Sistema de Recursos Hídricos, já criada porém ainda sem os recursos para desempenho de suas funções.

A lei específica é fundamental para que se dê respaldo legal a um grande conjunto de ações e intervenções que já estariam em condições de serem implementadas, e não o são porque a legislação vigente (as Leis 898/75 e 1.172/76) o proíbe.

A melhor oportunidade para encaminhar este processo é durante o ano de 2003, quando tem início uma nova legislatura estadual. É perfeitamente possível concluir-se os estudos e a preparação do Projeto de Lei para sua tramitação e aprovação se realizar durante o 2º semestre.

Tal cronograma daria condições às municipalidades, ainda no atual mandato do executivo e legislativo municipais, a implementarem ações há muito discutidas e planejadas. Além disso, o Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – Programa Mananciais, objeto de pedido de financiamento junto ao Banco Mundial para o saneamento ambiental dos mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, que o Governo do Estado está preparando com apoio de financiamento externo, já poderia incorporar as novas diretrizes e a orientação dos novos dispositivos a serem estabelecidos na lei específica.

Em complementação a estes instrumentos legais, recomenda-se que sejam agilizados os processos de:

- aprovação da lei estadual que instituirá a Cobrança pelo Uso da Água, viabilizando recursos permanentes para gestão da Bacia;
- instalação efetiva da Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, e de seus Escritórios Regionais, organismo executor da política de gestão da Bacia definida pelo Comitê e Subcomitês;
- aprovação do Projeto de Lei Específica para a APRM-Guarapiranga, considerando a importância estratégica de implementação integrada dos novos instrumentos legais para gestão dos mananciais metropolitanos;
- criação de espaços e processos de gestão metropolitana, sem o que o papel do SIGRH na gestão das áreas de proteção dos mananciais, fica prejudicado, uma vez que depende da viabilização e implantação de políticas de manejo do solo e de desenvolvimento socioeconômico, que extrapolam as suas atribuições e legitimidade, embora sem estas a sua missão não se efetiva.

2. Políticas de recuperação urbana

Durante a conclusão do PDPA e da Lei Específica da APRM Billings é necessário que se estabeleça uma estratégia para implementação de ações urgentes de recuperação urbana e ambiental, que dêem início ao processo de reversão do padrão de ocupação das áreas críticas e sirvam de efeito demonstrativo. Algumas recomendações podem ser elencadas a partir das discussões e proposições do Seminário:

2.1. Áreas urbanas consolidadas

Para as áreas urbanas consolidadas da Bacia, identificadas no seminário como de extrema prioridade de intervenção para recuperação urbana, identificam-se problemas ambientais e urbanos que têm como origem processos de ocupação irregular por população, na sua grande maioria, de baixa renda.

A prioridade de intervenção para estas áreas vai além das intervenções clássicas de saneamento – água, luz, esgotos, drenagem urbana, coleta de resíduos. As políticas públicas para estas áreas devem ser necessariamente articuladas com as políticas setoriais como habitação, transporte público, educação e saúde e, especialmente, com políticas de inclusão social da população residente, com ênfase para emprego/renda, qualificação profissional, organização social.

Sem essa articulação dificilmente será possível estancar a expansão das áreas urbanas degradadas e fixar a população residente nas áreas recuperadas. Sem a inclusão social, parcelas significativas da população migram para áreas mais distantes, estabelecendo novos assentamentos precários.

De modo específico, as políticas públicas nas áreas urbanas consolidadas devem ser voltadas para a fixação da população residente, com a melhoria do padrão de ocupação, garantia de espaços de lazer e convivência. Recomenda-se, ainda, que as políticas públicas de recuperação urbana incluam intervenções para recuperação ambiental, com a remoção dos assentamentos localizados nas margens do reservatório, nos fundos de vale e nas áreas de risco.

2.2. Áreas urbanas não consolidadas

Estas áreas, inseridas geralmente nos setores delimitados com alta prioridade de intervenção em recuperação ambiental e uso sustentável (conforme os resultados do Seminário), possuem características urbanas de menor precariedade e são passíveis de controle e de uma ocupação em padrões desejáveis.

Necessitam, portanto, de uma política de recuperação urbana articulada com políticas de desenvolvimento sustentável com geração de emprego e renda, para fomento de atividades econômicas compatíveis com a proteção ambiental.

Núcleos urbanos com maior grau de consolidação necessitam de fomento para o desenvolvimento urbano e de atividades econômicas voltadas ao turismo e serviços. Por outro lado, os núcleos urbanos isolados com potencial de atividades econômicas sustentáveis nos setores de agricultura, pesca e turismo deverão ser mantidos, inclusive como forma de apropriação de espaços da bacia de maneira compatível e apoio do controle da pressão por outras atividades e usos não conformes às funções ambientais para garantir a produção da água.

3. Políticas setoriais com influência sobre a proteção de mananciais

As políticas, planos e os programas setoriais, tanto estaduais quanto municipais, não possuem ainda, de forma sistemática, mecanismos e procedimentos que garantam a incorporação das variáveis ambientais nos processos de decisão.

Os impactos ambientais, e entre eles sem dúvida se incluem os impactos sobre a capacidade de produção hídrica das bacias hidrográficas, são em geral avaliados a posteriori, comumente durante o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos, quando vultosos investimentos já foram consumidos e as decisões já se encontram em estágios de difícil revisão.

Para reverter esta situação, não exclusiva de nossa realidade política e social, recomenda-se a implantação com prioridade nas Áreas de Proteção aos Mananciais de instrumentos de Avaliação Ambiental Estratégica como parte do processo de formulação das políticas, planos e programas governamentais. No contexto dessa avaliação integrada, os aspectos relativos à integração das políticas de recuperação e preservação dos mananciais, e em especial da Bacia Billings, teriam o *locus* adequado para serem discutidos e avaliados.

GT 4 - Estratégia e ações para a recuperação e manutenção de áreas degradadas por mineração e resíduos sólidos

MINERAÇÃO

Todas as ações e recomendações traçadas destinam-se às três categorias de mineração: em atividade; desativadas; e abandonadas.

- Observar e cumprir legislação de mananciais.
- Intensificar as ações fiscalizadoras com o intuito de impedir novas ocorrências de ocupação irregular em áreas de mineração desativadas e/ou abandonadas.
- Elaborar banco de dados detalhado e atualizado sobre a situação mineral, contendo as informações disponíveis nos diversos órgãos competentes e levantamento de campo das áreas de mineração.
- Criar fundo de recuperação de áreas degradadas pela mineração cuja contribuição será disponibilizada pelo próprio empreendedor.
- Destinar as áreas de mineração para uso social, preferencialmente para o lazer com predominância de áreas permeáveis livres.
- As áreas de mineração localizadas nesta bacia, principalmente na península do Cocaia/Bororé, deverão ter sua destinação final, preferencialmente, para uso institucional, tendo em vista a carência de áreas livres neste local.
- Realizar estudo de viabilidade e monitoramento da exploração e exploração de água mineral sem prejuízo da água subterrânea para abastecimento público.
- Realizar diagnóstico da exploração e exploração da água subterrânea com ênfase no cadastramento dos poços e monitoramento da atividade em face da outorga.
- Criar Câmara Técnica Setorial que envolva a sociedade civil e os órgãos federais, estaduais e municipais, representados pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo o Ministério Público.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Todas as ações e recomendações traçadas destinam-se às categorias de resíduos sólidos, respeitadas as legislações existentes.

- Elaborar, integrar e sistematizar banco de dados detalhado e atualizado dos focos de disposição adequada e inadequada dos resíduos sólidos.
- Estimular a criação e implementação de políticas públicas municipais e intermunicipais visando: melhoria do sistema de coleta; minimização da geração de resíduos; coleta seletiva; reciclagem.
- Intensificar as ações fiscalizadoras com o intuito de impedir novas disposições irregulares.
- Estimular a educação ambiental.
- Criar Câmara Técnica Setorial que envolva todos os atores: catadores, caçambeiros, produtores de resíduos, consumidores, recicladores, órgãos incineradores e fiscalizadores, sociedade civil, entidades públicas e privadas, os órgãos federais, estaduais e municipais, representados pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo o Ministério Público.
- Fomentar ações de recuperação de áreas contaminadas.

GT 5 - Estratégia e ações para desenvolvimento de alternativas econômicas e incentivo à produção agrícola compatível com produção de água

Análise de situação

Lista de atividades econômicas potenciais para a região:

- Atividades econômicas sustentáveis: turismo rural/agroturismo/pesquisa; turismo cultural; ecoturismo/pesquisa; turismo de pesca/pesque-pague; turismo religioso; esportes náuticos; esporte aventura;
- Agricultura agroecológica: agrofloresta; extração através de planos de manejo de plantas de Mata Atlântica (palmito, ornamentais e medicinais); reflorestamento;
- Artesanato com uso dos recursos naturais: artesanato com plantas/espécies vegetais; artesanato em rocha; artesanato indígena;
- Produção de água pelas áreas protegidas públicas (UCs) e privadas (RPPN): mecanismos de remuneração para proprietários de terras que desenvolvem atividades compatíveis com a produção de água;
- Comércio e serviços ligados às atividades de turismo e agricultura;
- Atividades ligadas à recuperação ambiental de áreas degradadas;
- Reciclagem;
- Valoração econômica dos recursos vegetais da Mata Atlântica: Protocolo de Kioto (seqüestro de carbono);
- Alternativas energéticas limpas/sustentáveis;
- Mineração: água mineral; agregados para desassoreamento do reservatório; utilização de cavas abandonadas de mineração como “bota fora” de resíduos inertes, e posterior recuperação da área para uso cultural, esportivo, de lazer.

Reconhecer que existem outras atividades econômicas que não foram citadas e a necessidade de implantação de estratégias, como a criação de zonas de amortecimento ou atividades que sirvam de proteção aos recursos naturais e barreiras à expansão da urbanização, tais como a agricultura.

Recomendações

- Zoneamento ecológico-econômico como fundamentação de planos de desenvolvimento regional e locais.
- Considerar a possibilidade das prefeituras (e sub-prefeituras) conseguirem o reconhecimento como “Estância Turística”.
- Inventariar os diversos programas e linhas de financiamento que promovam as atividades elencadas e dar publicidade a elas;
- Implantar a cobrança pelo uso da água.
- Regulamentar o mecanismo estabelecido no SNUC que estabelece que as concessionárias de água e energia que atravessam as Unidades de Conservação devem financiar a sua conservação e gestão.
- Aprimorar e detalhar as áreas prioritárias identificadas no Seminário Billings, considerando zoneamento ecológico-econômico e planos de desenvolvimento regional e locais.
- Elaborar levantamento fitossociológico, com identificação de espécies endêmicas.
- Incentivar pesquisas científicas na busca de alternativas econômicas compatíveis com a produção de água.

- Identificar e instalar “portais temáticos” integrados com o Parque Estadual da Serra do Mar, com a APA Capivari-Monos e com outras UCs existentes e a serem criadas.
- Promover estudos e articular os vários atores sociais (públicos e privados) para a elaboração e implementação de um Plano Regional de Turismo para a Billings.

Diretrizes Gerais

- Incluir as comunidades locais e respeitar as diversas legislações ambientais nas atividades de planejamento e nas ações.
- Investir em capacitação e organização da sociedade para o fomento das atividades produtivas recomendadas.
- Investir em formação de cooperativas e associações (de serviços e produção) e demais mecanismos de economia solidária, visando o desenvolvimento local endógeno e autonomia das comunidades.
- Inserir a população mais excluída nas ações de recuperação da Bacia e ainda nas ações de infra-estrutura, levadas a termo (ex: manutenção das estradas rurais necessárias ao desenvolvimento do turismo e da agricultura, mas que não devem ser asfaltadas), viveiros de nativas voltadas à recuperação das áreas degradadas.
- Inserir a agricultura peri-urbana e urbana na agenda de políticas públicas das instâncias municipais e estaduais, e dos comitês.
- Criar mecanismos para remuneração dos proprietários de terras que desenvolvem atividades compatíveis com a produção hídrica, seja com redução ou mesmo isenção de tributos (onde incidem tributos), seja como subsídios.
- Criar cadastro territorial rural (para permitir identificação das propriedades), operado pelos municípios e reunido num banco integrado gerenciado, por exemplo, pelo comitê de bacia/agência de bacia.
- Ações de divulgação e marketing poderão ser implantadas, desde que sejam feitos estudos sobre capacidade de suporte.
- Criar linhas de crédito, mediante projeto aprovado, para turismo de baixo impacto, agricultura orgânica, agrossilvicultura, bem como divulgação das linhas de crédito já existentes para os potenciais beneficiários.
- Inclusão da área no Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

GT 6 - Ações para recuperação urbana e implantação e melhoria do saneamento e estratégia para contenção de novas ocupações irregulares

Orientações gerais para as ações de Recuperação Urbana na Bacia Billings

A promoção de ações de recuperação urbana na Bacia Billings deve estar inserida, por princípio, na perspectiva mais ampla da busca de reversão de processos de degradação urbana e ambiental, através da promoção de alternativas de desenvolvimento compatíveis com a função primordial dessa porção do território metropolitano, que é a produção de água para o abastecimento público.

Dentro dessa perspectiva, e tendo em vista o porte, a dinâmica, a precariedade e as múltiplas carências que caracterizam os assentamentos urbanos já implantados na região, constitui um desafio para a concepção de uma política de recuperação urbana que tenha resultados e benefícios ambientais e sociais efetivos, articular ações que contribuam para a superação dos fatores causais dessa situação, de forma integrada com a promoção de alternativas de desenvolvimento e proteção ambiental, tendo sempre em conta as peculiaridades e potencialidades de cada um dos compartimentos da Bacia.

Nessa perspectiva, a concepção da política de recuperação urbana não poderá se restringir a ações pontuais de saneamento, urbanização e construção de moradias, mas deverá buscar a requalificação ambiental e urbana dessas áreas, de forma integrada à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e ambiental de modo a promover a sustentabilidade dos assentamentos e dos compartimentos em que esses estão inseridos.

Tendo em vista tais objetivos, a concepção das intervenções dessa política deve pautar-se por:

- Visão integrada que oriente a formulação de políticas públicas multi-setoriais, considerando sempre as características, restrições e potencialidades de cada compartimento do território da Bacia e abrangendo, dentre outros: requalificação urbana, habitação, transportes e infra-estrutura; atendimento por serviços públicos e coletivos (como saúde, educação, cultura, lazer etc.), promoção de alternativas de desenvolvimento econômico sustentável e inclusão socioambiental em sentido amplo.
- Visão territorial e ambiental dos assentamentos e de sua inserção na Bacia, a qual deverá ser considerada não só como fator de orientação da concepção das ações, mas como referência constante para avaliação e monitoramento dos resultados sociais, ambientais e urbanos da política, adotando-se como diretriz a atuação e avaliação dos resultados das ações segundo áreas-programa, ou Áreas de Intervenção.
- Perspectiva de ação integrada e participativa, buscando e articulando toda a gama de atores públicos e privados e de recursos capazes de contribuir à implementação do amplo conjunto de ações necessárias e à promoção do envolvimento ativo e da co-responsabilidade da população em todas as etapas das intervenções.
- Perspectiva de contínua inovação e aperfeiçoamento dos padrões, parâmetros e práticas de ação, bem como das diretrizes, planos, programas, operações, a partir de uma prática compartilhada e participativa de monitoramento, avaliação e reformulação das políticas

Diretrizes de ação

Partindo dessas orientações, as ações de recuperação urbana em cada compartimento do território da Bacia deverão caracterizar-se pela composição de programas e projetos que envolvam como diretrizes principais:

- Adotar como principal objetivo a qualificação urbana e integração positiva dessas áreas à metrópole, promovendo o atendimento da população por serviços urbanos, e a melhoria das condições socioeconômicas dessas comunidades;
- Promover, através de operações especiais, a criação de espaços públicos, equipamentos, áreas verdes e implantação de infra-estrutura, que ao mesmo tempo promovam a estruturação e qualificação urbana e representem melhorias que tragam benefícios para as condições ambientais necessárias à produção de água;
- Estabelecer padrões e parâmetros especiais de urbanização, a serem utilizados tanto em novas construções, como na recuperação e regularização das ocupações pré-existentes que contribuam efetivamente a essa melhoria das condições ambientais, envolvendo as comunidades na criação e manutenção dos novos padrões;
- Estabelecer modelos de ocupação do território que, de um lado favoreçam a aplicação de instrumentos de contenção da expansão urbana, e de outro possam criar condições favoráveis ao desenvolvimento de outros usos (não-urbanos) nas áreas contíguas.
- Promover, de forma articulada, soluções de requalificação dessas áreas que envolvam, em graus diferenciados:
 - Recuperação de bairros ou loteamentos, através de melhorias urbanas, associadas a políticas de regularização urbanística e ambiental de assentamentos;
 - Urbanização de favelas ou assentamentos precários, incluindo a remoção e o reassentamento de famílias;
 - Substituição de moradias precárias;
 - Promoção de novos empreendimentos habitacionais e de uso múltiplo em vazios existentes ou gerados através de operações urbanas, que se configurem como fatores de reestruturação e qualificação urbana e ambiental dessas áreas;
 - Revitalização de imóveis e áreas urbanas ociosas, na Bacia ou fora dela, visando o reassentamento de famílias que deverão ser removidas de áreas de risco e de preservação permanente;
 - Prever, sempre que possível, a articulação do desenvolvimento e conservação desses núcleos e assentamentos com a promoção de alternativas econômicas de uso dos territórios próximos que possibilitem o desenvolvimento integrado e sustentável do conjunto de áreas urbanas e não urbanas em cada setor do território, ou sub-bacia.

Áreas prioritárias para recuperação urbana

A análise da situação geral possibilitou identificar duas situações distintas para ações de recuperação urbana na Bacia Billings. Em primeiro lugar estão as áreas com maciço contínuo de ocupação urbana inadequada, seguida de áreas com ocupações isola-

das no território da Bacia Hidrográfica com necessidade de intervenções devido aos impactos negativos causados na qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

A partir desta divisão, foram sugeridos pelo grupo os principais aspectos a serem observados para recomendações gerais e a estratégia inicial de atuação dentro do escopo de recuperação urbana.

Principais aspectos considerados para recomendações gerais

Uso da água para abastecimento público

Primeiramente, foram elencadas as áreas definidas como de extrema importância para o Grupo Temático de Recuperação Urbana, e que apresentam necessidade de ação no menor prazo possível pelo fato de estarem comprometendo a qualidade da água junto aos pontos atuais de captação (braço do Rio Grande e do Taquacetuba)

Esta relação foi destacada da original devido à proximidade dessas áreas aos pontos de captação necessitando de intervenção imediata para manutenção da qualidade da água no reservatório, sendo que para escolha posterior das áreas objeto das ações de recuperação urbana deverão ser respeitadas as áreas delimitadas no mapa temático geral.

| Áreas com necessidade de atuação a curtíssimo prazo, grau de importância extrema, na região do Rio Grande e do Taquacetuba | | |
|--|------------------------|---------------------|
| Nº da área | Nome da área | Grau de importância |
| RGP 004 | Parque Aliança | A |
| RGP 006 | Peralta/Borda do Campo | A |
| RGP 010 | Jardim Caçula | A |
| RGP 012 | Jardim Capelinha | A |
| RGP 013 | Parque Estoril | A |
| RGP 017 | Areião | A |
| TQB 001 | Varginha Urb. | A |
| TQB 013 | APA Vargem Grande | A |
| TQB 014 | Colônia | A |

Aspectos legais

- Dar prioridade ao processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA e Lei Específica da Bacia Billings, concentrando os esforços para o término dos trabalhos de concepção e aprovação no menor tempo possível. Durante o período de transição entre as Legislações, a utilização de Termo de Ajustamento de Conduta deve ser criteriosa e conduzida pelo Ministério Público somente para os casos de extrema necessidade;
- Utilizar mecanismos, tais como, o direito de preempção ou operações consorciadas conforme estabelecidos no Estatuto da Cidade, de forma a possibilitar a aquisição de imóveis para programas habitacionais voltados à população de áreas de proteção aos mananciais.
- Viabilizar a aplicação da penalidade de multas, atualmente paralisadas em virtude da divergência de regulamentação entre as Leis 1.172/76 e 9.866/97, podendo parte destes recursos ser utilizada para projetos de recuperação urbana;

- Priorizar a aprovação do projeto de Lei de Cobrança pelo Uso da Água, que encontra-se na Assembléia Legislativa desde 1998, como uma das fontes de recursos para promoção das ações de recuperação urbana;
- “Tolerância Zero” para controle das novas ocupações, aumentando a eficácia da fiscalização integrada dos vários níveis de governo e instituições, criando um destacamento regional, força tarefa, com recursos humanos e materiais necessários para operações de desfazimento (desmonte) quando necessário.

Aspectos institucionais

- Integrar ações de recuperação urbana através de políticas, planos e programas em territórios a serem delimitados de acordo com os critérios previstos para as Áreas de Recuperação Ambiental (ARA), previstas na Nova Política de Proteção aos Mananciais – Lei 9.866/97;
- Utilizar a regularização fundiária – que não deve ser entendida como anistia – mas como comprometimento da população para manutenção das intervenções e, quando possível, visando a obtenção de recursos a serem aplicados nas áreas de proteção aos mananciais;
- Reabilitar áreas centrais ou imóveis ociosos dos municípios pertencentes à Bacia possibilitando, prioritariamente, o reassentamento da população situada nas proximidades de corpos d’água ou do reservatório, faixas de primeira categoria segundo a lei 1.172/76;
- Utilizar mecanismos participativos, articulados com o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, para viabilizar a discussão e o acompanhamento da implementação das políticas de recuperação urbana em todas as etapas do processo: concepção, implantação, execução e avaliação da sustentabilidade;
- Estabelecer parâmetros urbanísticos especiais para as intervenções ressaltando a questão da qualidade e produção hídrica, podendo ser criadas parcerias com universidades e institutos de pesquisa para elaborar e aprofundar estudos e técnicas específicas para as ações de recuperação urbana em área de proteção aos mananciais;
- Dar continuidade à implantação das obras do Plano Emergencial, aprovado em 1997, e complementar as ações dentro do objetivo mais amplo de recuperação urbana.

Aspectos tributários

Para as intervenções de recuperação urbana deverão ser viabilizados instrumentos (mecanismos) financeiros, tais como:

- Priorizar a aprovação do projeto de Lei de Cobrança pelo Uso da Água, desde 1998 na Assembléia Legislativa, como uma das fontes de recursos para promoção das ações de recuperação urbana;
- Priorizar a utilização dos recursos provenientes do ICMS da habitação para Recuperação Ambiental e Urbana dos Mananciais das Regiões Metropolitanas;
- Articular recursos estaduais, federais e municipais para essa política, contando também com aportes da iniciativa privada.

Linhas de crédito e financiamento

Buscar fontes de financiamentos complementares, tais como Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Fehidro, Programa de

Recuperação Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê, Banco Mundial, dentre outros.

Oportunidades econômicas

Agregar as ações de recuperação urbana à mecanismos de uso sustentável das áreas objeto das intervenções, potencializando o aproveitamento das oportunidades econômicas geradas.

Aspectos sociais

- Articular parcerias com a população para adesão ao processo garantindo, entre outros, recursos, incentivos financeiros e manutenção dos benefícios decorrentes da intervenção;
- Rever e melhorar as práticas de recuperação urbana, incluindo políticas de geração de renda e qualificação da população residente, isto é, tornar a requalificação interessante do ponto de vista socioambiental.

Rodoanel

No contexto temático de recuperação urbana, a obra do Rodoanel deve considerar a prioridade de produção hídrica da Bacia Billings, revendo a diretriz atual e optando por traçado preferencialmente externo à bacia, assim como evitando áreas de vegetação significativa e de relevante interesse para a produção hídrica.

Em segundo lugar, o traçado viário do Rodoanel deverá optar por áreas ocupadas precariamente, com a condição de que a intervenção prevista possa assumir o caráter de operação de Requalificação Urbana e Ambiental dessas áreas, promovendo a recuperação dos territórios e o atendimento das populações atingidas, com ganhos globais e significativos para a qualidade de vida.

GT 7 - Ações de fiscalização e estratégia de monitoramento permanente

Análise da situação

A Sabesp e a Cetesb fazem coletas para análise de qualidade de água em 10 pontos no reservatório com sistema de monitoramento em tempo real e em mais 16 pontos em afluentes do reservatório. Cinco pontos nos reservatórios estão nos Braços do Rio Grande, Taquacetuba e Corpo Central.

Em alguns casos, as análises feitas pelas duas instituições são absolutamente idênticas. Para essas análises, poderia ser efetivado novo procedimento, de forma que apenas uma das instituições fizesse a análise e repassasse o resultado à outra, otimizando recursos.

Ações recomendadas

- Divulgar as informações coletadas a todos os integrantes do Sistema de Gestão desta bacia, com interpretação dos dados, visando indicar locais prioritários para ações;
- Disponibilizar os dados resultantes de convênio (em elaboração) entre Cetesb, Sabesp e Emae para monitorar a qualidade da água em virtude da reversão do Pinheiros;
- Realizar estudo hidrodinâmico da represa Billings para diagnosticar interferências na qualidade da água e adotar medidas preventivas;
- Implantar sistema de monitoramento meteorológico para diagnosticar floração de algas, prever situações de risco vinculadas à ações de defesa civil; constituir série histórica de dados para monitoramento do reservatório;
- Monitorar a produção hídrica de sub-bacias contribuintes do reservatório;
- Realizar medição regular de vazão dos principais rios contribuintes;
- Implantar monitoramento de qualidade da água no braço do Rio Pequeno, visando seu uso futuro como manancial de abastecimento;
- Realizar monitoramento regular por sensoriamento remoto (a cada seis meses);
- Realizar monitoramento aéreo (regular);
- Realizar monitoramento terrestre (diário);
- Implantar sistema de informações integrado, alimentado por todos os participantes da Sistema de Gestão da Bacia;
- Realizar monitoramento limnológico, de forma a implementar as ações já existente e avaliar as ações geradas dentro da Bacia ao longo do tempo;
- Realizar monitoramento, com uso de satélite, para auxiliar na avaliação da qualidade da água no reservatório;
- Introduzir levantamento da carga interna do reservatório por meio de monitoramento dos sedimentos presentes em seu interior.

Fiscalização - Ações recomendadas

- Implantar sistema de fiscalização descentralizado, com ações integradas entre os órgãos públicos e procedimentos unificados.
- Estruturar a equipe técnica por meio de:
 - Ampliação do número de agentes fiscais conforme a necessidade da sub-bacia e o seu grau de complexidade;

- Dotar os órgãos competentes de recursos humanos e operacionais para ações de desfazimento (ocupações iniciais, invasões e demolições);
- Dotar os órgãos competentes de recursos materiais para desenvolvimento dos trabalhos de forma adequada e que facilite a comunicação entre eles;
- Capacitação técnica dos agentes para viabilização do procedimento unificado e demais ações decorrentes.
- Promover articulação institucional dos órgãos públicos envolvidos: Estado, Prefeituras, Secretarias de Segurança, Ministério Público, Cartórios de Registro de Imóveis.
- Estruturar, ampliar e melhorar a localização das Dicma (Delegacias de Investigações de Crimes Contra o Meio Ambiente) e melhoria de sua capacitação.
- Agilizar a tramitação de processos no Poder Judiciário.
- Implantar fiscalização participativa, incluindo: moradores, Crea, OAB, Creci, ONGs e entidades de classe e veículos de comunicação.
- Situação fundiária:
 - Desburocratizar o sistema de informações fundiárias da bacia hidrográfica entre os órgãos públicos: cartório de imóveis, prefeituras e Incra, como forma de auxiliar na agilidade das ações de monitoramento e fiscalização.
 - Troca de informações sobre propriedade imobiliária entre os órgãos públicos.

O estabelecimento de um planejamento de controle depende da efetivação dos três primeiros itens.

Ações complementares necessárias para garantir a eficácia de um sistema de fiscalização e monitoramento

- Adequar a rede de pontos de monitoramento e de suas análises: assoreamento, qualidade, quantidade, pontos críticos, visando nortear ações de fiscalização;
- Desenvolver ações de educação ambiental que esclareça a população sobre a importância da fiscalização preventiva, os problemas causados pelos danos ambientais, e seus impactos sobre a qualidade de vida;
- Implantar programas de alternativas econômicas com uso sustentável do imóvel que faça com que o proprietário fiscalize sua área e o entorno imediato. Exemplos: piscicultura, pesque-pague, minhocultura, abelhas, silvicultura, produção de mudas e extração de água. (As alternativas econômicas devem ser limitadas à capacidade de suporte do reservatório);
- Promover mecanismos de incentivo fiscal para empreendimentos compatíveis com a conservação dos recursos naturais: redução de ICMS, ISS, IPTU e ITR. Exemplo: isenção de IPTU em Ribeirão Pires, Diadema e São Bernardo do Campo; linhas de financiamento para pequenos empreendimentos, a juros baixos (Banco do Povo e assemelhados);
- Promover mecanismos de incentivo tributário pela preservação de áreas com cobertura vegetal e/ou de aumento de área florestada;
- Promover a transferência monetária aos municípios responsáveis pela quantidade e qualidade da água (compensação financeira);

- Promover mecanismos de tributação onerosa aos imóveis com atividades desconformes com a legislação incidente;
- Efetivar a implantação de cobrança pelo uso da água para financiar ações de fiscalização e monitoramento;
- Implantar programas de regularização de loteamentos em cada município, a longo prazo, para erradicar o fracionamento e ocupação ilegal de lotes;
- Garantir o funcionamento do monitoramento e fiscalização nos moldes propostos, antes da implantação das propostas de recuperação urbana.

GT 8 - Ações de Educação Ambiental

Diretrizes importantes a serem consideradas na formulação de programas de Educação Ambiental:

- Trabalhar as ações e projetos direcionando-os para a Gestão Ambiental participativa compartilhada;
- Apoiar o controle social e a divulgação das informações;
- Incorporar valores voltados à cidadania plena e ao sentimento de pertencer ao meio;
- Incorporar os conceitos voltados ao desenvolvimento sustentável;
- Promover encontros regionais e setoriais para formulação de proposta metropolitana de educação ambiental;
- Criar e incentivar redes e outras estruturas para o desenvolvimento de projetos integrados, na Bacia, dentro da área de educação ambiental;
- Identificar os projetos e iniciativas de educação ambiental já existentes na região, para troca de experiências, que possam ser multiplicadas;
- Fortalecer os espaços de educação ambiental já existentes: Núcleos Regionais de Educação Ambiental; Consórcio Intermunicipal; Sub-Comitê da Bacia Billings/Tamanduateí;
- Articular as ações nos níveis metropolitano e municipal;
- Os Núcleos Regionais de Educação Ambiental, o Consórcio Intermunicipal e o Sub-Comitê poderão coordenar a realização de um grande diagnóstico de todas as instituições atuantes na área de Educação Ambiental e os projetos e ações de educação ambiental propostos e em desenvolvimento na região e, assim, promover fóruns e encontros regionais que possibilitem a avaliação e a articulação de propostas e parceiros e a formulação de programas metropolitanos integrados;
- Os diversos níveis de governo municipal e os órgãos do governo estadual deverão identificar, apoiar e divulgar, junto aos Núcleos Regionais, Consórcio, Sub-comitê e seus parceiros, as linhas e fontes de financiamento, bem como os mecanismos de captação de recursos para projetos de Educação Ambiental em comunidades da região da Bacia;
- Os projetos e ações de educação ambiental na área da Bacia Billings/Tamanduateí devem:
 - gerar ações concretas de melhoria ambiental, com participação comunitária;
 - contribuir para a criação de alternativas de emprego e renda e de formas associativas de ação, como cooperativas, associações, ONGs etc;
 - formar multiplicadores;
 - considerar um diagnóstico socioambiental local para a elaboração de quaisquer planos de ação em educação ambiental;
 - incorporar as características locais, as necessidades da população e as diretrizes municipais em cada ação de preservação e recuperação ambiental, junto ao grupo-alvo;
 - discutir amplamente com as comunidades a Lei Específica para a Bacia e outras legislações pertinentes;
 - discutir com a população os impactos socioambientais do Rodoanel nas áreas de influência do traçado proposto e propor a participação ampla da população na tomada de decisão sobre sua viabilidade;
 - integrar as ações e projetos de educação ambiental às ações correlatas de intervenção ambiental, fiscalização, monitoramento, criação/ampliação de Unidades de Con-

servação, recuperação urbana, recuperação ambiental, alternativas econômicas, resíduos sólidos, pesquisa científica, políticas públicas incidentes;

- valorizar os recursos do patrimônio natural, histórico, cultural, ambiental e social da região da bacia.
- Os programas de Educação Ambiental devem visar os seguintes conteúdos no diagnóstico, nas ações e proteção da Bacia:
 - Recursos hídricos (consumo, proteção, uso);
 - Resíduos sólidos (consumo, geração, destinação, reciclagem);
 - Biodiversidade local (fauna, flora e ecossistemas locais);
 - Solo e relevo (bacias e sub-bacias, cobertura vegetal);
 - Uso e ocupação do solo (qualidade de habitação e urbana);
 - Alternativas econômicas sustentáveis (ecoturismo, agroecologia);
 - Desenvolvimento sustentável;
 - Aspectos culturais regionais (grupos de formação social, migrações);
 - Valores éticos em meio ambiente;
 - Organização social (ONGs, SABs, entidades);
 - Saneamento ambiental (água, lixo, drenagem, esgoto);
 - Planejamento ambiental (Zoneamento, Planos);
 - Legislação Ambiental pertinente;
 - Fiscalização e Monitoramento;
 - Saúde Pública e Meio Ambiente.

GT 9 - Ações para pesquisa científica

Introdução

O grupo considerou de extrema importância a estruturação de linhas de pesquisa em vários campos temáticos em nível quantitativo e qualitativo como elemento de subsídios para o sistema de tomadas de decisões. Cabe também ressaltar como de extrema importância a constituição de um banco de dados para garantir o manejo adequado dos recursos naturais, observando o uso sustentável dos recursos do ponto de vista ambiental, social, cultural e econômico.

Ações propostas

- Montar um banco de dados compartilhado e compatível por todos os agentes institucionais, públicos e privados incluindo o Terceiro Setor, que tenham atuação na região, contendo toda a produção de trabalho científico, culturais, sociais e demais dados, mesmo que não sistematizados, sobre a Bacia Billings.
- Criar um comitê de instituições participantes (comitê gestor) para monitorar a entrada de dados do sistema. A composição deste comitê deverá ser paritária, considerando os agentes envolvidos.

Eixos temáticos propostos e lacunas de conhecimento identificadas

- Diversidade biológica
Foram identificadas as seguintes lacunas de conhecimento:
 - Inventários de biota local, terrestre e aquática;
 - Monitoramento das comunidades biológicas incluindo estudos de bioacumulação;
 - Alternativas de aproveitamento sustentável dos recursos biológicos (uso fitoterápico, comestível, artesanal e ornamental).
- Oportunidades econômicas:
 - Turismo e Lazer (alternativas turísticas);
 - Capacidade de carga de turismo;
 - Estudo de impacto do turismo e lazer já existentes;
 - Manejo e conservação agrícola.
- Resgate histórico e estudo de culturas tradicionais:
 - Estudo das culturas tradicionais da Bacia.
 - Fatores abióticos:
 - Avaliação da qualidade da água (e sedimentos) e produção hídrica;
 - Estudo das águas subterrâneas: qualidade e quantidade;
 - Levantamento histórico da mineração da água.
- Aspectos sociais:
 - Dinâmicas sociais e transformações demográficas e territoriais da região.
- Aspectos legais, tributários e institucionais:
 - Compatibilização da estrutura legal sobre área de mananciais e sistemas de unidades de conservação;
 - Estudo de compatibilidade de tributos e potencialidades para área de mananciais;
 - Valoração ambiental;
 - Gestão institucional das bacias hidrográficas.

Recomendações

- Propor os eixos temáticos para universidades e institutos de pesquisa, e outros setores que tenham interesse, principalmente para aqueles que tenham uma atuação nos eixos

temáticos propostos dentro da Bacia, para formação de uma comissão de pesquisas.

- Propor a implementação de pesquisas nas agências financiadoras em linhas de pesquisa já existentes da Fapesp, Finep, Capes, Cnpq, Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fehidro e outros, no modelo dos projetos Biota e Genoma criados pela Fapesp.
- O Comitê Gestor, proposto anteriormente, deve ser responsável pelo programa de captação de recurso, pelo recebimento das propostas de pesquisas e pelo monitoramento do banco de dados.

Bibliografia citada

1. ALMEIDA, D. D. de. *Estudo da biologia de Bradypus variegatus Schin, 1825 em dois parques urbanos de São Paulo, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1997. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
2. ALVES, G.F. *Ecologia e levantamento preliminar da área de uso de Cebus apella nigritus (Goldfuss, 1809) e Brachyteles arachnoides (Geoffroy, 1806) em área de Mata Atlântica fragmentada por estradas no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Cubatão, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2002. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
3. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SP. Brasil. *Lei n. 9.866, de 28/11/97* [dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do estado de São Paulo]. DOE, São Paulo : DOE, 29/11/97. 6 p.
4. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SP. Brasil. *Lei n. 1.172, de 1976* [Áreas de Proteção aos Mananciais na Região Metropolitana de São Paulo]. São Paulo, 1976.
5. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SP. Brasil. *Lei n. 898, de 1975* [Áreas de Proteção aos Mananciais na Região Metropolitana de São Paulo]. São Paulo: 1975.
6. AZANHA, Gilberto; LADEIRA, Maria Inês. *Os índios da Serra do Mar : a presença Mbyá-Guarani em São Paulo*. São Paulo : Nova Stella, 1988. 70 p.
7. BARBO, F. E. *Interações ecológicas e distribuição espacial de Trechona venosa (Latreille, 1832) (Aranae: Mygalomorphae, Dipluridae) em segmento de Mata Atlântica de Encosta do Parque Estadual da Serra do Mar, Cubatão, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2002. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
8. BARONI, A. M. *Comunidade de aves como bio-indicadores de poluição na Represa Billings (Braço dos Alvarengas), São Bernardo do Campo, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1999. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas).
9. BELLENZANI, Maria Lúcia Ramos. *A APA Capivari Monos como estratégia para a proteção dos Mananciais na RMSP*. São Paulo : USP/Procam, 2000. (Dissertação de Mestrado)
10. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, São Paulo, SP. Brasil. *Plano Diretor Estratégico*. São Paulo : Câmara Municipal, 2002.
11. CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; WHATELY, Marussia. *Billings 2000 - ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo : relatório do diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da Billings no período 1989-99*. São Paulo : ISA, 2002. 60 p.
12. CINCOTTO, Zelma, org. *I Encontro de Mineração do Município de São Paulo : situação atual e perspectivas*. São Paulo : Prefeitura de São Paulo, 1994.
13. CINCOTTO, Zelma, org. *II Encontro de Mineração do Município de São Paulo : situação atual e perspectivas*. São Paulo : Prefeitura de São Paulo, 1995.
14. CONSÓRCIO HIDROPLAN. *Plano integrado de aproveitamento e Controle de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Tietê, Piracicaba e Baixada Santista*. 7 v. São Paulo : Hidroplan, 1995.
15. CUSTÓDIO, R. M. *Estudo da estrutura e composição das comunidades animais de duas lagoas de idades diferentes na Mata Atlântica, Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1997. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
16. FARINA, C.C.A. *Composição e estrutura da comunidade de anuros em bromélias da Reserva Biológica de Paranapiacaba, Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2001. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
17. FERRAREZI, C. *Adequação de parques urbanos à prática de Educação Ambiental em Santo André : Relevância da natureza para frequentadores*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2001. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
18. FERREIRA, H. A. *Lepidópteros da Reserva Biológica de Paranapiacaba, Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2001. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
19. FERREIRA, Leila da Costa. *Programa de Recuperação Ambiental da Bacia Billings*. São Paulo : Nepam/Cetesb, 1999.
20. FIACADORI, L. *Morcegos de Mauá*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1999. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
21. FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. *Pensando a Gestão Partilhada*. São Paulo : Cepam, 2001.
22. GOVERNO DO ESTADO, SP. Brasil. *Decreto n. 43.022, de 07/04/98* [regulamenta dispositivos relativos ao Plano Emergencial de Recuperação dos Mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo, de que trata a Lei n. 9.866, de 28/11/97]. DOE, São Paulo : DOE, 08/04/98. 4 p.
23. GOVERNO DO ESTADO, SP. Brasil. *Decreto n. 9.714/77* [Regulamenta Leis 898/75 e 1172/76 - Área de Proteção aos Mananciais]. DOE, São Paulo : DOE, 1977.
24. GRANTSAU, I. *Estudo preliminar da biologia de Trechona venosa (Aranae, Mygalomorphae, Dipluridae), Reserva Biológica de Paranapiacaba, Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1997. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
25. HOWALDT, E. *Biologia de Linothele sp (Aranae, Mygalomorphae, Dipluridae) em uma seção de Mata Atlântica, Santo André da Borda do Campo, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1998. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas).
26. IBAMA. *Educação para um futuro sustentável*. Brasília : Ibama, 1999.
27. IBAMA. *ProVárzea : conceito e estratégia*. Manaus : Ibama, 2002.
28. IPT. *Mapa de erosão do estado de São Paulo* : Documento preliminar. São Paulo : IPT, 1999.
29. LADEIRA, Maria Inês. *Aldeias livres Guarani do litoral de São Paulo e da periferia da capital*. In: MONTEIRO, John Manuel et al (orgs.). *Índios no estado de São Paulo : resistência e transfiguração*. São Paulo : Yankatu ; CPI, 1984. p.123-44
30. LADEIRA, Maria Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbya : significado, constituição e uso*. São Paulo : USP, 2001. 270 p. (Tese de Doutorado)
31. LIRIA, W. *Ninhal de aves aquáticas na Represa Billings, São Bernardo do Campo, SP* : composição e estrutura. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1997. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
32. LOPES, Álvaro Gutierrez. *Proposta de gerenciamento ambiental de uma área degradada nos municípios de Mauá e Ribeirão Pires - Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo : USP/Poli, 2000.
33. LUÍS JUNIOR, O. J. *A comunidade de peixes da Represa Billings, São Paulo* : análise preliminar da distribuição. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1999. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
34. MATARAZZO-NEUBERGER, W. M. *Avifauna Urbana de dois municípios da Grande São Paulo (Santo André da Borda do Campo e São Bernardo do Campo)*. São Paulo : USP, 1986. (Dissertação de Mestrado do Instituto de Biociências)
35. MATARAZZO-NEUBERGER, W. M. *A Represa Billings e o Grande ABC*. *Revista do Instituto de Engenharia*, São Paulo : Instituto de Engenharia, n. 510, p. 44-6, 1995.
36. MATARAZZO-NEUBERGER, W. M. *Guildas, organização e estrutura da comunidade* : análise da avifauna da Represa Billings, São Paulo. São Paulo : USP, 1995. (Tese de Doutorado do Instituto de Biociências).
37. MELO, J. F. *Ceryle torquata (Linnaeus, 1766) (Coraciiformes, Alcedinidae, Aves) em uma represa e um lago artificial da Região Metropolitana de São Paulo, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1998 (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)

38. NEDER, Ricardo T. *Avaliação da Capacidade Governativa do Comitê de Bacia Hidrográfica Metropolitana*. São Paulo : FAPESP, s.d.
39. NERI, F.R. *Beija-flores e concentração de açúcar no néctar de flores visitadas na Reserva Biológica de Paranapiacaba, Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1999. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
40. PELICICE, F. M. *A pesca na Represa Billings, São Paulo : perspectivas atuais*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1999. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
41. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas e sua função na valorização da região paulista : estudo de geografia histórica*. São Paulo : USP, 1964.
42. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ, SP. Brasil. *Gerenciamento participativo de áreas de mananciais (Gepam)*. Santo André, 1998/2002.
43. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, SP. Brasil. *Mineração, espaço urbano, poder público : relações, conflitos e equacionamentos*. São Paulo : Prefeitura Municipal de São Paulo, 1995.
44. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Subprefeitura da Capela do Socorro, SP. Brasil. *Plano de ação da Subprefeitura de Capela do Socorro*. São Paulo : 2002.
45. PROTAN ENGENHARIA. *Rodoanel Mário Covas : Relatório de Impacto Ambiental*. São Paulo : Protran Engenharia, 2002.
46. RIBEIRO, Evanice Maria. *A política de imigração no primeiro reinado : os núcleos coloniais de Itapeirica e Santo Amaro*. São Paulo : USP, 1997. (Dissertação de Mestrado)
47. SANTOS, S. A. *Biologia e composição das espécies de pica-paus (Aves, Picidae) da Reserva Biológica de Paranapiacaba, Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1997. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
48. SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. Brasil. *Termo de referência para o Programa de Recuperação Ambiental da Bacia Billings*. São Paulo : SMA, 1999.
49. SÃO PAULO. Secretaria Municipal do Meio Ambiente, SP. Brasil. *Relatório preliminar da APA Capivari Monos : caracterização socioambiental*. São Paulo : SMMA, 1998.
50. SILVA, C. A. da. *Bandos de aves frugívoras na Reserva Biológica de Paranapiacaba, em Santo André, SP*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 1997. (Monografia do Curso de Ciências Biológicas)
51. STUCCHI, Deborah. *Informação técnica as comunidades indígenas impactadas pela LT750KV : relatório de trabalho*. São Paulo : s.ed., s.d.
52. TRUSEN, Christophe Pinheiro; BITAR, Maria Rosa (Orgs). *Planejando o desenvolvimento local : Conceitos, metodologias e experiências*. Belém : Prorenda Rural, 2002.

Lista de participantes do Seminário Billings 2002

Ademir Pereira dos Santos - Instituto Acqua

- GT Diversidade Biológica • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Admilson Clayton Barbosa - Emae

- GT Qualidade da Água • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Educação Ambiental

Agnes Fernandes - IPT

- GT Recuperação Urbana • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Recuperação Urbana

Alda Maria dos Santos Silva - Assemvil

- GT Alternativas Econômicas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Educação Ambiental

Alexandre Gellert Paris - Senac

- GT Pólos indutores e Eixos de expansão da ocupação

Alicia Bianchini Borduque - Unicamp – Uniara

- GT Mineração • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Alicia Rolla - ISA (Geoprocessamento)

Álvaro Gutierrez Lopez – Cetesb

- GT Mineração • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Amauri Pollachi - Sabesp

- GT Recuperação Urbana • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Recuperação Urbana

Ana Carina G. Andrade - ISA (Informática)

Ana Lucia Silva - Sabesp

- GT Qualidade da Água • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Pesquisa Científica

Ana Maria Mateus Marins - PM Ribeirão Pires

- GT Diversidade Biológica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Educação Ambiental

André Venco – Senac

- GT Áreas Protegidas

Ângela Galvão - ISA (Documentação)

Antenor Moraes - ISA (Informática)

Antonio César Chiappina - Mineração, comércio e distribuição de minérios e aço Ltda

- GT Mineração • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Antonio Lusairto Fidélis - Saned

- GT Resíduos Sólidos • GR Recuperação Urbana

Araci Franco Cruz - Dusm

- GT Resíduos Sólidos • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Ariane Mayer Ferreira - Senac

- GT Pressão Antrópica

Ariovaldo Sartori - Emae

- GT Resíduos Sólidos
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Arminda Jardim - ISA (Organização)

Athaide Anacleto - Sabesp

- GT Alternativas Econômicas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Educação Ambiental

Benedito Lianza - CPRN / Dusm

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Bianca Ribeiro - Senac

- GT Resíduos Sólidos

Carlos Henrique Andrade de Oliveira - PM Santo André

- GT Alternativas Econômicas • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Carlos Henrique Aranha - Prime Engenharia

- GT Qualidade da Água • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Carlos Kasuo Ohmuro - Emae

- GT Alternativas Econômicas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Alternativas Econômicas

Carolina Macedo - Senac

- GT Mineração

Cássia Yoko Gomi - Progeo

- GT Mineração

Cecília Valença Zanon – Senac

- GT Diversidade Biológica

Célio Soares de Souza - Instituto Acqua

- GT Alternativas Econômicas • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras

Cícero C. Augusto - ISA (Geoprocessamento)

Cintia Nigro Rodrigues - ISA

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé

Cláudio Bolzani - SMA / CPRN / Dusm

- GT Pressão Antrópica

Cláudio Roberto Palombo - SMA / CPLA

- GT Diversidade Biológica • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Pesquisa Científica

Cleide Poletto - SMA / CPLA

- GT Mineração • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Cristina de Marco Santiago - Semasa

- GT Áreas Protegidas

Daniela Ramalho - Depav / Instituto Acqua

- GT Recuperação Urbana

Dejanira Maria da Silva - Saned

- GT Resíduos Sólidos

Denise Lopes - ISA (Apoio)

Dino Vanucci Miniussi - IIE

- GT Qualidade da Água • GR Taquacetuba/Bororé

Domingos Leoncio Pereira - SMMA / PMSP

- GT Pressão Antrópica • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Educação Ambiental

Dulcimara Carmen Alves de Lima - Escritório de Arquitetura e Licenciamento Ambiental

- GT Recuperação Urbana • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Edílson Santana Silva - Assoc. Ecológica de Moradores da Vila Lopez

- GT Alternativas Econômicas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Alternativas Econômicas

Edison Lopes da Silva - PM Rio Grande da Serra

- GT Saneamento

Edmir Celso Meneghetti - DEPRN

- GT Áreas Protegidas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Recuperação Urbana

Edna dos Santos - ISA (Geoprocessamento)

Edson Alvarez Vieira - Sabesp

- GT Saneamento

Edson Kazuhiro Nochi - Sabesp

- GT Produção Hídrica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Eduardo Raccioppi - Aruanda Ambiente

- GT Pressão Antrópica
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Edvaldo Sorrini - Sabesp

- GT Qualidade da Água • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Edwilson Padilha Junior - Saned

- GT Pressão Antrópica

Elcio Antônio Tibério - PM Rio Grande da Serra

- GT Resíduos Sólidos • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Eliana Antônia Martins de Queiroz - Espaço Formação Assessoria e Documentação

- GT Saneamento • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

Eliana Kazue Irie Kitahara - Sabesp

- GT Produção Hídrica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Eliane Hirai - PM Ribeirão Pires

- GT Recuperação Urbana

Elisabeth Munari Cesar Franco - Sabesp

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação • GR Taquacetuba/Bororé

- GRecomend Educação Ambiental

Enrique Svirsky - Proaong

Érika M. Santana - PUC - NTC

- GT Pressão Antrópica

Fábio Francelino - ISA (Informática)

Fábio Graf - ISA (Mata Atlântica)

Fábio Ricardo Figueirinha - Semasa

- GT Pressão Antrópica

Fábio Vital - Instituto Acqua

- GT Recuperação Urbana • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Políticas públicas, lei específica, PDPA

Fernando de Luiz Brito Vianna - ISA

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Políticas públicas, lei específica, PDPA

Fernando Paternost - ISA (Geoprocessamento)

Flávia Rea Pieroni - Senac

- GT Saneamento

Flávio Souto Casarini Junior - Semasa

- GT Saneamento • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Francisca Adalgisa da Silva - Sabesp

- GT Pressão Antrópica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Educação Ambiental

Francisco Carlos de Brito - PM São Paulo

- GT Pressão Antrópica

Geraldo Gilson de Camargo - Dusm

- GT Mineração • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Geraldo Magela de Souza - PM São Bernardo do Campo

- GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Recuperação Urbana

Gerônimo Albuquerque Rocha - SRHSO / Daee

- GT Produção Hídrica • GR Taquacetuba/Bororé

Gilson Gonçalves Guimarães - Dusm / SMA

- GT Agricultura • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Giselle Megumi Martino Tanaka - FAU-USP

- GT Recuperação Urbana

Gustavo Beuttenmuller - PMSP / SMMA

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Hans Alois Rubens Tschirner - in-PACTO

- GT Diversidade Biológica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Recuperação Urbana

Hedmilton Ensinas - PM São Bernardo do Campo

- GT Pressão Antrópica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Pesquisa Científica

Heitor Maruno – Cetesb

- GT Saneamento • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Hélio Castro - Sabesp

Horácio Wagner Matheus - Dusm

- GT Saneamento • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Recuperação Urbana

Hugo César Barrientos - Centro de Estudos Chácara Folha Viva

- GT Agricultura

Iara Sakitani - Faculdade Interlagos

- GT Pressão Antrópica • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Pesquisa Científica

Inez Garbui Peralta - Faculdade Interlagos

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Pesquisa Científica

Irineu Yoshiaki Sugahara - SMA / DPP

- GT Áreas Protegidas

Ivan Carlos Bonadio - Instituto Acqua

- GT Alternativas Econômicas • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras

Izabel Lavendowski - SMMA / PMSP

- GT Produção Hídrica
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Jacqueline Margaret Kirk da Fonseca - APA Capivari Monos

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Jacques Demajorovic - Faculdade Senac de Educação Ambiental

- GT Alternativas Econômicas
- GRecomend Alternativas Econômicas

João Bosco Scian - Sabesp

- GT Qualidade da Água • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

João Gonzaga de Souza

João Paulo Capobianco - ISA (Coordenação)

Jorge Aderson de Mello – SMA/SP

- GT Saneamento • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

José Antônio Oliveira de Jesus - Cobrape

- GT Qualidade da Água • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

José Contreras Castilho - MDV

- GT Mineração
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

José Eduardo Bevilacqua - Cetesb, Senac

- GT Qualidade da Água
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

José Lavrador - Sabesp

José Roque O. Ventura - Saned

José Soares da Silva - Ass. Ecológica e de Amigos da Vila Lopes

- GT Produção Hídrica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Educação Ambiental

José Umberto Macedo Siqueira - Associação Pró Capivari-Monos

- GT Agricultura • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Alternativas Econômicas

Josy Andrade dos Santos - ISA (Apoio)

Júlia Maria Strazdas M. Ferreira - CDHU

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Recuperação Urbana

Juliano Ribeiro Formigoni - Daia

- GT Resíduos Sólidos • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Katia Aparecida O. Oyakawa - PM Santo André

- GT Produção Hídrica • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Laura Conceição Juvêncio - Sabesp

- GRecomend Pesquisa Científica

Laura Stela Naliato Peres - Cetesb

- GT Produção Hídrica • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Lázaro Luzia

Leila Monteiro da Silva - ISA (Documentação)

Lélia Marino - Fundação Florestal

- GT Diversidade Biológica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Ligia Fernanda Vaccari - Senac

- GT Produção Hídrica

Ligia Maria Levy Alves - SMA / CPLA

- GT Áreas Protegidas

Lina Maria Aché – Senac, SMA / CPLA

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Loide Cruz Vidal Parlato - PMSP / Secretaria Municipal dos Transportes

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Lucas Santos Barbosa - Federação de Assoc. Moradores R. Pires

- GT Resíduos Sólidos • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Educação Ambiental

Lúcia Sena - SMA / CPLA

- GT Resíduos Sólidos

Luciana Nicolau Ferrara - FAU-USP

- GT Pressão Antrópica • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

Luciana Yuri H. Toma - Semasa

- GT Pressão Antrópica • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

Luciano Dias Lorenzo - PM Mauá

- GT Recuperação Urbana

Luciano Ricardo Azevedo Roda - PM Ribeirão Pires

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação

Luiz de Deus Tavares - Comitê do Alto Tietê

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Educação Ambiental

Luiz Fernando de Oliveira - Assemvil

- GT Alternativas Econômicas

Luiz Roberto de Campos Jacintho - PMSP / SMMA

- GT Recuperação Urbana
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Mara Cecília Carbonari Costa - PM Diadema

- GT Resíduos Sólidos • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Marcia Janete Coelho Botelho - Cetesb

- GT Diversidade Biológica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Pesquisa Científica

Márcia Maria do Nascimento

- GRecomend Recuperação Urbana

Marcos Pellegrini Bandini - PM Ribeirão Pires

- GT Alternativas Econômicas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Alternativas Econômicas

Marcos Pereira Rufino - ISA

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Maria Aparecida Brandino da Silva - Sabesp

- GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Maria Carmen Gomes - SMA / CPLA

- GT Produção Hídrica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Maria Cecília Wey de Brito - Aliança SOS Mata Atlântica

- GT Áreas Protegidas
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Maria Cláudia Pereira de Souza - CDHU

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Recuperação Urbana

Maria Cristina Heilig - Fundação Florestal

- GT Áreas Protegidas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GR Implantação e criação de UCs

Maria da Graça Beraldo Santiago - Sabesp

- GT Resíduos Sólidos • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Educação Ambiental

Maria do Carmo Gonzaga Yustas - Daia

- GT Mineração • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Maria Helena Miadaira - Dism

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Maria Inês Zanchetta - ISA (Comunicação)

Maria José de Azevedo Marcondes - Unicamp

- GT Pressão Antrópica • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Pesquisa Científica

Maria Leticia de Souza Paraíso - PMSP / SMMA

- GT Alternativas Econômicas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Alternativas Econômicas

Maria Lucia da Silva Cardoso - Centro de Estudos Folha Viva

- GT Agricultura

Maria Lucia Ramos Bellenzani - Sub-prefeitura da Capela do Socorro

- GT Agricultura • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Alternativas Econômicas

Mariane Carla Checon - Senac

- GT Alternativas Econômicas

Maristela Musco de Caíres - SMA / CPLA

- GT Alternativas Econômicas • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Marta Condé Lamparelli - Cetesb

- GT Qualidade da Água
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Marussia Whately - ISA (Coordenação)

Miriam Helena Bueno Falótico - Fintec / Faculdade Interlagos

- GT Qualidade da Água • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Mônica Bartié Rossi - CDHU

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Recuperação Urbana

Mônica Peres Menezes - Ceppe/UnG

- GT Mineração • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Resíduos Sólidos/Mineração

Nelson R. Claudino Pedroso - SCBH Billings/AGDS

- GT Agricultura • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Alternativas Econômicas

Newton José Barros Gonçalves - PM Santo André

- GT Pressão Antrópica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Nilson Edson Castello - Sabesp

- GT Saneamento • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Recuperação Urbana

Oscar Brás Berreta Pion - Emae

- GT Produção Hídrica • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Oswaldo Landgraf Jr. - PMSP / SMMA

- GT Mineração • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Patrícia Lorenz - Sub-Prefeitura de Paranapiacaba/Sto André

- GT Produção Hídrica
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Paulo Auricchio - Instituto Pau Brasil de História Natural

- GT Diversidade Biológica • GR Taquacetuba/Bororé

Paulo Bertarello Neto - SMA / CPLA

- GT Alternativas Econômicas • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras

Paulo Fernando Rodrigues - Cetesb

- GT Qualidade da Água • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Paulo Roberto Massoca - PM São Bernardo do Campo

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação
- GRecomend Recuperação Urbana

Pedro Roberto Jacobi - USP / Procam

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Pesquisa Científica

Pilar Machado da Cunha - ISA (Documentação)

- Raul Ardito Lerário - Sindicato dos Areeiros do Estado de S. Paulo
- GT Mineração • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

Regina Carvalho de Oliveira - Folha Viva

- GT Agricultura
- GRecomend Alternativas Econômicas

Reinaldo Paul Pérez Machado - USP-FFLCH-DG

- GT Pressão Antrópica • GR Taquacetuba/Bororé

Renata Lima Tamassia - Senac

- GT Agricultura

Renata Pupo - ISA (Organização)

Renato Tagnin - PMSP / SMMA

- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Ricardo de Oliveira - ISA (Apoio)

Ricardo de Sousa Moretti - IPT e PUC-Campinas

- GT Pressão Antrópica • GR Taquacetuba/Bororé

Ricardo Sofiatti - Emae

- GT Pressão Antrópica • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Ricardo Tameirão Pinto Junior - PMSP / SMMA

- GT Áreas Protegidas • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Implantação e criação de UCs

Rita de Cássia Martins Gouveia - Sabesp

- GT Áreas Protegidas • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras

Roberto Luiz do Carmo - Unicamp-Nepo

- GT Pressão Antrópica • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

Robson da Silva Moreno - FAU-USP

- GT Recuperação Urbana • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Recuperação Urbana

Rodolfo Marincek - ISA (Informática)

Romualdo Juliatto - Instituto Acqua

- GT Qualidade da Água • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Rosa Ramos - OAB/SP - 38ª subseção - Santo André

- GT Produção Hídrica

Rosângela Toso Bringel - PM Rio Grande da Serra

- GT Recuperação Urbana
- GRecomend Recuperação Urbana

Rosângela Xavier de Campos - Unesp e Consabesp

- GT Saneamento • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Pesquisa Científica

Rosely Alvim Sanches - ISA

- GT Áreas Protegidas • GR Rio Grande/Rio Pequeno

Rosemeire R. Saco - ISA (Geoprocessamento)

Samuel Rophie Barreto - WWF

- GT Produção Hídrica
- GRecomend Alternativas Econômicas

Sebastião Deusdédite Dias Lopes - Emae

- GT Produção Hídrica
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Sergio Prado

Silmara Mathias Soares Delfino - PM Ribeirão Pires

- GT Pressão Antrópica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Fiscalização e Monitoramento

Sônia Maria de Lima Oliveira - PM São Bernardo do Campo

- GT Resíduos Sólidos
- GRecomend Educação Ambiental

Soraia Dias - Semasa

- GT Recuperação Urbana

Sourak Aranha Borralho - PMSP / SMMA

- GT Qualidade da Água • GR Capivari/Pedra Branca/Rio das Pedras
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Suely Matsuguma - Sabesp

- GT Saneamento • GR Taquacetuba/Bororé
- GRecomend Recuperação Urbana

Tadeu Dias Pais - Sub-Prefeitura da Capela do Socorro

- GT Alternativas Econômicas • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga

Tânia Regina Sano Sugawara - Senac

- GT Qualidade da Água

Thaís Monteiro Varga - PM Mauá

- GT Pólos indutores e eixos de expansão da ocupação

Valdir Pereira Ramos Filho - Senac

- GT Recuperação Urbana

Vera Lucia Rotondo - PM São Bernardo do Campo

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Educação Ambiental

Violeta Saldanha Kubrusly - PMSP / Sehab

- GT Recuperação Urbana • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Políticas públicas, lei específica e PDPA

Virgílio Alcides de Farias - MDV

- GT Produção Hídrica • GR Cocaia/Pedreira/Grota Funda/Alvarenga
- GRecomend Gestão, manejo, recuperação e operação do reservatório Billings

Waverli Maia Matarazzo Neuberger - Universidade Metodista de São Paulo

- GT Diversidade Biológica • GR Rio Grande/Rio Pequeno
- GRecomend Pesquisa Científica

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Comissão Coordenadora do Seminário

- Fabio Vital - Instituto Acqua
- João Paulo R. Capobianco - Instituto Socioambiental (coordenação geral)
- Lina Aché - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo
- Lucia Sena - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo
- Marcos Bandini - Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires
- Marussia Whately - Instituto Socioambiental (coordenação geral)
- Nelson Pedroso - AGDS/Sub-Comitê Billings
- Renato Tagnin - SMMA - Prefeitura Municipal de São Paulo
- Valentina Denizo - Senac
- Violeta Kubrusly - Sehab - Prefeitura Municipal de São Paulo

Representantes dos Grupos de Recomendações

(indicados em dezembro de 2002, no Instituto Goethe, São Paulo)

- Alcília Bianchini Borduque (Unicamp - Uniara) - GT Mineração e Resíduos Sólidos
- Domingos L. Pereira (SMMA) - GT Educação Ambiental
- Francisca Adalgisa da Silva (Sabesp) - GT Educação Ambiental
- Jacqueline M. Kirk da Fonseca (APA) - GT Unidades de Conservação
- Márcia M. Nascimento (SMA) - GT Recuperação Urbana
- Maria Carmen Ayres Gomes (SMA) - GT Políticas públicas, lei específica e PDPA
- Maria Cecília Wey de Brito (Aliança SOS Mata Atlântica/CI) - GT Unidades de Conservação
- Maria Cláudia P. Souza (CDHU) - GT Recuperação Urbana
- Maria Lucia Bellenzani (Sub-Prefeitura de Parelheiros/PMSP) - GT Alternativas Econômicas
- Mônica Peres Menezes (Ceppe - UnG) - GT Mineração e Resíduos Sólidos
- Newton José B. Gonçalves (Dusm) - GT Fiscalização e Monitoramento
- Pedro Jacobi (Procam/USP) - GT Pesquisa Científica
- Sourak Aranha Borralho (SMMA) - GT Reservatório Billings

